

Lilia Terezinha Montali

FAMÍLIA E TRABALHO NA CONJUNTURA RECESSIVA  
Crise econômica e mudança na divisão sexual do trabalho

Tese de Doutorado apresentada ao Departamento  
de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. Antonio Flávio de Oliveira  
Pierucci

São Paulo  
1995

## RESUMO

O tema deste estudo é a relação família-trabalho e sua transformação. A partir de dados primários (Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego - DIEESE) é analisada a inserção diferenciada dos componentes das famílias no mercado de trabalho e sua mobilização no momento da crise econômica de 1981-1983, procurando identificar rearranjos inovadores na relação família-trabalho dominante, indicativos de mudanças na divisão sexual do trabalho na família.

As análises estendem-se a outra conjuntura recessiva mais recente, 1990-1991, encontrando semelhanças na mobilização dos componentes da família. Destaca-se entre elas a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, que ocorre no mesmo momento em que cresce o desemprego masculino. Esta e outras tendências que se acentuam no período oferecem sustentação para mostrar que o processo de mudança na relação família-trabalho põe em questão o papel de provedor, culturalmente atribuído ao chefe da família.

*Ao Zé, ao Fabio e à Mariana,  
que estiveram comigo neste percurso.*

## AGRADECIMENTOS

A Antonio Flavio Pierucci e a Helena Hirata, que assumiram o ônus de orientar um trabalho em andamento na ausência de Elisabeth Souza-Lobo Garcia. Agradeço a ambos pelo interesse e empenho com que acompanharam cada etapa deste trabalho, desde junho de 1991. Um agradecimento especial deve ser feito a Helena Hirata que apesar de se encontrar em Paris nestes dois ultimos anos, manteve contato constante, tendo lido e comentado os capítulos desta tese. Gostaria que seu nome constasse formalmente como co-orientadora, como de fato o foi.

A Elisabeth Souza Lobo Garcia, in memoriam que teve fundamental importância nos rumos desta tese.

Ao DIEESE, agradeço através de Walter Barelli e Annez Andraus Troyano, que me possibilitaram o acesso ao material básico deste estudo, a Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego.

A ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais) pela bolsa de estudos obtida através do concurso ABEP-Fundação Ford, que me permitiu realizar o processamento dos dados básicos, e à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pela bolsa de seis

meses, que possibilitou o avanço de etapas importantes do estudo.

A Lúcio Kowarick, Maria Célia Paoli, Vera da Silva Telles, Helena Abramo e Nabil Bonduki agradeço as discussões e o trabalho coletivo por ocasião do desenvolvimento do projeto "Modo e condição de vida: uma análise das desigualdades na Grande São Paulo", que foram ponto de partida para muitos dos encaminhamentos analíticos que desenvolvo neste estudo.

Dentre os muitos amigos e colegas que de diferentes maneiras participaram deste trabalho, agradeço em especial a Reginaldo Prandi e Jair Lício dos Santos, com os quais pude discutir minhas dúvidas na elaboração dos dados quantitativos, e a Leila Blass pela atenção e disponibilidade com que leu e discutiu capítulos em formas preliminares.

A Marcelo Gouveia agradeço o apoio em informática e o criterioso trabalho de processamento dos dados básicos da pesquisa.

A Rosa Maria Vieira, Solange Biancão e Silvana Maria de Souza, que me auxiliaram em distintos momentos de preparação e organização dos dados e tabelas e de material bibliográfico.

A Tânia Pinaffi Rodrigues, a rigorosa padronização do conjunto de tabelas apresentadas e a Alexandre Morales a cuidadosa revisão do texto.

A Isabel do Céu, o apoio nos vários momentos durante os anos cumpridos junto ao programa de doutoramento.

A José Alberto Volpe, meu companheiro de todas as horas, que soube compreender o que significava o esforço deste estudo ao mesmo tempo que eu desempenhava trabalho profissional em tempo integral. Sem sua presença dificilmente eu teria chegado ao final desta tese.

## SUMARIO

Introdução	1
Capítulo I: Família, trabalho e gênero	14
1. Família e trabalho	14
2. Divisão sexual do trabalho, gênero e família	35
Capítulo II: Arranjos familiares: a sobrevivência na conjuntura recessiva	57
1. Família: momentos do ciclo de vida familiar e os arranjos possíveis	61
2. Pobreza e instabilidade na conjuntura recessiva	116
3. Tabelas e gráficos	127
Capítulo III: O recrudescimento da conjuntura de crise econômica e a mobilização das famílias	153
1. A mobilização dos componentes da família frente à crise	158
2. Respostas das famílias frente ao acirramento da crise	179
3. A mobilização das mulheres	226
4. Considerações finais	236
5. Tabelas e gráficos	245
Conclusões	276
Anexos	288
Bibliografia	303

## INTRODUÇÃO

Este estudo trata da relação família-trabalho abordando-a através da inserção diferenciada dos componentes da família no mercado de trabalho, considerando que tal inserção expressa em grande medida a divisão sexual do trabalho a partir da posição ocupada na família. Através da análise de informações referentes a um momento conjuntural de crise econômica, 1981-1983, nos propomos a mostrar de que maneiras o enfrentamento pela família das condições objetivas em momentos de crise provoca rearranjos na relação família-trabalho. Procuramos ainda evidenciar que esses rearranjos, viabilizados pela estruturação das atividades produtivas prévias a esta conjuntura recessiva, se refletem, a médio prazo, na aceleração dos processos de mudanças em curso na família e colocam em questão o papel de provedor atribuído ao chefe da família.

Desta maneira, as análises empreendidas indicam situações que emergiram na conjuntura de crise econômica em decorrência tanto da organização interna da família dominante na época, como do momento de organização da estrutura produtiva na Região Metropolitana de São Paulo. Revelam também relações já estabelecidas, que ocorrem independentemente da crise.

A vivência dessa conjuntura pelas famílias é abordada por dois ângulos: por um lado, indaga-se como a conjuntura de crise econômica, somada às restrições impostas pelo mercado de trabalho, afeta as possibilidades de reprodução da família, e, por outro, procura-se perceber como a configuração das famílias e suas práticas reprodutivas podem condicionar as alternativas de inserção no mercado de trabalho e os níveis dos rendimentos familiares. Enfatiza-se que as alternativas de inserção no mercado não são necessariamente definidas pelo número de pessoas em idade ativa, mas especialmente, pelas representações que envolvem cada uma das figuras da família e pelas atribuições associadas ao gênero, podendo apresentar gradações distintas em cada momento do ciclo de vida familiar e conforme a situação de classe.

A família, unidade de referência da análise, é pensada como um espaço social que articula relações sociais de gênero e idade, marcadas pelas representações específicas a cada uma delas. As relações familiares de poder e de divisão sexual do trabalho são estabelecidas com base nas representações do masculino e do feminino e dos papéis familiares associados aos gêneros, nas relações de parentesco e, ainda, nas representações sobre as diferentes idades, bem como assim se define a disponibilidade ou não dos seus diversos componentes para o mercado de trabalho.

Embora com especificidades marcadas principalmente pela diferenciação das situações de classe, as famílias da Região Metropolitana estruturaram-se - possivelmente com mais nitidez no início dos anos 80 do que nos anos 90 - sob a concepção da família nuclear fundada na divisão sexual do trabalho na qual o chefe é o provedor e a cónjuge está destinada às atividades internas à família, ou seja, à produção de valores de uso e à educação dos filhos. Essa atribuição da responsabilidade pela manutenção da casa ao homem do casal é historicamente construída e estruturadora da relação social entre os sexos no interior da família (Paoli, 1984; Durham, 1980). Muitos estudos evidenciam a vigência desse modelo de família na sociedade brasileira, especialmente valorizado pelas famílias operárias e por famílias trabalhadoras com níveis de renda mais baixos, ressaltando que, mesmo para aquelas organizadas sem a presença do homem ("matrifocais"), esse modelo persiste como o desejável (1). Estudos sobre famílias trabalhadoras de camadas médias indicam, no entanto, alterações em direção a relações mais igualitárias (2).

Consideramos, com Hirata e Humphrey (1987), que as famílias trabalhadoras reagem à crise e ao desemprego com o conjunto de relações existentes em seu seio. Por esse motivo as abordagens das relações de gênero e da divisão sexual do

(1) Dentre outros, ver: Durham, 1980, 1983; Carvalho e Cravo, 1988; Carvalho, 1992; Sarti, 1989, 1994; Zaluar, 1985.

trabalho tornam-se para nós referências teóricas importantes, como contraponto para dialogar com a concepção das "estratégias de sobrevivência", que, na maioria dos estudos, supõe os componentes da família como força de trabalho indiferenciada (3).

Os momentos do ciclo de vida das famílias constituem outra referência para a análise. São considerados como etapas do seu desenvolvimento, em cada uma das quais as unidades familiares apresentam especificidades em sua configuração e nas relações hierarquizadas entre homens e mulheres, adultos, velhos e crianças. Em cada momento da trajetória familiar articulam-se, portanto, nos núcleos domésticos, situações particulares heterogêneas para os indivíduos, tanto no que se refere a seus lugares na família, como no enfrentamento de barreiras de natureza objetiva e simbólica para a inserção no mercado de trabalho, configurando situações significativas para a apreensão de especificidades da relação família-trabalho.

Da articulação dessas situações individuais heterogêneas nos diferentes momentos do ciclo de vida

(2) Dentre outros: Romanelli, 1986; Bruschini, 1990; Carvalho, 1992; Salem, 1986.

(3) Para essa discussão sobre as formas como a família reage à conjuntura de crise encontram-se referências importantes em teorias e estudos empíricos, destacando-se dentre eles as pesquisas de Hirata e Humphrey (1986, 1987, 1994) sobre famílias operárias em São Paulo na crise do início da década. Em outra abordagem, mas também tomando a família em suas distintas configurações para estudar como esta reage nos diferentes momentos conjunturais, devem ser mencionados Jatobá (1989) e Lopes e Gottschalk (1990).

familiar resultam possibilidades diversas de arranjos familiares para inserção no mercado de trabalho e de expedientes na reprodução cotidiana, que propiciam níveis de rendimentos distintos. Configuram-se assim etapas na vida familiar em que são distintas as possibilidades de lidar com as condições objetivas de existência, bem como de lograr êxito ao enfrentar a instabilidade numa conjuntura recessiva (4).

A abordagem do ciclo vital das famílias, ainda que passível de crítica por pressupor uma certa homogeneidade nas estruturas familiares e por ter seus determinantes no desenvolvimento biológico do indivíduo, tem uma perspectiva eminentemente social, na medida em que o biológico é qualificado pelas representações sociais histórica e culturalmente localizadas. Como afirmam Hareven (1984) e Bilac (1991), o ciclo de vida das famílias apresenta características distintas em diferentes tempos históricos e espaços sociais (5). Tal abordagem "pode levar à caracterização de estruturas diferenciadas de família e, a

---

(4) Em abordagem semelhante, por considerar tipos de família segundo ciclo de vida familiar e renda familiar per capita, Lopes e Gottschalk (1990) afirmam que em diferentes conjunturas a probabilidade de ser ou não ser pobre tem como um de seus condicionantes básicos a configuração familiar. Ver também Lopes, 1992.

(5) Dentre outros autores, Scott e Tilly (1987) utilizam o ciclo vital das famílias como recurso para estudar as transformações da sociedade e seus reflexos sobre a família e o trabalho da mulher nos diferentes momentos da industrialização na França e na Inglaterra.

partir daí, a avanços na compreensão das relações entre família/classe social/sociedade global" (Bilac, 1991: 83).

É importante reter aqui o momento conjuntural recessivo, contexto da problemática em estudo. O período estudado, 1981-1983, marca o início do ajustamento econômico, a partir de quando, após quase uma década de relativa prosperidade, o país e a Região Metropolitana de São Paulo experimentaram uma década de crise e instabilidade.

A conjuntura de crise econômica que marcou de maneira aguda a sociedade brasileira no início dos anos 80 afetou especialmente o Estado de São Paulo e, mais profundamente, a Região Metropolitana de São Paulo, onde a redução das atividades econômicas, o desemprego e a aceleração do processo inflacionário, aliados à inexistência de políticas sociais compensatórias, provocaram a deterioração das condições de vida de extensas parcelas da população. Nesse contexto é que são interpretados os dados e análises aqui apresentados sobre família e trabalho.

A recessão do início da década de 80 veio a ocorrer após o período expansivo, também denominado "milagre econômico" (1968-1974), e o período de desaceleração do crescimento econômico (1974-1980). O ano de 1981 é considerado o momento inicial do período propriamente recessivo, com elevação da taxa de inflação próxima a 100%

no ano e redução do nível de emprego, que se agravou nos anos de 1982 e 1983.

Ainda que tenha atingido a economia nacional como um todo, a crise se manifestou com mais intensidade no setor industrial. Entre 1980 e 1983 sua produção declinou cerca de 15% e o emprego industrial caiu em torno de 20%, voltando aos níveis de 1976. O estado mais vitimado pela crise foi São Paulo, onde a diminuição do emprego industrial foi da ordem de 21%, segundo dados da FIESP, chegando a 25% na Região Metropolitana de São Paulo. Estima-se que entre 1981 e 1983 foram perdidos pela indústria paulista os empregos criados ao longo dos oito anos anteriores, com uma perda líquida de empregos não-agrícolas regularizados da ordem de 660 mil pessoas, ao mesmo tempo que deixou-se de absorver cerca de 800 mil novos trabalhadores em potencial (Serra, 1984).

Algumas análises sobre o mercado de trabalho durante esse período mostram, tanto para o Brasil como para a Região Metropolitana de São Paulo, que, além do desemprego, cresceu a inserção dos trabalhadores em atividades precárias (DIEESE, 1984; Troyano e outros, 1984), identificada tanto pelo crescimento da proporção de assalariados sem carteira de trabalho assinada como pelo aumento da proporção de trabalhadores autônomos, o que indica o crescimento do setor informal da economia no período 1981-1983 em todo o Brasil (Saboia, 1985). Em 1981,

na Região Metropolitana de São Paulo, enquanto a taxa de desemprego era de 16%, um contingente de 11,4% da população economicamente ativa (PEA) ocupava-se em atividades precárias consideradas como subemprego. Em março de 1983, a taxa de desemprego atingia 17,4%, correspondendo a mais de um milhão de desempregados, enquanto aproximadamente 900 mil trabalhadores, 13,7% da PEA, encontravam-se subempregados (DIEESE, 1984). Durante esse período, tais ocupações precárias constituíram, para muitos dos que haviam perdido o emprego, a única alternativa na busca pela sobrevivência, num contexto de ausência de políticas sociais de apoio ao desempregado e de inexistência do seguro-desemprego.

Os impactos da crise revelaram-se através da deterioração das condições de vida e do agravamento dos níveis de pobreza. Cresceram em números absolutos e relativos os ocupados que ganhavam até um salário mínimo no período 1979-1983, da ordem de 32,2% na Região Metropolitana de São Paulo e de 26,4% no Brasil, de acordo com dados da PNAD-IBGE (Troyano e outros, 1984; Saboia, 1985). Ainda que nesse início de década não tenha se agravado a desigualdade da distribuição da renda (Hoffman, 1985; Sabóia, 1991), o crescimento dos níveis de pobreza foi intenso, principalmente nas regiões mais industrializadas do Brasil, onde os efeitos da recessão manifestaram-se de maneira mais clara.

9

Ainda que a crise econômica tenha se configurado mais claramente entre 1981 e 1983, a conjuntura recessiva se instalou de maneira intermitente até o início dos anos 90. Como decorrência desse prolongamento da crise recessiva, nossa suposição é de que as alterações indicadas por este estudo para o momento da crise econômica não afetaram apenas conjuntamente as relações internas da família, mas as atingiram durante o período 1981-1991 de maneira mais duradoura, provocando algumas mudanças efetivas.

O presente estudo tem como referência empírica a "Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego", realizada pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) nos anos de 1981, 1982 e 1983. Selecionamos para nosso estudo os anos de 1981 e 1983 por serem mais significativos para a análise da relação família-trabalho na conjuntura recessiva. Trata-se de uma pesquisa amostral, representativa da área urbana da Região Metropolitana de São Paulo. A Pesquisa adotou amostragem estratificada, levando em conta a disparidade existente entre os distritos e subdistritos que compõem o Município de São Paulo e entre os municípios que compõem a Região (ver maiores detalhes no Anexo I).

Uma primeira análise dos dados, da qual participamos, foi divulgada pelo DIEESE em 1984 (DIEESE, 1984). Posteriormente, entre 1984 e 1986, em convênio entre DIEESE e CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea),

foi realizada análise detalhada dos dados de 1981, por ocasião do desenvolvimento do "Projeto Modo e Condição de Vida: Uma Análise das Desigualdades Sociais na Região Metropolitana de São Paulo", sob coordenação do professor Lucio Kowarick. Participamos do projeto como integrante, naquele momento, do quadro de pesquisadores do DIEESE, responsabilizando-nos pelo capítulo "Arranjos familiares e rendimentos" do relatório de pesquisa de 1986 (CEDEC/DIEESE, 1986).

Dois outros trabalhos utilizaram-se em suas análises dos dados da pesquisa do DIEESE, restringindo-se aos dados coletados em 1981. Ambos constituíram teses de doutoramento apresentadas ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: "Estrutura familiar e vida cotidiana na cidade de São Paulo" de Maria Cristina Bruschini, defendida em 1987, e "A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza - Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo", de Vera da Silva Telles, defendida em 1992. Com características específicas, estes dois trabalhos e o que ora se apresenta compõem um conjunto que representa um acervo de informações e de interpretações que se complementam para a explicitação de aspectos relativos à família e ao trabalho na Região Metropolitana de São Paulo.

O estudo de Maria Cristina Bruschini, além dos dados da pesquisa do DIEESE, se utiliza de entrevistas semi-estruturadas. Desenvolve instigante análise da distribuição de papéis em famílias urbanas de camadas médias, trazendo elementos para a compreensão da dinâmica familiar, tal como vivida e sentida por seus componentes. O trabalho de Vera da Silva Telles, partindo das informações produzidas pelo "Projeto Modo e Condição de Vida: Uma Análise das Desigualdades Sociais na Região Metropolitana de São Paulo" (CEDEC/DIEESE, 1986), desenvolve rica discussão sobre a pobreza. A família foi tomada como via de entrada para qualificar a pobreza, para além dos indicadores usuais de condições de vida precária. A partir da precariedade inscrita nas formas de vida das famílias trabalhadoras, discute a questão da pobreza na lógica da exclusão, que estrutura a vida social no Brasil.

A preparação e o processamento dos dados básicos utilizados no presente estudo demandaram grande parte do tempo e dos esforços despendidos. Os dados referentes a 1981, ainda que já estivessem processados por ocasião do citado projeto DIEESE/CEDEC, foram em sua maior parte reprocessados em decorrência de algumas correções e, especialmente, adequações para os novos cortes de análise e para possibilitar a análise comparativa. Já os dados referentes a 1983 foram totalmente processados, tarefa que implicou muitas dificuldades. A principal delas, que teve

como consequência a limitação de variáveis disponíveis para as análises referentes a 1983, veio a ocorrer na geração de variáveis equivalentes àquelas do ano de 1981. Em função de lacunas na documentação da geração de parte das variáveis da primeira pesquisa, não foi possível obter para 1983 algumas variáveis fundamentais. É o caso, por exemplo, daquelas relativas à qualificação do trabalho e à jornada de trabalho, que não puderam por este motivo ser geradas para 1983, limitando a análise de algumas relações muito importantes para a nossa investigação.

O presente trabalho é composto por três capítulos.

O primeiro capítulo deste estudo problematiza a relação família e trabalho. Explicita as hipóteses que orientaram as análises e o referencial conceitual utilizado.

Apresenta ainda discussão acerca da alteração da relação família-trabalho indicando direções para mudanças das relações internas à família.

O segundo capítulo analisa os arranjos familiares na conjuntura recessiva do ano de 1981, explicitando os principais cortes de análise utilizados no estudo. Indica também as famílias mais vulneráveis à conjuntura recessiva, identificadas em momentos específicos de seu ciclo vital.

O terceiro capítulo enfoca a mobilização das famílias frente ao recrudescimento da conjuntura econômica

de crise, a partir da comparação entre os dados de 1981 e 1983. Ao se analisar a mobilização dos componentes das famílias em cada um dos diferentes tipos de família, fica evidente a crescente importância da mobilização das mulheres, sejam elas cônjuges ou filhas. Por outro lado, evidencia-se o enfraquecimento do papel do chefe de família como provedor, embora ainda se apresente dominante.

As conclusões retomam algumas das questões tratadas pelo estudo, enfatizando que a impossibilidade concreta de efetivação do padrão de família em que o chefe é o provedor traz implicações sobre a divisão sexual do trabalho na família, propiciando a médio ou a longo prazo mudanças nas relações de gênero.

## Capítulo I

### FAMILIA, TRABALHO E GENERO

#### 1. Família e trabalho

O objetivo deste trabalho é analisar a relação família-trabalho sob os impactos da crise econômica de 1981-1983, explicitando as dimensões e transformações dessa relação e interpretando-as como manifestações da articulação entre estruturas produtivas e estruturas familiares. Busca-se apreender a relação entre família e trabalho como "um ator reunificado que intervém ao mesmo tempo nas duas esferas" (Barrère-Maurisson, 1992: 28). A lógica comum a estas estruturas regidas por lógicas próprias, e que possibilita tal articulação, é a divisão do trabalho e, mais especialmente, a divisão sexual do trabalho (Barrère-Maurisson, 1992). Como a divisão do trabalho nas sociedades industriais se opera "simultânea e indissolúvelmente nas duas instâncias", não é suficiente estudar os efeitos da vida profissional sobre a família e o inverso. É necessário tratá-las em conjunto, sob uma mesma lógica que atribui ao homem e à mulher seus lugares específicos nestas estruturas. Não se pode, assim, "dissociar o estudo do lugar dos homens

e das mulheres na produção de seu lugar na família. Estes se remetem sempre um ao outro" (Barrère-Maurisson, 1992: 30).

A construção teórica da relação família-trabalho e da divisão sexual do trabalho como elo de ligação entre as esferas produtiva e reprodutiva constitui uma importante referência teórica para esta análise (1). Dessa perspectiva, é importante reter aspectos do momento conjuntural da economia, das transformações por que passa a família e também as características da relação homem-mulher predominante na sociedade, que define tanto as atribuições de ambos na família quanto as representações acerca de sua inserção no mercado de trabalho.

---

(1) Barrère-Maurisson (1992) constrói uma sociologia da relação trabalho-família redefinindo os instrumentos específicos (conceitos, métodos). Seu trabalho se inscreve numa corrente de pesquisas desenvolvidas na França desde os anos 70, voltadas para as transformações familiares e sua concomitância com as transformações do sistema produtivo e da relação com o trabalho, não estabelecendo determinações de uma esfera sobre a outra; pelo contrario, busca os diferentes aspectos e as diferentes modalidades dessa relação. Estes estudos, em seu início (Michel, 1972, 1978), tinham por eixo o trabalho feminino, e recentemente (Barrère-Maurisson, 1984) privilegiam o trabalho, as relações entre os sexos e a divisão sexual do trabalho. Os estudos dessa corrente de pesquisa diferenciam-se ainda, nos dois momentos indicados, por tratarem num primeiro momento da relação entre estruturas produtivas e estruturas

### 1.1. Hipóteses e questões

Sob essa perspectiva, seguem-se as principais hipóteses que nortearam a investigação.

Supomos que num processo de mudança das relações na família e nas relações familiares a crise econômica de 1981 a 1983 - que impôs a necessidade concreta de participação dos demais componentes da família no mercado de trabalho - teve o efeito de interferir nas atribuições de manutenção da família, tradicionalmente concebida como concernente ao homem da casa. Interferiu no sentido de acelerar as transformações nas relações internas às famílias e nas relações entre família e mercado de trabalho. De acordo com tal suposição, os anos de instabilidade que sucederam a crise possibilitaram a continuidade dessas mudanças.

A crise, um processo de natureza econômica, veio acentuar um processo de mudança, já iniciado, nos modos de vida, provocando alterações mais duradouras nas relações internas de hierarquia, poder e atribuições dos componentes da família (2). Toma-se aqui por referência principal a familiares e, nos últimos tempos, da articulação entre estas.

(2) Scott e Tilly (1987) utilizam interpretação semelhante ao afirmarem que a II Guerra *acelerou* - e não *provocou* - o impacto de mudanças que já ocorriam na economia, demografia e na família, mudanças "que já estavam a caminho desde 1939". O tema tratado pelas autoras eram as mudanças com

Região Metropolitana de São Paulo, onde a conjuntura de crise e de instabilidade vem perdurando por longo período. Este efeito provavelmente foi menos rápido entre as famílias trabalhadoras de segmentos de baixa renda, mas, estudos realizados durante os anos 80 já indicavam um momento de transição e de profundas transformações nas relações das famílias de camadas médias, ainda que persistissem tensões nessas transformações em curso (Bruschini, 1990) (3).

Como o momento estudado refere-se ao início da década de conjuntura recessiva e indica algumas das alterações que tenderão a se acentuar durante os anos 80 e início dos 90, supõe-se que a crise do início dos anos 90 (1991-1993) tenha sido enfrentada de outra maneira pelas famílias da Região Metropolitana de São Paulo, com maior entrada de seus componentes no mercado de trabalho formal ou informal e, possivelmente, refletindo a aceitação de um novo padrão de família, com mais de um "mantenedor", e relações internas em transformação. Ainda que em contexto distinto e no bojo do processo de "precarização" das relações de trabalho na França, que se manifestou desde os anos 80 como consequência das transformações provocadas pela produção flexível, Barrère-Maurisson (1987) aponta para mudanças na organização interna da família e para a instituição de dois mantenedores, ou seja, os dois

relação ao crescimento da participação da mulher na força de trabalho no pós-guerra.

(3) Ver também, dentre outros: Romanelli, 1986; Carvalho, 1992; Salem, 1986.

componentes do casal, como o novo padrão de divisão sexual do trabalho.

Não se pretende aqui demonstrar esta última hipótese, mas apenas indicar aspectos a serem considerados no estudo das transformações pelas quais passa a família, bem como levantar questões que demandam tratamento mais específico por novas pesquisas sociológicas e antropológicas.

Uma das hipóteses centrais deste estudo é que os impactos da conjuntura recessiva sobre as famílias são diferenciados para seus diversos componentes, em decorrência das atribuições que lhes cabem por essa teia de posições familiares de gênero e de idade. Isso ocorre porque as possibilidades de inserção no mercado de trabalho são afetadas pela desigualdade interna à família, construída em torno dos papéis familiares hierarquizados a partir do homem do casal. As representações relativas às posições familiares e às relações de sexo e de idade exercem sobre seus componentes pressões e expectativas distintas frente ao desempenho de funções na família, à inserção no mercado de trabalho, ao desemprego. As relações de gênero expressas nos papéis familiares também recortam no interior da família a disponibilidade/obrigatoriedade para a participação no mercado de trabalho. Como se verá no decorrer da análise, tal fato se traduz na maior participação no mercado do homem do casal e, também, dos filhos do sexo masculino com mais de 18 anos.

Desta hipótese maior decorre uma outra, que se refere à maneira como os componentes da família passam a se colocar frente ao mercado de trabalho. Se os efeitos da crise de 1981-1983 foram distintos para os diferentes componentes da família, como decorrência do padrão familiar fundado nas expectativas em relação aos papéis familiares convencionais, então pode-se supor que numa conjuntura de crise o crescimento da inserção precária (subemprego e atividades ocasionais) de cônjuges e filhos esteja associado à representação desses componentes como "complementares" na manutenção da família (pela ótica da família) e como força de trabalho "secundária" no mercado de trabalho (pela ótica do mercado). Estas representações vigentes no mercado e na família moldariam o comportamento de parte das cônjuges e dos filhos no sentido da não-obrigatoriedade de sua inserção no mercado, que é, entretanto, colocada concretamente como necessidade por uma conjuntura de crise econômica.

Supomos que a inserção precária de mulheres-cônjuges e de filhos, sob as representações referidas, pode ser explicada, em primeiro lugar, pela tentativa de manter a sobrevivência da família, que os mobiliza da condição de inativos para a de disponíveis para o mercado, procurando e/ou aceitando os trabalhos possíveis, e não os desejáveis. Por outro lado, sua inserção precária no mercado de trabalho é consequência ou do caráter descontínuo da sua participação, ou da sua não-qualificação, como uma das

decorrências da sua não-obrigatoriedade de trabalho no padrão familiar aceito.

Na perspectiva da família, a situação de crise econômica não apenas impõe a necessidade de novos arranjos para garantir a sobrevivência do grupo doméstico através de mais pessoas no mercado de trabalho com a mobilização dos inativos, mais horas trabalhadas pelo trabalhador adulto disponível, e outros expedientes. Coloca também situações novas que podem abalar o modelo ideal de família expresso pela família trabalhadora. Nesse sentido, o desemprego ou subemprego do chefe não leva necessariamente outros componentes para o mercado de trabalho, mas pode abalar tanto sua auto-imagem como sua imagem na família (Stroh, 1989), uma vez que a família nos padrões tradicionais da divisão do trabalho é considerada uma conquista e a respeitabilidade do chefe de família advém do fato de trabalhar e manter sua família (Zaluar, 1985: 89) (4). Supomos, no entanto, que as mudanças favorecidas pela situação de crise, associadas àquelas que atingem a sociedade, venham a facilitar a aceitação da possibilidade e o reconhecimento da importância e necessidade da participação da mulher e de outros membros da família no mercado de trabalho, fazendo com que, a médio prazo, o trabalho da mulher deixe de ser visto como humilhante para o

---

(4) Referindo-se a trabalhadores urbanos de baixa renda, ver Zaluar, 1985.

homem, tornando-se algo desejável (5). Como consequência dessa aceitação, ocorrerá alteração nas negociações internas, na autoridade paterna e na partilha do poder sobre os destinos da família (decisões, uso do dinheiro, etc.). Ainda que estejamos supondo maior espaço para a negociação interna, isso não significa que essas mudanças impliquem necessariamente a alteração radical da concepção tradicional dos papéis familiares. Indícios desse processo de mudança e de suas contradições são encontrados em estudos de situações concretas. Eles demonstram que mesmo nas famílias de camadas médias, nas quais as relações tendem a se estabelecer de maneira mais igualitária, as tensões indicadas originam-se exatamente na contradição entre relações mais igualitárias e a tradicional atribuição de papéis (Carvalho, 1992 e Romanelli, 1986, 1991). Estudos mais recentes sobre famílias trabalhadoras de baixa renda também indicam tensões nas tendências de mudanças. Estas emergem na tendência a uma certa "diluição" dos limites dos papéis de gênero (Sarti, 1994). Entretanto, o mais provável é que, mesmo rompida

---

(5) Romanelli (1986) identifica estas atitudes positivas em relação ao trabalho da mulher-cônjuge em famílias de camadas médias. Em direção oposta vão as constatações de Hirata e Humphrey (1986) em relação às concepções de operários fabris. Em pesquisa junto a operários de uma indústria de componentes eletrônicos, constatam que o trabalho da mulher casada e com filhos só é aceito pelos homens quando necessário, mas é vivido por estes com vergonha e dor, porque se torna uma demonstração da insuficiência de seus rendimentos.

pelas práticas a base concreta do padrão de família baseado no chefe provedor, este persista enquanto padrão ideal (6).

### 1.2. Transformações na família e nas atividades produtivas

O período 1981-1983 apresenta-se como um momento importante para a análise das possibilidades de alterações nas atribuições internas à família, por suceder a uma etapa de profundas transformações na economia e na sociedade brasileiras, os anos 70, e por refletir os impactos da crise econômica. Tais mudanças ocorridas são expressas tanto pelas transformações pelas quais passa a família, como por alterações na força de trabalho absorvida pelo mercado em função de transformações nas atividades produtivas.

Nos anos 70 intensificou-se a migração rural-urbana, como consequência das transformações pelas quais

(6) Na concepção de Durham (1980), a valorização "tradicional" da família não resulta de um apego ao passado, mas trata-se de relações fundamentais para a reprodução do operário e para a construção da identidade operária. "Não resulta entretanto de um irracional apego ao passado, mas de uma apreciação adequada dentro da ótica e dos limites da situação vigente, das condições de vida dos trabalhadores" (Durham, 1980: 210). Nessa concepção a família constitui uma ideologia, além de ser considerada também como uma das instituições na qual se constroem as ideologias. Scott e Tilly, avaliando o papel da família em relação às transformações da sociedade francesa e inglesa, afirmam que a família garante uma certa continuidade em meio à mudança econômica. "Valores, comportamentos e estratégias estabelecidos sob um modo de produção continuam a influenciar comportamentos com a economia mudada ("as the economy changed"). As antigas práticas só lentamente são adaptadas às novas circunstâncias" (Scott e Tilly, 1987: 232).

passou o agrário. No urbano, diversificavam-se as atividades econômicas e criavam-se novas oportunidades de trabalho nos setores secundário e terciário, em razão das políticas implementadas durante o período do "milagre econômico" (Faria, 1986; Hirata e Humphrey, 1984).

O trabalho feminino se ampliou a partir do final dos anos 70, ao mesmo tempo que verificaram-se transformações das atividades produtivas, ou seja, transformações e expansão na indústria, nos serviços, bem como alterações na produção e nas relações de trabalho agrícola que provocaram o êxodo rural na década. A crescente participação da mulher na força de trabalho no país consolidou-se nos anos 70 e 80: em 1960, as mulheres representavam 17% da população economicamente ativa (PEA), proporção que passou a 20,9% em 1970, a 27,4% em 1980 (Hoffman, 1986) e a 33,5% em 1985 (Bruschini, 1989). A proporção de mulheres na PEA urbana cresceu de 33,6% em 1981 para 37,8% em 1990, e sua taxa de atividade (7) saltou de 33,7% em 1981 para 40,1% em 1990 (Bruschini, 1994: 6). Além das indicações já no final da década de 70 e início dos anos 80 da entrada das mulheres casadas no mercado de trabalho, os dados estatísticos apontam para a intensificação desse fenômeno durante a década de 80 (Bruschini, 1989 e 1994; Cavalcante, 1988), período de crise e de instabilidade. A

---

(7) Taxa de atividade para alguns autores e taxa de participação para outros: PEA (população economicamente ativa) em relação à PIA (população em idade ativa).

proporção de mulheres casadas na PEA feminina, que era de 25,8% em 1970, chegou a 35,7% em 1980 (Hoffman, 1986), enquanto sua taxa de atividade cresceu entre 1980 e 1990 de 20,0% para 37,6% (Bruschini, 1994:8). Estudo com base nos dados da PNAD-IBGE mostra que entre 1983 e 1988 houve forte crescimento da população de cônjuges com idade entre 15 e 54 anos na PEA, da ordem de 5,3%, "representando uma das mais importantes mudanças estruturais observadas no mercado de trabalho no passado recente", refletindo-se em sua taxa de participação, que evoluiu de 34,5% para 39,7% (Sedlacek e Santos, 1991: 452)).

Assim, na década de 70, marcada por intensa urbanização e pela diversificação das atividades econômicas, aumentou a absorção da mulher no mercado de trabalho na indústria e, mais especialmente, nos serviços. Na década de 80, caracterizada por momentos alternados de crise e de expansão, assistiu-se à continuidade do crescimento do emprego da mulher, não obstante os períodos de recrudescimento do desemprego. Ressaltemos que estes fatos vêm sinalizando no Brasil a irreversibilidade do emprego feminino, fenômeno também constatado nos países capitalistas desenvolvidos (Huet, 1982; Yanz e Smith, 1983). Portanto, a continuidade do crescimento do emprego da mulher tanto durante os períodos de crise como durante os de expansão da

economia vem se contrapor a interpretações que classificam a força de trabalho feminina como "exército de reserva", segundo as quais as mulheres teriam acesso ao mercado de trabalho em períodos de expansão ou de emergência, sendo expulsas nos períodos de crise (Yanz e Smith, 1983).

No que se refere à família, pode-se mencionar também transformações importantes ocorridas tanto no momento anterior a 1981-1983, como nos anos 80, tais como a expressiva queda dos níveis de fecundidade entre 1965 e 1975 no país como um todo e, embora em níveis específicos, de forma concomitante à ocorrência desse mesmo fenômeno, nos países desenvolvidos (Bilac, 1991). Outras mudanças significativas ocorreram também nos padrões familiares, como o crescimento das separações e das proporções de famílias monoparentais, especialmente aquelas encabeçadas por mulher (8).

Assim, algumas transformações na família que já se anunciavam nos anos 70 e se acentuaram nos anos 80, dentre as quais o crescimento das famílias chefiadas por mulheres, refletem não apenas a transição demográfica e as alterações dos padrões de nupcialidade, mas um conjunto complexo de fenômenos, com destaque para aqueles que se explicitam através da articulação entre estruturas produtivas e

---

(8) Ver dentre outros: Kellerhals e Roussel, 1987; Berquó e Oliveira, 1989; Faria, 1988; Oliveira, 1992; Goldani, 1991.

estruturas familiares. Neste sentido, merecem menção as transformações da família que estão relacionadas aos novos papéis que a mulher vem assumindo na sociedade e à mudança de expectativas em relação a ela. Estas mudanças têm a ver com as posições conquistadas pela mulher no mercado de trabalho e com as oportunidades crescentes de absorção oferecidas por este, apesar da sexualização das ocupações. Ou seja, a atividade da mulher no mercado de trabalho permanece concentrada em determinadas atividades e setores (Bruschini, 1979; 1994), prevalecendo, entretanto, tanto nas regras do mercado para sua absorção, como nas escolhas individuais, a divisão sexual do trabalho definida pelas representações das atribuições da mulher em relação à família. Dessa maneira, o crescimento das famílias chefiadas por mulher verificado entre 1980 e 1991 (PNAD-IBGE) na Região Metropolitana de São Paulo, bem como dentre estas os domicílios compostos pela mulher só, são fenômenos que sem dúvida expressam as maiores possibilidades de autonomia da mulher para garantir sua subsistência. Não obstante a maior autonomia, importante parcela das famílias chefiadas por mulheres apresenta nível acentuado de pobreza (9).

---

(9) Na análise dessa questão entre 1970 e 1980, Oliveira (1992) afirma que "a década de 70 assiste a um aumento das possibilidades sociais e individuais de vida independente para um número crescente de mulheres", destacando dentre a complexidade de fatores envolvidos "a expansão das possibilidades de emprego feminino" (Oliveira, 1992: 160). Sobre análise das condições de vida das famílias chefiadas por mulheres no ano de 1990, ver SEADE, 1993.

Dentre as transformações na família na década de 80 na Região Metropolitana de São Paulo destacam-se, assim, o simultâneo crescimento na proporção de famílias monoparentais e de domicílios unipessoais e a redução na proporção do tipo predominante de família, as conjugais, especialmente daquelas de casais com filhos (PNAD-IBGE) (10). Por outro lado, refletindo alterações na relação família-trabalho, cresce o número de pessoas ocupadas por família (11). Nesse processo, constata-se nas regiões metropolitanas do país, e com maior intensidade naquelas do Sudeste, o crescimento entre 1978 e 1986 das taxas de participação da família na força de trabalho, em função do aumento da participação da mulher-cônjuge e dos filhos (Jatobá, 1990) (12).

(10) PNAD-IBGE: Tabulações Especiais, 1980-1991. Entre 1981 e 1990, segundo dados da PNAD, as proporções de famílias segundo tipos na Região Metropolitana de São Paulo são as seguintes, respectivamente aos anos mencionados: famílias conjugais: 77,1% e 73,7% (casais com filhos: 63,7% e 60,5%); famílias monoparentais: 11,7% e 13,9% (mulheres sem cônjuge com filhos: 10,2% e 12,2%); domicílios unipessoais: 7,1% e 7,6% (mulheres sós: 3,6% e 4,0%); outras composições familiares: 4,1% e 4,6%.

(11) Indicadores diversos apontam para o Brasil, Estado de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo, desde os anos 70, tendência à redução do número de famílias com apenas uma pessoa ocupada. Reduzem-se no Brasil as proporções de famílias onde só uma pessoa trabalha: em 1981, 49,9% das famílias, e em 1987, 43,4%; crescem, complementarmente, as proporções daquelas em que duas ou mais pessoas trabalham: em 1981, 50,1% das famílias, e em 1987, 56,6%. Dados oriundos das PNADs (Castello Branco, 1989: 17).

(12) Nas regiões metropolitanas do Sudeste, em 1978, 25,3% das cônjuges eram economicamente ativas; em 1983, momento mais crítico da crise econômica, eram 33,3%; e em 1986, momento de relativa expansão provocada pelo Plano Cruzado, passaram a ser 38,7%. Também a participação dos filhos e outros em idade ativa cresce nesses três momentos: são 14,9%

Estas tendências, consideradas no bojo das transformações que ocorrem na sociedade brasileira, expressam ajustes entre as dinâmicas de transformação da família e das atividades econômicas. Na verdade, elas indicam mais do que simples ajustes, pois repercutem sobre as relações familiares de autoridade e de negociação, afetando mutuamente as relações internas da família e as possibilidades de inserção de seus componentes no mercado de trabalho.

---

em 1979, 15,4% em 1983 e 16,3% em 1986 (Jatobá, 1987 e 1990).

### 1.3. Família, trabalho e crise

A análise do período 1981-1983, permite mostrar o crescimento, nesse curto espaço de tempo, da participação da mulher-cônjuge, quando diferenciada por tipos de família, e dos filhos no mercado de trabalho. Mostra também a importância da mobilização das mulheres (cônjuges ou filhas) para atividades remuneradas em 1983, momento em que se acirra a crise.

Uma das hipóteses deste estudo refere-se à mobilização dos componentes da família para o mercado de trabalho na crise e os efeitos dessa mobilização nas transformações da família. Desta forma, constatou-se em dois momentos de recrudescimento da conjuntura recessiva - 1981-1983 (conjuntura de crise), através das análises das informações desta pesquisa, e 1989-1991 (conjuntura recessiva com elevação do desemprego), através de análises das informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEADE/DIEESE) - que cônjuges e filhas entram com mais intensidade no mercado de trabalho no mesmo momento em que se abala a situação de emprego dos chefes de família e dos filhos masculinos adultos é abalada, ameaçando assim as possibilidades concretas de efetivação do ideal de família baseado no chefe provedor. Este fato vem fortalecer a hipótese aqui levantada de que a conjuntura de crise, ao propiciar mesmo de forma temporária a ruptura na prática do

padrão tradicional da família (o do chefe provedor), propiciaria ou acentuaria as mudanças em curso nas relações internas à família, mais especialmente nas relações homem-mulher, em direção a relações mais igualitárias. Estas mudanças expressar-se-iam em alterações na relação família-trabalho, bem como nas formas de inserção da mulher no mercado de trabalho, que por sua vez refletem mudanças na relação homem-mulher no âmbito da sociedade (13). É importante ressaltar aqui que tal ruptura, temporária na maioria dos casos, ocorreria sob muitas tensões entre as práticas e as representações acerca da família, os lugares de seus membros e suas atribuições.

Considerando que os anos 80 e o início dos anos 90 foram marcados por conjunturas de crise e de instabilidade, acredita-se que no decorrer do período em foco situações como estas encontradas nas conjunturas recessivas de 1981-1983 e 1989-1991 tenham-se repetido, acentuando as mudanças na direção apontada.

Certamente não é apenas a crise que provoca as mudanças na relação família-trabalho. Um conjunto de fatores condensa-se no decorrer do tempo, contribuindo para explicá-las. Destacaremos a seguir alguns desses fatores, sempre referidos ao período 1981-1983.

(13) Desenvolvimento teórico sobre a "modernização" das relações sociais e as "normas sociais em matéria de atividade feminina" que explicitam as alterações na sociedade da concepção sobre o trabalho feminino é encontrado em Hirata, 1988.

O estágio de desenvolvimento do capitalismo e das forças produtivas em que se deu a crise de 1981-1983, bem como a redução do emprego industrial, predominantemente masculino, possibilitaram, durante esse momento na Região Metropolitana de São Paulo - apesar do crescimento do desemprego em geral - maiores oportunidades de trabalho para as mulheres, restringindo-as, ao mesmo tempo, para os homens (Spindel, 1987). A par do crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho, que ocorria desde a década anterior, o desenvolvimento no âmbito da sociedade global de questionamentos em relação às desigualdades entre homens e mulheres promovidos pelo discurso feminista, principalmente a partir dos anos 70 (Teles, 1993), e, na seqüência, o crescimento da participação das mulheres nos movimentos sociais (Pinto, 1992) reforçaram e impulsionaram mudanças no papel da mulher na sociedade. Tais mudanças oferecem as bases para alterações na relação família-trabalho e para posteriores alterações mais profundas na concepção tradicional de família, que atribui aos homens o trabalho e a responsabilidade pela manutenção da família, enquanto designa às mulheres a responsabilidade no cuidado da casa e na criação dos filhos (14). Nesse contexto mais geral, os momentos de crise econômica da década de 80 e de 90, ao provocarem situações de ruptura temporária do padrão tradicional de relações internas da família e de alteração de sua relação com o mercado de trabalho, atuariam no

(14) A concepção tradicional de família no Brasil é tratada

sentido de acelerar mudanças que já se encontravam em curso na sociedade, tanto nas relações familiares como na relação família-trabalho.

Estas mudanças, que se mostrarão lentas e com muitos freios culturais, são em grande parte provocadas pelo trabalho feminino. Segundo vários autores, o trabalho feminino e a alteração da situação da mulher na sociedade são os principais responsáveis pelas profundas transformações na família experimentadas nos países ocidentais desenvolvidos (15). Kellerhals e Roussel (1987) apontam o impacto do trabalho assalariado da mulher norte-americana, já nos anos 60, sobre a divisão de poder e sobre a dinâmica familiar, citando estudos de Blood e Wolf (1964). No âmbito da França, Michel (1972) indica o impacto do trabalho feminino no sentido de aumentar o igualitarismo na família.

Esse processo coloca para as ciências sociais novas questões quanto às relações entre a esfera da produção e a esfera da reprodução, e interpela paradigmas da Sociologia da Família e da Sociologia do Trabalho, sinalizando a necessidade de repensar as fronteiras de seus campos de estudo específicos (Barrère-Maurisson, 1987).

Em relação à Sociologia da Família, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho forçou os dentre outros por Durham, 1980 e 1983; Sarti, 1994.

estudiosos a questionar o esquema de interpretação funcionalista, parsoniano, então dominante (16). A partir do momento em que a atividade profissional da mulher deixa de ser excepcional, "restringe-se a credibilidade das teses segundo as quais a divisão dos papéis femininos e masculinos sobre o eixo instrumentalidade/expressividade seria, ao mesmo tempo, 'quase natural' e funcional tanto para a criança como para o grupo familiar e para a sociedade global" (Kellerhals e Roussel, 1987: 18). Reagindo a estas concepções e à estigmatização das formas "desviantes" de organização doméstica, muitos pesquisadores procuraram definir o impacto positivo do trabalho assalariado das mulheres sobre a divisão de poder interna à família. "O assalariamento progressivo das mulheres tem, portanto, tido grande impacto sobre a pesquisa dos determinantes das dinâmicas familiares. A idéia de uma "negociação" mais ou menos racional das interações familiares substitui assim aquela do modelo único e predeterminado das formas de solidariedade familiar" (Kellerhals e Roussel, 1987: 19).

---

(15) Dentre outros, ver: Kellerhals e Roussel, 1987; Barrère-Maurisson, 1987.

(16) Cf. Kellerhals e Roussel, 1987; Barrère-Maurisson, 1987. Segundo a interpretação funcionalista, que tem Talcott Parsons como um dos principais teóricos, o modelo de família é a família nuclear, isolada do parentesco extenso, baseada no casamento e na diferenciação dos papéis sexuais e de geração. Marido e mulher desempenhariam papéis assimétricos e complementares: o primeiro os "papéis instrumentais" e a mulher os "papéis expressivos". As funções básicas da família seriam a socialização primária das crianças e a estabilização das personalidades adultas. Nessa concepção a família nuclear representa a estrutura familiar mais

O trabalho assalariado das mulheres também coloca várias questões para a Sociologia do Trabalho, na medida em que interpela a noção de trabalho em geral ao colocar questões relativas ao trabalho doméstico, além de revelar, segundo Commaille, "os processos de ajustamentos recíprocos entre estruturas familiares, modos de organização da esfera doméstica e sistema produtivo. O trabalho das mulheres tornar-se-ia, assim, o elemento sensível cuja observação, desde que compreendido numa perspectiva histórica, permitiria desvendar a economia das relações entre produção e família, reconstituir o sistema de regulação destas relações" (Commaille, 1984: 241).

Nessa perspectiva, e procurando abordar a relação família-trabalho em sua complexidade, importa retomar a problemática da divisão sexual do trabalho, cuja lógica perpassa as estruturas produtivas e familiares (17) e possibilita apreender a relação família-trabalho na interpenetração entre as esferas da produção e da reprodução (Barrère-Maurisson, 1992: 29).

---

adaptada às exigências da sociedade industrial e é considerada um modelo universal (Parsons e Bales, 1959). (17) Dentre outros que tratam da questão sob essa abordagem, ou seja, considerando a divisão sexual do trabalho e a articulação entre esferas produtiva e reprodutiva, ver: Barrère-Maurisson, 1984, 1992; Chaudron, 1991; Commaille, 1993.

## 2. Divisão sexual do trabalho, gênero e família

A divisão sexual do trabalho, que opera tanto na família como no mercado de trabalho através de conteúdos históricos e culturais, constitui, através de sua lógica, o elo de ligação entre estruturas produtivas e estruturas familiares, explicando interdependências entre estas duas dimensões da vida social (Barrère-Maurisson, 1992). A mesma lógica da divisão sexual do trabalho atribuindo aos homens como às mulheres seus lugares respectivos na família e na produção atua conjuntamente nas duas esferas (Barrère-Maurisson, Batagliolla e Daune-Richard, 1983).

### 2.1. Divisão sexual do trabalho e gênero

A problemática da divisão sexual do trabalho, que tem sua raiz na designação prioritária, mas não exclusiva, das mulheres ao trabalho reprodutivo, amplia o conceito de trabalho ao incluir o trabalho doméstico (Kergoat, 1982). A divisão sexual do trabalho possibilita explicar os modos diferenciados de inserção de homens e mulheres no sistema produtivo, bem como as formas de gestão da força de trabalho também diferenciadas, quer se trate de homens ou de mulheres.

Nesta problemática, o trabalho é pensado em sua dupla dimensão: trabalho doméstico e trabalho profissional ou assalariado.

A diferenciação entre trabalho doméstico e trabalho assalariado foi tratada por Delphy (1970), no bojo das discussões feministas sobre trabalho doméstico na década de 70. Segundo esta autora, tal diferenciação se define a partir das relações sociais de produção, sob as quais no patriarcado, se exerce a exploração do trabalho não pago da mulher e dos mais novos. Embora sua análise tenha representado importante contribuição para a compreensão do trabalho diferenciado por sexo em sua dupla dimensão, as peculiaridades deste só se explicitam, segundo Fougeyrollas-Schewebel, com a análise segundo a divisão sexual do trabalho, no sentido da divisão social do trabalho entre homens e mulheres. É essa perspectiva de análise que permite expor as modalidades diferenciadas de inserção no mercado de trabalho (*mise au travail*) segundo o sexo, bem como mostrar que há uma relação social específica entre os grupos de sexo. Fougeyrollas define o trabalho doméstico como "a disponibilidade do trabalho das mulheres a serviço da família" (Fougeyrollas-Schewebel, 1994) (18). O trabalho doméstico, em oposição ao trabalho assalariado ou

---

(18) Além de Fougeyrollas-Schewebel, 1995, ver também: Chabaud e Fougeyrollas-Schewebel, 1986; Chabaud-Rychter, Fougeyrollas-Schewebel e Sonthonnax, 1985.

profissional, se caracteriza por ser gratuito, abolindo qualquer análise em termos de troca. Ele se realiza como uma relação entre pessoas, e "a 'relação de serviço', relação social de sexos que caracteriza o processo de trabalho doméstico, não está circunscrita ao núcleo conjugal, mas deve ser estudada no conjunto do parentesco" (Fougeyrollas-Schewebel, 1994: 38). Entretanto, o trabalho doméstico não é definido pela autora como o trabalho das mulheres em geral; deve-se investigar suas características sociais, evoluções e transformações.

O estudo das relações entre os sexos e a divisão sexual do trabalho não se circunscreve ao grupo familiar, pois abrange o conjunto das interdependências entre o trabalho doméstico e o trabalho assalariado e das relações de sexo no trabalho. Segundo Fougeyrollas, "a divisão sexual do trabalho é fundada sobre uma assimetria: os homens são em sua maioria dispensados do exercício do trabalho doméstico, as mulheres em contrapartida participam do trabalho profissional", e o exercício deste não coloca fundamentalmente em questão "a disponibilidade permanente das mulheres a serviço da família" (Fougeyrollas-Schewebel, 1994: 38).

Dessa maneira, a problemática da divisão sexual do trabalho atravessa e dá sentido ao conjunto de relações

sociais que recobre o termo divisão social do trabalho, não se restringindo portanto às mulheres, ao trabalho doméstico e à esfera da reprodução. A divisão do trabalho entre os sexos é uma modalidade da divisão social do trabalho, da mesma forma que a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual ou a divisão internacional do trabalho, articulando-se e interpenetrando-se com outras formas de divisão social (Kergoat, 1989).

São muitos os estudos que utilizam a divisão sexual do trabalho como categoria de análise. As diferenças entre homens e mulheres são tematizadas a partir dos questionamentos do feminismo que analisam as categorias de sexo enquanto categorias sociais, contrapondo-se às explicações das diferenças de sexo baseadas na natureza biológica ou na dominação patriarcal. A construção da problemática da divisão sexual do trabalho emerge dessa reflexão, através da qual foi possível mostrar que "os papéis no assalariamento e na família apareceram como o são, isto é, não como o produto de um destino biológico, mas como um *constructo social*, resultado de relações sociais; o trabalho também foi requestionado, através da recusa de limitá-lo exclusivamente ao trabalho assalariado e profissional: pouco a pouco propôs-se uma definição cada vez mais ampla de trabalho, levando-se em conta, simultaneamente, tanto o trabalho doméstico quanto o trabalho assalariado" (Kergoat, 1989: 89).

A divisão sexual do trabalho é válida para todas as sociedades, porém o modo como se estrutura varia no tempo e no espaço, de tal forma que tarefas consideradas masculinas em uma sociedade podem ser femininas em outra. Do ponto de vista histórico, a estruturação da divisão sexual do trabalho enquanto oposição entre trabalho assalariado e trabalho doméstico surgiu com o capitalismo e se transforma de maneira concomitante às transformações das relações de produção (Kergoat, 1989).

A utilização da divisão sexual do trabalho como categoria de análise em estudos empíricos, especialmente no campo da Sociologia do Trabalho, tem contribuído bastante para que sejam mais bem conhecidos os lugares das mulheres e dos homens na produção. Esses estudos, ao mesmo tempo que desvendam a realidade social sexuada, revelam reiteradamente que a divisão sexual do trabalho se apresenta como o locus privilegiado das relações sociais de gênero (Souza Lobo, 1991).

## 2.2. Relações de gênero, relações sociais de sexo

A divisão sexual do trabalho tem sido articulada a categorias como "relações sociais de sexo" ou "relações de gênero", oriundas das tradições sociológicas francesa e anglo-saxônica respectivamente (19). Mais que expressões utilizadas no estudo das relações entre os sexos, constituem duas perspectivas de análise que enfatizam aspectos distintos e por isso merecem algumas considerações. Ambas as acepções percebem as relações entre os sexos como produto de processos históricos e culturais, enquanto relações hierárquicas entre os sexos, implicando relações de poder, mas há diversidade entre os autores nas referências à classe: desde um extremo em que esta não é levada em conta, até a sua co-extensividade com as relações sociais de sexo.

Scott com base em duas proposições relacionadas, define o gênero como "um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder" (Scott, 1990: 14). Enfatiza as construções históricas e culturais das relações de gênero, os significados das representações do masculino e feminino, bem como as relações de gênero como relações de poder. Ressalta ainda que o gênero, que exprime o que se vive e o

(19) Sistematização sobre essas diferentes concepções é feita por Blass, 1994.

que se pensa como masculino e feminino, não apresenta fixidez; pelo contrário, "é definido e incessantemente construído dentro de um contexto concreto" (Scott, 1990: 19).

Kergoat, por sua vez, define relações sociais de sexo a partir de pontos como "ruptura radical com as explicações biologizantes das diferenças entre as práticas masculinas e femininas; ruptura radical com os modelos supostos universais; afirmação de que estas diferenças são socialmente construídas; que este socialmente construído tem uma base material (e não somente ideológica); e que é portanto apreensível historicamente; afirmação de que estas relações sociais repousam sobre uma relação hierárquica entre os sexos; de que se trata de uma relação de poder" (Kergoat, 1992). A ênfase desta perspectiva de análise é colocada nas relações sociais entre os sexos como uma das modalidades das relações sociais e como co-extensivas às relações de classe. Enfatiza também o sexo biológico como a base que oferece materialidade às construções histórico-sociais, ou seja, explicita a construção de categorias sociais a partir do sexo biológico e as contradições que permeiam esta construção.

Embora sejam sutis as diferenças entre as abordagens "relações sociais de sexo" e "relações de gênero" ou "relações sociais de gênero", é importante registrar tendência recente entre os pesquisadores franceses a superar

a polarização entre elas, manifestada pelo reconhecimento da não-oposição entre os dois termos, considerados "menos conceituações alternativas que formalizações preferenciais" (Kergoat, 1992: 18) (20).

Entre os estudiosos brasileiros - na evolução da problemática da divisão sexual do trabalho e das relações entre homens e mulheres, verificada especialmente no âmbito dos estudos das relações de trabalho - vem se verificando a preferência pela utilização das categorias gênero, relações de gênero ou relações sociais de gênero (21). No âmbito dos debates do Grupo de Trabalho "Mulher na Força de Trabalho", da ANPOCS, a discussão acerca das relações sociais de sexo e relações de gênero se explicita a partir de 1984, momento em que se expressa a tentativa de elaboração teórica da categoria divisão sexual do trabalho por Elisabeth Souza

---

(20) "A primeira observação é de bom senso: é impossível opor "gênero" a "relações sociais de sexo", os dois termos são altamente polissêmicos. Encontramos nos dois casos o mesmo leque de acepções que vão da simples variável mulher a uma análise em termos de relações sociais antagonistas" (Scott, 1988). Trata-se, portanto, a meus olhos, menos de conceituações alternativas que de formalizações preferenciais" (Kergoat, 1992). Pode ser interpretada como outra manifestação dessa tendência a incorporação da expressão gênero em artigo sobre a discussão acerca das relações de classe e relações de sexo (Hirata e Kergoat, 1993).

(21) Sobre a discussão acerca dos conceitos relações sociais de gênero e relações sociais de sexo, ver: USP, 1989; Castro e Lavinias, 1992; Costa e Bruschini, 1992. Esta última referência é uma coletânea que apresenta parte do debate sobre a utilização dos conceitos, com artigos apresentados no seminário "Estudos sobre Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas", organizado pela Fundação Carlos Chagas em 1990.

Lobo e por Danièle Kergoat (22), diferenciando-se de outros estudos que se utilizam da categoria "no plano descritivo e classificatório" (Castro e Lavinias, 1992). Desse debate resultou a redefinição do objeto do Grupo de Trabalho: "Se, até há pouco, o objeto era a construção social e subordinada do feminino, hoje, remodelado, é a construção das relações sociais entre homens e mulheres, isto é, das relações de gênero" (Castro e Lavinias, 1992: 243).

O debate instalou-se também nas instituições acadêmicas. Tomando-se como exemplo a Universidade de São Paulo, realizou-se em 1987, no Departamento de Sociologia da FFLCH-USP, o Seminário "Relações de Sexo x Relações de Gênero" (USP, 1989) (23). O tema central da discussão foi o conceito de gênero, "recentemente introduzido nas Ciências Sociais e na literatura sobre o feminismo, conceito que veio substituir a conotação biologicista contida no conceito de sexo e demonstrar que o feminino e o masculino contêm uma dimensão socialmente construída" (24).

---

(22) Kergoat e Souza-Lobo produziram trabalhos pioneiros que trouxeram essa tentativa de elaboração teórica. Respectivamente: "A divisão social e a divisão sexual do trabalho" e "A divisão sexual do trabalho e as Ciências Sociais", apresentados em 1984 no GT "Mulher na Força de Trabalho" da ANPOCS. Apud Castro e Lavinias, 1992.

(23) USP, 1989. Participaram com apresentações no seminário e com textos na publicação: Anette Godberg e Michèle Ferrand; Eleni Varikas do GEDDIST, Paris; Helena Hirata; Elizabeth de Souza Lobo e Eva Alterman Blay.

(24) Eva Blay (USP, 1989, "Apresentação"). Deve-se notar, já nesta ocasião, a manifestação sobre a similaridade entre as duas acepções (relações sociais de sexo e relações de gênero) expressa por Helena Hirata em seu texto "Pesquisas

Estas questões ganharam espaço na vertente da Sociologia do Trabalho através da realização de dois seminários também na USP: em 1988, o Seminário "Padrões Tecnológicos e Políticas de Gestão", que teve uma seção dedicada ao tema da divisão sexual do trabalho, e em 1989, o Seminário Internacional "Políticas de Gestão, Relações de Trabalho e Produção Simbólica", onde a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo e de gênero constituíram assuntos centrais das apresentações.

Como resultado da introdução da problemática das relações de gênero no Brasil, que foi mais claramente colocada a partir de 1984, na ANPOCS, e manifestou-se nos anos de 1988 e 1990 nas reuniões da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), ocorre o deslocamento da temática sobre a mulher. Na reunião da ANPOCS de 1989 as relações de gênero emergiram como uma nova preocupação teórica, através da introdução das temáticas de gênero, relações de gênero e da transversalidade do gênero, em substituição à temática da mulher. Na ABA, esta temática substituiu a da identidade feminina (Costa e Bruschini, 1992). Assim, a problemática da diferenciação do masculino e do feminino e suas relações hierarquizadas, que continua a ser crescentemente objeto de estudo, reafirma-se no Brasil mediante o uso das categorias gênero ou relações de gênero.

---

Sociológicas sobre Relações de Gênero na França" (USP, 1989).

### 2.3. Divisão sexual do trabalho e família

O que importa reter desse debate para o presente estudo sobre família e trabalho, em primeiro lugar, é que a divisão sexual do trabalho é socialmente construída, historicamente localizada e articulada aos gêneros.

Em segundo lugar, deve-se considerar que a divisão sexual do trabalho é uma das expressões das relações de gênero, e indissociável destas. São os gêneros que dão significado às relações estabelecidas pela divisão sexual do trabalho, que são vividas e pensadas sob o que é definido como masculino e como feminino. É nesse sentido que Souza-Lobo afirma que "a divisão sexual do trabalho é um dos muitos *loci* das relações de gênero" (Souza-Lobo, 1990: 200). Para Kergoat, raciocinar em termos de divisão sexual do trabalho é indissociável de uma sociologia definida em termos de relações sociais: "A reflexão em termos de relações sociais de sexo é ao mesmo tempo anterior e posterior àquela em termos de divisão sexual do trabalho: ela lhe é preexistente como noção, mas posterior como problemática". Na sua concepção, "a divisão social do trabalho entre os sexos é um enjeu fundamental das relações sociais de sexo" (Kergoat, 1992: 18).

Em terceiro lugar, ainda, é importante mencionar que as relações de gênero presentes na lógica da divisão sexual do trabalho permeiam a articulação entre as esferas produtiva e reprodutiva, neutralizando as dicotomias entre estas. "As dicotomias produção-reprodução, esfera pública-esfera privada se desfazem, uma vez que as relações de gênero permeiam as várias esferas, cujas demarcações são fluidas, historicamente situadas, diferenciadas nas culturas e nas sociedades" (Souza-Lobo, 1989: 187).

A divisão sexual do trabalho, além de possibilitar a apreensão dos lugares dos homens e das mulheres na família e no mercado de trabalho, contribui também para a explicitação das bases da conservação na família, ou seja, dos freios a mudanças mais rápidas e profundas em sua organização interna.

Esta categoria de análise permite explicitar que sob o capitalismo a divisão sexual do trabalho está fundada na designação prioritária, mas não exclusiva, da mulher ao trabalho reprodutivo na família. Dessa forma, possibilita identificar a concepção conservadora de família com suas atribuições masculinas e femininas, bem como as relações hierarquizadas de gênero. Possibilita, por outro lado, mostrar através das relações de gênero imbricadas na divisão sexual do trabalho que são recriadas no mundo do trabalho, com base nas representações do masculino e do feminino, as relações de hierarquia e de subordinação das mulheres

vigentes em outras esferas da vida social, especialmente na instância familiar. Nas palavras de Souza-Lobo, "a divisão sexual do trabalho não cria a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também em outras esferas do social" (Souza-Lobo, 1985: 61). Dessa maneira, a lógica da divisão sexual do trabalho atua no mercado de trabalho ao hierarquizar e recriar a subordinação das mulheres que trabalham, tanto através das estratégias de gestão, quanto das práticas sociais e das estratégias de resistência dos homens e das mulheres nas relações de trabalho (Souza-Lobo, 1991). Nas duas situações ficam reservadas às mulheres as atividades menos valorizadas e os empregos menos qualificados, comparativamente aos homens. Assim, mesmo que a maior parte das mulheres trabalhe, fazem-no na maior parte das vezes em posições subordinadas e hierarquicamente inferiorizadas.

Uma das interrogações deste estudo é se tal inferiorização das mulheres no mundo do trabalho não estaria se refletindo nas relações internas da família, reafirmando a subordinação destas na vida familiar e dificultando ou obstando transformações mais profundas nas relações familiares, seja em direção a relações mais igualitárias de poder, seja na divisão de tarefas. Dessa perspectiva fica evidente a relevância da incorporação da problemática da divisão sexual do trabalho na discussão das permanências e

mudanças na família, ao permitir apreender a relação entre família e trabalho na articulação entre as esferas da produção e da reprodução.

Hipótese semelhante, relacionando a inferiorização da mulher no trabalho e a lentidão das transformações nas estruturas familiares, foi apresentada por Barrère-Maurisson em 1984, ao estudar a evolução articulada das estruturas produtivas e familiares na França após 1945. Identifica uma primeira fase entre 1945 e 1975, marcada pelo desenvolvimento da industrialização e pelo assalariamento massivo, que incluiu as mulheres, num momento em que a família conjugal era o tipo dominante. Nesta estrutura familiar o trabalho das mulheres compreende conjuntamente o trabalho assalariado e o doméstico, e seu salário é considerado complementar à renda familiar, que é suprida pelo marido. A partir de 1975, com a estabilização do crescimento do emprego, a redução da duração da vida ativa e a transformação da relação salarial, configurando a precarização do emprego, ocorre a "repartição do trabalho" (*partage du travail*), o que significa "trabalhar menos para que todos trabalhem". Nesse momento todas as mulheres trabalham e a família dominante é aquela com dois mantenedores. Segundo Barrère-Maurisson, no entanto, a passagem entre um tipo e outro de família ocorre lentamente, e com maior clareza apenas em alguns casos, como naqueles de famílias em que o chefe é ou esteve desempregado e a mulher,

sendo qualificada, permanece no mercado, ou então em casos de famílias jovens mais igualitárias, que frente à precarização do emprego, através de práticas variadas, chegam à alternância nos trabalhos no mercado e na casa. Barrère-Maurisson ressalta o fato de que a mera existência de dois mantenedores não informa sobre "as estruturas familiares, ou seja, sobre a divisão interna à família e à organização familiar, visto que não se sabe se os cônjuges trabalham de maneira equivalente." Considerando a articulação entre estruturas produtivas e estruturas familiares e baseando-se na manutenção da lógica da divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres, segundo a qual encontramos as mulheres prioritariamente nos empregos não qualificados, afirma que em decorrência disto "as estruturas familiares permanecem sensivelmente as mesmas, apesar dos arranjos" (Barrère-Maurisson, 1984: 252).

Segundo Barrère-Maurisson, a "repartição do trabalho" (*partage du travail*) decorrente da precarização do emprego passa a atuar também na família e leva à mudança da família conjugal para a família do tipo "associativo". Entretanto, é em decorrência da inferiorização das mulheres nesse processo - na medida em que a elas são destinados no mercado de trabalho os empregos em tempo parcial e os menos qualificados - que não ocorre uma "ruptura brutal" na passagem de um tipo de organização familiar a outro. Estes

fatores são caracterizados como freios a profundas mudanças na família (Barrère-Maurisson, 1984) (25).

É neste sentido que se pode supor que a divisão sexual do trabalho - ao mesmo tempo que afeta a partir das relações de gênero e das atribuições familiares os lugares de homens e mulheres na esfera produtiva - atua na família através da hierarquização recriada no mundo do trabalho mantendo a inferiorização da mulher no interior dela e assim obstando transformações mais profundas nas estruturas familiares. A divisão sexual do trabalho torna-se, por estes motivos, um dos aspectos importantes a ser levado em conta no estudo das transformações da família.

No Brasil, a inferiorização das mulheres no mundo do trabalho é tema de extensa bibliografia, composta por estudos baseados tanto em estatísticas oficiais (26), como em estudos de caso (27), que atestam os salários mais baixos e as formas de inserção subordinadas e/ou precárias da

---

(25) "Por esse fato, não nos parece haver ruptura brutal na passagem de um tipo familiar conjugal para um tipo "associativo", mas antes deslizamentos como aqueles que nos descobrimos nas famílias de desempregados e de jovens casais. A divisão sexual do trabalho na produção permanecendo de fato dominante, as mulheres têm ainda um acesso difícil aos empregos qualificados e é a elas que se reserva em prioridade o tempo parcial. É por isso que, agora que todas as mulheres trabalham, a "repartição do trabalho" (*partage du travail*) se apóia não obstante em sua inferiorização" (Barrère-Maurisson, 1984: 253).

(26) Dentre outros: Bruschini, 1989 e 1994.

(27) Dentre outros: Santa Cruz-Leite, 1984; Hirata e Humphrey, 1984; Souza-Lobo, 1982, 1985; Martins-Rodrigues, 1992.

maioria das mulheres trabalhadoras nos diversos setores da economia (28).

De uma maneira geral, o trabalho da mulher no mercado é considerado transformador por si só, na medida em que leva à transformação dos valores e da organização familiar, questionando o padrão tradicional de família (Durham, 1983; Carvalho, 1992). Entretanto, a inserção da mulher no mercado repercute de maneiras distintas nas famílias dos diferentes segmentos da sociedade, sejam eles camadas médias ou segmentos proletarizados, como decorrência do significado que neles assume.

Segundo Durham, no processo de transformações da família em relação ao modelo tradicional, frente à inexistência de novos modelos estáveis "o estabelecimento de padrões de divisão do trabalho na família fica na dependência do confronto interpessoal entre os cônjuges, criando uma enorme área de conflito aberto possível" (Durham, 1983: 40). Supõe-se que esse espaço de negociação a ser estabelecido no processo de mudança na família seja

(28) Como exemplo das características de inferiorização do trabalho feminino no setor industrial, tomamos o relato de Souza-Lobo (1982): "Em São Paulo, o trabalho industrial das mulheres apresenta quatro características fundamentais, ligadas entre si: os salários femininos são mais baixos que os masculinos, e essa diferença se acentua com a idade; na produção, as mulheres se concentram em empregos classificados como não-qualificados ou semiqualificados; as tarefas são monótonas, repetitivas, de ciclo curto (alguns segundos) e requerem destreza e habilidade manual; as formas de controle (e os critérios de seleção) da mão-de-obra feminina diferem das formas de controle exercidas sobre a mão-de-obra masculina" (Souza-Lobo, 1982: 21).

dificultadas pela inferiorização das mulheres no mundo do trabalho, que atuaria, para extensa parcela destas, no sentido de reafirmar sua subordinação doméstica, tornando lentas as mudanças nas relações internas à família. Estudos sobre famílias de camadas médias revelam a importância desse espaço de negociação na direção de relações mais igualitárias, aspecto que é praticamente omitido nos estudos sobre as famílias proletarizadas. Estes, por tomarem as relações internas à família como praticamente fixas e por se colocarem questões mais voltadas às possibilidades concretas de sobrevivência sob a exploração da força de trabalho, pouco têm questionado sobre as alterações na hierarquização das relações homem-mulher e sobre as negociações internas à família. As transformações por que passa a família e a ausência de informações sobre estes aspectos indicam a necessidade de pesquisas sobre questões dessa natureza.

Também dificultam mudanças as representações sobre o lugar da mulher na família e suas atribuições. Na medida em que levam as mulheres a aceitar empregos que lhes permitam viabilizar seu duplo papel, tais representações também fazem com que aceitem, na maioria dos casos, empregos socialmente menos valorizados, reforçando a tendência indicada de inferiorização na esfera da produção. Este fato, comprovado em muitos países, é considerado por Commaille (1993), como uma "especificidade" das relações da mulher com o trabalho e a família. No entanto, segundo esse autor, tal especificidade relativa aos papéis assumidos e reivindicados

por ambos os sexos na relação com o trabalho e o "privado" passa a ser levada em conta e a fazer parte do debate na busca por uma nova igualdade em alguns países desenvolvidos (29).

Questionando o que põe a mulher na posição de explorada, sob a "dupla situação de opressão", Souza-Lobo argumenta que "a 'ideologia' sobre o lugar da mulher na família não só força a mulher a aceitar certos empregos que lhe permitem carregar seu duplo fardo, mas também perpetua a situação" (Souza-Lobo, 1983: 130)

Assim, esta questão que relaciona as representações no mundo do trabalho e na família a partir da inferiorização da mulher na esfera da produção traz elementos para se interpretar a lentidão das transformações das relações familiares na sociedade brasileira, em especial para "os pobres urbanos", segmento da classe trabalhadora onde é menor a qualificação das mulheres e inerente a dupla jornada. Nesse segmento da classe trabalhadora, como muitas pesquisas mostram, a família com as atribuições masculina e feminina tradicionais é um valor (Durham, 1980 e 1983; Sarti, 1994; Zaluar, 1985). Nestas famílias, o chefe da família como provedor é valorizado tanto pelo homem como pela mulher, e o trabalho da cónjuge, quando ocorre, é visto

---

(29) Sobre o debate acerca de alternativas para redefinir para homens e mulheres as relações entre o universo profissional e o "privado" ver também: Mason, 1991; Harttley, 1991.

como complementar ao trabalho do marido (30). O trabalho da mulher, ao ser redefinido como complementar, preserva, segundo Durham (1983), o modelo tradicional de família e de suas relações hierárquicas. Dessa maneira, podemos afirmar que o trabalho feminino, mesmo introduzindo tensões no interior do modelo tradicional de família, teria sua eficácia renovadora atenuada ao ser inferiorizado no mundo do trabalho e aceito como complementar no interior da família, recobrando-se e reforçando-se assim mutuamente a inferiorização no mercado e a subordinação na família.

Já no âmbito das famílias de camadas médias, compostas predominantemente por trabalhadores não-manuais e onde é mais elevado o nível educacional das mulheres, bem como sua qualificação profissional, as pesquisas indicam as transformações em direção a relações mais igualitárias, ainda que lentas e com muitas tensões (Carvalho, 1992; Romanelli, 1986; Bruschini, 1990; dentre outros). Os estudos de situações concretas sobre as famílias de camadas médias

(30) Esta representação do trabalho do homem e da mulher aparece em muitos estudos sobre famílias operárias, dentre os quais podem ser citados os de Sarti (1994) e Zaluar (1985). Sarti, apoiando-se em pesquisa recente sobre os "pobres urbanos" realizada em um bairro de periferia paulista, afirma que "não houve homogeneização do homem e da mulher na casa, mantendo-se as diferenças de gênero". Afirma ainda que a "ética do provedor" ("lógica da casa impregnada no trabalho") esclarece os diferentes significados que têm o trabalho do homem e o da mulher e os diferentes destinos dos rendimentos de cada um, "que obedecem às regras da casa". Quando os dois trabalham, "o homem provê as necessidades básicas e permanentes (...) e a mulher o conjuntural" (Sarti, 1994: 19). Esta destinação do dinheiro explicita o papel de provedor do homem e o papel complementar do trabalho da mulher.

têm evidenciado que alterações dos papéis entre marido e mulher em direção a uma igualdade conjugal ocorrem quando a mulher tem atividade profissional e contribui de forma significativa no orçamento doméstico (31).

Segundo Romanelli (32), que aponta a heterogeneidade existente nas camadas médias (tanto no que se refere à atividade profissional, rendimentos, escolaridade, como no tocante a estilos de vida), alterações na conduta doméstica são mais visíveis nos segmentos relativamente jovens, com escolaridade superior e em casais em que as mulheres, além de terem atividade profissional, obtêm rendimentos considerados essenciais para a composição do orçamento doméstico. "Como os maridos não são os únicos provedores - nem os provedores principais - pois os ganhos femininos igualam-se aos deles, quando não os ultrapassam, as esposas dispõem de recursos estratégicos para propor relações mais equilibradas e para recusar a submissão ao poder masculino" (Romanelli, 1991: 34). Nestas famílias ocorre uma negociação acerca da divisão sexual do trabalho e os homens assumem parte das tarefas domésticas, inclusive os cuidados com os filhos. Tais famílias, segundo Romanelli, ~~elas~~ assumem uma posição de vanguarda na ordenação da vida doméstica, que de modo algum é geral no interior das camadas médias. Conclui então que estas famílias, ao introduzirem

(31) Resultados de estudos sobre famílias de camadas médias em Curitiba por Carvalho (1992), e em Recife, por Almeida (1988).

alterações significativas no núcleo das relações domésticas, contribuem para a transformação do modelo hegemônico de família.

Nas tensões e ambigüidades enfrentadas nessa trajetória em direção a relações mais igualitárias, os estudos de situações concretas apontam com regularidade a importância das relações sociais de gênero cruzadas às de classe social, no sentido de manter ou recriar a desigualdade. Mostram também o papel transformador do trabalho profissional feminino no sentido de impulsionar mudanças na divisão sexual do trabalho e nas relações homem-mulher.

Os estudos consultados possibilitam reafirmar que o padrão dominante de família hierarquizada a partir do homem como provedor é colocado em questão quando se rompe a relação de inferiorização da mulher no mundo do trabalho e de subordinação na família e se estabelece uma nova divisão sexual do trabalho no interior desta, que se expressa na redefinição das relações homem-mulher e das relações de autoridade e de poder, que tendem a se tornar mais igualitárias. Ressalte-se, entretanto, que não se está supondo aqui uma relação mecânica entre o trabalho da mulher, o rompimento do binômio inferiorização/subordinação e alterações no padrão tradicional de família. Interpreta-se

---

(32) Pesquisa realizada na cidade de São Paulo (Romanelli, 1986 e 1991).

esse processo de mudança como resultado de transformações nas estruturas produtivas e estruturas familiares, expressando a articulação dessas duas esferas da vida social, mediado pelos complexos processos de mudança na sociedade brasileira, especialmente aqueles que alteram as expectativas sobre o papel da mulher na sociedade.

## Capítulo II

### ARRANJOS FAMILIARES: A SOBREVIVENCIA NA CONJUNTURA RECESSIVA

A relação família-trabalho é tratada neste capítulo através da diferenciação entre as famílias da Região Metropolitana de São Paulo segundo os arranjos familiares possíveis de serem articulados em cada momento do ciclo de vida familiar. Entende-se que estes arranjos refletem a reinterpretação, pela família, de suas condições objetivas de existência e se manifestam, mediante as práticas, como enfrentamento destas condições em sua reprodução cotidiana. Com essa concepção de arranjos familiares procura-se romper no estudo da família "a clássica análise das práticas sociais como efeitos condicionados das estruturas" criticada por Souza-Lobo (1987), configurando uma tentativa de apreender os modos de vida (1).

As possibilidades de inserção no mercado de trabalho vislumbradas pelos componentes das famílias, consideradas as especificidades de situação de classe, são

---

(1) Esta concepção de arranjos familiares tem por referência a discussão sobre modos de vida explicitada por Souza-Lobo (1987) e por Lopes (1984); CNRS, 1984; GDR, 1992, 1993.

definidas a partir da pluralidade de relações estabelecidas no interior da família e das representações sobre os lugares e papéis de cada uma de suas figuras. A partir delas se estabelece a divisão sexual do trabalho, que, por sua vez, desempenha papel importante para a definição das possibilidades de trabalho vislumbradas. Por outro lado, as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, bem como as restrições por este exercidas, constituem dimensão importante para a articulação dos arranjos familiares possíveis.

Dessa maneira, nesses arranjos estabelece-se ainda que não de maneira explícita ou intencional, e sob a vivência da condição de classe e dos papéis familiares culturalmente estabelecidos e redefinidos por essa experiência - quem participa, e quando, das atividades de produção de valores de uso e da produção no mercado. Nesta concepção, os arranjos familiares percebidos como possíveis não respondem diretamente aos imperativos da sobrevivência e nem são explicados pela lógica da acumulação do capital que determinaria as condições de reprodução da força de trabalho. Estas práticas, que se concretizam na maneira como são enfrentadas as condições de existência, expressam, então, a construção de um modo de vida feito de práticas e representações através das quais os trabalhadores lidam com essas condições (Montali e Telles, 1986: 1.408).

**BIBLIOTECA  
NEPP**

Procedeu-se à diferenciação entre as famílias no enfrentamento cotidiano das condições de existência através do recurso analítico dos arranjos familiares nos diferentes momentos do ciclo de vida familiar, identificados por uma tipologia de família. Tal abordagem mostrou-se um fio condutor enriquecedor das análises sobre como sobreviveram os trabalhadores na Região Metropolitana de São Paulo durante a conjuntura marcada de recessão e crise econômica do início dos anos 80. É especialmente dessa abordagem e de alguns dos resultados obtidos com seu uso que trataremos neste capítulo.

Serão aqui apresentados os perfis das famílias urbanas da Região Metropolitana de São Paulo no ano de 1981 com base na tipologia de família - segundo os momentos do ciclo vital familiar - e nos grupos de renda familiar per capita, construídos para indicar condições de pobreza e não-pobreza (2). Apresentam-se também os procedimentos metodológicos utilizados na construção dessas variáveis.

O capítulo seguinte, a partir do mesmo conjunto de variáveis, desenvolve análise comparativa dos momentos

---

(2) Tivemos oportunidade de desenvolver a tipologia de família aqui utilizada, bem como as categorias de rendimento familiar per capita enquanto indicadores de condições em relação à pobreza e não-pobreza, por ocasião da participação no "Projeto Modo e Condição de Vida: uma análise das desigualdades sociais na Região Metropolitana de São Paulo", do CEDEC/DIEESE, coordenado por Lúcio Kowarick. Parte dos dados aqui analisados e reelaborados foi inicialmente elaborada para o capítulo de nossa autoria, "Arranjos familiares e rendimentos", em Kowarick, 1986 (cap. V).

conjunturais recessivos de 1981 e 1983, mostrando a mobilização dos componentes da família e procurando responder às hipóteses acerca dos impactos diferenciados da crise sobre estes, considerando-se as relações de gênero e as atribuições familiares.

### **1. Família: momentos do ciclo de vida familiar e os arranjos possíveis**

Na reprodução social dos trabalhadores a família é uma dimensão importante na organização do cotidiano como polarizadora de grande parte da sociabilidade, bem como no enfrentamento das condições adversas de existência. É na unidade familiar, onde o consumo se coletiviza, que grande parcela dos trabalhadores com remuneração insuficiente consegue, através da combinação dos rendimentos do trabalho remunerado e do trabalho doméstico de vários de seus componentes, fazer frente às precárias condições materiais de existência. Nesse sentido, a família é considerada em muitos estudos como núcleo articulador das práticas e representações que informam a estratégia global de sobrevivência (Souto de Oliveira, 1984). Por outro lado, é através da vida familiar que a condição de classe é concretamente vivida, persistindo assim os nexos entre a "vida familiar" e "o modo de inserção de grupos de indivíduos no processo produtivo" (Macedo, 1985).

A família, tema que a Sociologia brasileira considerou secundário até meados da década de 70 e identificado com abordagens funcionalistas, passou a partir de então a ser objeto de estudo sob o enfoque da reprodução da força de trabalho. Considerada como instância da reprodução na abordagem marxista, a família tornou-se

referência importante em muitos estudos, na maioria dos quais foi considerada como o núcleo em que se articulam as estratégias de sobrevivência. Estes estudos constituíram etapa importante para o avanço do conhecimento da família e da relação família-trabalho no Brasil (3). Entretanto, em parte deles a relação família-trabalho foi interpretada como determinada pela esfera da produção, sem considerar a dimensão simbólica que a redefine, incorrendo muitas vezes no risco de considerar o trabalho dos membros da família como força de trabalho indiferenciada e de estabelecer esta relação de maneira mecânica.

No entanto, foi também no bojo dos estudos da reprodução das condições de produção que uma vertente propôs uma abordagem para o estudo da família não limitada à reprodução física da força de trabalho, tratando o modo concreto como se dá esse processo (Fukui, 1980), ou seja, "dentro de padrões de existência historicamente determinados, tal como são concebidos pela população" (Durham, 1980: 204). Nessa vertente, que contribuiu para a recuperação da família como tema valorizado nas Ciências Sociais, Durham (1980) reafirmou a importância da dimensão simbólica ao discutir o significado da reinterpretação da família com seus papéis tradicionais pela família operária

(3) Dentre outros estudos que recolocaram a família nas discussões atuais, enquanto dimensão importante na reprodução social, devem ser mencionados: Durham, 1980; Bilac, 1978, 1983; Alvim, 1979; Leite Lopes e Machado da Silva, 1979; Souto de Oliveira, 1980; Oliveira, 1981; Machado da Silva, 1984; Macedo, 1985.

como fundamentais para a reprodução do operário e para a construção da identidade operária.

Na década de 80, a família emergiu como objeto de estudo também em decorrência do debate feminista sobre a situação da mulher na sociedade. "O interesse pela família se deve ao reconhecimento do fato de que a posição da mulher na sociedade está condicionada por uma divisão sexual do trabalho que se institucionaliza e se reproduz no âmbito familiar" (Durham, 1983). A própria ampliação do interesse pela análise da situação da mulher tem sido atribuída à relevância que as pesquisas sobre família passaram a ter nas instituições de pesquisa e ensino (Corrêa, 1984). As pesquisas e a criação do Grupo de Trabalho "Família e Sociedade" no âmbito da ANPOCS em 1980 marcaram a retomada dos estudos sobre família na década de 80, mas com diversificação dos objetos de estudo e das abordagens teóricas e metodológicas. Nessa década, a intersecção dos estudos sobre mulher e família incorporam gradualmente as questões sobre divisão sexual do trabalho e gênero (4).

A intensificação do trabalho feminino e a conjuntura de crise no início da década de 80 e de instabilidade no decorrer da mesma também suscitaram, a partir da segunda metade da década e início dos anos 90, estudos de economistas e sociólogos nos quais a família foi

(4) Como referência do encaminhamento desta problemática pode ser mencionado o conjunto de trabalhos apresentados no

tomada como unidade de análise (5). Estes estudos, apesar da diversidade dos enfoques, buscaram conhecer os impactos da crise econômica através da família, tratando especialmente de aspectos relativos à relação família-trabalho e às condições de vida.

As transformações recentes por que passa a família, envolvendo alterações em sua estrutura, mudanças no padrão de nupcialidade e na fecundidade, têm provocado estudos, que buscam ~~tanto~~ explicar esses processos e interpretar suas tendências e impactos futuros (6).

Ao se estudar as condições de vida na Região Metropolitana de São Paulo no contexto recessivo do ano de 1981, constatou-se que 70% dos ocupados não recebiam por seu trabalho remuneração suficiente para adquirir os bens e serviços necessários à sobrevivência familiar, indicando a necessidade da participação dos rendimentos de mais componentes da família. Por outro lado, reforçando esta informação, 52% dentre os chefes de família ganhavam abaixo desse mínimo, sugerindo que em praticamente metade das famílias da região a sobrevivência cotidiana dependia também

---

Grupo de Trabalho "Família e Sociedade" da ANPOCS no decorrer da década de 80 e início dos anos 90.

(5) Dentre estes pode-se mencionar: DIEESE/CEDEC, 1986; Jatobá, 1989; Montali, 1986, 1990, 1991; Oliveira, 1988; Lopes Brandão e Gottschalk, 1990; Hirata e Humphrey, 1986, 1987, 1994.

(6) Dentre outros pode-se mencionar: Berquó e Oliveira, 1988; Faria, 1988; Bilac, 1991, 1994; Goldani, 1991; Kellerhals, 1986; De Sindy, 1991.

do trabalho de outros componentes, ou seja, da mulher e dos filhos, dado o caráter nuclear da maioria dessas famílias. Mesmo com a participação do trabalho de mais pessoas, em média duas por família, verificou-se que, naquele momento, cerca de 36% das famílias apresentavam rendimentos per capita insuficientes (CEDEC/DIEESE, 1986) (7). Não se poderia, portanto, deixar de ter como suposto que o enfrentamento das condições objetivas de existência articula um esforço coletivo que se dá no âmbito da família. Dessa maneira, tomamos como ponto de partida os arranjos internos à família no sentido de obter os meios necessários para a vida, entendendo-se tais arranjos, como já explicitado, enquanto formas de enfrentamento das condições de existência e que contêm a possibilidade de alterá-la (Bilac e Montali, 1984).

Considerando que os arranjos familiares, nos quais estão compreendidos o trabalho doméstico e o trabalho para o mercado, apresentariam especificidades importantes nos diferentes momentos da vida familiar, utilizou-se como recurso metodológico o ciclo de vida familiar como referência para a análise da relação família-trabalho.

O ciclo de desenvolvimento ou o ciclo vital das famílias tem sido utilizado como abordagem em muitos estudos

---

(7) Sobre os critérios utilizados para identificar os níveis de suficiência e de insuficiência dos rendimentos e as condições de pobreza, precariedade e não-pobreza, ver indicações no item subsequente.

na Sociologia, Antropologia, Psicologia Social e Demografia, sob distintos referenciais teóricos e com indicadores específicos e adequados às questões que se propõem a explicar (8). Esta abordagem, além de incorporar a dimensão temporal, propicia estabelecer elos entre a dinâmica interna da família e o contexto social.

Nos estudos demográficos e sociológicos em que tem sido utilizado, o conceito de ciclo de vida corresponde a uma visão dinâmica da evolução da família através de uma seqüência de fases ou 'estágios' que correspondem a mudanças significativas em sua composição e dinâmica internas. Desse modo, o conceito de ciclo vital permite apreender a família no tempo ou a sua dimensão temporal. Mais do que isso, para alguns autores o conceito de ciclo vital constitui um instrumento extremamente valioso do ponto de vista das conexões entre o tempo biológico ou individual e o tempo histórico ou social (Oliveira, 1982; Bilac, 1991).

O presente estudo, ao analisar os arranjos familiares através dos momentos do ciclo de vida familiar, considera-os como diferentes etapas do seu desenvolvimento, quais sejam: a "constituição", a "maturação" e a "velhice",

---

(8) Sistematização da abordagem do ciclo vital como perspectiva de análise pode ser encontrada em Oliveira (1982) e Barrere-Maurisson (1984). Dentre outros estudos, no Brasil, que se utilizam do ciclo vital da família como recurso para análise, ainda que de maneiras distintas entre si, devem ser mencionados: Pastore et alii, 1983; Bilac, 1983; Souto de Oliveira, 1984; Bruschini, 1986; Lopes Brandão e Gottschalk, 1990; Telles, 1992.

que se procurou caracterizar através de uma tipologia de família. A configuração familiar em cada um desses momentos de sua trajetória combina situações heterogêneas de sexo e idade e de relações familiares, cristalizando, assim, possibilidades diversas de arranjos que incorporam de diferentes maneiras crianças, jovens, velhos, homens e mulheres. Articulam-se, portanto, nos núcleos domésticos, composição familiar peculiar e situações individuais heterogêneas, tanto no que se refere a seus lugares na família como do enfrentamento de barreiras de natureza objetiva e simbólica para inserção no mercado de trabalho, dentre outras especificidades.

Da articulação dessas situações individuais heterogêneas, em cada um desses momentos, resultam distintas possibilidades de arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho e de divisão do trabalho interna à família, que possibilitam níveis de rendimentos diferenciados e momentos da vida familiar em que são maiores ou menores as facilidades para lidar com as condições concretas de existência.

Por outro lado, em cada momento do ciclo de vida familiar e também conforme a situação de classe vivenciada predominam projetos de vida específicos, que resultam em práticas diversas no enfrentamento das condições objetivas.

Este estudo encontrou nas famílias da Região Metropolitana de São Paulo uma relação clara entre os arranjos articulados em cada momento de ciclo de vida familiar, para o enfrentamento das condições objetivas de existência, e as possibilidades e dificuldades que delineiam para a obtenção de rendimentos suficientes, como se explicitará no decorrer deste capítulo. Entretanto, algumas considerações devem ser feitas. Em primeiro lugar, não se considera o momento do ciclo vital como determinante das condições de vida; pelo contrário, a abordagem utilizada revelou relações importantes, mas também situações heterogêneas em cada momento do ciclo de desenvolvimento das famílias. Como se verá, no conjunto de famílias identificadas num mesmo momento do ciclo existem variações de patamares de renda, indicando situações bastante distintas. Em segundo lugar, tem-se por hipótese que os arranjos familiares articulados nos diferentes momentos do ciclo de vida familiar têm especificidades relacionadas à situação de classe das famílias.

É importante ressaltar ainda, no estudo da relação entre família e trabalho, que diversas dimensões se expressam nos arranjos possíveis de articular em cada momento do ciclo de vida familiar. Além das características demográficas da composição familiar, os arranjos expressam a dimensão simbólica, pelo fato de neles estarem inscritos os papéis socialmente atribuídos às diversas figuras da

família, perpassados pela relação de gênero. Dessa maneira, delinea-se, por um lado, a partir do núcleo doméstico, o horizonte das escolhas percebidas como possíveis a cada indivíduo, condicionando a disponibilidade de sua força de trabalho para o mercado. E, por outro lado, a partir do mercado de trabalho, também a dimensão simbólica dos papéis familiares, bem como as representações acerca das diversas condições de sexo e idade dos componentes da família, se refletem nas possibilidades de absorção que este oferece para tal força de trabalho diferenciada, especialmente no caso dos profissionalmente menos qualificados.

As possibilidades de se obter patamares distintos de rendimentos, ainda que bastante relacionados à disponibilidade da força de trabalho em cada momento da trajetória familiar, estão diretamente relacionadas à absorção efetiva dos diversos membros da família pelo mercado de trabalho e condicionadas pela maneira como esta inserção se dá em termos de vínculo formal, qualificação e salário. É importante ressaltar também que tal horizonte de possibilidades é condicionado pelo momento da organização das forças produtivas, bem como pelos fatores conjunturais que restringem ou ampliam as oportunidades de emprego e de outros expedientes para ganhar a vida.

### 1.1. Tipologia de família e os momentos do ciclo de vida familiar

A tipologia de família construída enquanto aproximação dos momentos do ciclo de vida familiar permitiu não apenas apreender a heterogeneidade das situações familiares em cada um deles, como também conhecer de forma articulada a disponibilidade da força de trabalho nos distintos momentos, suas condições de inserção no mercado de trabalho e as possibilidades mais, ou menos, favoráveis para superar a condição de pobreza.

Apresentam-se a seguir os critérios utilizados na construção da tipologia de família, bem como a configuração das famílias correspondentes aos momentos do ciclo de vida familiar. No item seguinte, são apresentados os critérios adotados na identificação das situações das famílias em relação à pobreza e não-pobreza e também a caracterização dos momentos do ciclo vital das famílias, considerando-se os parâmetros de rendimento familiar per capita. E no item subsequente analisam-se, nos diferentes momentos do ciclo de vida da família, a configuração familiar e a inserção da força de trabalho, estabelecendo-se relações entre estes aspectos e a situação das famílias em relação à pobreza e não-pobreza.

Na construção da tipologia de família os critérios básicos adotados foram a idade do casal e, secundariamente, a presença ou não de filhos residentes, na medida em que os dados disponíveis não informam sobre os filhos não-residentes (9). Foram tomadas as idades combinadas do casal central (chefe e cônjuge), no caso da não-existência deste, a idade do chefe masculino ou feminino sem cônjuge, em grupos de idade que corresponderiam aos momentos do ciclo de vida familiar.

Desta forma, procurou-se identificar o momento mais próximo da "constituição" da família nos casais jovens, em que o chefe e a cônjuge têm apenas 34 anos, incluindo os casais com filhos e sem filhos, ainda que ambos sejam analisados de forma individualizada.

(9) A "Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego" realizada pelo DIEESE, que constitui a base de dados desta pesquisa, adota como unidade familiar a unidade de consumo. Unidade familiar é definida por esta como: "O conjunto de pessoas que participam de um orçamento doméstico, i. e., reúnem suas receitas e retiram de fundo comum para suas despesas". Sob essa definição de unidade familiar são compreendidos pelo DIEESE: domicílios unipessoais, bem como domicílios onde convivem pessoas com ou sem laços de parentesco "desde que vivam às expensas do chefe da família ou participem do orçamento comum". Destas unidades estão excluídas pensões e repúblicas, "pois o conceito de orçamento comum não se efetiva nestes casos" (DIEESE, 1981). Nossa pesquisa, visando uma maior aproximação com unidades familiares com base no parentesco ou afinidade, utilizou-se destas "unidades familiares" excluindo no reprocessamento dos dados os empregados domésticos residentes. Confirmou-se posteriormente a isso, através de cruzamentos com base na relação de parentesco, que estas unidades familiares configuram, de fato, ou domicílios unipessoais, ou unidades domiciliares onde predominam relações de parentesco ou afinidade. Deve-se ressaltar que, como a unidade de pesquisa é a domiciliar, perde-se a possibilidade de recuperar a rede de parentesco e as relações de colaboração.

Os casais entre 35 e 49 anos indicariam o momento intermediário, de "maturação" da família, com a presença de filhos menores e alguns maiores de 14 anos, ou seja, praticamente todos os filhos do casal, considerando-se que, em termos dos padrões vigentes, a etapa reprodutiva estaria encerrada ou se encerrando nesta faixa etária das mulheres, e que, também nesta etapa, é menor a proporção de saída dos filhos da casa paterna.

Os casais de 50 anos ou mais traduziriam o momento mais próximo da "velhice" da família, quando os filhos se tornam adultos e parte deles sai da casa paterna, aproximando-se da etapa denominada de "dispersão" ou "contração" pelos estudos sobre ciclos vitais das famílias (Oliveira, 1982; Barrère-Maurisson, 1984).

No critério das idades do casal está pressuposta não só a indicação sobre as etapas do ciclo de vida das famílias, mas também a distinta disponibilidade da força de trabalho familiar que corresponderia a cada uma delas. Dessa maneira, supõe-se que no momento inicial da vida familiar, de sua "constituição", indicada pelos casais jovens, o encargo de manutenção da casa recairia sobre os membros adultos, o casal ou sobre um deles, considerando-se que a maioria das famílias na Região Metropolitana de São Paulo é nuclear. Esta etapa é marcada pelo nascimento dos filhos, os quais, portanto, quase sempre são menores de 14 anos. Outro aspecto dessa faixa de idade do casal são as maiores

possibilidades para os trabalhadores "adultos-jovens" de serem absorvidos pelo mercado de trabalho, especialmente nessa conjuntura de crise (10).

No momento seguinte, da "maturação", quando os membros do casal têm de 35 a 49 anos, o encargo de manutenção da família poderia ser dividido entre os adultos do casal e os filhos. Alguns destes têm idades acima de 14 anos e começam a encontrar maiores facilidades de entrada no mercado de trabalho. Nesta faixa de idade, os componentes do casal começam a encontrar certa dificuldade em serem absorvidos pelo mercado, especialmente no caso da mão-de-obra não qualificada, que se vale principalmente do vigor físico e que recebe a maior oferta de força de trabalho. Por outro lado, nestas idades os trabalhadores acumulam maior experiência profissional, o que pode propiciar para alguns com maior qualificação níveis de remuneração mais elevados.

Quanto ao último momento do ciclo familiar, o da "velhice", quando o casal tem 50 anos e mais, o supõe-se que este residiria só ou então com filhos que ainda não deixaram

---

(10) Hirata e Humphrey (1984) mostram em sua pesquisa com operários de uma indústria do ramo eletroeletrônico, que a idade média dos operários do sexo masculino era de 33 anos e das operárias, 22 anos, das quais apenas 17% tinham filhos. Mostram ainda que, como um dos critérios adotados para a demissão, eram preservados os chefes de família que tivessem filhos, em detrimento dos sem filhos, que eram inclusive mais jovens e menos qualificados. Para as mulheres, a condição de casada atuava de maneira contrária. Complementando esta análise, estudo posterior mostra a maior dificuldade de reabsorção dos trabalhadores mais velhos (Hirata e Humphrey, 1994).

a casa, quase todos com mais de 14 anos. Neste caso, o encargo de manutenção da casa poderia ser também dividido entre os elementos do casal e os filhos ainda residentes. Por outro lado, na faixa de 50 anos e mais é marcante a saída do mercado de trabalho, ou por aposentadoria ou por expulsão, já que os trabalhadores mais velhos deixam de ser absorvidos e são substituídos pelos mais jovens.

Como resultado da aplicação desses critérios, os tipos de família a que se chegou, identificados pela idade do casal e composição familiar, são os seguintes: "casal sem filhos", "casal com até 34 anos com filhos residentes", "casal de 35-49 anos com filhos residentes", "casal com mais de 50 anos com filhos residentes", "chefe feminino sem cônjuge" e "chefe masculino sem cônjuge" (11). As proporções desses tipos de família, bem como algumas de suas características, são apresentadas na Tabela 1.

Ainda que não se possa desagregar os "casais sem filhos" para cruzamentos mais detalhados (necessários para a análise que se pretende) em decorrência de seu pequeno percentual na amostra (13,1%), estes identificam momentos distintos do ciclo de vida familiar: o casal de até 34 anos sem filhos (cerca de 4%) indicaria o momento inicial da "constituição", antes do nascimento dos filhos, e o casal

(11) Para análises mais detalhadas, apenas as famílias de casais com filhos foram subdivididas por idade do casal. As famílias de casais sem filhos e de chefes sem cônjuges não puderam ser subdivididas em decorrência de suas pequenas proporções em relação à amostra.

com mais de 50 anos sem filhos residentes (cerca de 7%) indicaria a etapa da "velhice", em que os filhos já se retiraram da casa paterna (12).

Esta tipologia de família mostrou-se eficiente para os propósitos do estudo, permitindo apreender a especificidade das configurações familiares em cada um daqueles momentos do ciclo vital e evidenciando, dentre outros aspectos, o tamanho médio e a razão de dependência peculiares (Tabela 1). Apresentamos a seguir algumas das características dessas configurações.

A família urbana da Região Metropolitana, é predominantemente do tipo conjugal, com ou sem filhos residentes, numa proporção de cerca de 80% das unidades familiares. Outra característica é a pequena presença de parentes e não-parentes na composição domiciliar dos diversos tipos de família, que representam em média 9,9% dos seus componentes. As exceções são encontradas nas famílias consideradas "quebradas", ou seja, sem a presença de cônjuge, nas quais essa proporção é bastante mais elevada que a média (Tabela 1).

As famílias constituídas por casais e filhos residindo no mesmo domicílio são a composição predominante na área urbana da Região Metropolitana de São Paulo, cerca

---

(12) Cerca de 2% destes casais sem filhos encontram-se entre 35 e 49 anos, identificando o momento de "maturação".

de 68% do total (13). Basicamente nucleares e apresentando a menor presença de parentes e não-parentes em comparação com as demais (menos que 10% dos componentes), diferenciam-se entre si quando se considera o momento do ciclo de vida familiar que representam, como se verá adiante.

A configuração das famílias dos "casais sem filhos" é dada pela presença do casal (88% dos componentes) e poucos parentes e não-parentes (12%). Seu tamanho médio, de 2,3 pessoas, e a razão de dependência, da ordem de 2,1 pessoas, indicam que em média trabalha uma pessoa por família.

As famílias com chefe feminino ou masculino sem cônjuge apresentam especificidades. Aquelas com chefia feminina são compostas, predominantemente, pelos filhos (44,6% dos componentes) e pela mulher-mãe (31,3%), com uma das mais elevadas proporções relativas de parentes e não-parentes (24,1%). Chama a atenção o fato de serem compostas basicamente por mulheres (66,4%), em quase sua totalidade (81,2%) maiores de 18 anos. O tamanho médio dessas famílias de 3,2 pessoas, e sua razão de dependência, 2,2, indicam que cada ocupado mantém, além dele mesmo, mais 1,2 pessoa em média.

---

(13) Incluem-se neste total, além das famílias estudadas de casais com filhos, 2,7% de famílias de casais com filhos residuais, excluídas da análise.

As famílias com chefe masculino sem cônjuge, embora com tamanho semelhante ao daquelas com chefia feminina, apresentam composição bastante distinta, sugerindo uma configuração peculiar. Os parentes e não-parentes são seus componentes predominantes, cerca de 55,3%, sendo que os filhos representam 12,6%, e os chefes 32,1%. Destacam-se neste tipo de família as mais elevadas proporções de componentes masculinos (63,4% do total), também em sua maioria adultos. Entretanto, a pequena proporção deste tipo de família na amostra (6%) não permite que seja objeto de análises mais detalhadas.

Quanto ao ciclo vital das famílias, aquelas com "chefia feminina", apesar de suas especificidades, considerando-se as idades da chefe e dos filhos, aproximam-se mais do momento de "maturação". Quanto à família do chefe masculino sem cônjuge, não se dispõe de indicações suficientes para considerar seu momento no ciclo vital.

As especificidades das famílias dos casais com filhos residentes explicitam-se com clareza quando observadas nos diferentes momentos do ciclo de vida familiar. Assim, as famílias dos "casais jovens com filhos" que caracterizam o momento de "constituição" da família, além do seu caráter nuclear, registram a mais elevada proporção de filhos com menos de 10 anos (84% dos filhos), tamanho de 4,5 pessoas, maior que a média da Região Metropolitana de São Paulo (4,2 pessoas), e a mais elevada

razão de dependência (3,5), indicando que cada ocupado deve manter mais 2,5 pessoas além dele mesmo (Tabela 1). Este momento de constituição da família apresenta-se como um dos mais críticos para articular arranjos de inserção no mercado para a sobrevivência familiar. Isto ocorre porque apenas pouco mais que a metade de seus componentes (57%) se encontra em idade ativa, ou com mais de 10 anos, e a mulher-mãe se mantém na maior parte das famílias preservada nas atividades domésticas, recaindo praticamente sobre o homem a responsabilidade de manter a família, fato evidenciado pela sua elevada proporção entre os ocupados, cerca de 73% (Tabela 2).

As famílias na etapa da "constituição" compõem 24% dos grupos familiares urbanos e nelas vivem cerca de 25% da população urbana da região.

O momento intermediário do ciclo de vida familiar, indicado pelo casal entre 35 e 49 anos com filhos, também se manifestam mais nitidamente as dificuldades para articular arranjos favoráveis. Convivem com o casal praticamente todos os filhos: os menores de 10 anos, os jovens em torno dos 15 anos e os maiores de 18 anos. É a etapa em que a família atinge seu mais elevado número de componentes (5,5) e em que se encontra uma das mais elevadas razões de dependência, da ordem de 2,6 pessoas por ocupado, significando que este deve manter-se a si e a praticamente mais duas pessoas. Cerca de 28,8% das famílias da Região Metropolitana de São Paulo em

1981 compunham esse tipo familiar. É evidente nestas famílias, em qualquer das faixas de renda, o esforço coletivo de seus componentes para a conquista de melhores condições de vida. Neste momento da vida familiar são os filhos, tanto maiores como menores de 18 anos (41% dos ocupados da família), que, junto com o chefe (40%), jogam papel decisivo na sobrevivência familiar (Tabela 2). A mulher-mãe permanece o mais possível na função primordial do cuidado dos filhos e da casa, representando apenas 15% dos ocupados da família.

As famílias com "chefia feminina sem a presença de cônjuge", que também se aproximam do momento caracterizado como "maturação", configuram uma situação familiar específica. Assim como as famílias dos "casais de 35 a 49 anos com filhos", caracterizam-se pelo esforço coletivo no enfrentamento das condições objetivas de existência. É uma das configurações familiares com maiores dificuldades para articular arranjos que possibilitem a superação da precariedade. Estas dificuldades, sem nenhuma dúvida, estão relacionadas à sua composição familiar, na qual têm peso importante as características de sexo e de idade de seus componentes. A mulher-chefe, na maior parte dos casos, tem mais que 35 anos, os filhos são em sua maioria adolescentes e jovens, e os parentes, adolescentes e adultos quase sempre do sexo feminino. A grande maioria dos componentes destas famílias com chefia feminina (89%) encontra-se em idades

economicamente ativas (PIA). A elevada proporção destes que estão disponíveis para o mercado de trabalho (65%), quer como ocupados (50%), quer como desempregados (15%), revela o esforço coletivo para a sobrevivência empreendido por esse tipo de família (Tabela 3), que representa cerca de 13% das famílias urbanas metropolitanas.

O momento do ciclo vital da família caracterizado pela velhice do casal tem nas famílias dos "casais de mais de 50 anos com filhos residentes" uma das suas configurações mais numerosas, com 4,7 pessoas em média. São compostas basicamente pelo casal (43% dos componentes) e filhos (47%), com a presença de poucos parentes (9%), cujas características indicam a existência de casos de família ampliada (além do casal e filhos, residem filhos casados e netos). Neste tipo de família, cada ocupado é em média responsável pela manutenção de mais uma pessoa além dele mesmo, ou seja, a razão de dependência é de 2,0. Trata-se de uma etapa da vida familiar na qual se oferece uma das possibilidades de arranjos mais favoráveis à superação da pobreza. Revela-se a importância dos filhos nesse momento do ciclo vital da família caracterizado pela velhice do casal, já que os filhos adultos representam a principal parcela entre os ocupados da família (64%). Garantem junto com a aposentadoria ou trabalho dos pais (23% dos ocupados) condições de vida mais favoráveis (Tabela 2). Os casais de mais de 50 anos com filhos residentes representam cerca de

12% das famílias urbanas na Região Metropolitana de São Paulo, enquanto os "casais velhos sem filhos residentes" representam cerca de 6% (14).

## 1.2. Arranjos familiares e rendimentos

Os rendimentos obtidos pelo conjunto dos membros de uma família definem a sua possibilidade de acesso aos bens de consumo e serviços. Apesar de suas limitações para qualificar a pobreza, os rendimentos familiares são um indicador relevante das condições materiais de vida das famílias. Por outro lado, constituem o reverso da medalha do trabalho individual no mercado, cuja retribuição monetária se coletiviza no momento do consumo, ou seja, o trabalhador, embora individualizado no mercado, efetiva seu consumo como componente da unidade familiar.

Para identificar e qualificar as situações de pobreza e não-pobreza entre as famílias trabalhadoras da Região Metropolitana de São Paulo a partir dos rendimentos familiares, utilizamos um parâmetro de suficiência: o Salário Mínimo Necessário, indicador construído pelo DIEESE (15), que corresponde à remuneração ideal mínima de um

(14) Como mencionado anteriormente, as famílias dos casais velhos sem filhos residentes não poderão ser analisadas em decorrência da sua pequena proporção na amostra.

(15) O Salário Mínimo Necessário (SMN) é calculado mensalmente pelo DIEESE a partir de uma cesta de alimentos (Ração Essencial Mínima), estabelecida em 1938 pelo Decreto-Lei 399. Em março de 1981 o valor do SMN era de 27.194

trabalhador para garantir a sobrevivência de uma família de dois adultos e duas crianças - portanto, um indicador do nível de consumo suficiente em seu patamar mínimo, embora acima do mínimo vital.

Assim, a condição das famílias em relação à pobreza foi aqui definida com base nos rendimentos familiares per capita e tendo por parâmetro o Salário Mínimo Necessário (SMN). Considerando que o valor deste corresponde à manutenção de quatro pessoas, foram consideradas em "condição de pobreza" aquelas famílias que dispunham como rendimento familiar per capita menos que um quarto do SMN. A faixa de um quarto a meio SMN per capita identificou as famílias no "limiar da subsistência", significando que dispunham de mais do que o mínimo suficiente, porém sujeitas a cair em pobreza. Ambas as situações perfazem um subtotal de famílias em "condição de precariedade", enquanto "acima da condição de precariedade" estão as famílias com rendimentos per capita superiores a meio SMN.

Os dados relativos ao conjunto das famílias urbanas da Região Metropolitana de São Paulo mostram que cerca de 36% delas auferem, em 1981, rendimento per capita inferior ao considerado mínimo necessário. Além dessas, também estão em "condição de precariedade" mais 27%, cujos

---

cruzeiros, equivalendo a 4,7 salários mínimos vigentes. Corresponde ao rendimento mínimo suficiente para a sobrevivência de uma família de dois adultos e duas crianças. Para maior detalhamento sobre o SMN, ver Anexo II.

rendimentos se situam "no limiar da subsistência". Esta condição limiar não permite considerar que estas famílias tenham superado a condição de precariedade de condições de vida, na medida em que o nível de seus rendimentos não lhes oferece segurança suficiente em relação à pauperização frente à instabilidade que caracteriza a vida das famílias trabalhadoras, sujeitas a cair em pobreza com o desemprego de algum de seus componentes ou mesmo com a perda do poder de compra dos salários. Dessa maneira, são consideradas em condição de precariedade 63% das famílias urbanas da Região Metropolitana de São Paulo em 1981. (Tabelas 5 e 6)

Maior detalhamento dos critérios e dos resultados é apresentado na Tabela 5 ~~onde~~, que, além dos níveis indicados, aponta cerca de 14% das famílias em níveis de pobreza extrema, tanto quando se toma como indicador a renda média familiar, como a renda familiar per capita. Selecionou-se como indicador a renda familiar per capita por eliminar distorções decorrentes do tamanho da família a que está sujeita a renda média familiar, proporcionando assim maior precisão à análise.

A explicitação da relação entre momentos do ciclo vital das famílias e condição em relação à pobreza das mesmas constituiu um dos principais resultados obtidos com a utilização dessa tipologia de família e dos cortes de renda adotados como indicadores da condição das famílias em relação à pobreza. Identificam-se, assim, no decorrer dos

ciclos de vida familiares, momentos de maior e de menor vulnerabilidade a condições de vida precárias. O Gráfico 1 mostra uma curva de condição de pobreza e de precariedade que se modifica no decorrer do ciclo de vida da família em função dos arranjos familiares possíveis (considerando-se tanto as condições objetivas como as simbólicas) efetivados em cada um desses momentos do ciclo familiar. Os cortes de análise adotados identificam no interior de cada um dos tipos de família a existência de situações heterogêneas com relação aos patamares de condições de vida. Observa-se que os casais jovens sem filhos apresentam a menor proporção de famílias em pobreza e precariedade, contrastando com as famílias com filhos residentes. Estas, conforme avançam nos momentos do ciclo vital, alcançam maiores possibilidades de níveis de rendimentos mais favoráveis. Voltamos a encontrar níveis de pobreza mais elevados entre os casais velhos sem filhos, revelando as dificuldades da sobrevivência na velhice (Gráfico 1 e Tabela 6). Dessa maneira, pode-se notar que o momento inicial da "constituição" do núcleo familiar, caracterizado pelos "casais jovens (até 34 anos) sem filhos", configura uma das etapas mais favoráveis para articular arranjos que possibilitem a superação do patamar de pobreza: apenas 20,5% destes casais em "condição de pobreza" e 44% em "condição de precariedade".

No momento seguinte, ainda considerado como etapa da "constituição" da família, expresso pelo "casal com até

34 anos com filhos", observa-se, em contraste, a mais dramática situação de insuficiência de rendimentos: 44% das famílias encontram-se em condição de pobreza e 71% em "condição de precariedade", uma vez que 27% estão naquela situação que, embora mais favorável, traduz o "limiar" do necessário à subsistência, sendo portanto marcadas pela instabilidade. Assim, este pode ser considerado um dos momentos da vida familiar em que os arranjos possíveis de serem articulados são menos favoráveis à superação da pobreza.

O momento seguinte do ciclo familiar, identificado pelo "casal de 35-49 anos com filhos residentes", também revela-se desfavorável aos arranjos familiares para a superação do patamar de pobreza. Apresenta "condição de pobreza" semelhante à do momento anterior, porém um pouco atenuada, concentrando 39% das famílias. Expressa também elevados níveis de "precariedade", vivenciados por 68% delas, na medida em que, além daquelas em "condição de pobreza", 29% encontram-se no "limiar da subsistência".

As famílias com "chefia feminina" constituem o terceiro tipo de família em que predominam arranjos menos favoráveis. Apresentam níveis de precariedade próximos aos dois tipos já mencionados: 40,2% em condição de pobreza e 22,3% no "limiar da subsistência", perfazendo 62,5% em condição de precariedade (Tabela 6).

O momento da "velhice" da família marca duas situações distintas em relação à condição de pobreza. Os casais com 50 anos ou mais, com a presença de filhos residentes experimentam uma condição mais favorável à articulação de arranjos familiares que possibilitem superar a pobreza, estando apenas 21% destas famílias em "condição de pobreza". Os casais nessa faixa de idade sem a presença de filhos residentes revelam com mais crueza a vulnerabilidade da velhice, registrando maiores proporções de famílias em "condição de pobreza", já que 34% delas não dispõem de rendimentos suficientes para a sobrevivência. Em ambas as situações, entretanto, cerca de 55% das famílias nesse momento do ciclo familiar encontram-se em condição de precariedade.

### **1.3. Configuração familiar e inserção da força de trabalho**

Vimos que esta pesquisa reconhece uma relação entre momentos do ciclo de vida familiar, identificados através da tipologia de famílias, e situações diferenciadas em relação à condição de pobreza. Deve-se ressaltar que tanto as condições mais favoráveis, como aquelas de maior vulnerabilidade no enfrentamento das condições objetivas de

existência encontradas nas famílias da Região Metropolitana de São Paulo, mostraram-se associadas aos arranjos familiares possíveis de articular nas configurações domiciliares características de cada momento do ciclo vital das famílias, condicionados pelas práticas reprodutivas por elas adotadas. Nesse sentido, é importante retomar a idéia de que sob a vigência do padrão de família dominante, hierarquizada a partir do homem como provedor, as atribuições específicas às figuras da família afetam sua inserção no mercado de trabalho, recolocando em outros termos a discussão sobre a disponibilidade da força de trabalho familiar. Portanto, aquelas parcelas da força de trabalho familiar potencialmente passíveis de inserção no mercado, por estarem em idades economicamente ativas, vinculam-se de maneiras distintas a este em decorrência das práticas reprodutivas das famílias, que levam em conta os aspectos simbólicos de seus papéis familiares.

No âmbito da pesquisa, foram identificadas nas famílias relações entre maior proporção de pessoas em idade ativa da unidade familiar, que se colocam como disponíveis para o mercado de trabalho (quer como ocupados, quer como desempregados), e níveis de rendimentos familiares per capita mais elevados, bem como entre menor proporção de pessoas em atividades precárias e níveis de rendimentos familiares mais elevados. Embora estas regularidades (16)

---

(16) Ver Tabela 10 e conjunto de Tabelas 20 a 25.

sejam comuns a todos os tipos de família, apresentam especificidades em cada momento da trajetória familiar, indicando, com clareza, que a disponibilidade efetiva dessas pessoas para o mercado de trabalho é definida principalmente pelas restrições culturais relacionadas aos papéis familiares que desempenham. Tal disponibilidade pode alterar-se, ainda, segundo o nível do rendimento familiar.

A possibilidade de inserção em trabalhos regulares é, por sua vez, também afetada tanto pelas práticas reprodutivas da família, pelos atributos de gênero e idade dos componentes da família, como pela qualificação profissional destes. No conjunto das pessoas inseridas no mercado de trabalho, constata-se maior freqüência em atividades precárias (17) entre os jovens, em especial os menores de 18 anos e as mulheres, principalmente as casadas, sendo menor, mas ainda elevada, a proporção de mulheres-chefes de família sem cônjuge em atividades precárias (Tabelas 7 a 10). Esse conjunto de atributos pesa diferentemente nas composições familiares características

---

(17) Define-se como trabalho precário a inserção no mercado de trabalho dos "ocupados subempregados" e a inserção em "atividades ocasionais", dos inativos e desempregados. Esta definição engloba, assim, pessoas inseridas em atividades ocasionais que não estão incluídas na categoria convencional de ocupados. São considerados em subemprego, segundo categoria elaborada pelo DIEESE: trabalhadores assalariados (sem carteira de trabalho assinada; com jornadas iguais ou maiores que 48 horas e remuneração inferior ao salário mínimo vigente, dentre outras características); trabalhadores autônomos (com rendimentos inferiores ao salário mínimo; ausência de vínculo com a Previdência Social, dentre outras) (DIEESE, 1984).

dos diversos momentos do ciclo de vida familiar, configurando situações mais favoráveis e menos favoráveis para enfrentar a reprodução cotidiana das mesmas, diferenciando, inclusive, famílias que vivenciam momento semelhante dessa trajetória.

Ao indicar neste item algumas das características da configuração dos diversos tipos de família, de sua inserção no mercado de trabalho e das situações em relação à condição de pobreza, pretendemos também mostrar como numa situação de crise econômica mobilizam-se os diferentes componentes da família para enfrentar a redução do poder de compra dos rendimentos familiares ou a situação de desemprego do chefe ou dos principais mantenedores da família. Na conjuntura de 1981, constatou-se que especialmente as mulheres-cônjuges e os filhos mobilizavam-se, ainda que de maneiras distintas, nos diversos tipos de família, para enfrentar situações de desemprego e de baixos rendimentos.

As análises apresentadas recolocam aquelas questões inicialmente colocadas acerca dos impactos da conjuntura recessiva sobre as possibilidades da reprodução da família e, também, acerca das maneiras como a configuração familiar e as práticas reprodutivas adotadas podem condicionar as alternativas de inserção no mercado de trabalho e os rendimentos familiares. Ao evidenciar como as práticas reprodutivas das famílias, possibilitadas pela

configuração familiar e seus condicionantes culturais, podem afetar as alternativas de inserção no mercado de trabalho, explicita-se ao mesmo tempo um dos aspectos da articulação entre as estruturas familiares e as estruturas produtivas.

Buscando explicitar estas relações, apresentamos a seguir os principais tipos de família que identificam momentos da trajetória da vida familiar, retomando algumas de suas características e apresentando novas indicações sobre os arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho.

#### **1.3.1. O difícil começo: famílias de casais de até 34 anos com filhos**

O momento da "constituição" da família, identificado através dos casais de até 34 anos com filhos, como já demonstrado, é um dos mais críticos para a sobrevivência familiar, pois 44% dessas famílias dispõem de rendimentos per capita insuficientes, ou seja, encontram-se em "condição de pobreza", e menos de um terço consegue alcançar patamares superiores à "condição de precariedade". Esta situação está associada à configuração dos núcleos familiares, especialmente em função de pouco mais da metade de seus componentes estar em idade ativa e, na maior parte dos casos, de a mulher-mãe ser preservada nas funções domésticas. Apenas 24% delas se encontram ocupadas, representando 19% dos ocupados da família. Sua taxa de

ocupação, mais baixa que a taxa média apresentada pelas cônjuges (28%), é em grande medida explicada pela concepção acerca seu papel no cuidado dos filhos, reforçada pelo fato de estes, em sua maioria (84%), terem menos de 10 anos de idade. Por outro lado, reforçando as atribuições das mulheres no cuidado dos filhos pequenos, pesquisa realizada junto a trabalhadores industriais revela a não-aceitação, pelos homens, do trabalho remunerado da mulher que tenha filhos (Hirata e Humphrey, 1986 e 1987). Tais restrições, presentes em diversos segmentos da sociedade, limitam o trabalho da mulher fora de casa neste momento da vida familiar. Dessa maneira, na ausência de outras pessoas que possam participar em atividades remuneradas, na maior parte destas famílias o homem arca com a responsabilidade de manter o grupo doméstico, constituindo 73% dos ocupados da família (Tabela 2). Este arranjo familiar pouco se altera nas diferentes situações em relação à pobreza, indicadas pela renda familiar per capita (Tabela 13).

Neste momento da vida familiar concentra-se a mais elevada razão de dependência, da ordem de 3,5 pessoas em média por pessoa ocupada, que portanto teria a seu encargo manter-se a si e a mais 2,5 pessoas (Tabela 1). Tal encargo se agrava nas famílias identificadas como em "condição de pobreza", nas quais a razão de dependência chega a 4,2 (indicando que cada ocupado deve manter 3,2 pessoas além dele mesmo), e tende a reduzir-se gradativamente nas

situações de "limiar da subsistência" (3,0) e "acima da condição de precariedade": 2,9 (Tabela 22).

Neste tipo de família, entre as condições opostas de "pobreza" e "acima da condição de precariedade" observam-se como tendências na absorção da força de trabalho familiar o aumento da proporção dos ocupados e o decréscimo nas proporções de desempregados e inativos com mais de 10 anos (Tabela 22).

O patamar de pobreza é superado com a redução do desemprego (18), principalmente do chefe, com o aumento da participação da mulher-mãe entre os ocupados (Tabela 13) e também com a redução da inserção em trabalhos precários, observação que vale tanto para o homem como para a mulher (19) (Tabela 10).

Pelo fato de prevalecer neste momento do ciclo familiar o chefe como provedor (73% dos ocupados), a condição de atividade desse componente da família, bem como os níveis de rendimento que consegue obter, afetam diretamente as condições de vida da mesma, evidenciadas aqui pela renda familiar per capita. Portanto, é interessante

(18) A proporção de desempregados entre as pessoas em idade ativa (PIA) é de 13% nas famílias em condição de "pobreza", 6,1% nas famílias no "limiar da pobreza", 4,6% nas famílias não-pobres (Tabela 22).

(19) Entre as famílias desse tipo que se encontram em "condição de pobreza", 15,5% dos componentes que têm alguma atividade remunerada estão inseridos em trabalhos precários. Essa proporção declina nas demais faixas de renda (11,7% no "limiar", chegando a 5,4% na faixa de renda familiar mais elevada). Denomina-se trabalho precário às situações de

observar que a condição de pobreza identificada neste momento da vida familiar está associada principalmente à condição de desemprego do chefe ou de sua inserção em atividades precárias (20), que se concentram nas faixas de renda mais baixas.

A elevada proporção de cônjuges em trabalho precário indica por um lado a mobilização da mulher neste tipo de família. Por outro, considerando-se as limitações que este momento da vida familiar lhe impõe em decorrência da presença dos filhos menores de 10 anos, os trabalhos precários apresentam-se como a alternativa que lhe possibilita conciliar atividade remunerada e trabalho doméstico. Dessa maneira, nas duas faixas de renda que caracterizam as famílias em "condição de precariedade" mais que a metade das mulheres com alguma atividade remunerada estava em trabalho precário (57% daquelas em "pobreza" e 56% daquelas no "limiar"). Apenas 11% das mulheres na faixa de renda que identifica os não-pobres se submetiam a trabalhos precários (Tabela 10). Supõe-se neste último caso que, além de um nível de qualificação mais elevado, a possibilidade de pagar a outras mulheres que as substituam no trabalho

ocupação em subemprego e, também, à atividade ocasional no caso dos desempregados e dos inativos.

(20) A taxa de desemprego do chefe é de 8,3% nas famílias em "condição de pobreza" e de 2,3% naquelas acima da condição de precariedade". Dentre os chefes com alguma atividade remunerada nas famílias na faixa de renda per capita mais baixa ("pobreza"), 5,5% estão inseridos em atividades precárias, praticamente inexistindo chefes em trabalhos precários nas duas faixas de renda mais elevadas (Tabela 10).

doméstico e no cuidado dos filhos (empregadas domésticas) e/ou o acesso a creches ou escolas liberem as mulheres nas famílias "acima da condição de precariedade" para inserções em atividades regulares e com menor nível de precariedade no mercado de trabalho. No total das mulheres-mães com alguma atividade neste momento da vida familiar, 38% estavam em atividades precárias.

Ainda que as taxas de ocupação da mulher-cônjuge observadas neste momento da vida familiar sejam relativamente baixas, elevam-se progressivamente a partir da "condição de pobreza" para as situações de "limiar da subsistência" e "acima da condição de precariedade", evidenciando a importância de sua participação para a composição dos rendimentos familiares. Nestas distintas situações a mulher-cônjuge representa respectivamente 15%, 17% e 25% dos ocupados da família, com taxas de ocupação específicas (cônjuge ocupada/cônjuge em idade ativa) crescentes: 18%, 24% e 34% (Tabelas 13 e 14).

Nas famílias em "condição de pobreza" registra-se a menor taxa de ocupação da mulher-cônjuge em relação às dos demais tipos de família (Tabela 14). As informações relativas à participação da mulher no mercado de trabalho nesta etapa da vida familiar sugerem que, além de ser importante para elevar o patamar de condição de vida familiar, sua inserção no mercado se dá principalmente em

situações em que a remuneração obtida por seu trabalho pode ser mais elevada, com certeza em decorrência de sua qualificação.

O exame da questão do desemprego mostra, em sua outra face, quais as pessoas da família que se sentem pressionadas a buscar trabalho remunerado. Verifica-se, assim, que neste tipo de família e nessa conjuntura de crise é a cônjuge quem mais procura emprego, chegando a constituir 45% das pessoas desempregadas da família (Tabela 15). Sua mobilização para o mercado também se expressa pela taxa de desemprego (21), evidenciando as elevadas proporções das que buscam trabalho. A taxa de desemprego da cônjuge é especialmente alta (43,4%) na faixa de renda familiar per capita indicativa da "condição de pobreza", em que também o desemprego do chefe é mais elevado (8,3%) (Tabela 16). Nas demais faixas a taxa de desemprego da cônjuge decai para menos que a metade. A mulher-cônjuge neste tipo de família apresenta as taxas de desemprego mais elevadas, quando comparadas às taxas das cônjuges nos demais tipos de família. Tais dados possivelmente expressam, além da premência por maior rendimento nas famílias pobres com essa configuração, a pressão que recai sobre a cônjuge na conjuntura recessiva, pelo fato de ser praticamente o único componente adulto da família, além do chefe. Por outro lado, estas taxas mais elevadas podem estar também refletindo a

(21) Taxa de desemprego total específica: proporção da PEA específica que se encontra em busca de trabalho.

rejeição das mulheres jovens pelo mercado de trabalho, no momento mais caracterizado pela procriação e pelos filhos pequenos.

Os filhos, quase todos menores de 18 anos, dos quais apenas 16% em idade ativa, aparecem como ocupados somente nas famílias em "condição de pobreza", representando 5,5% dos ocupados da família (Tabela 13). Apresentam, entretanto, elevadas taxas de desemprego total em todas as faixas de rendimento familiar, expressando, por um lado, a dificuldade de inserção dessa força de trabalho bastante jovem e, por outro, a mobilização destes da inatividade para o mercado de trabalho numa conjuntura de crise econômica (Tabela 15).

Concluindo a análise deste tipo de família, pode-se dizer que o momento do ciclo de vida da família sintetizado por ele configura uma situação familiar na qual, em que pesem os papéis familiares atribuídos aos dois adultos da família, são eles os únicos provedores possíveis. Na medida em que a mulher é preservada nos trabalhos da casa, o encargo de provedor nesse específico momento recai sobre o homem. Nessas circunstâncias, o desemprego e a inserção precária do mesmo, ou a situação inversa, mais favorável, atuam de maneira mais decisiva no sentido de levar a unidade familiar para a situação de pauperismo ou para escapar dela. A família trabalhadora encontra-se então, neste momento de seu ciclo de vida, extremamente sujeita à instabilidade inerente à sua condição de classe, sob

oscilações da conjuntura que afetam o emprego e a remuneração.

### 1.3.2. O esforço coletivo: famílias de casais de 35 a 49 anos com filhos

O momento intermediário do ciclo de vida familiar, identificado pelas famílias compostas pelo "casal entre 35 e 49 anos com filhos", é a etapa em que a família apresenta seu mais elevado número de componentes, 5,5 em média, e a segunda mais elevada razão de dependência, da ordem de 2,6 pessoas por ocupado (Tabela 1). Nesse momento, convivem com o casal filhos nas diversas faixas etárias.

Também é uma situação na qual se manifestam dificuldades para superar a "condição de precariedade", apesar do evidente esforço coletivo dos componentes da família, em qualquer das faixas de renda, para a conquista de melhores condições de vida (Tabela 13). Os filhos, maiores e menores de 18 anos, representando 41% dos ocupados da família, desempenham juntamente com o chefe (40% dos ocupados) papel importante para a sobrevivência do núcleo familiar (Tabela 15).

A mulher-mãe permanece nos trabalhos domésticos em cerca de 71% das famílias, exercendo atividade remunerada especialmente nos casos de rendimentos familiares mais baixos (Tabela 14). Sua atividade, entretanto, é caracterizada por situações diversas de precariedade em

quase a metade dos casos (43%), ou seja, cerca de 30% delas se inserem no mercado em situações de subemprego e cerca de 16% em atividade ocasional (Tabelas 10 e 11).

A cônjuge representa cerca de 15% dos ocupados da família nos três níveis de rendimentos familiares. Contudo, sua taxa de ocupação específica, em média de 30%, é mais elevada na "condição de pobreza" (34%), caindo progressivamente nas demais faixas de rendimento familiar per capita: 32% no "limiar da subsistência" e 30% nas famílias "acima da condição de precariedade" (Tabela 14). Dessa maneira, nas famílias em "condição de pobreza" - em que se verificam as mais elevadas taxas de desemprego do chefe da família e dos demais componentes, bem como as menores taxas de ocupação para os mesmos, - a mulher-cônjuge tanto se mobiliza mais intensamente para procurar trabalho, apresentando taxa de desemprego da ordem de 20% da PEA específica, como insere-se com maior freqüência no mercado, na tentativa de suprir os rendimentos familiares, apresentando taxa de ocupação de 34% da PIA específica. Nas faixas de renda acima desta, em que são baixas as taxas de desemprego do chefe e dos filhos e, portanto, mais elevadas suas taxas de ocupação, reduzem-se progressivamente as taxas de desemprego da cônjuge (15,2% no "limiar da pobreza" e 7,6% na "condição acima da precariedade") e, de maneira menos acentuada, suas taxas de ocupação (32% e 30%,

respectivamente), sugerindo que as cônjuges permanecem com maior percentual na inatividade.

Vale observar que, embora as taxas de ocupação das mulheres-cônjuges no momento intermediário do ciclo de vida familiar sejam sempre superiores às do momento da "constituição", é inverso o movimento em relação às faixas de renda familiar per capita: enquanto as mulheres mais jovens apresentam baixas taxas de atividade nas famílias em "condição de pobreza", crescendo progressivamente para a faixa "acima da condição de precariedade" - o que evidencia a importância de seu trabalho remunerado para a superação do patamar de pobreza -, as cônjuges entre 35 e 49 anos apresentam sua maior mobilização nas famílias em maior precariedade. Há tendência de reduzirem-se suas taxas de ocupação conforme se eleva o rendimento familiar, mantendo-se no entanto nas três faixas de renda entre 34% e 30%, um nível relativamente elevado de ocupação, considerando-se que a taxa de ocupação média das cônjuges é, como já mencionado, de 28,4%. Este comportamento distinto encontra-se associado à configuração familiar. Enquanto no primeiro caso é fundamental a importância do trabalho da cônjuge para a superação do patamar de pobreza, no segundo é fundamental para garantir um mínimo frente ao desemprego dos demais componentes. A presença dos filhos e especialmente dos maiores de 18 anos em atividade no mercado, nas faixas de

renda mais elevadas, atenua a pressão sobre a mulher-cônjuge.

A análise da inserção no mercado de trabalho dos diferentes componentes da família nesse momento do ciclo familiar mostra especificidades no que se refere às idades dos filhos, que por sua vez vão se refletir nas possibilidades de engajamento destes em atividades regulares ou precárias no mercado, bem como nos níveis da renda familiar.

O "envelhecimento" dos filhos, que vão aumentando sua participação em atividades remuneradas, diferencia as famílias em situações mais favoráveis de vida. É especialmente a maior presença de filhos maiores de 18 anos e a intensificação da participação dos mesmos no mercado - em sua maior parte absorvidos por atividades regulares portanto com remunerações mais elevadas, em detrimento dos menores de 18 anos, que apresentam elevadas proporções em trabalho precário - que possibilita a estas famílias atingir patamares que conduzem à superação da "condição de pobreza" (Tabelas 13 e 14) (22). Destaca-se a progressiva redução da

(22) Cresce a participação dos filhos maiores entre os ocupados da família, conforme se eleva a renda familiar per capita, passando de 25% dos ocupados nas famílias em "pobreza" para 29,5% no patamar superior (Tabela 13). Inversamente, nas famílias em "condição de pobreza" os filhos menores representam quase 20% dos ocupados da família, a maior proporção observada para os filhos menores entre os diversos tipos de família. Sua importância se reduz progressivamente nas famílias no "limiar da subsistência" (14,6%), sendo apenas 7% dos ocupados nas famílias acima da "condição de precariedade".

participação dos filhos menores de 18 anos dentre os ocupados da família à medida que eleva-se a renda familiar per capita, sugerindo que estes passam à inatividade.

A importância do conjunto dos filhos entre os ocupados da família se evidencia especialmente nas faixas de renda familiar per capita que caracterizam as famílias em "condição de pobreza" e no "limiar da precariedade", nas quais estes superam o peso dos chefes. Os filhos representam nestas duas faixas de renda, respectivamente, 44% e 42% dos ocupados, enquanto os chefes representam 37% e 39%. Esta relação se inverte entre as famílias "acima da condição de precariedade", nas quais, apesar do elevado peso dos filhos (37%), é maior o peso dos chefes entre os ocupados (47%).

A manutenção da casa depende, assim, do conjunto das pessoas ocupadas, que são em média mais que duas por família (Tabelas 13 e 23). Ao que parece, busca-se através do conjunto dos rendimentos individuais, compensar as baixas remunerações de cada um. Em relação à questão do provedor, embora haja um esforço coletivo, pode-se supor que a responsabilidade pela manutenção da casa seja avocada primordialmente pelo chefe. Dessa maneira, mascara-se a interdependência concreta do trabalho de todos os componentes familiares pelo paradigma do chefe provedor enquanto referência simbólica, através da qual se define o caráter "complementar" dos rendimentos obtidos pelos outros membros da família.

Apesar do esforço coletivo que caracteriza os arranjos neste momento do ciclo de vida familiar, 39% destas famílias dispõem de renda per capita insuficiente e 67% encontram-se em situação de "precariedade" (Gráfico 1). Em 1981, 29% das famílias urbanas da Região Metropolitana de São Paulo se inseriam nesse tipo de família, correspondendo a 37% das pessoas residentes nesta área.

### **1.3.3. Mulheres e jovens: famílias com chefe feminino sem cônjuge**

As famílias com chefia feminina sem a presença de cônjuge, embora com configuração específica, assemelham-se quanto ao momento do ciclo de vida familiar àquele da "maturação", ou seja, do casal de 35 a 49 anos com filhos. Caracterizam-se também pelo esforço coletivo no enfrentamento das condições concretas de existência e por serem uma das configurações com maiores dificuldades para articular arranjos que viabilizem superar a "condição de precariedade". Cerca de 40% destas famílias encontravam-se em "condição de pobreza", quase a metade em pobreza extrema, enquanto 62,5% apresentavam-se em "condição de precariedade" (Tabela 6). Tais dificuldades estão relacionadas principalmente às características de sua configuração familiar e às de seus componentes. Estas famílias, de três pessoas em média, são compostas basicamente pela mulher-chefe, em sua maioria com mais de 35 anos, pelos filhos

adolescentes e jovens e pela significativa presença de outros parentes, adolescentes e adultos. Assim, ainda que 89% de seus componentes estejam em idades ativas, quase um terço deles tem idades inferiores a 18 anos, e dentre aqueles com mais de 18 anos 75% são do sexo feminino. Como já mencionado, resulta dessa configuração familiar elevada proporção de mulheres, que representam 66,4% de seus componentes, em sua maioria maiores de 18 anos (81%).

Dadas essas características e aquelas de inserção de jovens e mulheres no mercado de trabalho predominantemente em ocupações precárias, as condições mais favoráveis de vida são alcançadas nas famílias em que se conseguiu articular arranjos que incorporavam ao mercado maior proporção de pessoas em idade ativa, especialmente com mais de 18 anos, e com menor inserção em atividades precárias (Tabelas 24 e 10).

As barreiras que mulheres e jovens, seus componentes predominantes, encontram para sua inserção regular no mercado de trabalho revelam-se através da elevada proporção de seus membros com alguma atividade remunerada em ocupações precárias (19% em média) e, ainda, através da alta taxa de desemprego (da ordem de 23% da PEA familiar), a maior dentre todos os tipos de família (Tabelas 10 e 16). Os filhos são o principal contingente dos que buscam trabalho, compondo, tanto os menores como os maiores de 18 anos, cerca de 66% dos desempregados destas famílias (Tabela 15).

O esforço coletivo para a sobrevivência empreendido por esse tipo de família revela-se na elevada proporção de componentes em idades economicamente ativas disponíveis para o mercado de trabalho, da ordem de 65%, ou como ocupados (50%), ou como desempregados (15%), evidenciando uma das menores proporções de pessoas em inatividade entre os tipos de família (Tabela 3). Os filhos e as chefes são os principais ocupados da família (40,2% e 38,3%, respectivamente), ainda que os outros parentes tenham participação significativa (21,5%), mas há variações nesta composição de ocupados conforme as faixas de condição em relação à pobreza. São elevadas as taxas de ocupação dos filhos, tanto maiores como menores de 18 anos, e dos demais parentes em todas as faixas de rendimentos familiares. As taxas de ocupação do conjunto dos componentes da família são especialmente mais altas nas faixas de renda "limiar da subsistência e "acima da condição de precariedade". No caso dos filhos, são respectivamente de 63,5% e 66%, em oposição aos 32% observados nas famílias em "condição de pobreza" (Tabela 14). Estas taxas mais elevadas, relacionadas ao maior número médio de ocupados nestas duas faixas de renda (1,7 e 1,6, respectivamente), em comparação com a faixa de renda inferior (1,2 ocupado em média, ver Tabela 24) evidenciam a importância neste tipo de família da soma dos rendimentos, supostamente baixos, de mais pessoas para que seja superada a "condição de pobreza" (Tabela 14).

Merecem destaque nas famílias chefiadas por mulher as elevadas taxas específicas de ocupação das chefes, da ordem de 55%, maiores que as taxas de ocupação apresentadas pelas mulheres-cônjuges em quaisquer dos tipos de família estudados, evidenciando seu encargo na manutenção da casa. As taxas de ocupação das chefes são menores apenas nas famílias em "condição de pobreza" (43,9%), nas quais é mais elevada sua taxa de desemprego (22,6%), bem como a dos demais componentes da família. Nas faixas de renda superiores a esta, cerca de 62% das mulheres chefes de família encontram-se ocupadas, apresentando baixas taxas de desemprego, ~~em torno de 6%~~ (Tabelas 14 e 16).

Neste tipo de família, a passagem da "condição de pobreza" para as faixas de renda mais elevadas resulta da combinação entre maior absorção da força de trabalho familiar disponível, indicada pela proporção de ocupados (levando-se em conta a posição na família e a idade destes), menores taxas de desemprego e menor inserção em trabalhos precários. Assim, a faixa de rendimento familiar em "condição de pobreza", que concentra 40% das famílias com "chefia feminina", além de registrar menor proporção de pessoas em idade ativa (PIA) entre os componentes da família, comparativamente às demais faixas de rendimentos per capita (23), apresenta a menor proporção de ocupados, da

(23) Neste tipo de família a proporção de pessoas em idades ativas é distinta nas diversas faixas de rendimento familiar per capita: 82,2% nas famílias em "condição de pobreza" e cerca de 95% nas demais (95,6% no "limiar da subsistência" e

ordem de 38% (24). A taxa de desemprego do conjunto de membros é também mais elevada, 39%, em contraste com a taxa em torno de 12% e 9%, respectivamente, nas faixas de rendimento mais elevadas (Tabela 16).

Nas famílias em "condição de pobreza", nas quais se verificam as mais baixas taxas de ocupação e as mais elevadas taxas de desemprego para todos os componentes da família, destaca-se a maior participação dos filhos dentre os ocupados da família. Tanto os menores como os maiores de 18 anos representam 49% dos ocupados, dividindo com a chefe (38%) o encargo de manutenção da família.

Mais que um terço das pessoas que exercem atividades remuneradas nas famílias em "condição de pobreza" estão inseridas em trabalho precário (25). Também mais que um terço das chefes (35%) nesta faixa de rendimentos estão inseridas em trabalho precário: 23% em subemprego e 12% em trabalho ocasional (26). Entre os filhos com alguma atividade remunerada, cerca de 27% estão em atividades precárias, assim como 56% dos parentes e não-parentes. Esse quadro de absorção em trabalho precário e de pequena

94,5% naquelas "acima da condição de precariedade" (Tabela 24).

(24) Nas duas outras faixas de rendimento per capita essa proporção é crescente: 56,3% e 63,4%, respectivamente ao "limiar da subsistência" e "acima da condição de precariedade" (Tabela 24).

(25) Encontram-se inseridas em trabalho precário 35% das pessoas com alguma atividade remunerada na faixa indicativa de "condição de pobreza"; 18% no "limiar da subsistência" e 7% na faixa "acima da condição de precariedade" (Tabela 10).

proporção de ocupados nestas famílias em "condição de pobreza" é ainda agravado pelas elevadas taxas de desemprego familiar, já comentadas.

A condição "limiar à pobreza" reúne menos de um quarto (22,3%) das famílias com chefia feminina (Tabela 6). Nestas, como mencionado, intensifica-se a taxa de ocupação da chefe e dos filhos, observando-se maior equilíbrio entre a participação da chefe (38%) e dos filhos (40%) entre os ocupados da família, ao mesmo tempo que cresce a participação dos outros parentes, que passa a ser de 22% dos ocupados da família, em relação aos 17% nas famílias em "condição de pobreza". Nesta faixa de rendimento familiar per capita, a chefe, os filhos e os parentes adultos estão em maior proporção inseridos em condição regular de trabalho. Entretanto, mais que um quarto das chefes (28%), 16% dos filhos menores de 18 anos e 19% dos parentes permanecem inseridos em trabalho precário. Assim, inserem-se nessa condição 18%, aproximadamente, dos componentes da família.

Na faixa de renda familiar mais elevada - que indica superação da condição de precariedade, revelando possibilidades mais favoráveis de articular arranjos familiares - estão 38% das famílias (Tabela 6). Também caracterizada pelo esforço coletivo, a manutenção da família

(26) Deve-se reiterar que o trabalho ocasional é o trabalho esporádico dos desempregados e inativos, parte dele não incorporado, portanto, na contagem das pessoas da PEA.

é dividida entre a chefe (39% dos ocupados), os filhos (37%) e os parentes (24%). Nestas famílias é muito pequena a proporção de pessoas em trabalhos precários: 7% dos componentes inseridos em alguma atividade remunerada. Apenas 7% das chefes se submetem a trabalhos precários, em contraste com as mais elevadas proporções nas faixas de rendimento per capita mais baixas. Dentre os filhos em trabalhos precários, destacam-se os menores de 18 anos, dos quais 12% exercem atividades ocasionais. Entre os filhos maiores cerca de 5% encontram-se em trabalho precário, bem como 10% dos parentes e não parentes (Tabela 10). Deve-se observar que mesmo nessa faixa de renda, "acima da condição de precariedade", onde a taxa de desemprego médio se mostra mais baixa (9,4% da PEA familiar), especialmente para a chefe (3,2%), mantém-se elevada a procura de emprego entre os filhos, da ordem de 16%.

O desemprego neste tipo de família, além de ser interpretado sob a consideração da conjuntura recessiva em que ocorria, deve ser especialmente percebido como indicador da pressão sofrida pelo conjunto dos membros das famílias com chefia feminina, na tentativa de garantir a sobrevivência ou de preservar-se de condições de vida mais precárias.

De acordo com as características apontadas neste item pode-se concluir que as famílias chefiada por mulher recorrem à estratégia de ocupar no mercado de trabalho o

maior número possível de pessoas e compor com as diversas remunerações a renda familiar. A superação de níveis de pobreza depende, como se viu, da intensificação da ocupação da força de trabalho da família e da inserção da mesma em condições de trabalho não-precárias. Dentre as famílias urbanas da Região Metropolitana de São Paulo cerca de 13% apresentam-se sob essa configuração familiar, que concentra praticamente 10% da população metropolitana urbana em 1981.

#### **1.3.4. Os velhos e os jovens: famílias de casais de 50 anos e mais com filhos**

No tocante ao momento do ciclo vital da família que caracteriza a "velhice", representado pelas famílias dos casais de mais de 50 anos, 12% das famílias da Região Metropolitana de São Paulo correspondiam à configuração "com filhos residentes" e cerca de 6% àquela dos "casais sem filhos residentes" (27).

Este momento do ciclo vital da família com a presença de filhos propicia uma situação mais favorável à articulação de arranjos para superar a condição de precariedade. Quando os rendimentos do trabalho auferidos pelo casal na velhice se vêm reduzidos tanto pelos valores aviltados das aposentadorias, como pela expulsão dos

---

(27) Como explicitado anteriormente, as famílias dos "casais velhos sem filhos residentes" não poderão ser analisadas em decorrência de seu pequeno número na amostra.

trabalhadores mais velhos pelo mercado de trabalho, evidencia-se a importância dos filhos residentes para garantir condições de vida mais favoráveis. Ainda que em muitos casos tais condições reflitam o resultado de um processo cumulativo de bens materiais no decorrer da existência da unidade familiar (28), é a combinação dos rendimentos reduzidos do(s) pai(s) e dos provenientes do trabalho dos filhos jovens e adultos que garante a estas famílias um momento menos penoso de reprodução da existência.

Assim, esta configuração familiar apresenta, em relação às demais, menores proporções de famílias com rendimentos insuficientes para a subsistência, sendo identificados em "condição de pobreza" 21% dos "casais velhos com filhos residentes". No entanto, a elevada proporção de famílias no "limiar da subsistência" perfaz uma proporção de 56% em "condição de precariedade" (Tabela 6).

As famílias dos casais velhos com filhos caracterizam-se por serem relativamente grandes, com 4,7 pessoas em média, compostas pelo casal (43% dos componentes), filhos (47%) e poucos parentes (9%), em sua maioria netos, genros e noras. Existem, assim, casos de família ampliada, com a presença de filhos casados e netos.

---

(28) Grande parcela das famílias dispõe, nesta etapa da vida, de sua casa própria, reduzindo com isso parte dos custos monetários necessários à sua sobrevivência. Bonduki (1986, cap. VII) desenvolve análise que relaciona condições de habitação e momentos do ciclo vital das famílias.

Em contraste com as famílias de casais mais jovens, 98% dos filhos residentes estão em idade ativa, assim como 95% do conjunto de seus componentes. (Tabelas 1 e 25)

Nessa configuração familiar a razão de dependência é de 2,1, significando que cada ocupado é em média responsável pela manutenção de apenas mais uma pessoa além dele mesmo. Observa-se, no entanto, que os ocupados das famílias da faixa de renda familiar que indica "condição de pobreza" têm maiores encargos que os das famílias na faixa indicativa de superação da precariedade, já que a razão de dependência naquela faixa é da ordem de 2,6, enquanto nesta é de 1,8.

Observa-se também neste tipo de família a relação entre elevação da proporção de ocupados, redução das proporções dos desempregados e inativos e elevação dos rendimentos familiares, conforme se passe das faixas de renda familiar mais pobres para as não-pobres. A dicotomia trabalho regular/trabalho precário também afeta de maneira decisiva a passagem de uma faixa de renda para outra, sendo mais elevada a proporção de membros da família em inserção precária nas faixas de renda que indicam pobreza (36%) e "limiar da subsistência" (21%) do que naquela que indica superação da precariedade (6%).

Dentre as famílias deste tipo também verifica-se elevada absorção em atividades precárias da mulher-cônjuge e

de filhos menores de 18 anos. Evidenciando uma das especificidades da inserção da mulher mais velha, as cônjuges em atividades precárias representam 51% daquelas com "alguma atividade remunerada", proporção elevada em face das médias mais baixas observadas para as cônjuges dos demais tipos de família, que variam de 25% a 43% (Tabela 11). É particularmente elevada sua inserção em atividades precárias nas duas faixas de renda indicativas da condição de precariedade: 84% nas famílias em "condição de pobreza" e 75% no "limiar da subsistência", caindo para 7% na situação "acima da condição de precariedade". No nível inferior de renda familiar, 54% das mulheres-cônjuges com alguma atividade estavam inseridas em subemprego e 30% em atividade ocasional, proporções que passavam a 44% e 31%, respectivamente, no nível intermediário (Tabela 10). Estes dados revelam a mobilização possível da cónjuge idosa nas situações mais críticas para a sobrevivência familiar, conciliando seu papel de dona de casa, as dificuldades de absorção de trabalhadores mais velhos pelo mercado de trabalho e a sua baixa qualificação.

Neste momento do ciclo de vida familiar também é bastante elevada a proporção de chefes idosos em atividades precárias, em relação dos demais tipos de família (Tabela 11). Dentre os chefes de 50 anos e mais com alguma atividade remunerada, 18% estão inseridos em trabalhos precários, tanto subempregados (10%) como exercendo trabalhos ocasionais (8%). Concentram-se em atividades precárias os

chefes nas duas faixas de rendimento familiar indicativas de "condição de precariedade" (24% e 29%, respectivamente), em contraponto aos da faixa "acima da condição de precariedade" (7%) (Tabela 10). A presença de aposentados, que para complementar seus proventos desenvolvem atividades paralelas em jornadas com poucas horas por dia e com remuneração mais baixa do que um salário mínimo (29), pode ser a explicação da elevada participação do chefe em trabalhos precários.

As famílias de casais idosos com filhos residentes, têm nos filhos, em sua maioria com mais de 18 anos, a principal parcela dos seus membros ocupados (64%). A passagem para níveis de rendimento mais elevados nestas famílias é obtida pela redução da taxa de desemprego e pelo aumento da taxa de ocupação do conjunto das pessoas em idade ativa. Esta relação é especialmente evidenciada pela combinação de elevadas taxas de ocupação dos filhos com maiores taxas de ocupação do chefe, na superação do patamar "condição de pobreza". Assim, nesta faixa de rendimento a taxa de ocupação dos filhos é de 49,6% e a dos chefes de 45,9%, enquanto nas faixas subseqüentes registram-se taxas maiores, de 75,8% e 47,1% respectivamente, nas famílias no "limiar da pobreza", e de 73,1% e 59,6% na faixa "acima da condição de precariedade" (Tabela 14).

---

(29) São estes alguns dos critérios para a definição de subemprego feita pelo DIEESE e por nós adotada. Ver DIEESE, 1984 e Anexo III deste estudo.

A expressiva participação dos filhos adultos na composição das rendas familiares atenua a mobilização da mulher-mãe para o mercado de trabalho na conjuntura de crise. Assim, cerca de 82% delas permanecem na inatividade. A mobilização da cônjuge, evidenciada pelas taxas específicas de ocupação e de desemprego, mostra-se mais relevante nas famílias em "condição de pobreza", que apresentam as maiores taxas de desemprego do conjunto de seus componentes (Tabela 16). As cônjuges representam cerca de 10% dos ocupados nestas famílias e sua taxa de ocupação é de 20% (Tabelas 13 e 14). Esta mobilização é corroborada pela elevada proporção destas cônjuges em trabalho ocasional (atividade esporádica de inativos e desempregados), da ordem de 30% entre aquelas com "alguma atividade remunerada" (Tabela 10). Nas famílias "acima da condição de precariedade" a taxa de ocupação da cônjuge também é relativamente elevada, da ordem de 18%, mas neste caso a inserção no mercado está possivelmente associada a níveis mais elevados de qualificação.

Os níveis de rendimento familiar comparativamente mais favoráveis obtidos por esse tipo de família, além de proporcionados pela combinação dos rendimentos dos velhos e dos jovens, devem-se principalmente à intensa participação no mercado dos filhos com mais de 18 anos (Tabelas 13 e 14). Estes, além de serem a maioria dos ocupados da família, apresentam o mais elevado nível de qualificação em relação ao observado para os filhos nos demais tipos de família.

Encontram-se em funções qualificadas ou técnicas aproximadamente 30% dos filhos ocupados (34% dos filhos e 29% das filhas), estando em funções semiqualficadas em torno de 40% dos filhos (40% e 47%, respectivamente). Apenas 15% dos filhos com mais de 18 anos e 17% das filhas participam do mercado de trabalho como força de trabalho não qualificada (30). A maior qualificação da força de trabalho e, portanto, da absorção em trabalhos regulares dos filhos com mais de 18 anos definem as possibilidades de rendimentos familiares mais elevados.

---

(30) Dados disponíveis em CEDEC/DIEESE (1986, Anexo III). Além das categorias de qualificação mencionadas, completam a informação cerca de 6% de filhos e filhas maiores em cargos de chefia e 5% e 1%, respectivamente, classificados como autônomos.

## 2. Pobreza e instabilidade na conjuntura recessiva

A análise dos dados referentes ao ano de 1981, centrada nos arranjos familiares encontrados nos diferentes momentos da vida familiar, trouxe indicações de como essa conjuntura se refletia no interior das famílias, afetando sua sobrevivência e lançando ao desemprego (identificado pela disposição de procurar emprego) muitas mulheres/cônjuges e filhos, que em outras conjunturas possivelmente teriam permanecido como inativos. A condição de desempregado ou de subempregado dos principais provedores das famílias (cerca de 10% dos chefes de família em 1981 e 12% em 1983), aliada à aceleração da perda do poder de compra dos salários em consequência da inflação, pressionou outros componentes da família em idade ativa a buscar trabalho - busca cujo resultado favorável ou não decorreu de suas características individuais de sexo, idade e/ou qualificação frente às restrições a elas impostas pelo mercado de trabalho. Uma das evidências dessa mobilização se pôde perceber através das elevadas taxas de desemprego da mulher-cônjuge e dos filhos, variando de acordo com os tipos de família.

Podemos aqui afirmar que na conjuntura de crise de 1981 muitas famílias desta região não conseguem obter

rendimentos suficientes para garantir sua sobrevivência - apesar da participação da mulher e dos filhos no esforço coletivo empreendido pelas famílias, especialmente em determinados momentos do seu ciclo de vida. Estes resultados vão ao encontro de conclusões a que chegaram Hirata e Humphrey ao estudarem as famílias trabalhadoras na crise, de que "não existe permutabilidade dos diferentes membros da família no que concerne ao acesso ao emprego", na medida em que a posição no interior da família impõe de diferentes maneiras, principalmente para o homem e a mulher do casal, pressões e limitações no acesso ao emprego (Hirata e Humphrey, 1987).

Assim, parte das dificuldades encontradas pelas famílias no enfrentamento da situação de crise econômica advém da sua própria configuração nos diversos momentos do seu ciclo de vida, bem como das práticas de inserção no mercado definidas a partir dos papéis atribuídos às figuras que a compõem. A esses fatos somam-se as limitações colocadas pelo no mercado de trabalho à participação de parte dos seus componentes, refletindo as representações sobre seus lugares na famílias e reforçando o padrão familiar dominante, hierarquizado a partir do chefe masculino provedor. Os critérios seletivos do mercado de trabalho, que consideram a mulher e os filhos como complementares na manutenção da família, atribuindo-lhes menores remunerações e dispensando-os com maior facilidade

do que aos trabalhadores considerados "chefes de família" (31), ao mesmo tempo que inferiorizam aqueles trabalhadores, vêm reforçar, por essa via, a concepção da obrigatoriedade do trabalho do chefe como provedor encontrada na representação das figuras da família.

Tanto os padrões dominantes' relativos aos provedores, vigentes nas famílias, como os critérios de diferenciação vigentes no mercado resultam numa divisão familiar do trabalho na qual o chefe masculino é concebido como o principal responsável pela família e da qual redonda o maior peso da renda do chefe masculino na composição do rendimento familiar (32). Na outra face dessa situação socialmente construída, em decorrência das pressões e limites impostos no interior da família e das restrições do mercado de trabalho, estão a mulher e os filhos, mais especialmente aqueles menores de 18 anos, que expressam a condição de produtores complementares através da sua qualificação e das formas de inserção encontradas ou aceitas que redundam em remunerações insuficientes ou em sub-remuneração.

---

(31) Ver também sobre a "relação de oposição simétrica" nas conseqüências diferenciais da crise sobre emprego e demissão dos homens e mulheres, e sobre as possibilidades de reabsorção na recuperação econômica: Hirata e Humphrey, 1984, 1991.

(32) Dentre os estudos que tratam da importância da renda do chefe masculino, ver: Barroso, 1978; Telles, 1986; Bruschini, 1986; Santos, 1987.

Os resultados encontrados reforçam, assim, a interpretação da "não-permutabilidade". Nesse sentido, frisemos que as análises referentes a 1981 - que, além de refletirem as representações das famílias acerca de seus componentes, refletem a conjuntura recessiva - evidenciaram que os filhos jovens, especialmente aqueles com menos de 18 anos, estão inseridos em atividades precárias, assim como grande parcela das mulheres/mães. Em consequência disso, mesmo com o esforço coletivo empreendido pelas famílias em determinados momentos da sua trajetória familiar - dependendo da qualificação do trabalho de seus componentes e principalmente da qualificação do chefe, da sua inserção regular ou precária e da sua condição de ocupado ou desempregado - em muitas das situações não se consegue garantir o mínimo necessário para a sobrevivência do grupo doméstico.

As análises aqui apresentadas que evidenciaram as maneiras como se estabelece a relação família-trabalho nos diferentes momentos da vida familiar também trazem elementos para avaliar como uma situação de crise econômica atinge mais duramente segmentos da população que vivenciam etapas específicas do ciclo de vida das famílias. Outro aspecto importante é a indicação da necessidade de se acompanhar com especial atenção a participação da mulher-cônjuge no mercado de trabalho em conjunturas recessivas.

Conclui-se dessas análises que a maior vulnerabilidade às oscilações do mercado de trabalho e à queda do valor real dos salários, características de conjunturas de crise econômica, é sentida principalmente por aqueles tipos de família nos quais foram identificados menores possibilidades de arranjos favoráveis para garantir a sobrevivência e para superar o patamar de pobreza: "casal jovem com filhos", "casal entre 35 e 49 anos com filhos" e "famílias com chefia feminina sem a presença de cônjuge" (Tabela 6). Nessa condição incluem-se, portanto, famílias com composições e características distintas, enfrentando a precariedade e a instabilidade com arranjos também distintos, sendo vulneráveis à instabilidade por motivos específicos. Estas compõem uma parcela importante das famílias residentes na Região Metropolitana de São Paulo, 66%, abrangendo cerca de 72% da população urbana da região.

A vulnerabilidade destas famílias frente à crise reside - em primeiro lugar e de forma comum a esses três tipos mencionados - na razão de dependência elevada. As "famílias jovens com filhos" encontram-se vulneráveis em função do fato de a sobrevivência do grupo doméstico depender principalmente dos rendimentos do trabalho de apenas um componente, o chefe. Assim, o desemprego deste, ou mesmo sua inserção em trabalho precário, é um acontecimento decisivo para a deterioração das condições de vida das famílias que apresentam esse arranjo.

No caso das "famílias dos casais de 35 a 49 anos com filhos" os arranjos familiares se caracterizam pelo esforço coletivo, tendo nos filhos uma parcela importante da força de trabalho familiar ao lado do chefe, com pequena participação da mulher-mãe. A vulnerabilidade destas famílias reside, por um lado, na elevada razão de dependência e, por outro, na inserção de grande parte dos filhos, especialmente os menores de 18 anos, em trabalhos precários. Dessa maneira, apesar da importante participação dos filhos na força de trabalho, a remuneração por eles obtida, principalmente quando subempregados, é baixa. Numa conjuntura de crise, momento em que os filhos encontram maiores dificuldades para conseguir trabalho, o desemprego do chefe ou sua inserção em trabalho precário leva a família para a "condição de precariedade".

Nas "famílias com chefia feminina sem cônjuge" os arranjos familiares têm também a característica do esforço coletivo. No entanto, o trabalho precário marca grande parte das mulheres-chefes com atividade remunerada, em comparação com os chefes masculinos, bem como com os demais componentes deste tipo de família, em decorrência de suas características de gênero e idade. Somam-se a este fato as dificuldades que grande parte de seus componentes encontra para obter emprego, o que impede, na conjuntura de crise, que quase a metade destas famílias supere o patamar de "pobreza" em suas condições de vida.

Tanto o fato de esses três tipos de família mais vulneráveis representarem parcela importante da população urbana da Região Metropolitana de São Paulo, como, principalmente, o fato de concentrarem a maior parte das crianças menores de 10 anos e dos jovens de até 18 anos, que demandam recursos para seu desenvolvimento adequado (SEADE, 1988), evidenciam-nas como foco importante de estudos mais aprofundados das questões relativas à pobreza, como para a políticas sociais de apoio, especialmente durante os momentos de crise econômica.

Outro aspecto a ressaltar são as respostas dos diferentes componentes das famílias frente à conjuntura de crise, tema que será aprofundado no capítulo seguinte. Confirmou-se através dos dados apresentados, e mais claramente em alguns tipos de família, a hipótese de que particularmente as mulheres-cônjuges e parte dos filhos mobilizam-se da condição de inatividade para o mercado de trabalho nos momentos de recrudescimento da crise econômica, principalmente quando acentua-se o desemprego dos chefes de família. Esta tendência é reforçada por informações que se estendem até momentos mais recentes, como veremos a seguir.

A análise de um conjunto de dados comparáveis (33), incorporados numa mesma série, embora não desagregados

(33) A semelhança de critérios e conceitos utilizados pelas pesquisas realizadas (DIEESE, Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego, e SEADE, Pesquisa de Emprego e Desemprego) possibilita a montagem de uma série entre 1981 e 1991. Para maior comparabilidade com os períodos de levantamento da

por tipos de família, detecta tendências desse comportamento durante a década de instabilidade compreendida entre 1981 e 1991.

A mobilização das mulheres-cônjuges e filhos para o mercado de trabalho em 1981, principalmente em determinados tipos de famílias e naquelas em "condição de pobreza", em função das taxas mais elevadas de desemprego do chefe de família, foi um comportamento registrado também para o conjunto das famílias em dois momentos em que se acirrou o desemprego na Região Metropolitana de São Paulo: o ano de 1983, conforme dados desta pesquisa, e o trimestre fevereiro-março-abril de 1991, segundo dados da PED. Comparações entre os períodos do início da década (março/abril de 1981), que reflete o momento inicial do desemprego, e de março/junho de 1983, de agravamento da crise, permitem perceber, através dos dados agregados, que neste último período, com o maior desemprego dos chefes de família (6,1% em 1981 e 7,8% em 1983), houve mobilização das mulheres-cônjuges e especialmente dos filhos em direção ao mercado de trabalho (Tabela 17).

Nos anos 1985 a 1987, com a retomada das atividades econômicas, verificou-se o crescimento das taxas de participação tanto para o chefe como para os demais

---

pesquisa, 1981 (março/abril) e 1983 (março e junho), da mencionada pesquisa do DIEESE, utilizou-se para o período 1985-1991 o trimestre móvel fevereiro-março-abril. SEADE, PED. SEADE, **Pesquisa de Emprego e Desemprego- Principais Resultados** n. 77. São Paulo. SEADE. 1990.

componentes da família, mais especialmente para as mulheres-cônjuges, acompanhado da redução acentuada das taxas de desemprego para todos os componentes (Tabelas 17 e 18).

Em 1991 (trimestre fevereiro-março-abril), um momento recessivo mais recente e grave para os trabalhadores, a taxa de desemprego do chefe de família retomou os níveis verificados em 1983, ano em que se acentuou a crise do início da década de 80 (7,8% em 1983 e 7,7% em 1991). Elevou-se também, neste momento, a taxa de desemprego para o conjunto dos demais componentes da família (Tabela 18). Concomitantemente, verificou-se mais acentuada mobilização das mulheres-cônjuges, já que 41% delas colocaram-se disponíveis para o mercado de trabalho, apresentando a maior taxa de participação do período 1981-1991, em cujo início era de aproximadamente 35% e em 1990, de 37,5% (Tabela 17). Em contrapartida, foi pequena a elevação da taxa de participação dos filhos, que permaneceu em torno dos 55% em 1990 e 1991, sendo mais baixas que nos demais momentos examinados. Esta faixa havia crescido <sup>de</sup> 57,4% para 59,6% entre 1981 e 1983, com o acirramento da crise, e oscilado em torno de 59% entre 1985 e 1987, anos de recuperação da economia. Por outro lado, apesar da elevação da taxa de desemprego para os filhos de 17,8% em 1990 para 20% em 1991 (Tabela 18), já eram menores as dificuldades de absorção neste segundo momento, em comparação com as taxas de 24,9% e 24% registradas no momento de crise anterior. Em

1991, mesmo com o aumento das taxas de desemprego das cônjuges (10,6% em 1990 e 13,1% em 1991), estas também são proporcionalmente menores que as ocorridas nos anos de 1981 e 1983 (cerca de 18%), sugerindo suas maiores possibilidades de encontrar trabalho na conjuntura recessiva de 1991.

Os dados disponíveis sugerem que no primeiro momento conjuntural de crise (1981-1983) houve mobilização mais acentuada dos filhos, enquanto no período recessivo mais recente verificou-se maior mobilização das cônjuges. Provavelmente, estes dados refletem as transformações na relação família-trabalho ocorridas na década de 80, com destaque para a participação das mulheres casadas no mercado. A crescente participação da mulher-cônjuge no mercado de trabalho nesse período é apontada pela elevação das suas taxas de participação (Tabela 17), pela redução de suas taxas de desemprego, com exceção de 1991, e, também, pelo seu crescente peso dentre os ocupados da família, principalmente com a acentuação da conjuntura recessiva em 1991 (Tabela 19). Neste último momento, a mulher-cônjuge passa a representar 16,2% dos ocupados da família, em contraste com os 13,5% do início da década.

Estas tendências verificadas na Região Metropolitana de São Paulo - bem como a de crescimento da participação das mulheres casadas na PEA, apontada pelas análises sobre a década de 80 para o Brasil como um todo, com base nos dados da PNAD - sugerem, a par das maiores

oportunidades de emprego da mulher no mercado de trabalho, que estas sejam também interpretadas como respostas a uma década marcada por conjunturas de instabilidade e recessão. Não ignorando a tendência do crescimento do emprego da mulher que ocorre nos âmbitos nacional e internacional, esta interpretação é sustentada pelas evidências encontradas pelo presente estudo, que de uma maneira geral apontam a mulher-cônjuge e as filhas como os principais componentes da família que se mobilizam da inatividade para a PEA em momentos conjunturais recessivos, como será reiterado no próximo capítulo.

**3. Tabelas e gráficos**

Tabela 1  
Distribuição das Famílias, por Tamanho Médio, Razão de Dependência e Composição Familiar, Segundo o Tipo de Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981

Tipo de Família	Distri- buição (%)	Tamanho Médio	Razão de Depen- dência (1)	Composição Familiar (%)					TOTAL
				Casal Central ou Chefe sem Cônjuge	Filhos Residentes			Parentes e não Parentes	
					Total	Menos de 10 anos	10 anos e mais		
Casal sem Filhos	13,1	2,3	2,1	87,8	-	-	-	12,2	100,0
Casal de até 34 anos com Filhos Residentes	24,1	4,5	3,5	44,7	51,3 (100,0)	43,0 (83,8)	8,3 (16,2)	4,0	100,0
Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes	28,8	5,5	2,6	36,4	59,0 (100,0)	16,5 (28,0)	42,5 (72,0)	4,6	100,0
Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes	12,0	4,7	2,1	42,9	47,4 (100,0)	1,0 (2,2)	46,4 (97,8)	9,7	100,0
Chefe Feminino sem Cônjuge	13,2	3,2	2,2	31,3	44,6 (100,0)	6,9 (15,4)	37,7 (84,6)	24,1	100,0
Chefe Masculino sem Cônjuge	6,1	3,1	1,8	32,1	12,6 (100,0)	0,8 (8,2)	11,8 (93,8)	55,3	100,0
TOTAL (2)	100,0	4,3	2,6	42,3	47,8	18,6	29,1	9,9	100,0

Fonte: DIEESE. Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego - PPVE.

(1) Indica o número médio de componentes que cada pessoa ocupada mantém (número de componentes/ocupados).

(2) Inclui outras configurações familiares: casais com filhos residual (2,7%).

Tabela 2  
Distribuição dos Ocupados, por Posição na Família, segundo Tipo de Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981

Em porcentagem

Tipo de Família	Posição na Família								TOTAL
	Chefe	Cônjuge	Filhos Residentes			Parentes e Não-Parentes			
			Total	Menos de 18 anos	18 anos e mais	Total	Menos de 18 anos	18 anos e mais	
Casal sem Filhos	60,4	32,8	-	-	-	6,8	0,6	6,1	100,0
Casal de até 34 anos com Filhos Residentes	73,0	18,7	2,3	1,6	0,7	6,0	0,4	5,6	100,0
Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes	40,5	14,9	41,2	14,1	27,1	3,3	0,1	3,1	100,0
Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes	23,1	7,6	63,8	6,0	57,8	5,4	0,2	5,2	100,0
Chefe Feminino sem Cônjuge	38,3	-	40,2	8,5	31,7	21,5	0,9	20,6	100,0
TOTAL (1)	45,3	13,5	31,8	7,7	24,1	9,4	0,6	8,9	100,0

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 3  
 Distribuição da População em Idade Ativa (1), por Condição de Ocupação, Segundo Tipo de Família  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981

Tipo de Família	Em porcentagem			
	Condição de Ocupação			Total
	Ocupados	Desempregados	Inativos	
Casal sem Filhos	49,8	5,2	45,1	100,0
Casal de até 34 anos com Filhos Residentes	50,7	8,9	40,4	100,0
Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes	47,3	9,9	42,9	100,0
Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes	51,0	8,0	40,9	100,0
Chefe Feminino sem Cônjuge	50,1	15,2	34,7	100,0
TOTAL (2)	49,7	9,5	40,8	100,0

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Pessoas de 10 anos e mais.

(2) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 4  
Distribuição dos Inativos de 10 anos e mais, por Posição na Família, Segundo Tipo de Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981

Em porcentagem

Tipo de Família	Posição na Família								TOTAL
	Chefe	Cônjuge	Filhos Residentes			Parentes e Não-Parentes			
			Total	Menos de 18 anos	18 anos e mais	Total	Menos de 18 anos	18 anos e mais	
Casal sem Filhos	29,2	58,4	-	-	-	12,3	4,8	7,5	100,0
Casal de até 34 anos com Filhos Residentes	1,6	63,9	26,8	26,8	-	7,7	1,4	6,3	100,0
Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes	4,7	31,8	58,5	53,5	5,0	5,0	0,8	4,2	100,0
Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes	22,0	44,2	26,3	13,1	13,3	7,5	2,5	5,0	100,0
Chefe Feminino sem Cônjuge	39,2	-	36,7	28,5	8,2	24,0	2,4	21,6	100,0
TOTAL (1)	13,1	37,7	38,3	32,5	5,8	10,9	2,1	8,8	100,0

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Inclui outras configurações familiares.

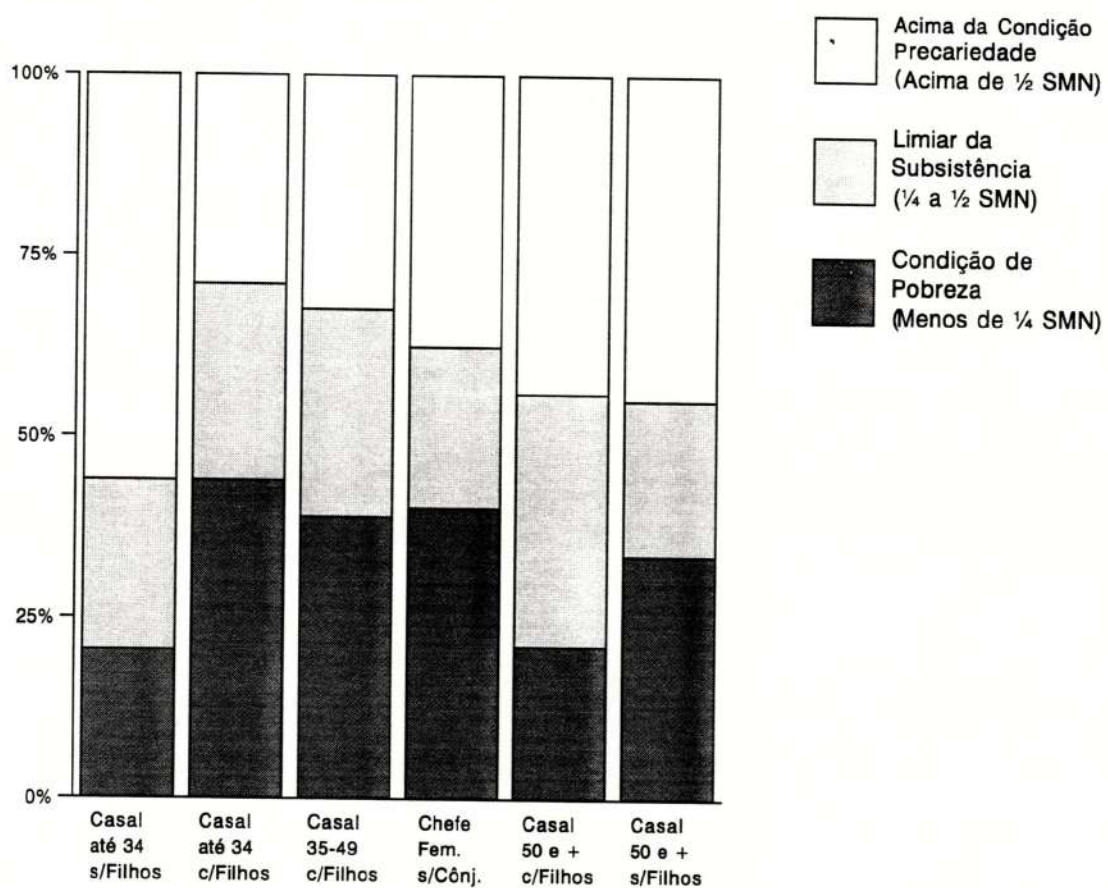
Tabela 5  
Distribuição das Famílias, por Renda Familiar Per Capita, Segundo Renda Familiar  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981

Renda Familiar (SMN)	Renda Familiar Per Capita (SMN) (%)					Total
	Pobreza		Limiar da Subsistência	Acima da Condição de precariedade		
	(até 1/8)	(1/8 a 1/4)	(1/4 a 1/2)	(1/2 a 1)	(acima de 1)	
Pobreza Extrema (até 1/2)	9,5	4,0	0,7	-	-	14,2
Pobreza (1/2 a 1)	4,0	9,9	5,2	0,5	-	19,7
Limiar da Subsistência (1 a 2)	0,6	7,0	16,4	6,5	0,6	31,1
Acima da Condição de Precariedade (acima de 2)	-	0,7	5,0	14,3	15,0	35,0
TOTAL (%)	14,1	21,7	27,2	21,4	15,6	100,0
TOTAL (n. absolutos)	402.872	620.055	778.857	611.878	446.650	2.860.312

Fonte: DIEESE, PPVE.

Nota: SMN - Salário Mínimo Necessário.

Gráfico 1  
 Distribuição das Famílias, por Tipo de Família, Segundo Condição em Relação à Pobreza  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981



Fonte: DIEESE, PPVE.

Tabela 6  
Distribuição das Famílias Quanto a Condição em Relação à Pobreza, Segundo Tipo de Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981

Tipo de Família	Condição em Relação à Pobreza				TOTAL
	Total	Precariedade		Acima da Condição de Precariedade (3)	
		Condição de Pobreza (1)	Limiar de Subsistência (2)		
Arranjos Menos Favoráveis					
Casais de até 34 anos com Filhos Residentes	71,0	43,9	27,1	29,0	100,0
Casais de 35 a 49 anos com Filhos Residentes	67,6	38,9	28,7	32,4	100,0
Chefe Feminino sem Cônjuge	62,5	40,2	22,3	37,5	100,0
Casal de 50 anos e mais sem Filhos	55,1	33,6	21,5	44,9	100,0
Arranjos Mais Favoráveis					
Casal de 50 anos e mais com Filhos	56,0	21,1	34,9	44,0	100,0
Chefe Masculino sem Cônjuge	46,9	20,6	26,3	53,1	100,0
Casal de até 34 anos sem Filhos Residentes	43,9	20,5	23,4	56,1	100,0
TOTAL (4)	63,0	35,8	27,2	37,0	100,0

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Renda Familiar per capita de menos de 1/4 do SMN (Salário Mínimo Necessário).

(2) Renda Familiar per capita de 1/4 do SMN a 1/2 SMN.

(3) Renda Familiar per capita acima de 1/2 SMN.

(4) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 7  
 Distribuição da População Ocupada com Trabalho Regular por Posição na Família, Segundo Tipo de Família  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981

Em porcentagem

Tipo de Família	População Ocupada com Trabalho Regular, por Posição na Família						Total
	Chefe	Cônjuge	Filhos Residentes		Parentes e Não-Parentes		
			Menos de 18 anos	18 anos e mais	Menos de 18 anos	18 anos e mais	
Casal sem Filhos	63,2	29,9	-	-	0,7	6,2	100,0
Casal de até 34 anos com Filhos Residentes	78,0	13,8	1,6	0,8	0,4	5,4	100,0
Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes	45,3	11,4	11,0	28,9	0,1	3,2	100,0
Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes	23,7	5,3	4,3	61,4	0,3	5,1	100,0
Chefe Feminino sem Cônjuge	37,8	-	7,5	34,5	0,4	19,8	100,0
TOTAL (1)	48,9	10,5	6,1	25,3	0,4	8,9	100,0

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 8  
 Distribuição da População Ocupada Subempregada, por Posição na Família, Segundo Tipo de Família  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981

Em porcentagem

Tipo de Família	População Ocupada Subempregada, por Posição na Família						Total
	Chefe	Cônjuge	Filhos Residentes		Parentes e Não-Parentes		
			Menos de 18 anos	18 anos e mais	Menos de 18 anos	18 anos e mais	
Casal sem Filhos	42,4	51,8	-	-	-	5,8	100,0
Casal de até 34 anos com Filhos Residentes	16,6	74,3	1,3	-	-	7,8	100,0
Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes	12,5	35,6	31,9	17,0	0,3	2,7	100,0
Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes	19,2	23,4	17,9	33,5	-	6,1	100,0
Chefe Feminino sem Cônjuge	41,2	-	15,7	13,2	4,3	25,7	100,0
TOTAL (1)	20,2	34,6	19,2	15,6	1,6	8,8	100,0

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 9  
Distribuição das Pessoas de 10 Anos e Mais com Atividade Ocasional, por Posição na Família, Segundo Tipo de Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981

Em porcentagem

---

Pessoas de 10 anos e mais com Atividade Ocasional, por Posição na Família

---

Tipo de Família	Chefe	Cônjuge	Filhos Residentes		Parentes e Não-Parentes		Total
			Menos de 18 anos	18 anos e mais	Menos de 18 anos	18 anos e mais	
Casal sem Filhos	51,0	44,3	-	-	-	4,7	100,0
Casal de até 34 anos com Filhos Residentes	12,9	53,6	16,5	-	-	16,9	100,0
Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes	12,6	41,0	36,1	5,9	1,6	2,9	100,0
Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes	33,3	31,6	3,3	26,8	1,5	3,3	100,0
Chefe Feminino sem Cônjuge	51,7	-	18,0	7,7	1,9	20,8	100,0
TOTAL (1)	25,5	31,7	21,1	9,2	1,4	11,0	100,0

---

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 10  
Distribuição das Pessoas com alguma Atividade Remunerada, por Tipo de Família e Inserção no Mercado de Trabalho, Segundo Condição em Relação à Pobreza e Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981

Condição de Pobreza e Posição na Família	Em percent																				
	Casal sem Filhos				Casal de até 34 anos com Filhos Residentes				Casal de 35-49 anos com Filhos Residentes				Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes				Chefe Feminino sem Cônjuge				
	Regular		Precário		Regular		Precário		Regular		Precário		Regular		Precário		Regular		Precário		
	Subemp.	Ocasio.	Total	Subemp.	Ocasio.	Total	Subemp.	Ocasio.	Total	Subemp.	Ocasio.	Total	Subemp.	Ocasio.	Total	Subemp.	Ocasio.	Total	Subemp.	Ocasio.	Total
Condição de Pobreza (até 1/4 SMN)(1)																					
Chefe	76,6	17,8	5,6	23,4	94,4	4,4	1,1	5,5	89,8	9,3	0,9	10,2	76,0	19,4	4,6	24,0	64,8	23,1	12,1	35,0	
Cônjuge	31,8	50,9	17,3	68,2	43,2	47,5	9,3	56,8	46,2	41,0	12,8	53,8	15,8	54,4	29,7	84,1	-	-	-	-	
Filhos	-	-	-	-	95,2	4,8	-	4,8	67,2	27,4	5,4	32,8	67,3	25,4	7,3	32,7	73,0	16,6	10,4	27,0	
Menos de 18 anos	-	-	-	-	93,3	6,7	-	6,7	50,5	40,7	8,9	49,6	48,8	45,3	5,9	51,2	52,0	29,5	18,6	48,0	
18 anos e mais	-	-	-	-	100,0	-	-	-	84,2	13,9	1,9	15,8	73,6	18,6	7,8	26,4	85,1	9,2	5,7	14,0	
Parentes e Não-Parentes	39,0	41,5	19,5	61,0	64,4	19,7	16,0	35,7	76,8	13,0	10,2	23,2	100,0	-	-	-	44,2	48,6	7,2	55,0	
TOTAL	56,9	32,2	11,0	43,2	84,5	12,2	3,3	15,5	72,0	22,7	5,2	27,9	64,3	26,6	9,2	35,8	65,1	24,3	10,5	34,0	
Limiar da Subsistência (1/4 a 1/2 SMN)																					
Chefe	82,0	15,3	2,7	18,0	100,0	-	-	-	95,1	1,7	3,1	4,8	71,3	12,5	16,2	28,7	71,8	15,1	13,2	28,0	
Cônjuge	84,1	10,6	5,4	16,0	44,3	44,6	11,1	55,7	52,1	31,0	16,9	47,9	25,4	43,5	31,1	74,6	-	-	-	-	
Filhos	-	-	-	-	-	-	-	-	86,4	8,9	4,7	13,6	89,0	10,2	0,8	11,0	94,4	5,6	-	5,0	
Menos de 18 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	67,9	20,4	11,7	32,1	74,2	25,8	-	25,8	83,6	16,4	-	16,0	
18 anos e mais	-	-	-	-	-	-	-	-	97,2	2,2	0,6	2,8	90,6	8,5	0,9	9,4	96,6	3,4	-	3,0	
Parentes e Não-Parentes	100,0	-	-	-	94,8	-	5,2	5,2	77,3	16,8	5,9	22,7	74,2	15,0	10,8	25,8	81,0	7,6	11,4	19,0	
TOTAL	84,5	12,2	3,3	15,5	88,4	8,9	2,8	11,7	83,6	10,2	6,2	16,4	79,0	13,7	7,3	21,0	82,1	9,9	8,0	17,0	
Acima da Condição de Precariedade (Acima 1/2 SMN)																					
Chefe	93,5	3,7	2,8	6,5	99,5	-	0,5	0,5	97,1	1,6	1,4	3,0	93,4	4,2	2,5	6,7	92,7	2,7	4,6	7,0	
Cônjuge	88,6	11,4	-	11,4	88,9	3,4	7,8	11,2	76,2	14,2	9,5	23,7	92,3	5,3	2,4	7,7	-	-	-	-	
Filhos	-	-	-	-	15,4	-	84,6	84,6	87,1	7,2	5,7	12,9	95,4	2,3	2,3	4,6	95,3	3,1	1,6	4,0	
Menos de 18 anos	-	-	-	-	-	-	100,0	100,0	67,5	8,3	24,1	32,4	59,9	40,1	-	40,1	88,2	-	11,8	11,0	
18 anos e mais	-	-	-	-	100,0	-	-	-	93,1	6,9	-	6,9	95,8	1,9	2,3	4,2	96,4	3,6	2,0	5,0	
Parentes e Não-Parentes	88,6	11,4	-	11,4	82,0	18,0	-	18,0	100,0	-	-	-	82,4	17,6	-	17,6	89,8	5,1	5,1	10,0	
TOTAL	91,7	6,6	1,8	8,4	94,6	1,2	4,2	5,4	90,2	5,6	4,2	9,8	93,9	3,8	2,2	6,0	92,9	3,4	3,7	7,0	

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) SMN - salário mínimo necessário.

Tabela 11  
Distribuição das Pessoas com Alguma Atividade Remunerada, por Tipo de Família e Inserção no Mercado de Trabalho,  
Segundo Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981

Em porcen

Posição na Família	Casal sem Filhos					Casal de até 34 anos com Filhos Residentes					Casal de 35-49 anos com Filhos Residentes				
	Regular	Precário			Total	Regular	Precário			Total	Regular	Precário			Total
		Subemp.	Ocas.	Total			Subemp.	Ocas.	Total			Subemp.	Ocas.	Total	
Chefe	87,8	9,0	3,3	12,2	100,0	97,6	1,8	0,6	2,4	100,0	93,9	4,4	1,7	6,1	
Cônjuge	75,0	19,8	5,1	25,0	100,0	61,6	29,2	9,2	38,4	100,0	56,6	30,3	13,1	43,4	
Filhos	-	-	-	-	-	76,2	3,7	20,1	23,8	100,0	78,3	16,4	5,3	21,7	
Menos de 18 anos	-	-	-	-	-	68,0	4,9	27,0	32,0	100,0	58,7	29,0	12,3	41,3	
18 anos e mais	-	-	-	-	-	100,0	-	-	-	100,0	89,8	9,0	1,2	10,2	
Parentes e															
Não-Parentes	86,2	11,1	2,7	13,8	100,0	81,2	9,7	9,1	18,8	100,0	80,6	12,5	6,9	19,4	
Menos de 18 anos	100,0	-	-	-	100,0	100,0	-	-	-	100,0	43,9	18,2	37,9	56,1	
18 anos e mais	84,9	12,1	3,0	15,1	100,0	80,1	10,2	9,6	19,9	100,0	83,1	12,1	4,7	16,9	
TOTAL	83,4	12,7	3,8	16,6	100,0	88,8	7,8	3,4	11,2	100,0	80,9	13,9	5,2	19,1	

Posição na Família	Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes					Chefe Feminino sem Cônjuge					TOTAL (1)				
	Regular	Precário			Total	Regular	Precário			Total	Regular	Precário			Total
		Subemp.	Ocas.	Total			Subemp.	Ocas.	Total			Subemp.	Ocas.	Total	
Chefe	82,5	9,8	7,8	17,5	100,0	77,9	12,7	9,3	22,1	100,0	91,7	5,5	2,9	8,3	
Cônjuge	48,8	31,6	19,6	51,2	100,0	-	-	-	-	-	60,4	28,7	10,9	39,6	
Filhos	87,3	10,0	2,7	12,7	100,0	86,4	8,9	4,6	13,6	100,0	82,1	13,1	4,7	17,9	
Menos de 18 anos	60,0	36,9	3,2	40,0	100,0	65,5	20,6	13,9	34,5	100,0	60,2	27,4	12,4	39,8	
18 anos e mais	90,2	7,2	2,6	9,8	100,0	92,8	5,4	1,8	7,2	100,0	90,0	8,0	2,0	10,0	
Parentes e															
Não-Parentes	81,4	13,6	4,9	18,6	100,0	75,7	16,8	7,4	24,3	100,0	80,5	13,0	6,5	19,5	
Menos de 18 anos	71,4	-	28,6	28,6	100,0	33,2	53,1	13,7	66,8	100,0	55,9	32,1	12,0	44,1	
18 anos e mais	82,0	14,4	3,6	18,0	100,0	77,7	15,1	7,1	22,3	100,0	82,2	11,7	6,1	17,8	
TOTAL	82,4	12,1	5,5	17,6	100,0	80,8	12,1	7,1	19,2	100,0	83,1	12,0	5,0	16,9	

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 12  
 Distribuição de Pessoas com 10 Anos e Mais com Alguma Atividade Remunerada,  
 por Tipo de Inserção, Segundo Tipo de Família  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981

Em porcentagem

Tipo de Família	Pessoas com Alguma Atividade Remunerada			Total
	Trabalho Regular	Trabalho Precário		
		Sub-emprego	Ocasional	
Casal sem Filhos	83,4	12,7	3,8	100,0
Casal de até 34 anos com Filhos Residentes	88,8	7,8	3,4	100,0
Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes	80,9	13,9	5,2	100,0
Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes	82,4	12,1	5,5	100,0
Chefe Feminino sem Cônjuge	80,8	12,1	7,1	100,0
TOTAL (1)	83,1	12,0	5,0	100,0

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 13  
Distribuição dos Ocupados, por Tipo de Família, Segundo Condição em Relação à Pobreza e Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981

Em porcentagem

Condição de Pobreza e Posição na Família	Distribuição dos Ocupados, por Tipo de Família					Total (1)
	Casal sem Filhos	Casal de até 34 anos com Filhos Residentes	Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes	Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes	Chefe Feminino sem Cônjuge	
Condição de Pobreza (até 1/4 SMN)(2)						
Chefe	61,10	74,10	37,02	22,33	37,74	45,91
Cônjuge	34,10	14,76	15,30	9,62	-	13,78
Filhos	-	5,52	44,03	63,13	45,35	33,04
Menos de 18 anos	-	3,93	19,18	16,92	15,11	13,12
18 anos e mais	-	1,59	24,85	46,21	30,24	19,92
Parentes e Não-Parentes	4,80	5,61	3,45	4,91	16,91	7,26
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Limiar da Subsistência (1/4 a 1/2 SMN)						
Chefe	56,70	72,20	38,60	19,10	38,00	41,30
Cônjuge	33,00	17,10	14,60	5,80	-	12,40
Filhos	-	-	42,20	69,10	39,60	34,60
Menos de 18 anos	-	-	14,50	6,80	6,90	7,85
18 anos e mais	-	-	27,80	62,30	32,60	26,78
Parentes e Não-Parentes	10,30	10,80	4,60	6,00	22,40	11,60
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Acima da Condição de Precariedade (Acima 1/2 SMN)						
Chefe	62,00	72,35	46,76	27,13	38,78	47,84
Cônjuge	32,35	25,40	14,80	8,31	-	14,15
Filhos	-	0,34	36,65	59,40	36,78	28,48
Menos de 18 anos	-	-	7,16	0,70	4,53	3,00
18 anos e mais	-	0,34	29,49	58,70	32,25	25,48
Parentes e Não-Parentes	5,65	1,90	1,79	5,15	24,44	9,53
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Inclui outras configurações familiares.

(2) SMN - salário mínimo necessário.

Tabela 14

Taxa de Ocupação Específica (1), por Tipo de Família, Segundo Condição em Relação à Pobreza e Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981

Condição de Pobreza e Posição na Família	Taxa de Ocupação Específica, por Tipo de Família				
	Casal sem Filhos	Casal de até 34 anos com Filhos Residentes	Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes	Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes	Chefe Feminino sem Cônjuge
	Em porcentagem				
Condição de Pobreza (até 1/4 SMN)(2)					
Chefe	43,20	88,50	82,50	45,90	43,90
Cônjuge	24,10	17,60	33,90	19,80	-
Filhos	-	12,10	33,60	49,60	32,80
Menos de 18 anos	-	8,90	20,30	39,50	21,40
18 anos e mais	-	100,00	67,60	54,70	44,70
Parentes e Não-Parentes	15,70	38,80	33,70	48,00	41,00
TOTAL	31,90	43,90	43,20	42,60	37,70
Limiar da Subsistência (1/4 a 1/2 SMN)					
Chefe	66,70	100,00	85,40	47,10	62,80
Cônjuge	38,80	23,70	32,30	14,40	-
Filhos	-	-	43,60	75,80	63,50
Menos de 18 anos	-	-	24,30	31,70	27,00
18 anos e mais	-	-	74,10	82,50	89,10
Parentes e Não-Parentes	46,80	51,10	45,40	32,50	42,40
TOTAL	52,10	53,70	50,70	50,90	56,90
Acima da Condição de Precariedade (Acima 1/2 SMN)					
Chefe	78,60	97,20	94,20	59,60	61,80
Cônjuge	41,00	34,10	29,80	18,30	-
Filhos	-	2,50	40,30	73,14	66,00
Menos de 18 anos	-	-	14,30	7,40	32,20
18 anos e mais	-	100,00	72,40	81,90	77,40
Parentes e Não-Parentes	37,00	32,70	20,00	41,60	58,80
TOTAL	57,80	59,40	50,20	55,80	62,50
TAXA DE OCUPAÇÃO	49,80	50,70	48,10	51,00	50,10

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Proporção da PIA específica que se encontra ocupada.

(2) SMN - salário mínimo necessário.

Tabela 15  
 Distribuição dos Desempregados, por Posição na Família, Segundo Tipo de Família  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981

Em porcentagem

Tipo de Família	Distribuição dos Desempregados, por Posição na Família						TOTAL
	Chefe	Total	Cônjuge	Não-chefes		Parentes e Não-Parentes	
				Filhos			
				Menos de 18 anos	18 anos e mais		
Casal sem Filhos	36,7	63,4	47,8	-	-	15,6	100,0
Casal de até 34 anos com Filhos Residentes	18,5	81,6	44,7	27,8	-	9,1	100,0
Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes	8,3	91,8	13,0	37,9	31,1	9,8	100,0
Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes	21,4	78,6	6,9	23,1	44,8	3,8	100,0
Chefe Feminino sem Cônjuge	14,0	85,9	-	28,0	37,7	20,2	100,0
TOTAL (1)	15,4	84,6	16,2	28,3	26,7	13,4	100,0

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 16  
Taxa de Desemprego Total Específica (1), por Tipo de Família,  
Segundo Condição em Relação à Pobreza e Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981

Em porcentagem

Condição de Pobreza e Posição na Família	Taxa de Desemprego Total Específica, por Tipo de Família					Total (1)
	Casal sem Filhos	Casal de até 34 anos com Filhos Residentes	Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes	Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes	Chefe Feminino sem Cônjuge	
Condição de Pobreza (até 1/4 SMN)(2)						
Chefe	8,00	8,30	7,30	30,90	22,60	11,40
Cônjuge	15,80	43,40	20,40	11,40	-	25,90
Filhos	-	59,20	31,40	31,50	48,70	36,60
Parentes e Não-Parentes	40,00	33,30	49,10	30,20	38,10	40,20
TOTAL	13,00	28,90	23,30	29,00	39,20	25,60
Limiar da Subsistência (1/4 a 1/2 SMN)						
Chefe	7,10	-	3,40	7,60	1,40	3,10
Cônjuge	17,80	21,70	15,20	8,00	-	17,30
Filhos	-	100,00	22,90	12,20	12,10	18,90
Parentes e Não-Parentes	16,80	13,20	32,50	8,40	24,40	18,80
TOTAL	12,00	9,90	15,80	10,90	11,70	12,80
Acima da Condição de Precariedade (Acima 1/2 SMN)						
Chefe	4,80	2,30	1,00	7,50	3,20	3,40
Cônjuge	90,80	20,00	7,60	15,60	-	12,60
Filhos	-	77,10	19,30	7,20	15,80	15,70
Parentes e Não-Parentes	14,40	-	8,80	-	8,20	4,90
TOTAL	7,10	8,40	9,60	7,70	9,40	8,70
TAXA DE DESEMPREGO	9,40	15,00	16,9	13,60	23,20	16,00

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Proporção da PEA específica que se encontra desempregada.

(2) SMN - salário mínimo necessário.

Tabela 17  
Taxa Global de Participação (1), Segundo Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981-1991

Posição na Família	Taxa Global de Participação						
	1981	1983	1985	1986	1987	1990	1991
Chefe	81,7	78,2	79,8	81,4	81,7	80,5	80,4
Cônjuge	35,0	35,7	35,6	38,6	39,4	37,5	41,0
Filhos	57,4	59,6	58,7	59,0	58,4	54,9	55,8
Outros	57,2	50,4	62,7	61,7	63,1	61,2	63,3
TOTAL	59,2	58,7	60,3	61,5	61,6	59,6	61,0

Fonte: DIEESE, PPVE - 1981 e 1983.

Fundação Seade, PED - 1985 a 1991.

(1) PEA/PIA.

Nota: Os dados de 1981 são de março/abril; os de 1983 março e junho; os de 1985 a 1991 são referentes ao trimestre móvel fevereiro-março-abril.

Tabela 18  
Taxa de Desemprego Total (1)  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981-1991

Posição na Família	Taxa de Desemprego Total						
	1981	1983	1985	1986	1987	1990	1991
Chefe	6,1	7,8	6,1	4,7	3,5	5,1	7,7
Demais Membros	22,8	22,9	20,4	16,9	12,9	14,9	17,1
Cônjuge	18,7	18,2	17,2	13,1	10,9	10,6	13,1
Filhos	24,9	24,0	23,2	20,7	15,1	17,8	20,0
Outros	21,4	17,9	16,1	12,9	9,6	13,4	15,2
TOTAL	16,0	16,5	14,2	11,6	8,9	10,6	13,1

Fonte: DIEESE, PPVE - 1981 e 1983.

Fundação Seade, PED - 1985 a 1991.

(1) Desempregados/PEA.

Nota: Os dados de 1981 são de março/abril; os de 1983 março e junho; os de 1985 a 1991 são referentes ao trimestre móvel fevereiro-março-abril.

Tabela 19  
Distribuição dos Ocupados, Segundo Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981-1991

Posição na Família	Distribuição dos Ocupados						
	1981	1983	1985	1986	1987	1990	1991
Chefe	45,3	42,2	47,1	47,0	45,4	46,3	45,5
Cônjuge	13,5	13,6	14,0	15,6	15,6	15,3	16,2
Filhos	31,8	36,4	28,7	27,6	29,0	27,5	27,6
Outros	9,4	7,8	10,2	9,9	10,0	10,8	10,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE, PPVE - 1981 e 1983.

Fundação Seade, PED - 1985 a 1991.

Nota: Os dados de 1981 são de março/abril; os de 1983 março e junho; os de 1985 a 1991 são referentes ao trimestre móvel fevereiro-março-abril.

Tabela 20  
Distribuição e Número Médio dos Componentes do Total das Famílias (1), por Condição de Ocupação,  
Segundo Condição em Relação à Pobreza  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981

Condição em Relação à Pobreza	PIA				Total de Pessoas da Família			Razão de Dependência	
	PEA		Inativos	TOTAL	PIA Total	Inativos Menores de 10 anos	Total de Inativos		
	Ocupados	Desempregados							Total
Condição de Pobreza									
Em porcentagem	41,9	14,9	56,8	43,2	100,0	73,1	26,9	58,5	3,3
Número médio	1,6	0,6	2,1	1,6	3,7	5,1	1,4	3,0	
Limiar de Subsistência									
Em porcentagem	52,6	8,0	60,7	39,3	100,0	83,3	16,7	49,4	2,3
Número médio	1,9	0,3	2,1	1,4	3,5	4,2	0,7	2,1	
Acima da Condição Precariedade									
Em porcentagem	56,5	4,3	60,8	39,2	100,0	86,3	13,7	47,6	2,1
Número médio	1,7	0,1	1,8	1,2	3,0	3,5	0,5	1,7	
TOTAL									
Em porcentagem	49,7	9,5	59,2	40,8	100,0	79,8	20,2	52,7	2,6
Número médio	1,7	0,3	2,0	1,4	3,4	4,3	0,9	2,3	

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 21  
 Distribuição e Número Médio dos Componentes das Famílias do Tipo "Casal sem Filhos", por Condição de Ocupação,  
 Segundo Condição em Relação à Pobreza  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981

Condição em Relação à Pobreza	Casal sem Filhos								
	PIA					Total de Pessoas da Família			Razão de Dependência
	PEA		Inativos	TOTAL	PIA Total	Inativos Menores de 10 anos	Total de Inativos		
	Ocupados	Desempregados						Total	
Condição de Pobreza									
Em porcentagem	32,4	6,0	38,5	61,5	100,0	93,4	6,6	64,0	3,3
Número médio	0,7	0,1	0,9	1,4	2,2	2,4	0,2	1,5	
Limiar de Subsistência									
Em porcentagem	51,7	6,5	58,3	41,7	100,0	96,9	3,1	43,6	2,0
Número médio	1,2	0,1	1,3	0,9	2,3	2,3	0,1	1,0	
Acima da Condição Precariedade									
Em porcentagem	58,0	4,0	62,0	38,0	100,0	99,8	0,2	38,1	1,7
Número médio	1,3	0,1	1,4	0,8	2,2	2,2	0,0	0,8	
TOTAL									
Em porcentagem	49,8	5,2	54,9	45,1	100,0	97,3	2,7	46,5	2,1
Número médio	1,1	0,1	1,2	1,0	2,2	2,3	0,1	1,1	

Fonte: DIEESE, PPVE.

Tabela 22  
 Distribuição e Número Médio dos Componentes das Famílias do Tipo "Casal de até 34 anos com Filhos Residentes",  
 por Condição de Ocupação, Segundo Condição em Relação à Pobreza  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981

Condição em Relação à Pobreza	Casal de até 34 anos com Filhos Residentes								
	PIA					Total de Pessoas da Família			Razão de Dependência
	PEA		Inativos	TOTAL	PIA Total	Inativos Menores de 10 anos	Total de Inativos		
	Ocupados	Desempregados						Total	
Condição de Pobreza									
Em porcentagem	43,7	13,0	56,6	43,4	100,0	54,3	45,7	69,2	
Número médio	1,2	0,4	1,5	1,2	2,7	5,0	2,3	3,5	4,2
Limiar de Subsistência									
Em porcentagem	53,7	6,1	59,8	40,2	100,0	61,6	38,4	63,2	
Número médio	1,4	0,2	1,5	1,0	2,6	4,2	1,6	2,6	3,0
Acima da Condição Precariedade									
Em porcentagem	60,3	4,6	64,8	35,2	100,0	57,1	42,9	63,0	
Número médio	1,4	0,1	1,5	0,8	2,3	4,0	1,7	2,5	2,9
TOTAL									
Em porcentagem	50,7	8,9	59,6	40,4	100,0	56,9	43,1	66,1	
Número médio	1,3	0,2	1,5	1,0	2,5	4,5	1,9	3,0	3,5

Fonte: DIEESE, PPVE.

Tabela 23  
 Distribuição e Número Médio dos Componentes das Famílias do Tipo "Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes",  
 por Condição de Ocupação, Segundo Condição em Relação à Pobreza  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981

Condição em Relação à Pobreza	Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes								
	PIA					Total de Pessoas da Família			Razão de Dependência
	PEA		Inativos	TOTAL	PIA Total	Inativos Menores de 10 anos	Total de Inativos		
	Ocupados	Desempregados						Total	
Condição de Pobreza									
Em porcentagem	43,3	13,3	56,6	43,4	100,0	76,9	23,1	56,4	3,0
Número médio	2,2	0,7	2,9	2,2	5,1	6,7	1,5	3,8	
Limiar de Subsistência									
Em porcentagem	50,5	9,6	60,1	39,9	100,0	85,0	15,0	48,9	2,3
Número médio	2,2	0,4	2,6	1,7	4,4	5,1	0,8	2,5	
Acima da Condição Precariedade									
Em porcentagem	50,3	4,8	55,1	44,9	100,0	90,0	10,0	50,4	2,2
Número médio	2,0	0,2	2,2	1,8	4,0	4,5	0,4	2,2	
TOTAL									
Em porcentagem	47,3	9,9	57,1	42,9	100,0	82,5	17,5	52,9	2,6
Número médio	2,2	0,4	2,6	1,9	4,5	5,5	1,0	2,9	

Fonte: DIEESE, PPVE.

Tabela 24  
 Distribuição e Número Médio dos Componentes das Famílias do Tipo "Chefe Feminino sem Cônjuge", por Condição de Ocupação,  
 Segundo Condição em Relação à Pobreza  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981

Condição em Relação à Pobreza	Chefe Feminino sem Cônjuge								
	PIA					Total de Pessoas da Família			Razão de Dependência
	PEA		Inativos	TOTAL	PIA Total	Inativos Menores de 10 anos	Total de Inativos		
	Ocupados	Desempregados						Total	
Condição de Pobreza									
Em porcentagem	37,5	24,4	62,0	38,0	100,0	82,2	17,8	49,0	
Número médio	1,2	0,8	1,9	1,2	3,1	3,7	0,7	1,8	3,2
Limiar de Subsistência									
Em porcentagem	56,3	9,7	66,0	34,0	100,0	95,6	4,4	36,9	
Número médio	1,7	0,3	1,9	1,0	2,9	3,1	0,1	1,1	1,9
Acima da Condição Precariedade									
Em porcentagem	63,4	4,7	68,2	31,8	100,0	94,6	5,4	35,5	
Número médio	1,6	0,1	1,7	0,8	2,5	2,7	0,1	0,9	1,7
TOTAL									
Em porcentagem	50,5	14,4	65,0	35,0	100,0	89,0	11,0	42,2	
Número médio	1,4	0,4	1,8	1,0	2,8	3,2	0,4	1,3	2,2

Fonte: DIEESE, PPVE.

Tabela 25  
 Distribuição e Número Médio dos Componentes das Famílias do Tipo "Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes",  
 por Condição de Ocupação, Segundo Condição em Relação à Pobreza  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981

Condição em Relação à Pobreza	Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes								
	PIA					Total de Pessoas da Família			Razão de Dependência
	PEA		Inativos	TOTAL	PIA Total	Inativos Menores de 10 anos	Total de Inativos		
	Ocupados	Desempregados						Total	
Condição de Pobreza									
Em porcentagem	41,5	17,5	59,0	41,0	100,0	92,5	7,5	45,4	
Número médio	2,0	0,8	2,9	2,0	4,8	5,2	0,4	2,4	2,6
Limiar de Subsistência									
Em porcentagem	51,2	6,6	57,7	42,3	100,0	93,5	6,5	46,0	
Número médio	2,5	0,3	2,8	2,0	4,8	5,1	0,3	2,4	2,1
Acima da Condição Precariedade									
Em porcentagem	56,4	3,9	60,3	39,7	100,0	98,8	1,2	40,4	
Número médio	2,2	0,2	2,4	1,6	4,0	4,0	0,0	1,6	1,8
TOTAL									
Em porcentagem	51,0	8,0	59,1	40,9	100,0	95,3	4,7	43,7	
Número médio	2,3	0,4	2,6	1,8	4,4	4,7	0,2	2,0	2,1

Fonte: DIEESE, PPVE.

### Capítulo III

#### O RECRUDESCIMENTO DA CONJUNTURA DE CRISE ECONÔMICA E A MOBILIZAÇÃO DAS FAMILIAS

Analisamos neste capítulo a mobilização dos membros da família para o mercado de trabalho em dois momentos distintos da conjuntura recessiva: 1981, ano inicial da crise, quando o desemprego já é elevado, e 1983, quando os níveis de desemprego se mostram mais agudos (1).

Considerando que a diferenciação interna à família com base nas relações de gênero "limita o comportamento indiferenciado dos membros da família como uma pura 'força de trabalho', mobilizável em caso de necessidade econômica" (Hirata e Humphrey, 1994), este estudo diverge da tese "economicista" que postula o ingresso no mercado de trabalho

---

(1) Como indicador da redução do emprego entre 1981 e 1983, pode-se mencionar com base nos dados da RAIS que no Estado de São Paulo houve uma perda líquida de empregos não-agrícolas regularizados da ordem de 660 mil pessoas, significando 13% das pessoas empregadas em dezembro de 1980. Conforme dados da FIESP, o emprego industrial no Estado de São Paulo caiu entre 1980 e 1981 cerca de 9%, e entre 1980 e 1983, cerca de 21% (Serra, 1984).

de mais membros da família em caso de necessidade material, enquanto força de trabalho permutável.

A análise dos resultados desta pesquisa - ao levar em conta este balizamento e a divisão sexual do trabalho, que atua conjuntamente nas atividades produtivas e no interior da família, definindo os lugares de homens e mulheres nessas duas instâncias - revela que é diferenciada a mobilização dos componentes das famílias especialmente quando se consideram o gênero e os papéis familiares. Revela também as especificidades dessa mobilização nos diferentes momentos do ciclo de vida familiar.

A divisão sexual do trabalho definida a partir das atribuições dos gêneros, que destinam o homem ao trabalho e a mulher à família, é evidenciada, por um lado, pelas mais elevadas taxas de participação dos membros masculinos adultos, sejam eles chefes, filhos ou outros parentes adultos, registradas em todos os tipos de família. Por outro lado, as limitações que as representações das atribuições femininas impõem à inserção das mulheres-cônjuges e mães em atividades remuneradas são evidenciadas pelas taxas de ocupação mais baixas por elas apresentadas tanto em relação às de outras mulheres em distintas posições familiares, tais como filhas adultas e mulheres-chefes de família, como em relação às de maridos e de filhos adultos. Não obstante isto, registra-se nesse período e mais especialmente em alguns tipos de família, o crescimento de sua participação

em atividades no mercado, concomitantemente ao desemprego ou subemprego do marido e/ou dos filhos adultos.

Como se verá, também as filhas, tanto menores como adultas, apresentam importante mobilização no período estudado, evidenciando uma mudança de comportamento em relação ao trabalho remunerado que perdurará durante a segunda metade dos anos 80 e início dos anos 90. As bases para delinear tendências nestes períodos mais recentes - que extrapolam o momento de nossa pesquisa de campo - são dadas por estudos sobre o mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo produzidas pela PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego (SEADE, 1989 e 1992).

A hipótese deste estudo é de que a conjuntura recessiva possibilitou que essa "ordem natural", a divisão sexual do trabalho dominante na família, sofresse algumas alterações, das quais uma das evidências é a mobilização feminina (mulheres-cônjuges e filhas) para o mercado de trabalho entre os dois momentos estudados, 1981 e 1983. Como consequências a médio prazo, supomos que tal mobilização feminina provocaria mudanças nas relações de gênero internas à família, ao passo que estaria refletindo mudanças nas relações de gênero no âmbito da sociedade e provocando seu aprofundamento.

Os resultados do estudo sugerem que, menos que um aumento no número de pessoas ocupadas, ocorreu um rearranjo entre os diferentes componentes da família frente ao

recrudescimento da crise do início da década, conjuntura que implicou da perda de emprego principalmente em postos de trabalho na indústria, atividade predominantemente masculina (2).

Procura-se, neste capítulo, responder especialmente a duas questões correlatas. A primeira refere-se à maneira como a crise incide sobre os diferentes membros da família, considerando-se os papéis familiares, sexo, idade e a inserção em atividades remuneradas. A segunda diz respeito às maneiras como as famílias configuradas nos diferentes momentos do ciclo de vida familiar respondem ao momento recessivo através da mobilização distinta de seus componentes.

Enquanto as análises a partir do mercado de trabalho indicam as tendências do emprego e do desemprego, a análise a partir da unidade familiar permite conhecer as respostas das famílias e dos sujeitos com diferentes atribuições familiares à conjuntura recessiva.

No curto intervalo de tempo estudado, 1981-1983, foram constatadas, através das dinâmicas dos diferentes tipos de família, tendências de alteração na relação família-trabalho perduraram durante a década, com destaque

(2) Com base no Censo Demográfico de 1980, o emprego no setor industrial no Brasil (incluindo-se indústria de transformação, construção e utilidades públicas) em 1980 era composto em 83% por homens e 17% por mulheres. Na indústria de transformação, as respectivas proporções eram de 75% e 25% (Hirata e Humphrey, 1984: 90).

para o crescimento da participação da cōnjuge e dos filhos na força de trabalho e também para a acentuação da mobilização feminina para o mercado, tanto cōnjuges como filhas.

## 1. A mobilização dos componentes da família frente à crise

Esta seção procura responder como a crise incide distintamente sobre os membros da família diferenciados pelos papéis familiares, gênero e idade, bem como identificar a especificidade de suas respostas à crise.

Examinando-se inicialmente algumas das tendências gerais da força de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo a partir da condição de ocupação da população em idade ativa (PIA), observa-se que não se mostram acentuadas as diferenças entre os dois momentos, considerando-se que o período já se inicia com elevado patamar de desemprego. Entretanto, a diferenciação da força de trabalho por sexo e posição na família mostra as especificidades da incidência da crise.

Entre os anos de 1981 e 1983 observa-se um movimento entre ocupados, desempregados e inativos que, embora de maneira tênue, aponta para a redução dos ocupados. Mesmo que as proporções sejam muito semelhantes nos dois momentos, as tendências são de redução nas proporções de ocupados e de crescimento das proporções de desempregados e inativos; ou seja, cresce a taxa de desemprego de 16% para

## **2. Respostas das famílias frente ao acirramento da crise**

Tratamos até o momento da mobilização dos diferentes componentes da família frente à crise, análise que comprova as especificidades das respostas e dos reflexos da crise em relação às diferentes posições na família. Entretanto, as características da mobilização dos componentes da família assume caráter específico nas distintas configurações familiares. Neste item, portanto, procuramos identificar de que maneira os diferentes tipos de família, com seu específico conjunto de componentes correspondendo aos momentos do ciclo vital, respondem ao momento de crise econômica.

Antes de passar para essa análise, porém, cabe apresentar algumas das características das configurações familiares nos dois momentos estudados.

### **2.1. Algumas características das famílias**

As famílias das amostras de 1981 e 1983, classificadas segundo os tipos de família construídos, apresentam distribuição percentual e tamanho médio muito semelhantes nos dois momentos de pesquisa (Tabela 6),

merecendo destaque algumas das características dessa distribuição.

As famílias constituídas por casais e filhos residindo no mesmo domicílio, que compõem a maior proporção na Região Metropolitana de São Paulo em ambos os momentos, apresentam percentual um pouco mais elevado em 1983: 70%, contra 67,6% em 1981. É maior também o peso das famílias com chefia feminina, apresentando percentuais da ordem de 13% em 1981 e de 16% em 1983.

Em movimento oposto, apresentam menores proporções em 1983 os tipos de família "casais sem filhos residentes" (13% em 1981 e cerca de 9% em 1983) e "chefe masculino sem cônjuge" (cerca de 6% em 1981 e cerca de 5% no momento posterior).

A par do crescimento das famílias de casais com filhos e das com chefia feminina, outra diferença registrada entre 1981 e 1983 e que pode estar associada à crise é o crescimento da proporção de filhos residentes maiores de 18 anos. Estes, que representavam 13,3% dos componentes das famílias na região em 1981, passam a 15,5% em 1983, com crescimento da ordem de 16%. Os filhos menores de 18 anos bem como os demais componentes, se apresentam nas mesmas proporções, com pequenas variações. Este comportamento pode estar associado à crise econômica que, ao afetar os filhos maiores através do desemprego, postergou sua saída da casa

paterna. Tal crescimento é observado tanto para os filhos do sexo masculino (da ordem de 13,5%), como, de maneira mais acentuada, para as filhas (18,3%). Embora com variações por tipos de família, o crescimento da presença dos filhos maiores verificou-se, em 1983, nas famílias dos "casais de 35 a 49 anos com filhos" (5,4%), dos "casais de 50 anos e mais com filhos" (2,2%) e, com maior intensidade, nas famílias com "chefes femininas sem cônjuge" (20,5%)

Registrou-se ainda menor proporção de "parentes e não-parentes" em quase todos os tipos de família em 1983, representando no total uma redução de 10%.

As famílias com maior número de componentes são aquelas constituídas pelo "casal com idades entre 35 e 49 anos com filhos residentes", compostas em média por 5,5 pessoas nos anos pesquisados e, basicamente, pelo casal e filhos tanto menores quanto maiores de 18 anos, com pequena presença de parentes (4,9%). Nos dois anos estudados é o tipo de família que concentra o maior número, da ordem de 29% do total das famílias em 1981 e 30% em 1983 (Tabela 6).

Nas famílias dos "casais de 50 anos e mais com filhos residentes" é também elevado o número de membros, com média próxima de cinco pessoas, e sua composição aponta, além do casal e filhos adultos, a presença de um filho ou filha com seu cônjuge (nora/genro) e netos, representando os "outros parentes e não-parentes" cerca de 9% dos componentes

da família. Registrou-se entre 1981 e 1983 pequena elevação em seu tamanho médio, de 4,6 para 4,9 pessoas, e nas proporções de filhos com 18 anos e mais, de 36,5% para 37,5% dos componentes da família. Este tipo de família representa cerca de 12% das famílias nos dois momentos.

As famílias de "casais jovens com filhos", com cerca de 4,5 pessoas, é composta basicamente pelo casal e filhos menores, com pequena presença de outros parentes (cerca de 4%). Representam aproximadamente 24% das famílias em ambas as amostras.

As famílias com menor número de componentes são aquelas de chefes homens e mulheres sem cônjuge, tendo em média pouco mais de três pessoas, e as dos "casais sem filhos", com 2,3 pessoas. A família da "chefe feminina" é composta por ela, filhos (quase a metade dos componentes) e outros parentes (cerca de um quarto dos componentes). Como já mencionado, este é um dos poucos tipos de família em que os outros parentes apresentam maior relevância. Outro caso que se caracteriza pela elevada presença de outros parentes, em torno de 50%, é o da família do "chefe masculino sem cônjuge", na qual é menor a presença dos filhos (13).

Estes tipos de família, com configurações familiares específicas, apresentam padrões de mobilização distintos. As análises do capítulo anterior, referentes ao

(13) Este tipo de família, como justificado no capítulo anterior, não está sendo objeto de análise.

ano de 1981, constituem um parâmetro a partir do qual é possível identificar a mobilização dos membros da família para o mercado frente ao acirramento da crise. Tal mobilização expressa as pressões distintas sofridas por estes componentes, provenientes tanto das atribuições e expectativas oriundas da família, como das restrições impostas pelo mercado, em grande medida moduladas pelos papéis familiares.

## 2.2. A mobilização das famílias na conjuntura recessiva

Privilegiamos na análise da mobilização das famílias na conjuntura recessiva aqueles tipos de família apontados no capítulo anterior como os mais vulneráveis às oscilações conjunturais do emprego e do valor real dos rendimentos familiares, ou seja, aqueles tipos nos quais foram identificados os arranjos possíveis menos favoráveis para garantir a sobrevivência e para superar o patamar de pobreza (Gráficos 1 e 2 e Tabela 7). Portanto, caracterizaram-se como mais vulneráveis à conjuntura de crise as famílias do "casal jovem (até 34 anos) com filhos", do "casal entre 35 e 49 anos com filhos" e da "chefe feminina sem cônjuge".

Também é analisada a mobilização da família do casal de 50 anos e mais com filhos, que configura uma das etapas finais do ciclo de vida familiar e identifica-se, de

acordo com a análise referente a 1981, como um dos arranjos mais favoráveis para a garantia da sobrevivência e a superação da condição de pobreza.

Não será possível, entretanto, realizar a análise da mobilização das famílias dos "casais sem filhos", em função da impossibilidade de desagregá-las segundo o momento do ciclo vital para o tratamento das variáveis selecionadas, já que é pequena a sua proporção dentre as famílias pesquisadas (13% em 1981 e 9,3% em 1983). Esta restrição impossibilita a interpretação da mobilização dos componentes da família segundo gênero, papéis familiares e possibilidades de absorção pelo mercado, considerando-se que são bastante distintas as lógicas da relação com o mercado de trabalho estabelecidas pelos casais jovens e pelos casais velhos, estando portanto excluído desta análise este tipo de família. Mesmo assim, foi possível identificar os casais jovens sem filhos, que identificam o início do ciclo vital das famílias, e os casais velhos sem filhos, etapa final do ciclo, para a análise da renda per capita, revelando-lhes a diferenciação em relação à condição de pobreza e não-pobreza.

Dentre os tipos de família identificados na condição mais vulnerável à conjuntura recessiva estão incluídas famílias com composição e características distintas, enfrentando a precariedade e a instabilidade com arranjos também distintos e sendo vulneráveis por motivos

específicos. Apenas um aspecto é comum a esses três tipos referidos: a elevada razão de dependência, possivelmente um dos fatores mais importantes no sentido de fragilizá-las (Tabela 8).

No caso das famílias jovens (casais de até 34 anos) com filhos, sua vulnerabilidade específica é proveniente do fato de nesse momento do ciclo de vida das famílias, na Região Metropolitana de São Paulo, a sobrevivência depender principalmente dos rendimentos do trabalho de apenas um componente, o homem do casal. Dessa maneira, o desemprego do chefe da família e mesmo sua inserção em trabalho precário são decisivos para a deterioração das condições de vida dessas famílias. Nas análises referentes a 1981, no capítulo anterior, evidenciou-se a importância do trabalho da mulher-cônjuge neste tipo de família no sentido de possibilitar a passagem de níveis de renda familiar per capita mais baixos para níveis de superação da condição de pobreza. A análise que se segue reafirmará sua importância no enfrentamento do segundo momento mais agudo dessa conjuntura de crise econômica, o ano de 1983.

Os arranjos familiares nas famílias dos "casais de 35 a 49 anos com filhos" caracterizam-se pelo esforço coletivo, posto que os filhos constituem parcela importante da força de trabalho familiar ao lado do chefe, sendo menor a participação da mulher-cônjuge. Se a vulnerabilidade

destas famílias reside, por um lado, na elevada razão de dependência, na medida em que neste momento do seu ciclo vital convive quase a totalidade dos filhos em diferentes idades, por outro, ela se torna maior frente à inserção de grande parte dos filhos, e mais especialmente os menores de 18 anos, em trabalhos precários, portanto com baixas remunerações. A análise dessas famílias através dos dados de 1981 mostrou a importância da inserção no mercado de trabalho dos filhos maiores de 18 anos para garantir a superação de níveis de pobreza, principalmente pelo fato de a maioria deles não ser subempregada. Considerando que a fragilidade da inserção dos filhos no mercado de trabalho se acentua numa conjuntura de crise, momento em que encontram maiores dificuldades para conseguir emprego e mesmo trabalho regular, levantou-se a hipótese de que o desemprego do chefe ou sua inserção em trabalho precário poderia levar a família para a condição de precariedade. A confirmação dessa dupla hipótese ocorre com a análise dos dados de 1983, conjuntura na qual se encontra abalada a condição de inserção no mercado de trabalho tanto do chefe como dos filhos maiores.

Também nas famílias com "chefia feminina sem cônjuge" os arranjos familiares têm a característica do esforço coletivo. Nesse caso, a vulnerabilidade decorre é em grande medida da elevada proporção em trabalho precário do conjunto de seus componentes, incluindo-se as mulheres-chefes com atividade remunerada. As peculiaridades dessa

inserção devem-se às características de sexo e idade dos seus componentes: predominantemente mulheres adultas e adolescentes de ambos os sexos. No segundo momento da conjuntura recessiva cresce a inatividade nesse tipo de família, especialmente da chefe e dos parentes e não-parentes do sexo feminino, provocando a intensificação da mobilização dos filhos e, especialmente, das filhas.

Estes tipos de família foram identificados como arranjos menos favoráveis a partir da constatação de maior concentração de famílias nas categorias "condição de pobreza" e "limiar da subsistência". Estas duas categorias totalizam para os tipos de famílias mais vulneráveis à crise, nos dois momentos estudados, proporções mais elevadas de famílias em "condição de precariedade", cerca de 68% e 70% (14) (Tabela 7 e Gráfico 1). Comparativamente, o total das famílias da Região Metropolitana apresenta menores proporções de famílias em "condição de precariedade": 63% em 1981 e 64,3% em 1983.

Em quase todos os tipos de família houve entre esses dois anos pequena redução da proporção de famílias em "condição de pobreza" e elevação da categoria "limiar". A exceção foram as famílias correspondentes ao momento intermediário do ciclo de vida das famílias, do tipo "casal entre 35-49 com filhos", que apresentaram ligeira elevação

(14) O significado e a definição dos níveis em relação à condição de pobreza e não-pobreza estão explicitados no Capítulo II e no Anexo II.

da "condição de pobreza" (38,9% e 39,5%) nos dois momentos estudados. Entretanto, ao somar-se a estes percentuais a elevação da proporção daquelas na condição "limiar à pobreza" (28,7% em 1981 e 30,7% em 1983), totaliza-se no segundo momento, para este tipo de família, 70,2% das famílias em "precariedade", a proporção mais elevada nesta categoria dentre as famílias em 1983. Em 1981, esse tipo de família apresentara uma menor proporção de famílias nessa condição: 67,6%. Naquele momento, a mais alta proporção de unidades familiares na "condição de precariedade" era encontrada nas famílias de "casais jovens com filhos", 71,0%. Em 1983, estas reduzem a proporção de "precariedade" para 67,6%. Procura-se mostrar na análise subsequente como as alterações nas possibilidades de inserção no mercado no segundo momento da crise podem explicar essas mudanças.

A família da "chefe feminina sem cônjuge" continua sendo, em 1983, uma das que apresentam maiores proporções em "condição de pobreza" - cerca de 40% delas em 1981 e 35% em 1983 -, bem como em "condição de precariedade": cerca de 62% destas famílias em 1981 e de 65% em 1983 (Tabela 7).

Lembrando com Hirata e Humphrey (1987) que as "famílias reagem enquanto tais à crise" ou seja, com o conjunto de atribuições de seus diferentes componentes, acrescentamos que as famílias respondem à situação de crise econômica de maneiras distintas, conforme sua configuração e momento do ciclo vital. É o que mostramos a seguir.

Iniciamos a análise desta questão pelo tipo de família "casal 35-49 anos com filhos" exatamente por ter sido aquele que evidenciou maiores dificuldades para manter o nível de renda familiar per capita com o agravamento da crise econômica, comparando-se os achados de 1981 e 1983.

Abordando primeiramente a mobilização da força de trabalho familiar de uma maneira mais geral, ou seja, considerando o emprego, o desemprego e a inatividade do conjunto dos membros deste tipo de família em relação ao total de seus componentes em idade ativa (PIA) (Gráfico 4), constata-se que na conjuntura de crise entre 1981 e 1983 o esforço coletivo deste tipo de família redundou em redução dos ocupados regulares (15), em crescimento dos ocupados subempregados e em manutenção de elevado nível de desemprego para o conjunto de seus componentes.

Nesse intervalo de dois anos estas famílias praticamente mantiveram, com pequena elevação, sua taxa de participação (57,2% e 58,3% da PIA, respectivamente), taxa que indica a disponibilidade dos componentes da família para o mercado de trabalho (Tabela 9), bem como sua taxa ocupação (47,3% em 1981 e 48%) (Tabela 10). Também é semelhante o insucesso daqueles que se dispuseram para o trabalho, revelado pela manutenção da alta taxa de desemprego familiar

(15) Ocupações regulares, ou seja, com carteira de trabalho, com jornadas compatíveis com os salários e com contribuição para a Previdência Social. Requisitos específicos para assalariados e para autônomos. Critérios definidos em DIEESE (1984) e adotados por este estudo.

em torno de 17,5% da PEA (17,3% e 17,7%) da PEA. Esta taxa de desemprego, uma das mais elevadas entre os diversos tipos de família analisados, só é superada em ambos os momentos estudados pelas taxas apresentadas pelas famílias com chefia feminina (Tabela 11).

Da combinação entre elevadas taxas de desemprego e crescimento da proporção de subempregados (6,9% da PIA em 1981 e 9,8% em 1983) entre os componentes em idades ativas resulta a insuficiência dos rendimentos para a maior parcela das famílias com essa configuração no sentido de garantir a superação do patamar de precariedade nas condições de existência, aqui evidenciadas pela renda per capita. Cabe então explicitar a relação entre tais indicadores e as características desta composição familiar, destacando-se a mobilização de seus diferentes componentes para o mercado de trabalho.

Pode-se afirmar que entre os dois momentos estudados não ocorreram mudanças significativas na composição familiar no que se refere ao seu tamanho médio (5,5 pessoas) e nas proporções de componentes em idade ativa e de inativos menores de 10 anos (16). Existe apenas um leve indício de elevação da proporção dos componentes em idade ativa e correspondente redução entre aqueles menores de 10 anos. A razão de dependência, refletindo esse conjunto de

(16) Respectivamente aos anos 1981 e 1983, 82,5% e 83,3% de seus componentes fazem parte da PIA e 17,5% e 16,7% são inativos menores de 10 anos.

pequenas oscilações, também manteve valores muito semelhantes, de 2,6 pessoas por ocupado em 1981 para 2,5 em 1983 (Tabela 8).

O mais relevante na dinâmica deste tipo de família frente ao agravamento da recessão é desvendado ao se analisar a mobilização dos membros da família, considerando-se sua posição específica, ou seja, referida aos papéis familiares e suas atribuições. O conjunto de indicadores elaborados revela que frente à redução da ocupação do chefe, motivada por seu desemprego, mobilizam-se intensamente para o mercado a cônjuge e os filhos maiores de 18 anos.

Neste tipo de família a condição de inserção no mercado de trabalho do componente considerado como chefe da família foi bastante abalada em 1983, em comparação com 1981: cresceu seu desemprego e quase dobrou a proporção em subemprego. A taxa de participação do chefe de família se manteve nos 91%, significando não ter havido saída deste para a inatividade no período estudado (Tabela 9). Entretanto, o seu desemprego cresceu entre 1981 e 1983 em 77%, tendo passado de 4,1% da PEA específica para 7,2% (Tabela 11). Este fato, que vai se refletir na redução dos chefes ocupados (taxa de ocupação de 87,2% em 1981 e de 84,7% em 1983), e também o crescimento do seu subemprego da ordem de 88% (passando de 3,9% para 7,4% da PIA específica) provocam a redução dos chefes ocupados regularmente (de 83,3% para 77,3%). Considerando-se além dos ocupados

regularmente e subempregados, a pequena parcela de chefes desempregados ou inativos com atividade ocasional remunerada, o total de chefes com "alguma atividade remunerada" em 1981 era de 88,7%. Em 1983 essa parcela reduziu-se para 85,4% da PIA específica (Tabelas 13 e 14).

A análise destes mesmos indicadores mostra que, embora os filhos e filhas com 18 anos e mais apresentem nos dois momentos estudados taxas de participação e de ocupação mais elevadas que as da mulher-cônjuge, esta apresenta marcada mobilização para o mercado de trabalho entre 1981 e 1983. É acentuado o crescimento de sua taxa de participação, da ordem de 11%, entre os dois anos estudados, significando que passou de 37,9% para 42,1% a proporção das cônjuges disponíveis para o mercado de trabalho, considerando-se o total de ocupadas e desempregadas, bastante mais elevada que as taxas médias de participação das cônjuges: 35% em 1981 e 35,7% em 1983 (Tabela 9). As mulheres-cônjuges apresentam também crescimento de 12% em sua taxa de ocupação: eram ocupadas em 1981 cerca de 32,1% delas, proporção que chega a 36% em 1983 (Tabela 10). A intensificação da mobilização da cônjuge é indicada também pelo crescimento da parcela de cônjuges em trabalho ocasional, de 4,8% para 6,7%. Resulta dos diferentes tipos de inserção que o conjunto das cônjuges com "alguma atividade remunerada" cresce de 37% da PIA específica em 1981 para 42,6% em 1983 (Tabelas 13 e 14).

Contrariamente ao comportamento apresentado pelos chefes no período 1981- 1983, cresce a proporção de ocupadas regularmente de 20,9% para 23%, ao mesmo tempo que cresce a proporção das ocupadas subempregadas, de 11,2% para 12,9% da PIA. Paralelamente, reforçando a mobilização e o sucesso na obtenção de emprego por parte dos cônjuges, cai sua taxa de desemprego de 15,4% para 14,6% entre 1981 e 1983.

Assim, neste tipo de família a mulher-cônjuge, apresenta clara mobilização para o mercado neste curto intervalo de tempo caracterizado pela crise econômica, chegando a representar, em 1983, 16,3% dos ocupados da família, em oposição aos 14,9% de 1981.

Os filhos maiores de 18 anos, que são mais que um quarto dos ocupados da família (27,2% em 1981 e 28,5% em 1983), apresentam taxas de participação elevadas e crescentes nesse período (88,1% em 1981 e 90,4% em 1983). São também elevadas suas taxas de ocupação nos dois momentos: 71% e 72,4%. Ocorre porém nesse período uma alteração na composição destes ocupados que expressa as restrições do mercado na absorção dessa força de trabalho jovem: dobra a parcela de subempregados. Esta forma de emprego é que garante, nesse momento de recrudescimento da crise, o crescimento da taxa de ocupação dos filhos maiores de 18 anos, ao mesmo tempo que decresce a parcela dos regularmente ocupados. Mais que dobra a proporção de filhos adultos subempregados, passando de 6,5% para 13,4% da PIA

específica, enquanto os inseridos de forma regular caem em 8,6%, passando de 64,6% para 59% (Tabelas 13 e 14).

A mobilização dos filhos maiores para o mercado é também evidenciada pela proporção dos que exercem "alguma atividade remunerada" (ocupados regulares e subempregados e aqueles com trabalho ocasional), maior em 1983, 73,6% da PIA específica, em comparação com os 71,9% de 1981. A taxa de desemprego dos filhos adultos é a mais elevada dentre os componentes deste tipo de família - oscila entre 17% e 18%, respectivamente, entre os dois anos em estudo -, fato que reforça a intensidade da sua mobilização para o mercado de trabalho.

Existe entretanto uma relevante diferenciação por sexo na mobilização dos filhos maiores. Com relação aos filhos do sexo masculino as indicações vão no sentido da intensificação da sua mobilização. Enquanto se verificam crescimento da sua participação de 88,7% para 94,5%, redução de suas taxas de desemprego de 21,5% para 18,3% e crescimento da taxa de ocupação de 69,6% para 77,2%, ocorre movimento praticamente inverso para as filhas maiores, que em 1981 tinham taxa de participação muito semelhante à masculina e taxas de ocupação e desemprego mais favoráveis que as dos filhos. As filhas maiores registram redução na taxa de participação de 87,2% para 84,5%, queda na taxa de ocupação, passando de 73% para 65,6%, e crescimento das taxas de desemprego de 16,3% para 22,3%. Esta última taxa

indica a dificuldade de sucesso na busca de trabalho para as filhas maiores, porém bastante jovens, neste tipo de família. Um dos fatores que podem explicar esta maior dificuldade, além das restrições do mercado para absorver novos contingentes de trabalhadores, é a baixa qualificação das filhas adultas. Ainda que não se disponha desse dado para 1983, as informações relativas a 1981 indicam que 77% delas desempenham funções de baixa qualificação (21% não qualificadas e 56% semiqualficadas). Entre os filhos masculinos essa proporção é também elevada, porém mais baixa, da ordem de 72% (CEDEC/DIEESE, 1986, Anexo III).

Entretanto, se a redução da taxa de participação, que indica volta para a inatividade, e a queda na taxa de ocupação evidenciam a dificuldade para o emprego dessas jovens, sugerem, por outro lado, a possibilidade de as filhas maiores estarem alternando com a mulher-mãe a atuação no mercado e nos cuidados da casa neste momento de crise. Este fato nos remete ao conceito de trabalho doméstico de Fougeyrollas (1944), segundo o qual essa "relação de serviço", relação social de sexos que caracteriza o trabalho doméstico, não se restringe ao casal, devendo ser estudada entre as mulheres no conjunto do parentesco; e assim também pode se explicar, em parte, a maior disponibilidade da mulher-cônjuge para o mercado de trabalho.

Dessa maneira, a análise da mobilização de filhos e filhas maiores de 18 anos nesse segundo momento da crise

registra o crescimento do peso dos filhos masculinos maiores entre os ocupados da família, de 15,2% para 17,9%, enquanto se reduz o peso das filhas maiores, de 12% para 10,6% entre os dois momentos estudados. Ainda que modulado pelas restrições impostas pelo mercado de trabalho, esse movimento sugere que as filhas maiores, ao passo que retornam para a inatividade, passam, como decorrência do gênero, a se ocupar dos trabalhos domésticos em substituição à mulher-cônjuge, que, neste momento, encontra maior facilidade de inserção no mercado.

Os filhos menores de 18 anos apresentam pequena mobilização. Além das mais baixas taxas de participação, da ordem de 31,2% em 1981 e 30,5% em 1983, o conjunto de indicadores aponta para a manutenção da situação de 1981. Reforçando sua pequena mobilização, mencione-se que em 1981 apenas 22,8% dos filhos menores em idade ativa tinham "alguma atividade remunerada", proporção esta que se reduz para 21% em 1983 (Tabelas 13 e 14).

Concluindo a análise sobre esse tipo de família, pode-se afirmar que, nesse pequeno espaço de dois anos em que se acentuou a crise e frente à redução da ocupação do chefe e do crescimento de seu subemprego, a mobilização mais importante para o mercado foi a da cônjuge, fato evidenciado mais claramente pelo crescimento em 11% de sua taxa de participação, que revela a saída da inatividade de parte das cônjuges. Outro indicador importante é a taxa de ocupação,

que cresceu em 12%. Acrescentando-se a esta a proporção de cônjuges com trabalho ocasional, que cresce em 39,6% nesse período, o total das mulheres-cônjuges com "algum tipo de atividade remunerada" passa de 37% para 42,6% da PIA específica, confirmando essa mobilização. O sucesso na obtenção de emprego é revelado tanto pela manutenção da pequena proporção em busca de trabalho, cerca de 6% da PIA específica nos dois momentos, como pela maior proporção destas em ocupações regulares em 1983 (20,9% para 23%).

Como já mencionado, cresce também a importância da mulher-cônjuge entre os ocupados da família (de 14,9% para 16,3%). Ainda que a proporção das cônjuges seja menor quando comparada às do chefe e do total de filhos, é a única dentre esses três conjuntos de componentes que apresenta crescimento mais expressivo. Assim, compensa juntamente com os filhos maiores do sexo masculino (que passam de 15,2% para 17,9% dos ocupados) as reduções na participação dos chefes (40,5% em 1981 e 38,4% em 1983), das filhas maiores (12,5 e 10,6%) e dos filhos e filhas menores (14,1% e 13,6%) (Tabela 12).

Neste momento do ciclo de vida familiar, quando pouco mais de um quarto dos filhos tem menos de 10 anos, configura-se uma situação que, a depender dos arranjos feitos na família para os cuidados dos filhos e da casa, se torna mais favorável para que a cônjuge se coloque com mais intensidade no mercado nas situações mais críticas. A

análise de 1981 mostrou a maior mobilização da mulher-cônjuge para o mercado nas famílias em "condição de pobreza", nas quais era maior o desemprego dos demais componentes da família. A intensificação de sua participação no mercado de trabalho em 1983 ocorre quando se dá o aumento do desemprego dos componentes da família e quando dobra a inserção em subemprego de chefes e filhos maiores.

Os dados analisados sugerem, por outro lado, que a intensificação da participação da cônjuge no mercado de trabalho no momento de acirramento da crise, passando a desempenhar um novo papel na divisão sexual do trabalho na família, só se torna possível porque outro componente do sexo feminino, mais jovem, passa a substituí-la no papel tradicional do trabalho doméstico. Este fato possibilita colocar em discussão se de fato a entrada da cônjuge no mercado de trabalho provoca transformações na divisão sexual do trabalho na família. Ao que parece, a divisão sexual do trabalho se mantém - redefinida - através do desempenho do trabalho doméstico por uma mulher, a filha jovem. Isto não invalida, contudo, a suposição de que a entrada da cônjuge no mercado provoque transformações de outra natureza - por exemplo, na relação de subordinação doméstica - e de que este fato atue no sentido de transformar as relações homem-mulher no interior da família.

\* \* \*

O tipo de família "casal até 34 anos com filhos", que em 1981 apresentara as maiores indicações de precariedade entre todos os tipos, passou em 1983 à "segunda colocação". No primeiro momento, tais famílias registravam a mais elevada proporção na categoria "condição de precariedade", da ordem de 71%, com quase a metade delas, 44%, em "condição de pobreza", que significa dispor de renda familiar per capita insuficiente. Em 1983 as indicações são de pequena redução da proporção das famílias em "condição de precariedade" (67,6%) e de redução mais relevante da proporção de famílias em "condição de pobreza": 31,8%. Estas reduções não chegam entretanto a alterar significativamente a proporção de famílias "acima da condição de pobreza", que compõem menos que um terço deste tipo de família, ou seja, 29% em 1981 e 32,4% em 1983 (Tabela 7).

Sua fragilidade permaneceu residindo na dependência do trabalho do chefe da família, que representava 73% dos componentes ocupados da família em 1981 e 74,4% em 1983, além da elevada razão de dependência, da ordem de 3,5 pessoas por ocupado nos dois momentos estudados.

Os dados indicam que em 1983 este tipo de família foi menos penalizado pelo desemprego do que em 1981, uma vez que a taxa familiar de desemprego caiu de 15% para 13,6%. Este fato por si só não indica que este tipo de família reaja com mais eficácia frente à crise, pois não se pode

ignorar que tenha ocorrido menor expulsão dos trabalhadores jovens e chefes de família do mercado de trabalho, em detrimento dos mais velhos e dos muito jovens (17). Por outro lado, pode-se contatar que, se sua condição de vida não se deteriorou, tampouco foram significativas as indicações de melhora, ou seja, não se pode afirmar que tenham havido mudanças nas suas condições de existência. Nesse sentido, é bom lembrar que permaneceram em "condição de precariedade" cerca de 68% destas famílias no ano de 1983 (Tabela 7 e Gráfico 1), situação um pouco melhor que a indicada pela proporção de 71% em 1981.

A análise da mobilização da força de trabalho familiar mostra situações muito semelhantes entre os dois momentos de agravamento da crise econômica. Considerando-se a inserção dos membros da família no mercado de trabalho (Tabelas 17 e 18), observa-se em ambos os momentos estudados que cerca de 59,5% das pessoas em idade ativa participam do mercado como ocupados ou desempregados (PEA) e que 40,5% da PIA é inativa. Muito embora essa semelhança nas tendências

---

(17) As pesquisas realizadas por Hirata e Humphrey, já referidas (uma em 1982, no âmbito de uma empresa de material eletroeletrônico, e outra em 1986, de caráter domiciliar, ambas acerca da questão do emprego e desemprego durante a crise do início dos anos 80), oferecem por um lado, referências acerca da preservação em postos de trabalho na empresa para os homens chefes de família, com a ressalva de que a média das idades desses trabalhadores industriais era de 33 anos; por outro, oferecem referências sobre a maior dificuldade de reemprego dos trabalhadores mais velhos, independentemente de sua qualificação. (Hirata e Humphrey, 1984 e 1994).

gerais, as diferenciações são claras quando consideradas segundo posição na família.

Os chefes jovens de até 34 anos sofreram menos o impacto do desemprego, se comparados com os dos demais tipos de família. Mesmo assim seu desemprego cresceu em 25,6% nessa conjuntura recessiva: a taxa de desemprego de 4,3% em 1981 passou a 5,4% em 1983.

A proporção dos chefes ocupados foi levemente reduzida de 94,2% da PIA específica em 1981 para 92,9% em 1983. Praticamente se manteve a proporção daqueles ocupados regularmente, em torno dos 92%, bem como a pequena proporção de subempregados, de cerca de 1%. Merece menção o fato de que os chefes jovens, em comparação com os dos demais tipos de família, apresentam ainda a menor proporção de subempregados. Somando-se a essas evidências a quase inexistência de atividade ocasional entre eles conclui-se que praticamente não havia chefes jovens ocupados precariamente (Tabelas 13 e 14).

As cônjuges jovens com filhos, que nesta etapa do ciclo familiar sofrem mais pesadamente os encargos dos cuidados com os filhos pequenos, apresentam nessa conjuntura recessiva indícios de crescimento em sua atividade junto ao mercado de trabalho, expressos pelo conjunto de indicadores utilizados. Pequenas variações nesse sentido são observadas entre 1981 e 1983 nas taxas de atividade (34,3% em 1981 e

35% em 1983) e de ocupação (24,1% a 25,3% da PIA específica). A redução de sua taxa de desemprego, de 29,6% para 27,7%, indica que em 1983 obtiveram algum sucesso na busca de trabalho. Estas taxas de desemprego são entretanto muito elevadas, e até as mais altas se comparadas com as mulheres-cônjuges dos demais tipos de família (Tabela 11). Se por um lado indicam a mobilização destas para o mercado de trabalho na busca por uma oportunidade de emprego, por outro podem estar refletindo as dificuldades por elas enfrentadas tanto no interior da família - decorrentes da correlação de forças no interior do casal, especialmente neste momento do ciclo vital da família -, como no mercado de trabalho, para encontrar um trabalho compatível com suas atividades domésticas, que incluem o cuidado de filhos pequenos.

A mobilização das cônjuges para atividades no mercado se expressa com maior evidência quando considerado o total daquelas com "alguma atividade remunerada", incluindo-se as ocupadas regularmente, as subempregadas e as que desenvolvem atividades ocasionais. Em relação à PIA, este conjunto abrange 26,5% das cônjuges em 1981 e alcança 30,8% em 1983, com crescimento de 16,2% entre esses dois momentos (Tabelas 13 e 14). Este indicador não usual na análise do mercado de trabalho evidencia a intensificação da mobilização das mulheres-cônjuges, ao mostrar que dobra a proporção das que exercem atividade ocasional. Esta

proporção passa de 2,4% para 5,5%, quando considerada em relação à PIA específica (Tabelas 13 e 14), ou ainda, se considerada em relação ao conjunto das que exercem "alguma atividade remunerada", passa de 9,2% para 17,9% (Tabelas 15 e 16). O crescimento da atividade ocasional revela, assim, uma nova faceta de sua mobilização neste segundo momento em que se agrava a crise, através de uma alternativa percebida como mais compatível com seus encargos nessa etapa do ciclo de vida familiar.

Melhoram, por outro lado, as condições de inserção das cônjuges no mercado de trabalho com o crescimento da proporção de ocupadas regularmente (16,4% da PIA específica em 1981 e 18,7% em 1983) e com a redução da proporção de subempregadas (7,8% e 6,6%). Estes três fatos contribuem para a elevação de sua renda individual e para a elevação da renda familiar, possibilitando compensar os efeitos da pequena redução na taxa de ocupação do chefe e do crescimento da taxa de desemprego do mesmo.

Os filhos, em sua maioria menores de 18 anos, apresentam acentuado retorno para a inatividade, revelado pela redução da taxa de participação de 25,2% em 1981 para 8,2% da PIA específica em 1983. Torna-se inexpressiva sua taxa de ocupação (1,9% da PIA específica em 1983), que já se apresentava modesta em 1981 (8,1%). A taxa de desemprego do conjunto dos filhos, já bastante elevada em 1981 (67,8%), passa para 77,5% em 1983, refletindo a redução das

possibilidades de trabalho no mercado. De fato, diversos estudos apontam para o crescimento, nesse período, do desemprego dos maiores de 14 e menores de 18 anos (Serra, 1984; Baltar, 1988; Sabóia, 1984, 1986). De uma forma mais acentuada que o desemprego, uma das formas de ajuste do mercado de trabalho nesse momento da crise foi a não-absorção de novos contingentes (18).

Em apenas dois anos cresceu neste tipo de família o peso do chefe e da cônjuge dentre os ocupados, tendo-se reduzido a participação dos filhos e dos parentes e não-parentes (Tabela 12). Os chefes representavam 73% dos ocupados da família em 1981 e 74,4% em 1983, e as cônjuges, 18,7% e 20,3%, respectivamente.

As pequenas reduções nas taxas de desemprego e no subemprego dos componentes da família em seu conjunto, bem como o crescimento dos ocupados regularmente, para o que contribuíram as alterações registradas em relação à ocupação da mulher-cônjuge, refletem-se na manutenção das condições de sobrevivência durante a crise de 1981 e 1983, inclusive com pequenos indícios de recuperação em relação à precariedade.

\* \* \*

---

(18) Segundo estimativa de Serra (1984), entre 1981 e 1984 deixou-se de absorver no Estado de São Paulo um contingente de cerca de 800 mil novos trabalhadores em potencial, ao mesmo tempo que foram eliminados cerca de 660 mil empregos não-agrícolas regularizados.

As famílias das "chefes femininas sem cônjuges", também um dos tipos mais vulneráveis à crise, apresentam indicações de crescimento na proporção das famílias em "condição de precariedade" entre 1981 e 1983. Observa-se pequena elevação da proporção das famílias "em precariedade", de 62,5% para 65,2% entre os dois momentos estudados, ainda que tenha havido redução das famílias em "condição de pobreza". Estavam nesta condição cerca de 40% das famílias deste tipo em 1981 e 35% em 1983.

A mobilização mais intensa para o mercado de trabalho dos componentes das famílias com chefia feminina é uma das peculiaridades deste tipo de família, em comparação aos demais. As evidências desse fato são as mais elevadas taxas de participação familiar apresentadas em ambos os momentos estudados. Enquanto no conjunto dos demais tipos de família estas taxas variam entre o mínimo de 55% e o máximo de 59% em 1981, e entre 47% e 59% em 1983, nas famílias chefiadas por mulher estas taxas são de 65,3% das pessoas em idades ativas em 1981 e de 62,4% em 1983 (Tabela 9).

Ocorre, entretanto, queda na taxa de participação verificada neste tipo de família, de 65,3% em 1981 para 62,4% em 1983. Isto indica, neste momento de agravamento da crise, a redução da disponibilidade dos componentes familiares para o mercado de trabalho. Dessa maneira, cresce entre essas famílias a proporção de inativos em idade ativa:

de 34,7% em 1981 para 37,6% em 1983 (Gráfico 4 e Tabelas 17 e 18).

Outras tendências observadas nesse período e que contribuem no sentido de explicar a relativa deterioração das condições de vida deste tipo de família são a redução da proporção dos componentes ocupados regularmente no mercado de trabalho (43,6% da PIA em 1981 e 38,9% em 1983) e o crescimento quase inversamente proporcional daqueles subempregados, que eram 6,5% dos componentes em idade ativa destas famílias em 1981 e tornam-se 10,4% em 1983. Estes dois conjuntos completam totais de ocupados em relação à PIA semelhantes nos dois momentos: 50,1% e 49,2%, respectivamente (Tabelas 13 e 14).

As taxas de desemprego neste tipo de família, ainda que levemente decrescentes, se mantêm as mais elevadas se comparadas às dos demais tipos: 22,3% e 21% nos anos de 1981 e 1983 (Tabela 11). O decréscimo da taxa de desemprego, ocorrido concomitantemente ao crescimento da inatividade (Gráfico 4 e Tabelas 17 e 18), indica que esta redução se deveu à retirada do mercado de trabalho de parte dos componentes deste tipo de família, possivelmente como efeito do desalento em obter emprego. Como as maiores reduções nas taxas de participação foram observadas para as chefes de família e para os parentes e não-parentes maiores do sexo feminino (Tabela 9), este fato tanto pode ser atribuído ao retorno dessas mulheres para a inatividade, como pode ser

interpretado como uma manifestação do desemprego. Estas mulheres chefes e parentes adultas, estando desempregadas, por sua condição de gênero podem ser consideradas por elas mesmas e pelos componentes da família como donas de casa ou ocupadas com afazeres domésticos, sendo classificadas como inativas, mascarando assim as informações sobre desemprego.

Dessa maneira, as famílias chefiadas por mulher apresentam, quando do recrudescimento da crise, aumento da inatividade da chefe e dos outros parentes do sexo feminino e crescimento do subemprego do conjunto dos componentes da família, que, em 1983, chega a atingir 10% da PIA familiar (contra 6,5% em 1981), ou 20% daqueles têm "alguma atividade remunerada" em comparação aos 12% de 1981 (Tabelas 15 e 16), enquanto se mantêm elevadas as taxas de desemprego.

As chefes de família apresentam, assim, redução nas suas taxas específicas de participação de 61% para 51,6% entre 1981 e 1983, bem como nas taxas de ocupação, que caem de 54,9% para 42,5%, enquanto eleva-se sua taxa de desemprego, que cresce cerca de 76%, passando de 10% para 17,6%. Considerando que cerca de 51% das chefes femininas têm 50 anos ou mais e cerca de 34% estão entre 35 e 49 anos, é possível que estas estejam sofrendo as dificuldades de reemprego apontadas por Hirata e Humphrey (1984), que afetaram as mulheres mais velhas e menos qualificadas (19).

---

(19) Ainda que as chefes femininas estejam distribuídas distintamente entre as idades utilizadas neste estudo para

Ao mesmo tempo que reduzem sua atividade e ocupação, as chefes que permanecem no mercado de trabalho o fazem em condições de maior precariedade. As ocupadas regularmente passam de 47,2% do total das chefes para 33,5% e a proporção das subempregadas cresce de 7,7% para 9% da PIA específica (Tabelas 17 e 18). Considerando-se o total das chefes com "alguma atividade remunerada", observa-se que também ocorre pequena redução daquelas com trabalhos ocasionais (5,7% para 4,5%). Este conjunto de informações mostra, assim, que se reduz nesse período a proporção das chefes de família com "alguma atividade remunerada", de 60,6% da PIA específica em 1981 passa a 47% em 1983 (Tabelas 13 e 14).

Frente a esta redução na atividade das chefes, altera-se a distribuição dos ocupados da família e praticamente invertem-se as posições das chefes com as dos filhos de 18 anos e mais de ambos os sexos (Tabela 12), ou seja, as chefes, que em 1981 representavam quase 40% dos ocupados (38,3%), passam a representar 29,2% em 1983, e os identificar o ciclo vital das famílias ("até 34 anos", cerca de 16% delas; "entre 35 e 49 anos", cerca de 34%; e "50 anos e mais", cerca de 51%), nos dois momentos do estudo constatou-se o crescimento da inatividade em todos esses subgrupos, bem como a redução da taxa de ocupação e crescimento do desemprego. Dessa maneira, entre os momentos "intermediário" e da "velhice" do ciclo vital estão cerca de 85% das chefes femininas. Estudo recente sobre as famílias chefiadas por mulher na Região Metropolitana paulista mostra perfil semelhante de distribuição destas por momentos do ciclo vital das famílias. Embora utilizando metodologia distinta da nossa, registra: "jovens", 15,6%; "adultas", 41%; "velhas", 43,4%; totalizando entre "adultas" e "velhas" 84,4% dessas famílias (SEADE, 1993).

filhos maiores ocupados (masculinos e femininos), que eram 31,7% em 1981, passam a representar 40,4% em 1983. Este movimento no âmbito da família parece corroborar indicações de outros estudos acerca de políticas de gestão das empresas que privilegiam as contratações e a preservação de contratos de adultos jovens (mulheres em média com 22 anos e homens com idade média de 33 anos), em detrimento de trabalhadores mais velhos. Este fato pesaria especialmente para as mulheres mais velhas e para mulheres com filhos (Hirata e Humphrey, 1984).

O conjunto dos filhos ocupados, tanto maiores como menores de 18 anos, ultrapassa a proporção de 40,2% que representava em 1981, tornando-se mais da metade dos ocupados da família em 1983 (51,1%). Isso ocorre porque também cresce o peso dos filhos menores de 18 anos: de 8,6% dos ocupados da família em 1981 para 10,7% em 1983 (Tabela 12).

Neste tipo de família, os parentes e não-parentes constituem uma parcela importante dos componentes do domicílio, cerca de 24%. Também dentre os ocupados da família sua participação é importante, cerca de 20% (21,5% em 1981 e 19,7% em 1983). Entretanto, entre os parentes e não-parentes ocorre igualmente a tendência à redução da atividade no mercado de trabalho, indicada pela menor taxa de participação em 1983, da ordem de 53,3%, em comparação com os 62,4% da PIA específica em 1981. Caem tanto a taxa de

ocupação como a de desemprego, sugerindo que parte deles retornou à inatividade. Deve-se registrar que estes parentes e não-parentes em idade ativa são em sua maioria do sexo feminino e adultos. Ainda que a taxa de ocupação dos parentes e não-parentes caia entre 1981 e 1983 (48,6% e 45,%, respectivamente), a maior parte destes componentes da família ocupados está inserida no mercado em atividades regulares, compondo 39,8% da PIA específica em 1981 e 36,8% em 1983. O subemprego nos dois momentos representa pouco mais que 8% de sua PIA (Tabelas 13 e 14). Os parentes e não-parentes do sexo masculino representam cerca de 8% dos ocupados da família nos dois anos e os do sexo feminino, 13,6% em 1981 e 12% em 1983. Em ambos os casos quase a totalidade dos ocupados é maior de 18 anos.

Contudo, frente ao recrudescimento da crise, a maior mobilização para o mercado de trabalho neste tipo de família é apresentada pelas filhas. Comparativamente aos demais componentes da família, destaca-se o crescimento da participação das filhas no mercado de trabalho, atingindo em 1983 a mesma taxa de participação dos filhos do sexo masculino: 75% da PIA específica. A taxa de participação das filhas cresce de 59,5% para 75,1% entre 1981 e 1983, em movimento intenso e inverso à taxa dos filhos, que cai de 78,9% para 74,8%. As filhas maiores são as principais responsáveis por este crescimento: sua taxa passa de 79% da PIA em 1981 para 88,3% em 1983, tornando-se a mais elevada

dentre os componentes da família; a taxa de participação das filhas menores permanece estável, 34,8% em 1981 e 35,9% em 1983, sendo entretanto, em ambos os momentos, a mais elevada em relação às filhas menores dos demais tipos de família.

Cresce muito a proporção das filhas maiores de 18 anos entre os ocupados da família, de 13,9% para 21,2%, enquanto as das filhas menores fica em torno de 2,6%. Ao mesmo tempo, cresce, embora com menos intensidade, a proporção dos filhos maiores, que passa de 17,8% para 19,2% dos ocupados da família, bem como o peso dos filhos menores, que passa de 6% a 8%.

É acentuado para o total das filhas, tanto menores como maiores de 18 anos, o crescimento da taxa de ocupação, em quase 50%, passando de 43% para 63% da PIA específica entre os dois momentos estudados. As filhas maiores, já com taxa de ocupação mais elevada em 1981, de 64,8%, passam a apresentar 74,4% em 1983, com crescimento de 15% no período. O maior sucesso na obtenção de emprego é expresso por sua taxa de desemprego, que cai de 18% em 1981 para 15,8% em 1983, uma redução da ordem de 12%. As filhas menores apresentam crescimento muito elevado, da ordem de 88,7% no período, passando da taxa de ocupação de 15,2% em 1981 para 28,6% em 1983, a mais elevada taxa de ocupação das filhas menores dentre todos os tipos de família em 1983. Estas taxas indicam, no entanto, um sucesso relativo na obtenção de postos de trabalho, porque, apesar do importante

crescimento na ocupação e da redução do desemprego para o conjunto das filhas (de 27,8% em 1981 para 16,3% em 1983), ainda são elevadas as suas taxas de desemprego, especialmente no caso das menores, cujas taxas são de 56,4% em 1981 e 20,5% em 1983.

Com relação aos filhos do sexo masculino a dinâmica é distinta: enquanto para os menores existe tendência a crescer a taxa de participação (de 56% para 59,9%), a dos filhos maiores de 18 anos, que era a mais elevada do conjunto dos componentes da família, cai de 95,7% para 84,4%, indicando que parte deles retorna para a inatividade, possivelmente em decorrência do desalento frente à dificuldade de colocação em postos de trabalho. Tal dificuldade já é sinalizada pelas elevadas taxas de desemprego verificadas tanto em 1981, de 32%, como em 1983, de 28,8%. Merece destaque o fato de que tanto em 1981, como em 1983, as taxas de desemprego apresentadas pelos filhos masculinos maiores de 18 anos deste tipo de família foram as mais elevadas entre os filhos com estas características dentre os demais tipos. Ainda que a taxa de desemprego dos filhos adultos seja menor em 1983, não indica maior sucesso em inserir-se no mercado; na verdade, ela está refletindo a redução daqueles que se colocaram como disponíveis para o mercado, como o indica a taxa de participação. Isto é confirmado pela queda de sua taxa de ocupação, indicador do sucesso na obtenção de emprego, de 65% da PIA específica

para 60,1% (Tabela 10). Deve-se registrar que um dos fatores que podem explicar as maiores dificuldades para inserção no mercado de trabalho enfrentadas pelos filhos masculinos com mais de 18 anos, em comparação com as filhas, é a sua menor qualificação. Ainda que não se disponha desta informação para o ano de 1983, os dados referentes a 1981 mostram que 65% destes filhos exerciam funções com baixa qualificação (27% não qualificados e 38% semiqualeificados), enquanto menor proporção das filhas, 53%, apresentava baixa qualificação, sendo que dentre estas apenas 4% eram não qualificadas e 49% semiqualeificadas (CEDEC/DIEESE, 1986, Anexo III). Corroborando esta suposição, existem indicações nos estudos sobre mercado de trabalho no período da crise de 1981-1983 de que reduziu-se o nível de emprego dos mais jovens com menor escolaridade e menor qualificação (20).

As conclusões sobre a mobilização deste tipo de família - caracterizado pela concentração de chefes em idades entre 35 e mais que 50 anos, cuja ocupação e cujo peso entre os ocupados da família se vêem reduzidos - ressaltam a importância e a peculiaridade da mobilização dos filhos. Em primeiro lugar, embora sofrendo mais intensamente as restrições de postos de trabalho no mercado, os filhos adultos do sexo masculino aumentam sua importância entre os ocupados da família, considerando-se que em 1981 representavam 17,8% destes e em 1983, 19,2%.

(20) Dentre outros, ver: Baltar e Guimarães Neto, 1988 e Sabóia e Tolipan, 1986.

Em segundo, a mobilização e as melhores possibilidades de inserção no mercado encontradas pelas filhas adultas tornaram-nas em 1983 o componente da família com maior peso relativo dentre os ocupados depois da chefe, da ordem de 21,2%, em oposição aos 13,9% de 1981 (Tabela 12).

Em terceiro, a mulher chefe de família, embora tenha apresentado redução em suas taxas relativas à participação no mercado de trabalho e no seu peso entre os ocupados da família (38,3% em 1981 e 29,2% em 1983), permanece como o componente com maior proporção entre os ocupados, quando considerados os demais componentes da família desagregados segundo posição na família, grupos de idade e sexo.

Finalmente, frente à redução da ocupação da chefe feminina e à intensificação da mobilização das filhas, o conjunto das taxas específicas a estas (crescimento das taxas de participação e de ocupação e redução da taxa de desemprego tanto para as maiores como para as menores de 18 anos), sugere que as filhas, mais especialmente as adultas, estejam neste momento de recrudescimento da crise substituindo parte das chefes no mercado de trabalho e em sua responsabilidade na manutenção da casa e, possivelmente, alternando com estas os cuidados da casa. Certamente, as filhas maiores encontraram maior vantagem relativa para obter trabalho com o acirramento da crise, levando-se em

conta a elevada proporção das chefes com 50 anos ou mais e as dificuldades maiores para a absorção de trabalhadores mais idosos pelo mercado naquele momento. Esta configuração familiar, por suas características específicas de composição, responde também de maneira peculiar a este momento conjuntural mais crítico em termos do emprego.

\* \* \*

O tipo de família "casal com 50 anos e mais com filhos residentes" identificou, a partir da análise sobre o ano de 1981, um dos momentos mais favoráveis do ciclo de vida familiar para articular arranjos familiares de inserção no mercado ou outros expedientes que possibilitassem superar a "condição de pobreza". Tanto em 1981, como em 1983, está entre os tipos de família que apresentam menor proporção em "condições de pobreza". Cresceu entretanto, em 1983, a proporção das famílias em "condição de precariedade", de 56% das famílias para 59%, em consequência especialmente do crescimento da proporção das famílias no "limiar da pobreza", de cerca de 35% para 40%.

A família do casal mais velho tem por característica apresentar os filhos como os principais ocupados do grupo doméstico, principalmente aqueles com mais

parentes e não-parentes residentes no domicílio. É significativa a redução da taxa de participação do chefe idoso, da ordem de 10 pontos percentuais: passa de 60,1% em 1981 para 48,3% em 1983. Isto significa que mais da metade destes (51,7%) está inativa em 1983, em oposição aos 39,9% de 1981. Possivelmente, muitos dos chefes idosos que se retiraram do mercado de trabalho o fizeram em razão da dificuldade em obter trabalho. Tal dificuldade já é indicada pela elevada taxa de desemprego de 1981, da ordem de 12,7%, que se reduz a 4,7% em 1983, com a retirada de parte dos chefes da PEA. Alguns deles devem ter entrado inicialmente em desalento e depois se aposentado; outros, como aqueles já aposentados, mas que trabalhavam ou procuravam trabalho, frente à perda da possibilidade de trabalho e à dificuldade em encontrar algum tipo de ocupação, deixam de trabalhar e passam a se declarar aposentados. Cresce, assim, a proporção de chefes que se declararam aposentados, de 29,1% em 1981 para 41,6% em 1983.

Corroborando a dificuldade de absorção de trabalhadores mais velhos pelo mercado na conjuntura de crise, ao mesmo tempo que cai a proporção de chefes ocupados (52,4% em 1981 e 46% em 1983), cai em 10 pontos percentuais a proporção dos ocupados regularmente (46,9% e 36,3%) e cresce a proporção de chefes em trabalhos precários, de 10% em 1981 para 17,4% da PIA em 1983 (Tabelas 13 e 14). Cresce tanto a proporção de subempregados (5,6% para 9,8% da PIA),

como daqueles inseridos em atividades ocasionais (de 4,4% da PIA para 7,7%). Considerando-se o conjunto dos chefes que têm "alguma atividade remunerada" (Tabelas 15 e 16), 32,4% estão em trabalhos precários em 1983, em oposição aos 17,5% de 1981.

Assim, o trabalho precário dos chefes mais idosos constitui a proporção mais elevada entre os chefes de família e quase dobra em 1983 em relação a 1981, no mesmo momento em que cresce sua inatividade, fazendo supor que parte daqueles que buscavam trabalhos de maior regularidade passa a aceitar o subemprego ou a desenvolver atividade ocasional como as alternativas possíveis. No entanto, mesmo somando-se os ocupados (regulares e subempregados) e os ocupados ocasionalmente, é menor em 1983 a proporção dos chefes com "alguma atividade remunerada": 56,8% da PIA específica em 1981 e 53,7% em 1983 (Tabelas 13 e 14).

Concomitantemente à queda das taxas de ocupação dos chefes e do total dos filhos, bem como dos filhos maiores de 18 anos - os principais mantenedores da família - , cresce a taxa de ocupação das cônjuges e das filhas adultas. Com relação às cônjuges, crescem tanto sua taxa de ocupação (de 17,2% para 20,8% em 1983), como a parcela daquelas com "alguma atividade remunerada", de 21,4% para 27% da PIA específica, indicando a clara mobilização da mulher-cônjuge mais velha neste momento de recrudescimento da crise. A cônjuge idosa apresenta as menores taxas de

participação dentre as cônjuges, e é interessante notar que nesse período, em que são claras as indicações de sua mobilização, praticamente se mantém, com pequeno crescimento, sua taxa de participação (19,7% em 1981 e 20,8% em 1983). Este fato e a inexistência de desemprego para estas em 1983 indicam seu maior sucesso em obter trabalho. Importa saber, contudo, que tipo de ocupação obtiveram, considerando-se que deve ser baixo o nível de qualificação da maioria delas. Nesse sentido, verificou-se que em 1981 mais que a metade delas (59%) desempenhava funções de baixa qualificação (17% não qualificadas e 42% semiqualficadas), sendo apenas 21% qualificadas (CEDEC/DIEESE, 1986, Anexo III). No entanto, as mulheres-cônjuges idosas tanto foram absorvidas em ocupações regulares em maior proporção em 1983 do que em 1981 (10,4% e 12,1% da PIA específica), como também inseriram-se em maior proporção em trabalhos precários (11% da PIA específica em 1981 e 14,9% em 1983). Assim, maior proporção destas inseriu-se tanto em subemprego neste segundo momento (6,8% em 1981 e 8,7% da PIA específica em 1983), bem como maior parcela ocupou-se em atividades ocasionais (4,2% da PIA em 1981 e 6,2% em 1983) (Tabelas 13 e 14).

Os filhos e filhas maiores de 18 anos são os principais mantenedores da família, perfazendo cerca de 60% dos ocupados (57,8% em 1981 e 59,7% em 1983). Embora tenham apresentado crescimento da taxa de participação, de 85,9%

para 88,7%, sofreram neste último momento redução na taxa de ocupação de 76,6% para 73,8%, refletindo a acentuada elevação do desemprego. A taxa de desemprego cresce em 50%, passando de 10,9% da PEA específica para 16,7% entre 1981 e 1983.

Cresce especialmente o desemprego dos filhos adultos do sexo masculino, que praticamente dobra, passando de 11,7% para 20,5%, ao mesmo tempo que sua taxa de ocupação cai de 80,9% para 72,8%. Pode-se afirmar com base em sua taxa de participação, que se mantém em 91,6% nos dois momentos, que a redução na proporção de ocupados, em oito pontos percentuais, resulta do desemprego e não do crescimento da inatividade. No caso destes componentes da família a explicação para a elevação de seu desemprego deve ser buscada na sua inserção no mercado de trabalho e não em sua qualificação. No Capítulo II mencionamos que os filhos adultos do sexo masculino deste tipo de família apresentavam melhor nível de qualificação quando comparados aos das famílias dos demais tipos. De fato, em 1981, 34% exerciam funções qualificadas ou técnicas, 6% cargos de chefia, 40% funções semiqualificadas e 15% não qualificadas (21). No entanto, devem ter sofrido o desemprego que afetou a indústria, na medida em que, em 1981, 52,4% destes filhos ocupados estavam empregados no setor industrial e 27% no ramo metalúrgico, um dos mais afetados pelo desemprego no

(21) Os 5% restantes exerciam atividades como autônomos, sem informação sobre a qualificação (CEDEC/DIEESE, 1986).

período, enquanto em 1983 estas proporções reduziram-se acentuadamente entre os que permaneciam ocupados, passando a 46% no setor industrial e a 19% no ramo metalúrgico - esta última, uma drástica redução da ordem de 30%.

Movimento diverso é observado entre as filhas maiores de 18 anos, que, além de apresentarem crescimento da taxa de participação (de 79,5% para 85,7%), indicando significativa saída da inatividade, registram aumento da proporção de ocupadas (de 71,6% da PIA específica em 1981 para 74,8% em 1983), revelando relativo sucesso em obter trabalho. Embora sua taxa de desemprego também se eleve, de 9,8% para 12,7%, o faz com menor intensidade do que as taxas dos filhos masculinos maiores, que praticamente dobra. Ainda que as filhas adultas também tenham sofrido os impactos da redução do emprego no setor industrial, uma menor proporção delas estava empregada nesse setor: em 1981, 38% das filhas ocupadas, e em 1983, 26%. A proporção das que estavam ocupadas no ramo metalúrgico sofreu a maior redução: de 16% em 1981 para 6% em 1983. A menor redução de postos de trabalho nos demais ramos industriais e no setor terciário, que absorve a maior parte das filhas adultas, explica, possivelmente, o menor desemprego destas e inclusive o crescimento do emprego, indicado pelas taxas de ocupação apresentadas acima. No setor terciário, os serviços de produção (22) são o ramo responsável pela maior e crescente

(22) O ramo serviços de produção abrange, segundo as categorias desta pesquisa: comércio de mercadorias,

absorção deste componente da família no período estudado: 22% em 1981 e 36% em 1983. Os resultados da pesquisa relativos aos filhos adultos deste tipo de família reforçam as indicações sobre o mercado de trabalho na crise, de que, embora o desemprego tenha atingido a todos, a divisão sexual do trabalho no trabalho industrial, ou seja, onde a divisão de tarefas e funções é definida por sexo, preservou o emprego da mulher adulta e jovem na crise.

Também cabe registrar que os filhos masculinos sofreram ainda a precarização da inserção no mercado, uma vez que reduziu-se acentuadamente a proporção dos que exerciam ocupação regular, de 77,7% da PIA específica em 1981 para 65,9% em 1983, e mais que dobrou entre esses dois anos tanto a parcela subempregada (3,8% em 1981 e 9,1% em 1983), como aquela inserida em atividades ocasionais (1,8% e 3,9% da PIA específica). Estas são, possivelmente, as alternativas encontradas após a perda de seus postos de trabalho. As filhas maiores, pelo contrário, mantiveram-se e até mesmo apresentaram pequeno crescimento das ocupações regulares (63,1% da PIA específica em 1981 e 64,9% em 1983). Também cresceu um pouco entre elas o subemprego, cerca de 16%, passando de 8,5% para 9,9%, e caiu a proporção em atividade ocasional (2,8% em 1981 e 1,7% em 1983) (Tabelas 13 e 14).

---

instituições de crédito, de seguros e de captação, comércio e administração de valores mobiliários, comércio e administração de imóveis, transportes e comunicações.

Estes dados indicam que tanto as cônjuges como as filhas adultas apresentaram mobilização mais acentuada e bem-sucedida para inserir-se no mercado de trabalho no segundo momento de acirramento da crise, oportunidade em que tanto os chefes de família como os filhos adultos apresentaram, por motivos específicos, reduções em suas taxas de ocupação. Tal mobilização se refletia no maior peso destas entre os ocupados da família: em 1981, ambas representavam cerca de 33%, e, em 1983, cerca de 40%. As cônjuges crescem de 7,6% dos ocupados para 9,3% em 1983, enquanto as filhas maiores de 18 anos passam de 25,3% dos ocupados para 30,4%. Movimento inverso é apresentado pelos filhos masculinos adultos, que caem de 32,5% dos ocupados da família para 29,3%, e pelos chefes, que eram 23,1% em 1981 e passam a ser 20,5% em 1983. Ambos representam cerca de 56% dos ocupados no primeiro momento, caindo para 50% no segundo. Essa tentativa de compensar junto ao mercado de trabalho a ocupação dos membros da família não impediu, entretanto, que neste segundo momento uma proporção maior de famílias estivesse em "condição de precariedade". Como já mencionado, em 1983, cerca de 59% das famílias se encontravam nessa condição em oposição aos 56% de 1981.

Podemos concluir que com o recrudescimento da crise nem mesmo essa tentativa de compensação junto ao mercado - ocupação de componentes familiares femininos frente à desocupação dos masculinos - tenha sido suficiente

para impedir a relativa piora nas condições de vida deste tipo de família. Atuando no sentido de manter um patamar de condições de vida, as mulheres o fizeram em movimento contrário ao do crescimento da inatividade e do subemprego, que afetou, em 1983, as famílias deste momento do ciclo de vida familiar, deteriorando suas condições de vida no período estudado.

Ao finalizar esta seção, destacamos a seguir alguns aspectos da mobilização das famílias na conjuntura recessiva:

- A mobilização interna das famílias, consideradas segundo os tipos, garantiu na maioria dos casos a manutenção dos níveis de condições de vida no período da crise econômica.
- Os impactos da conjuntura atingem ambos os sexos no interior das famílias, verificando-se no entanto comportamentos distintos. Os componentes do sexo masculino, manifestando a atribuição de gênero, já se encontravam mais fortemente engajados no mercado de trabalho e sofrem abalos nessa inserção através do desemprego e do subemprego. Os componentes do sexo feminino e mais especialmente as cônjuges, que sofrem limitações no acesso ao trabalho em decorrência da divisão sexual do trabalho na família, apresentam, comparativamente, maior mobilização e obtiveram maior acesso ao mercado de trabalho em 1983.

- Comparando-se os dados dos dois momentos, constata-se a perda relativa de peso dos chefes de família entre os ocupados, ao mesmo tempo que cresce o peso da cônjuge e dos filhos, ainda que de maneira diferenciada nos tipos de família construídos, espelhando os momentos do ciclo de vida das famílias.

- A mobilização dos componentes das famílias para o mercado de trabalho significa mais um rearranjo da família no enfrentamento do momento mais agudo da crise econômica do que o aumento do número de pessoas ocupadas. Na mobilização dos diversos componentes, evidencia-se que, ao se colocarem disponíveis para o mercado, carregam consigo as pressões e limitações que lhes são conferidas por sua posição na família, condição de gênero e atribuições dela decorrentes.

### 3. A mobilização das mulheres

No decorrer da análise realizada a partir da família vão se evidenciando a mobilização e o crescimento da inserção da mulher no mercado de trabalho no momento de recrudescimento da crise. As mulheres buscam e obtêm emprego com mais sucesso que os homens em 1983. Evidencia-se também nesse processo como se interpenetram as possibilidades de emprego oferecidas pelo mercado e os arranjos internos à família.

A crise do início da década de 80 caracterizou-se, no Brasil e mais fortemente na Região Metropolitana de São Paulo, pela redução do emprego e principalmente pela redução do emprego industrial. Mesmo com a presença das mulheres, a produção industrial empregava majoritariamente força de trabalho masculina, de modo que a redução de seus postos de trabalho teve maior impacto sobre as possibilidades de trabalho para os homens.

Além desse impacto diferenciado na redução de postos de trabalho, análises sobre estes anos de crise a partir de dados oficiais - PNADs, do IBGE, e RAIS, do Ministério do Trabalho - mostram que a tendência de crescimento do emprego feminino, iniciada na década de 70,

continua - e com taxas elevadas - durante os anos 1981 e 1983 (Spindel, 1987), momento em que se reduz o emprego masculino. O estudo de Spindel mostra que o emprego feminino cresce tanto no total dos empregos, como, acentuadamente, no mercado de trabalho formalizado e em atividades que exigem maior qualificação. Vão nesta mesma direção os resultados nosso estudo.

Nossos resultados mostram que na Região Metropolitana de São Paulo cresce entre 1981 e 1983, embora de maneira tênue, a taxa de ocupação das mulheres, de 34% para 35% da PIA específica, ao mesmo tempo que cai a taxa de ocupação masculina, de 65,6% para 63,9%. Mostram também que entre as mulheres mantém-se a proporção da PIA ocupada regularmente, ainda que cresça o subemprego. A proporção em subemprego, que já se apresentava mais elevada do que para os homens, cresce em 12%, passando a apresentar percentual pouco menor que o masculino (Tabela 19). Nesse mesmo momento, reduz-se em cerca de 9% a proporção da PIA masculina ocupada regularmente e cresce em 66% o subemprego. Vale mencionar, ainda, que enquanto a taxa de desemprego masculina apresenta tendência de crescimento, de 13,5% da PEA em 1981 para 14,4% em 1983, o desemprego das mulheres, embora mais elevado, praticamente se mantém, inclusive indicando pequena queda: 20,5% e 19,8%, respectivamente.

Como resultado dessas tendências, cresce entre esses dois anos de crise a proporção das mulheres entre os

BIBLIOTECA  
NEPP

ocupados na Região Metropolitana de São Paulo. As mulheres representam 34,6% dos ocupados em 1981 e 37% em 1983, enquanto os homens representam 65,4% e 63%. Cresce também no período a proporção de mulheres entre as pessoas economicamente ativas, de 36,5% para 38,5% (Tabela 20), tendência registrada em nossa pesquisa que encontra respaldo em dados da PNAD referentes ao Brasil, Região Sudeste e Estado de São Paulo. Estes mostram para o período 1973-1983 - cujo início ocorre durante o "milagre econômico" - tendência de crescente proporção das mulheres entre as pessoas economicamente ativas e, inversamente, redução da proporção dos homens na PEA, que se acentua no período 1981-1983 (Tabela 21). No Estado de São Paulo, as mulheres eram 29,1% da PEA em 1973, 32,3% em 1981 e 33,5% em 1983.

As especificidades da inserção feminina nos setores e ramos da produção econômica durante a crise confirma a sexualização do mercado de trabalho e a concentração das mulheres em determinados "guetos ocupacionais" (Bruschini, 1979). Confirma-se entre 1981 e 1983, através dos resultados desta pesquisa, a manutenção da maior proporção destas nas atividades terciárias, setor de maior absorção da força de trabalho feminina, como já o indicaram por outros estudos (23). Ainda que no período estudado não se altere a proporção de mulheres ocupadas em atividades industriais, cerca de 33% delas, observa-se

(23) Dentre outros: Spindel, 1987; Bruschni, 1989; Castro, 1991.

redução da absorção nos ramos mais afetados pela crise: a indústria metalúrgica e a construção civil (Tabela 22). Nos serviços, o ramo que mais absorve as mulheres ocupadas - cerca de 20% nos dois momentos - é o dos "serviços de produção". Neste ramo estão incluídas as atividades ligadas ao comércio e entidades financeiras, que apresentaram expansão durante os anos de crise. Cresce a proporção de mulheres ocupadas em "serviços governamentais e urbanos" (que incluem a administração pública e cujos empregos se expandiram no período), de cerca de 10% em 1981 para 14% em 1983, ao mesmo tempo que se reduz a parcela de mulheres ocupadas em "serviços pessoais" de 17% para 12%. Mantém-se importante a participação destas nos "serviços técnico-profissionais de ensino e saúde", que concentram uma parcela expressiva de atividades consideradas femininas. Neste ramo estão cerca de 12,5% das ocupadas nos dois momentos, enquanto os homens registram proporção de apenas 7% absorvidos por este ramo do setor serviços.

Os homens estão preferencialmente concentrados no setor industrial, que em 1981 absorvia 53% dos ocupados e em 1983, refletindo o impacto da redução dos empregos industriais para os homens, alocava 46% (Tabela 23). Os "serviços de produção" absorvem também importante parcela da força de trabalho masculina: 27% nos dois momentos. Possivelmente em função das injunções da crise, cresce a

proporção de homens ocupados em "serviços pessoais" de 2,5% em 1981 para 8% em 1983.

A análise da mobilização das famílias na conjuntura recessiva mostrou, nos diferentes momentos do seu ciclo vital e também nas famílias com chefia feminina, como ocorreu entre os dois momentos estudados a mobilização dos componentes da família e os impactos do desemprego. Através dos indicadores utilizados, foi possível perceber dado o maior engajamento dos homens no mercado de trabalho, os evidentes impactos do desemprego sobre estes, fossem chefes, filhos ou parentes e não-parentes. Já as mulheres, embora também apresentassem taxas de desemprego elevadas, registraram em praticamente todos os tipos de família maior sucesso relativo em obter trabalho, conforme detalhamos na segunda seção deste capítulo.

Dentre as mulheres da família, houve mobilização importante tanto das cônjuges, como das filhas adultas, apresentando-se especificidades na inserção possível no mercado de trabalho conforme o momento do ciclo vital das famílias. Assim, na família do casal jovem, de até 34 anos, com filhos pôde-se registrar a mobilização da mulher-cônjuge através da sua elevada taxa de desemprego, que indica tentativa de obter trabalho e menor êxito em consegui-lo neste momento do ciclo de vida, em que são fortes as pressões decorrentes de sua atribuição à família e ao

cuidado dos filhos pequenos (24). Registra-se, assim, cerca de um quarto delas na categoria "ocupadas" (Tabela 10). Por outro lado, também registra-se neste segundo momento de acirramento da crise, além de pequeno crescimento das ocupadas, aumento da proporção de cônjuges jovens em trabalho regular, bem como em trabalho ocasional, revelando-se esta última alternativa possivelmente como a mais compatível com suas atribuições principais nesta etapa da vida familiar. Dessa maneira, cresce a proporção das cônjuges jovens com "alguma atividade remunerada", de pouco mais de um quarto delas em 1981 (26,6%) para pouco menos de um terço (30,8%) em 1983 (Tabelas 13 e 14).

Nas famílias que vivenciam o momento intermediário do ciclo vital ("casal de 35 a 49 anos com filhos residentes") a cônjuge mobiliza-se mais fortemente para o mercado de trabalho, passando a ter "alguma atividade remunerada" 42,6% destas em 1983, em oposição aos 37% no primeiro momento. Caracterizado pelo esforço coletivo dos seus componentes, este tipo de família sofreu tanto o impacto do desemprego masculino, como a deterioração das relações de trabalho, tendo dobrado a proporção de chefes e de filhos maiores de 18 anos em subemprego com o acirramento da crise. As filhas com mais de 18 anos também registraram a

(24) Nesta etapa do ciclo de vida da família, identificada pelo tipo de família "casais de até 34 anos com filhos", cerca de 43% dos componentes da família são filhos menores de 10 anos, para os dois anos estudados. Considerando-se apenas os filhos, a grande maioria destes, 84%, tem menos de 10 anos.

redução dos trabalhos regulares e aumento do subemprego, além de acentuado desemprego, provável motivo do retorno de parte delas à inatividade.

Neste tipo de família cresce acentuadamente a ocupação das cônjuges e dos filhos masculinos adultos, enquanto cai a ocupação do chefe e das filhas maiores.

Diferentemente do que ocorre com o chefe de família, cresce a proporção de mulheres-cônjuges em trabalhos regulares, indicando suas melhores possibilidades de emprego. Frente às dificuldades encontradas pelas filhas com mais de 18 anos, porém muito jovens, muitas delas buscando seu primeiro emprego e parte delas retornando à inatividade, os dados disponíveis permitem supor que em parcelas dessas famílias tenham se alternado entre as filhas maiores e as mulheres-cônjuges a inserção no mercado de trabalho e as atividades domésticas. Supomos que, além de propiciada por melhores oportunidades de trabalho, a maior inserção da cônjuge no mercado neste momento de acirramento da crise foi possibilitada em parte das famílias porque as filhas, frente às dificuldades de emprego, substituíram-na em seu papel tradicional do trabalho doméstico. Outro fator que contribuiu para a maior inserção da mulher-cônjuge em atividades produtivas neste segundo momento da crise foi,

certamente, a menor proporção de filhos menores de 10 anos nesta etapa do ciclo vital das famílias (25).

Nas famílias de "casais de 50 anos e mais com filhos residentes", sob uma conjuntura em que se restringiram as oportunidades de trabalho, cresceu a inatividade dos chefes de família, bem como a proporção de aposentados. Acentuou-se o desemprego dos filhos adultos tanto masculinos como femininos, os principais mantenedores da família. Frente a isto, assiste-se neste tipo de família à mobilização das mulheres-cônjuges e das filhas adultas, fato que se revela no significativo aumento da sua ocupação e no crescimento de sua importância entre os ocupados da família.

Tanto no caso das cônjuges como no das filhas adultas, aumenta a absorção em atividades regulares, o que as diferencia dos chefes e dos filhos adultos, que no período experimentam redução neste tipo de inserção. Para todos os componentes da família, entretanto, crescem as atividades precárias: subemprego e ocasional.

Neste tipo de família, entre 1981 e 1983, cresceu para o total das mulheres a taxa de ocupação de 38,4% para 41,7%, enquanto caiu a taxa de ocupação masculina de 62,8%

(25) Neste momento do ciclo de vida familiar, indicado pelas famílias de "casais de 35 a 49 anos com filhos", os filhos menores de 10 anos representam cerca de 16% dos componentes da família, nos dois anos estudados. Considerando-se o conjunto dos filhos, apenas 28% deles são menores de 10 anos.

para 56,4%; também cresceu a proporção de mulheres entre os ocupados da família, de 36,5% para 43,9%, enquanto caiu a proporção dos homens, de 63,5% para 56,1%.

A mobilização das filhas adultas, em especial, e das mulheres-cônjuges, com menor peso, conseguiu manter, através de sua maior inserção no mercado de trabalho e em atividades regulares, apesar de pequena queda, as condições de vida neste tipo de família, no momento em que se agrava a crise.

Na família chefiada por mulher assiste-se à mais intensa mobilização do conjunto dos componentes, indicada por suas elevadas taxas de participação. Com o acirramento dessa conjuntura de crise são elevadas as taxas de desemprego de todos eles, indicando ao mesmo tempo a mobilização para atividades produtivas e as dificuldades de acesso a postos de trabalho. Parte das chefes, dos filhos adultos e dos parentes adultos sofre mais intensamente o desemprego e, frente ao menor sucesso na obtenção de trabalho, parcela destes torna-se inativa.

A principal mobilização que se observa com o acirramento da crise é das filhas maiores de 18 anos, que passam a ter em 1983 a mais elevada taxa de ocupação da família, de 74,4%, em contraposição à registrada em 1981, de 64,8%. Embora apresentando níveis mais baixos que as taxas de ocupação das filhas maiores, crescem também as taxas de

ocupação dos filhos menores de ambos os sexos, merecendo destaque a intensificação da mobilização das filhas menores.

Dessa maneira, aumenta a proporção das filhas adultas entre os ocupados da família de 13,9% para 21,2%. Entretanto, apesar da redução do peso da chefe entre os ocupados da família (de 38,2% em 1981 para 29,2% em 1983), esta permanece como o componente de maior peso relativo, seguida de perto pela filha (21,2%) e pelo filho adultos (19,2%). Estes três componentes são, em 1983, os principais mantenedores da família chefiada por mulher.

#### 4. Considerações finais

Uma das hipóteses deste estudo é de que a conjuntura de crise aceleraria algumas mudanças já em curso nas atribuições internas da família, ou seja, abalaria de algum modo o padrão vigente do chefe provedor, atuando no sentido de questionar sua imagem e a autoridade dela decorrente. Supôs-se também que o período estudado (1981-1983), por ser a etapa inicial de uma década marcada pela crise e instabilidade, seria um momento privilegiado para se identificar o início de mudanças que teriam se consolidado no decorrer do período subsequente. Os resultados de nossa pesquisa permitem detectar indícios de maior mobilização para o mercado de trabalho dos demais componentes da família e especialmente da cónjuge, mais acentuadamente em determinados momentos do ciclo vital das famílias, fazendo supor que, embora o chefe provedor possa se manter como padrão simbólico, na realidade cada vez mais a participação de outros mantenedores da família se faz presente, impondo mudanças nas relações internas à família.

Nesse sentido, vale ressaltar que em apenas 37% das famílias em 1981 e em 36% em 1983 o chefe era o único provedor; sendo provedor preferencial nas famílias em que

apenas uma pessoa era responsável pelo rendimento familiar (Tabela 25).

Ainda que, com especificidades segundo o momento do ciclo de vida familiar e tipo de família, cerca de 62% das famílias são mantidas por mais de uma pessoa, nos dois momentos estudados (Tabela 24). O chefe está presente na maioria das combinações de componentes em que duas ou mais pessoas contribuem para a renda familiar, ou seja, em mais de 90% dos casos (Tabelas 25, 26 e 27), embora com visível declínio desta proporção entre os anos de 1981 e 1983. Quando duas pessoas contribuem, o chefe está presente em 98% dos casos em 1981 e em 92% em 1983, aumentando neste último ano as proporções tanto de famílias mantidas pela cônjuge e filhos ou parentes (3,2% dos casos em 1983), como somente pelos filhos (4,4%) (Tabela 26). Quando três pessoas contribuem, praticamente se mantém a presença do chefe, em 98% dos casos, em que se combinam seus rendimentos com os de outros componentes da família.

Merece destaque, entretanto, a importância da mulher-cônjuge quando duas pessoas contribuem para o rendimento familiar. Em cerca de 50% destes casos, que representam cerca de 16% das famílias, a manutenção da casa é dividida entre ela e o chefe. Cresce em 1983, como mencionado acima, a proporção de casos em que sua responsabilidade é dividida com outro componente da família que não o chefe. É crescente a participação da cônjuge

quando três pessoas contribuem para o orçamento doméstico, embora esta participação seja menor do que no caso das famílias onde duas pessoas são responsáveis pela manutenção da casa. Ela está presente em cerca de um quarto (25,7%) desses casos em 1981 e em 29% dos casos em 1983.

Mesmo que a participação dos demais componentes da família seja decisiva e crescente na composição dos rendimentos familiares, deve-se ressaltar que persiste a importância da contribuição do chefe, que responde em média por 69% da renda familiar em 1981 e por 65% em 1983. Esta queda em sua participação na renda familiar, decorrente de seu maior desemprego e inatividade neste segundo momento, é compensada pelo crescimento da contribuição média dos demais componentes, destacando-se as cônjuges e as filhas adultas (Tabela 28).

Corroborando estas tendências, observa-se, em 1983, a menor participação do chefe da família entre os que contribuem para a renda familiar, com redução da ordem de 5%: 43,6% em 1983, em oposição aos 46,1% do momento anterior (Tabela 29). No mesmo sentido, verifica-se o crescimento da participação da cônjuge, dos filhos maiores de 18 anos e das filhas, especialmente as maiores.

As mudanças que abalam o padrão de família hierarquizada a partir do chefe provedor tendem a se aprofundar com a conjuntura de crise e de instabilidade,

tais características com que se tem manifestado na Região Metropolitana de São Paulo durante a década de 80 e nos primeiros anos da de 90. Na conjuntura recessiva intermitente do período de praticamente uma década (1981-1991), e em consequência de alterações na estrutura produtiva, reduzem-se os empregos masculinos e abrem-se possibilidades de absorção da mulher no mercado de trabalho. Esse período é marcado pela redução de postos industriais de trabalho, os quais, mesmo nos momentos de recuperação de empregos industriais, não chegam a superar os níveis do final da década anterior. Ao mesmo tempo, como consequência da expansão e diversificação das atividades terciárias na Região Metropolitana de São Paulo (26), ocorre crescimento do emprego no setor de serviços. Ambos os movimentos confluem na mesma direção, pois os empregos industriais são predominantemente masculinos, apesar do crescimento da absorção de força de trabalho feminina; e as atividades terciárias absorvem, comparativamente, maior proporção de mulheres. Por outro lado, existem indicações de que, como resultado do ajustamento do mercado de trabalho na década de 80, enquanto entre 1985 e 1990 decresce ligeiramente a taxa de desemprego aberto, cresce em cinco pontos percentuais a proporção de chefes desempregados em relação ao total do

---

(26) Sobre estas transformações das atividades produtivas na Região Metropolitana de São Paulo, ver dentre outros: Bogus e Montali, 1994; Araujo, 1992; Cano e Semeguini, 1991.

grupo, na Região Metropolitana de São Paulo (Cacciamali, 1993) (27).

Alguns dados a partir da PED possibilitam detectar, durante a segunda metade da década de 80, indícios da continuidade das alterações apontadas no período 1981-1983 em relação à inserção no mercado de trabalho dos diversos componentes da família, indicativas das mudanças sugeridas por nossa hipótese de alterações no padrão de divisão sexual do trabalho hierarquizada a partir do chefe provedor. As referências constantes das séries da PED sobre a Região Metropolitana de São Paulo mostram a tendência da distribuição dos ocupados por sexo e posição na família a partir de 1985. Acompanhando esta evolução até 1991, data-limite de nossa análise, observa-se assim entre 1985 e 1991 o crescimento da participação das mulheres entre os ocupados e a redução proporcional dos homens. Elas representam 36,9% dos ocupados em 1985 e, numa tendência de crescimento quase constante, chegam a 40% em 1991. Os homens, complementarmente, apresentam tendência declinante: iniciam o período representando 63,1% dos ocupados e chegam a 1991 com 60% (28).

---

(27) Elaboração de dados por Cacciamali (1993), com base nas informações da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE.

(28) Dados extraídos de SEADE, 1992. É importante ressaltar que - diferentemente dos dados utilizados nos capítulos anteriores, de maneira encadeada com os dados da pesquisa DIEESE, portanto para períodos comparáveis - os dados da PED utilizados nesta seção referem-se às médias anuais, utilizadas nas análises realizadas pela Fundação SEADE e que constam das suas publicações mensais.

Através desse acompanhamento mensal do emprego e do desemprego é possível conhecer, no período entre 1985 e 1991, outro movimento que corrobora nossa hipótese. Ocorrem a redução da proporção dos chefes de família entre os ocupados e o crescimento da participação das cônjuges, mantendo-se relativamente constante a importante participação dos filhos e de outros residentes entre os ocupados. A proporção de chefes cai entre os ocupados no domicílio, passando de 46,9% para 45,1% entre os anos de 1985 e 1991. Ao mesmo tempo, cresce a proporção das cônjuges, que passam de 14,9% dos ocupados a 16,9%. Os filhos oscilam em torno dos 28% em todo o período, apresentando menor proporção nos seus dois últimos anos, chegando em 1991 a representar 27,2%. Os outros parentes e não-parentes residentes no domicílio oscilam em torno de 10% dos ocupados da família, representando, em 1991, 10,8%.

Neste mesmo sentido, estudos desenvolvidos pela PED mostram que a participação da mulher no mercado de trabalho cresceu durante todo o período 1985-1991. Isto significa dizer que sua participação cresceu tanto no período 1985-1987 (SEADE, 1987 e 1989), caracterizado até 1986 como de "recuperação econômica" e em 1987 como de "estagnação" (29), como também cresceu, acentuadamente, no período 1990-1991, considerado "recessivo" (SEADE, 1992).

---

(29) Caracterização dos períodos em Troyano, 1992.

Indicando na mesma direção de nossas hipóteses e corroborando os resultados de nossa pesquisa acerca da conjuntura de crise, as análises da PED registraram na nova conjuntura recessiva de 1990-1991 (SEADE, 1992) um comportamento de participação no mercado de trabalho segundo os componentes da família muito semelhante ao observado por nós na conjuntura recessiva de 1981-1983, qual seja:

- crescimento do desemprego dos chefes de família, "um dos segmentos atingidos de forma mais drástica pela elevação do desemprego no período 1989-91", bem como redução na sua taxa de participação, o que indica crescimento da inatividade;
- crescimento da taxa de participação das mulheres-cônjuges, tendo atingido "o mais elevado nível anual nos últimos sete anos", 42,7% em 1991, bem como absorção de parte delas como ocupadas, apesar do crescimento da taxa de desemprego;
- redução da participação dos filhos masculinos menores de 18 anos, significando retirada destes do mercado;
- aumento do desemprego dos filhos masculinos maiores de 18 anos e redução de sua participação entre os ocupados, sem redução na taxa de participação;
- crescimento da taxa de participação das filhas tanto maiores quanto menores, apresentando entretanto algumas especificidades: aquelas entre 10 e 17 anos têm baixa taxa de ocupação, e aquelas entre 18 e 24 anos, com taxas de

ocupação mais elevadas também apresentam em 1991 elevadas taxas de desemprego, de maneira semelhante ao que ocorre com as cônjuges nessa faixa etária.

"As condições adversas do mercado de trabalho em 1990, para os principais responsáveis pela manutenção do núcleo familiar e para os filhos, bem como a falta de perspectivas de retomada do crescimento do emprego na indústria geraram em 1991 um novo movimento no mercado: ingresso intenso de mulheres, de todas as faixas etárias, mas em especial daquelas casadas" (SEADE, 1992: B14).

Neste segundo momento recessivo configura-se nova oportunidade de rompimento mesmo que temporário, em muitas das famílias, da possibilidade concreta de efetivar o modelo de família mantida pelo chefe provedor, abrindo possibilidades para mudanças mais efetivas na divisão sexual do trabalho no interior das famílias da Região Metropolitana de São Paulo.

Dessa maneira, a partir dos resultados de nossa pesquisa para o primeiro momento (1981-1983), e tendo por referência a PED para o segundo (1985-1991), parece legítimo afirmar que a mobilização feminina para o mercado de trabalho - que se acentua no período de crise do início da década de 80 na Região Metropolitana de São Paulo, através da mobilização das cônjuges e das filhas - tem continuidade na segunda metade da década de 80 e início dos anos 90. Do

mesmo modo, parece legítimo concluir pela continuidade do crescimento da participação da cōnjuge e dos demais componentes no mercado de trabalho e pela redução relativa e progressiva da importância do chefe como o provedor da família, ficando evidente a existência de dois ou mais mantenedores em grande parte das famílias nesta região. Este fato associado às novas concepções acerca do trabalho e do papel das mulheres na sociedade atual (Revista Veja, 1994), sinaliza mudanças mais profundas nas relações internas à família referentes à divisão sexual do trabalho e, por conseguinte, às relações de poder.

## 5. Tabelas e gráficos

Tabela 1  
 Taxas Específicas e Distribuição de Ocupados, Segundo Posição na Família  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981-1983

Em porcentagem

Posição na Família	1981				1983			
	Taxas			Distribuição dos Ocupados (4)	Taxas			Distribuição dos Ocupados (4)
	Participação (1)	Ocupação (2)	Desemprego (3)		Participação (1)	Ocupação (2)	Desemprego (3)	
Chefe	81,7	76,8	6,1	45,3	78,2	72,1	7,8	42,8
Cônjuge	35,0	28,4	18,7	13,5	35,7	29,2	18,2	13,6
Total de Filhos	57,4	43,1	24,9	31,8	59,6	45,3	24,0	36,4
Masculino	64,3	47,6	26,1	18,9	65,3	49,1	24,8	20,7
Menos de 18 anos	41,0	25,2	38,5	5,3	37,7	25,2	33,3	5,2
Mais de 18 anos	90,4	72,6	19,8	13,6	91,8	72,1	21,5	15,5
Feminino	49,3	37,9	23,0	12,9	53,3	41,1	22,8	15,7
Menos de 18 anos	24,1	13,0	46,2	2,4	25,5	15,8	38,2	3,2
Mais de 18 anos	80,6	69,0	14,4	10,5	84,0	69,3	17,6	12,5
Total de Parentes e Não-Parentes	57,2	44,9	21,4	9,4	50,4	41,4	17,9	7,8
Masculino	75,5	63,2	16,3	5,5	70,8	56,2	20,7	4,1
Menos de 18 anos	48,3	32,1	33,6	0,4	28,0	23,7	15,3	0,2
Mais de 18 anos	79,4	67,6	14,8	5,2	79,7	62,9	21,1	3,8
Feminino	44,1	31,9	27,7	3,9	37,6	32,2	14,5	3,7
Menos de 18 anos	34,6	11,4	67,1	0,2	32,3	25,2	22,0	0,4
Mais de 18 anos	45,8	35,4	22,7	3,7	38,6	33,4	13,4	3,2
TOTAL	59,2	49,7	16,1	100,0	58,7	49,0	16,5	100,0

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) PEA/PIA.

(2) Ocupados/PIA.

(3) Desempregados/PEA.

(4) Ocupados/Total de Ocupados.

Tabela 2  
 Distribuição de Pessoas com Alguma Atividade Remunerada em Relação a PIA, por Inserção no Mercado de Trabalho,  
 Segundo Posição na Família  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981-1983

Em porcentagem

Posição na Família	Inserção no Mercado de Trabalho				Total	PIA
	Regular	Precário		Total		
		Subemprego	Ocasional			
<b>1 9 8 1</b>						
Chefe	72,4	4,3	2,3	6,6	79,0	100,0
Cônjuge	19,3	9,2	3,5	12,6	31,9	100,0
Filhos	37,2	6,0	2,1	8,1	45,3	100,0
Menos de 18 anos	13,3	6,1	2,8	8,8	22,2	100,0
Mais de 18 anos	65,1	5,8	1,4	7,2	72,4	100,0
Parentes e						
Não-Parentes	38,7	6,3	3,1	9,4	48,1	100,0
Menos de 18 anos	12,3	7,1	2,6	9,7	22,0	100,0
Mais de 18 anos	42,9	6,1	3,2	9,3	52,2	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>43,4</b>	<b>6,3</b>	<b>2,6</b>	<b>8,9</b>	<b>52,3</b>	<b>100,0</b>
<b>1 9 8 3</b>						
Chefe	66,2	5,9	2,1	8,1	74,2	100,0
Cônjuge	20,3	8,9	6,2	15,1	35,4	100,0
Filhos	35,9	9,4	1,7	11,1	47,0	100,0
Menos de 18 anos	12,2	8,3	1,8	10,1	22,4	100,0
Mais de 18 anos	60,3	10,5	1,5	12,0	72,4	100,0
Parentes e						
Não-Parentes	31,0	10,4	1,0	11,4	42,4	100,0
Menos de 18 anos	18,3	6,3	-	6,3	24,6	100,0
Mais de 18 anos	33,4	11,2	1,2	12,3	45,7	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>40,6</b>	<b>8,4</b>	<b>2,8</b>	<b>11,2</b>	<b>51,8</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE, PPVE.

Nota: Inclui outras configurações familiares.

Tabela 3  
Distribuição dos Componentes da Família em Idade Ativa, por Condição de Ocupação, Segundo Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981-1983

Em porcentagem

Posição na Família	1981					1983				
	Ocupados	Desempregados	PEA	Inativos	Total	Ocupados	Desempregados	PEA	Inativos	Total (1)
Chefe	45,27	15,37	40,46	13,12	29,31	42,23	18,07	38,25	15,16	28,77
Cônjuge	13,52	16,23	13,96	37,69	23,64	13,57	15,32	13,86	35,47	22,77
Total de Filhos	31,79	54,97	35,52	38,27	36,64	36,42	58,05	39,99	38,38	39,33
Masculino	18,89	34,80	21,44	17,25	19,73	20,73	34,62	23,02	17,21	20,67
Menos de 18 anos	5,28	17,29	7,21	15,06	10,41	5,21	13,16	6,52	15,37	10,11
Mais de 18 anos	13,60	17,51	14,23	2,19	9,32	15,52	21,46	16,50	1,84	10,56
Feminino	12,91	20,17	14,07	21,03	16,91	15,70	23,43	16,97	21,17	18,66
Menos de 18 anos	2,44	10,98	3,82	17,44	9,37	3,16	9,89	4,27	17,82	9,81
Mais de 18 anos	10,46	9,19	10,26	3,59	7,54	12,54	13,54	12,70	3,35	8,85
Total de Parentes e Não-Parentes	9,42	13,43	10,06	10,92	10,41	7,78	8,57	7,91	10,99	9,22
Masculino	5,52	5,62	5,54	2,61	4,34	4,06	5,38	4,28	2,52	3,53
Menos de 18 anos	0,35	0,93	0,45	0,69	0,55	0,29	0,27	0,29	1,07	0,61
Mais de 18 anos	5,17	4,69	5,09	1,92	3,80	3,77	5,11	3,99	1,45	2,92
Feminino	3,90	7,81	4,53	8,31	6,07	3,72	3,19	3,63	8,47	5,69
Menos de 18 anos	0,20	2,14	0,51	1,41	0,88	0,43	0,61	0,46	1,37	0,81
Mais de 18 anos	3,70	5,67	4,01	6,90	5,19	3,29	2,58	3,17	7,10	4,88
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) No total da PIA inclui não declarados da situação ocupacional.

Tabela 4

Distribuição dos Componentes da Família em Idade Ativa, por Condição de Ocupação, Segundo Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981-1983

Em porcentagem

Posição na Família	1981					1983				
	Ocupados	Desempregados	PEA	Inativos	Total	Ocupados	Desempregados	PEA	Inativos	Total (i)
Chefe	76,75	4,99	81,74	18,26	100,00	72,08	6,09	78,17	21,69	100,00
Cônjuge	28,43	6,53	34,96	65,04	100,00	29,22	6,52	35,74	64,05	100,00
Total de Filhos	43,12	14,27	57,39	42,61	100,00	45,32	14,27	59,59	40,03	100,00
Masculino	47,57	16,77	64,34	35,66	100,00	49,10	16,21	65,31	34,18	100,00
Menos de 18 anos	25,21	15,79	41,00	59,00	100,00	25,16	12,57	37,73	62,27	100,00
Mais de 18 anos	72,55	17,88	90,43	9,57	100,00	72,13	19,71	91,83	7,15	100,00
Feminino	37,92	11,35	49,27	50,73	100,00	41,14	12,13	53,27	46,50	100,00
Menos de 18 anos	12,95	11,14	24,10	75,90	100,00	15,75	9,75	25,50	74,50	100,00
Mais de 18 anos	68,98	11,60	80,58	19,42	100,00	69,25	14,77	84,02	15,50	100,00
Total de Parentes e Não-Parentes	44,94	12,27	57,21	42,79	100,00	41,42	9,01	50,43	49,05	100,00
Masculino	63,17	12,31	75,48	24,52	100,00	56,16	14,69	70,84	29,16	100,00
Menos de 18 anos	32,11	16,23	48,34	51,66	100,00	23,72	4,28	28,00	72,00	100,00
Mais de 18 anos	67,64	11,74	79,38	20,62	100,00	62,89	16,85	79,73	20,27	100,00
Feminino	31,91	12,24	44,15	55,85	100,00	32,19	5,46	37,64	61,52	100,00
Menos de 18 anos	11,39	23,19	34,58	65,42	100,00	25,21	7,11	32,32	67,68	100,00
Mais de 18 anos	35,38	10,39	45,77	54,23	100,00	33,39	5,17	38,56	60,46	100,00
TOTAL	49,69	9,51	59,20	40,80	100,00	48,98	9,68	58,66	41,06	100,00

Fonte: DIEESE, PPVE.

(i) No total da PIA inclui não declarados da situação ocupacional.

Tabela 5  
Distribuição de Pessoas com Alguma Atividade Remunerada, por Tipo de Família,  
Segundo Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981-1983

Em porcentagem

Posição na Família	Inserção no Mercado de Trabalho				Total
	Regular	Precário			
		Subemprego	Ocasional	Total	
<b>1981</b>					
Chefe	91,7	5,5	2,9	8,3	100,0
Cônjuge	60,4	28,7	10,9	39,6	100,0
Filhos	82,1	13,1	4,7	17,9	100,0
Menos de 18 anos	60,2	27,4	12,4	39,8	100,0
Mais de 18 anos	90,0	8,0	2,0	10,0	100,0
Parentes e Não-Parentes	80,5	13,0	6,5	19,5	100,0
Menos de 18 anos	55,9	32,1	12,0	44,1	100,0
Mais de 18 anos	82,2	11,7	6,1	17,8	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>83,1</b>	<b>12,0</b>	<b>5,0</b>	<b>16,9</b>	<b>100,0</b>
<b>1983</b>					
Chefe	89,1	8,0	2,9	10,9	100,0
Cônjuge	57,4	25,3	17,4	42,6	100,0
Filhos	76,5	19,9	3,6	23,5	100,0
Menos de 18 anos	54,7	37,2	8,2	45,3	100,0
Mais de 18 anos	83,4	14,5	2,1	16,6	100,0
Parentes e Não-Parentes	73,2	24,5	2,3	26,8	100,0
Menos de 18 anos	74,4	25,6	-	25,6	100,0
Mais de 18 anos	73,1	24,4	2,5	26,9	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>78,5</b>	<b>16,2</b>	<b>5,3</b>	<b>21,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE, PPVE.

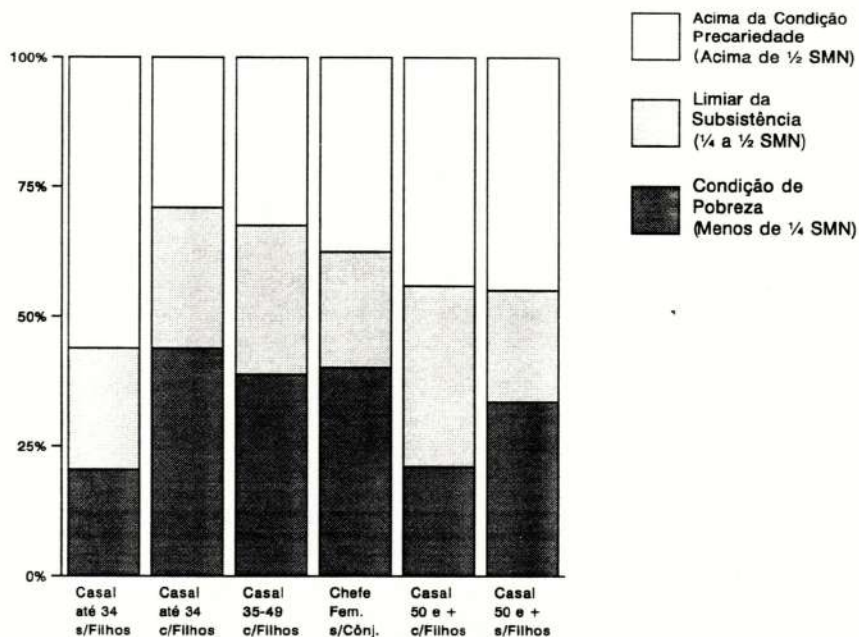
Nota: Inclui outras configurações familiares.

Tabela 6  
 Distribuição das Famílias, por Número e Tamanho Médio, Segundo Tipo de Família  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981-1983

Tipo de Família	1981			1983		
	Número Absoluto	Em porcentagem	Tamanho Médio	Número Absoluto	Em porcentagem	Tamanho Médio
Casal sem Filhos	373.671	13,06	2,3	286.781	9,29	2,2
Casal de até 34 anos com Filhos Residentes	688.197	24,06	4,5	763.421	24,72	4,3
Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes	824.488	28,83	5,4	920.602	29,81	5,5
Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes	342.250	11,97	4,6	390.302	12,64	4,9
Chefe Feminino sem Cônjuge	377.952	13,21	3,2	497.553	16,11	3,3
Chefe Masculino sem Cônjuge	175.050	6,12	3,1	143.843	4,66	3,2
Casal com Filhos Resíduo	78.705	2,75	5,0	85.772	2,78	5,3
TOTAL	2.860.313	100,00	4,2	3.088.274	100,00	4,4

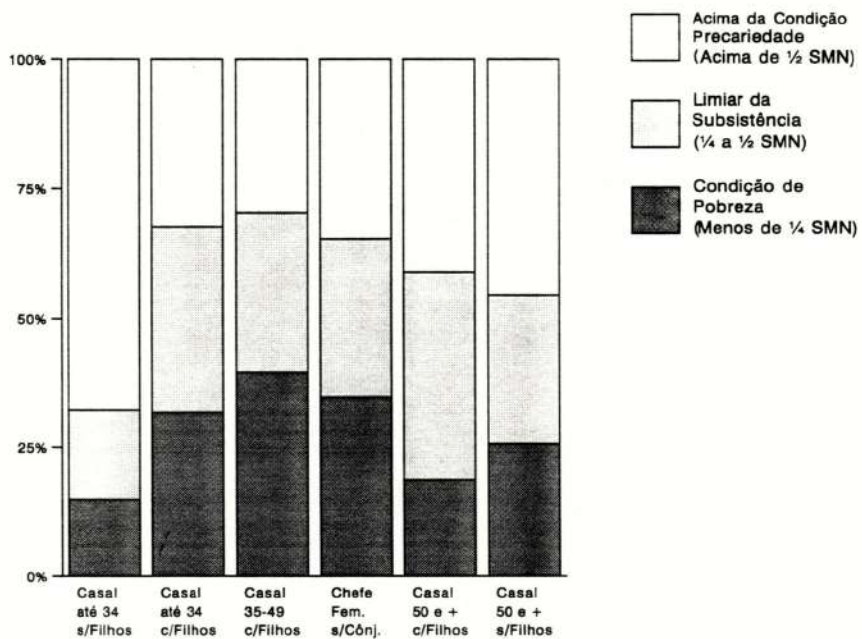
Fonte: DIEESE, PPVE.

**Gráfico 1**  
 Distribuição das Famílias, por Tipo de Família, Segundo Condição em Relação à Pobreza  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981



Fonte: DIEESE, PPVE.

**Gráfico 2**  
 Distribuição das Famílias, por Tipo de Família, Segundo Condição em Relação à Pobreza  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1983



Fonte: DIEESE, PPVE.

Tabela 7  
Distribuição das Famílias Quanto a Condição em Relação à Pobreza, Segundo Tipo de Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981-1983

Em porcentagem

Tipo de Família	Condição em Relação à Pobreza									
	1981					1983				
	Precariedade			Acima da Condição de Precariedade	TOTAL	Precariedade			Acima da Condição de Precariedade	TOTAL
	Total	Condição de Pobreza (1)	Limiar de Subsistência (2)			Total	Condição de Pobreza (1)	Limiar de Subsistência (2)		
<b>Arranjos Menos Favoráveis</b>										
Casais de até 34 anos com Filhos Residentes	71,0	43,9	27,1	29,0	100,0	67,6	31,8	35,8	32,4	100,0
Casais de 35 a 49 anos com Filhos Residentes	67,6	38,9	28,7	32,4	100,0	70,2	39,5	30,7	29,8	100,0
Chefe Feminino sem Cônjuge	62,5	40,2	22,3	37,5	100,0	65,2	34,7	30,5	34,8	100,0
Casal de 50 anos e mais sem Filhos	55,1	33,6	21,5	44,9	100,0	54,5	25,7	28,8	45,5	100,0
<b>Arranjos Mais Favoráveis</b>										
Casal de 50 anos e mais com Filhos	56,0	21,1	34,9	44,0	100,0	58,9	18,8	40,1	41,1	100,0
Chefe Masculino sem Cônjuge	46,9	20,6	26,3	53,1	100,0	50,7	17,3	33,4	49,3	100,0
Casal de até 34 anos sem Filhos Residentes	43,9	20,5	23,4	56,1	100,0	32,3	15,0	17,3	67,7	100,0
TOTAL (4)	63,0	35,8	27,2	37,0	100,0	64,3	31,6	32,7	35,7	100,0

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Renda Familiar per capita de menos de 1/4 do SMN (Salário Mínimo Necessário).

(2) Renda Familiar per capita de 1/4 do SMN a 1/2 SMN.

(3) Renda Familiar per capita acima de 1/2 SMN.

(4) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 8  
 Razão de Dependência (1), por Condição em Relação à Pobreza, Segundo Tipo de Família  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981-1983

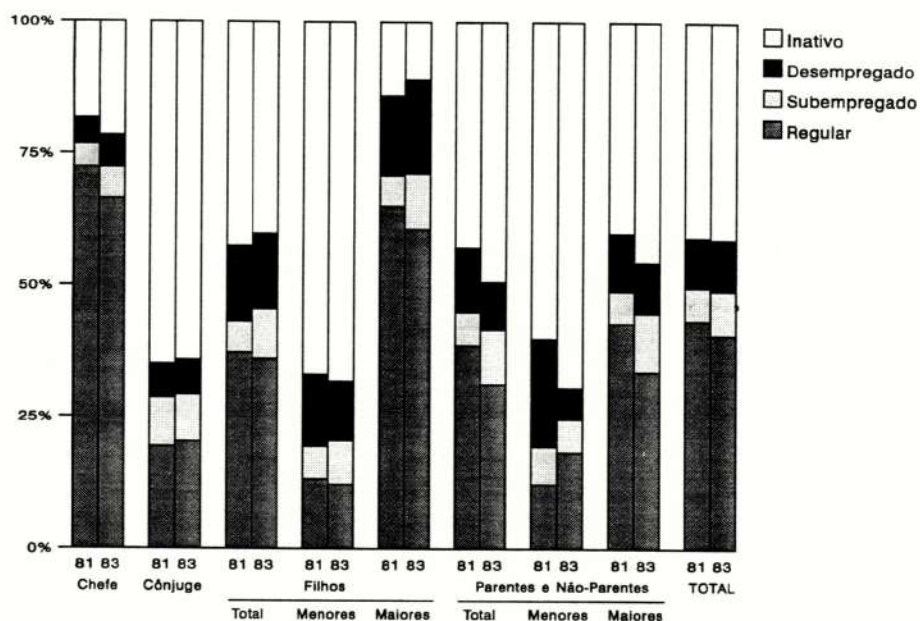
Tipo de Família	Razão de Dependência			Total
	Condição de Pobreza	Limiar de Subsistência	Acima da Condição de Precariedade	
<b>1981</b>				
Casais sem Filhos	3,30	2,00	1,73	2,06
Casais com Filhos	3,27	2,43	2,26	2,68
Casal com até 34 anos	4,22	3,03	2,91	3,47
Casal de 35-49 anos	3,00	2,33	2,21	2,56
Casal com 50 anos e mais	2,60	2,09	1,79	2,06
Chefe Feminino sem Cônjuge	3,24	1,86	1,67	2,22
TOTAL (2)	3,27	2,33	2,10	2,57
<b>1983</b>				
Casais sem Filhos	-	3,43	1,84	2,52
Casais com Filhos	3,50	2,37	2,22	2,65
Casal com até 34 anos	5,05	3,13	2,75	3,46
Casal de 35-49 anos	3,01	2,19	2,14	2,50
Casal com 50 anos e mais	3,56	2,01	1,91	2,15
Chefe Feminino sem Cônjuge	3,12	2,11	1,75	2,28
TOTAL (2)	3,50	2,36	2,11	2,59

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) TOTAL dos componentes da família/ocupados.

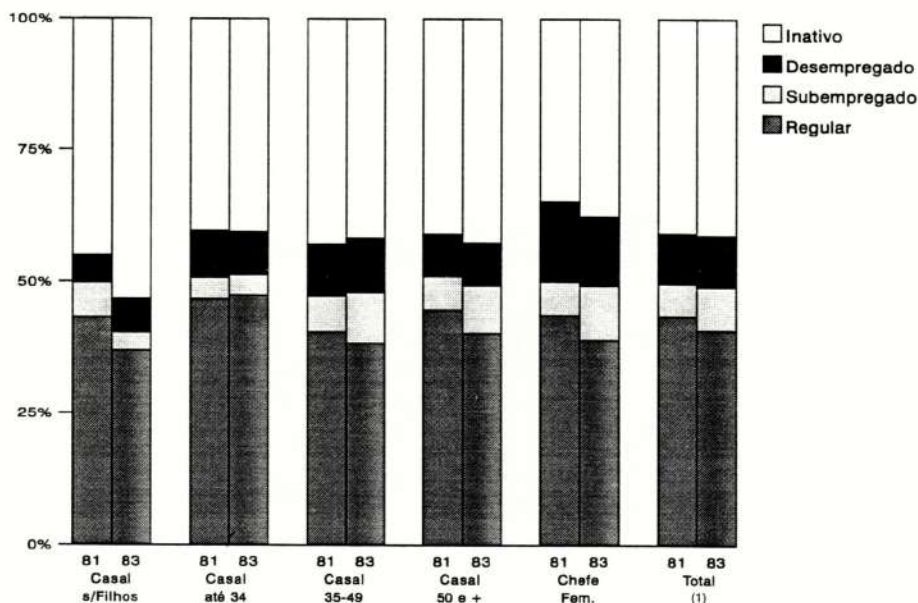
(2) Inclui outras configurações familiares.

**Gráfico 3**  
 Distribuição dos Componentes das Famílias em Idade Ativa, por Posição na Família,  
 Segundo Condição de Ocupação  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981-1983



Fonte: DIEESE, PPVE.

**Gráfico 4**  
 Distribuição dos Componentes das Famílias em Idade Ativa, por Tipo de Família,  
 Segundo Condição de Ocupação  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981-1983



Fonte: DIEESE, PPVE.  
 (1) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 9

Taxa Global de Participação (1), por Tipo de Família, Segundo a Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981

Em porcentagem

Posição na Família	Taxa Global de Participação, por Tipo de Família					Total (2)
	Casal sem Filhos	Casal de até 34 anos com Filhos Residentes	Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes	Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes	Chefe Feminino sem Cônjuge	
1981						
Chefe	70,8	98,4	90,9	60,1	61,0	81,7
Cônjuge	41,7	34,3	37,9	19,7	-	35,0
Total de Filhos	-	25,2	51,2	77,9	70,2	57,4
Masculino	-	32,3	57,4	84,9	78,9	64,3
Menos de 18 anos	-	30,5	37,8	61,3	56,0	41,0
Mais de 18 anos	-	100,0	88,7	91,6	95,7	90,4
Feminino	-	14,0	44,4	69,7	59,5	49,3
Menos de 18 anos	-	11,6	24,8	30,8	34,8	24,1
Mais de 18 anos	-	100,0	87,2	79,5	79,0	80,6
Total de Parentes e Não-Parentes	42,8	55,1	54,2	50,0	62,4	57,2
Masculino	62,9	80,5	68,8	75,2	77,3	75,5
Menos de 18 anos	45,3	79,1	37,3	17,4	30,8	48,3
Mais de 18 anos	66,3	80,8	73,5	84,3	83,2	79,4
Feminino	27,7	33,1	42,3	28,9	55,6	44,1
Menos de 18 anos	9,2	33,0	52,9	5,9	60,2	34,6
Mais de 18 anos	38,1	33,2	40,7	35,5	55,3	45,8
TOTAL	54,9	59,6	57,1	59,1	65,3	59,2
1983						
Chefe	64,3	98,2	91,3	48,3	51,6	78,2
Cônjuge	33,7	35,0	42,1	20,8	-	35,7
Total de Filhos	-	8,6	51,8	76,5	75,0	59,6
Masculino	-	13,7	59,6	81,8	74,8	65,3
Menos de 18 anos	-	13,7	36,3	43,4	59,9	37,7
Mais de 18 anos	-	-	94,5	91,6	84,4	91,8
Feminino	-	-	43,2	71,7	75,1	53,3
Menos de 18 anos	-	-	24,9	30,7	35,9	25,5
Mais de 18 anos	-	-	84,5	85,7	88,3	84,0
Total de Parentes e Não-Parentes	21,3	44,3	51,4	47,3	53,3	50,4
Masculino	39,0	68,9	78,6	67,5	65,1	70,8
Menos de 18 anos	-	29,3	100,0	-	-	28,0
Mais de 18 anos	39,0	76,2	77,7	89,2	86,6	79,7
Feminino	11,7	31,5	39,3	33,2	46,1	37,6
Menos de 18 anos	-	27,4	21,4	18,0	73,3	32,3
Mais de 18 anos	17,4	32,7	42,5	35,4	42,2	38,6
TOTAL	46,7	59,3	58,3	56,8	62,4	58,7

FONTE: DIEESE, PPVE.

(1) PEA/PIA

(2) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 10  
Taxa de Ocupação Específica (1), por Tipo de Família, Segundo a Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981-1983

Em porcentagem

Posição na Família	Taxa de Ocupação Específica, por Tipo de Família					Total (2)
	Casal sem Filhos	Casal de até 34 anos com Filhos Residentes	Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes	Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes	Chefe Feminino sem Cônjuge	
1981						
Chefe	66,6	94,2	87,2	52,4	54,9	76,8
Cônjuge	36,2	24,2	32,1	17,2	-	28,4
Total de Filhos	-	8,1	37,9	66,7	47,0	43,1
Masculino	-	9,2	42,9	71,5	50,3	47,6
Menos de 18 anos	-	6,9	26,2	38,3	30,0	25,2
Mais de 18 anos	-	100,0	69,6	80,9	65,0	72,6
Feminino	-	6,4	32,5	61,1	43,0	37,9
Menos de 18 anos	-	3,8	13,8	19,0	15,2	13,0
Mais de 18 anos	-	100,0	73,0	71,6	64,8	69,0
Total de Parentes e Não-Parentes	34,5	43,5	33,4	45,0	48,6	44,9
Masculino	52,2	65,9	51,0	64,2	57,1	63,2
Menos de 18 anos	31,2	39,2	7,3	17,4	22,2	32,1
Mais de 18 anos	56,2	70,3	57,5	71,6	61,5	67,6
Feminino	21,2	24,1	19,3	28,9	44,7	31,9
Menos de 18 anos	4,7	-	13,6	5,9	38,4	11,4
Mais de 18 anos	30,4	29,8	20,1	35,5	45,0	35,4
TOTAL	49,8	50,7	47,3	51,0	50,1	49,7
1983						
Chefe	57,5	92,9	84,7	46,0	42,5	72,1
Cônjuge	26,4	25,3	36,0	20,8	-	29,2
Total de Filhos	-	1,9	38,1	62,6	56,6	45,3
Masculino	-	3,1	45,4	64,5	52,0	49,1
Menos de 18 anos	-	3,1	24,3	32,0	39,3	25,2
Mais de 18 anos	-	-	77,2	72,8	60,1	72,1
Feminino	-	-	30,0	60,9	62,9	41,1
Menos de 18 anos	-	-	14,3	20,3	28,6	15,8
Mais de 18 anos	-	-	65,6	74,8	74,4	69,3
Total de Parentes e Não-Parentes	21,3	29,6	43,6	41,1	45,0	41,4
Masculino	39,0	44,2	78,6	67,5	45,8	56,2
Menos de 18 anos	-	29,3	100,0	-	-	23,7
Mais de 18 anos	39,0	47,0	77,7	89,2	61,0	62,9
Feminino	11,7	22,0	28,0	22,8	44,4	32,2
Menos de 18 anos	-	19,9	-	-	73,3	25,2
Mais de 18 anos	17,4	22,6	33,1	26,1	40,3	33,4
TOTAL	40,2	51,3	48,0	48,8	49,3	49,0

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) OCUPADOS/PIA.

(2) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 11

Taxa de Desemprego Total Específica (1), por Tipo de Família, Segundo a Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981-1983

Em porcentagem

Posição na Família	Taxa de Desemprego Total Específica, por Tipo de Família					Total (2)
	Casal sem Filhos	Casal de até 34 anos com Filhos Residentes	Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes	Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes	Chefe Feminino sem Cônjuge	
<b>1981</b>						
Chefe	5,9	4,3	4,1	12,7	10,0	6,1
Cônjuge	13,2	29,6	15,4	12,5	-	18,7
Total de Filhos	-	67,8	25,9	14,4	33,1	24,9
Masculino	-	71,4	25,2	15,8	36,3	26,1
Menos de 18 anos	-	77,6	30,5	37,5	46,4	38,5
Mais de 18 anos	-	-	21,5	11,7	32,0	19,8
Feminino	-	54,4	26,9	12,4	27,8	23,0
Menos de 18 anos	-	67,5	44,2	38,3	56,4	46,2
Mais de 18 anos	-	-	16,3	9,8	18,0	14,4
Total de Parentes e Não-Parentes	19,4	21,1	38,3	10,0	22,1	21,4
Masculino	17,0	18,2	25,9	14,6	26,1	16,3
Menos de 18 anos	31,2	50,5	80,5	-	27,9	33,6
Mais de 18 anos	15,2	13,0	21,8	15,1	26,0	14,8
Feminino	23,4	27,4	54,5	-	19,6	27,7
Menos de 18 anos	48,4	100,0	74,2	-	36,3	67,1
Mais de 18 anos	20,0	10,1	50,5	-	18,6	22,7
TOTAL	9,4	15,0	17,3	13,6	23,2	16,0
<b>1983</b>						
Chefe	10,5	5,4	7,2	4,7	17,6	7,8
Cônjuge	21,7	27,7	14,6	-	-	18,2
Total de Filhos	-	77,5	26,4	18,2	24,5	24,0
Masculino	-	77,5	23,8	21,2	30,5	24,8
Menos de 18 anos	-	77,5	33,2	26,2	34,5	33,3
Mais de 18 anos	-	-	18,3	20,5	28,8	21,5
Feminino	-	-	30,5	15,0	16,3	22,8
Menos de 18 anos	-	-	42,7	33,9	20,5	38,2
Mais de 18 anos	-	-	22,3	12,7	15,8	17,6
Total de Parentes e Não-Parentes	-	33,3	15,2	13,0	15,7	17,9
Masculino	-	35,8	-	-	29,6	20,7
Menos de 18 anos	-	-	-	-	-	15,3
Mais de 18 anos	-	38,4	-	-	29,6	21,1
Feminino	-	30,3	28,8	31,3	3,6	14,5
Menos de 18 anos	-	27,5	100,0	100,0	-	22,0
Mais de 18 anos	-	31,0	22,2	26,3	4,5	13,4
TOTAL	13,8	13,6	17,7	14,0	21,0	16,5

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) DESEMPREGADOS/PEA.

(2) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 12

Distribuição dos Ocupados (1), por Tipo de Família, Segundo a Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981-1983

Em porcentagem

Posição na Família	Distribuição dos Ocupados, por Tipo de Família					Total (2)
	Casal sem Filhos	Casal de até 34 anos com Filhos Residentes	Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes	Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes	Chefe Feminino sem Cônjuge	
<b>1981</b>						
Chefe	60,4	73,0	40,5	23,1	38,3	45,3
Cônjuge	32,8	18,7	14,9	7,6	-	13,5
Total de Filhos	-	2,3	41,2	63,8	40,2	31,8
Masculino	-	1,6	24,3	36,9	23,8	18,9
Menos de 18 anos	-	1,2	9,2	4,3	6,0	5,3
Mais de 18 anos	-	0,4	15,2	32,5	17,8	13,6
Feminino	-	0,7	16,9	27,0	16,5	12,9
Menos de 18 anos	-	0,4	4,9	1,7	2,6	2,4
Mais de 18 anos	-	0,3	12,0	25,3	13,9	10,5
Total de Parentes e Não-Parentes	6,8	6,0	3,3	5,4	21,5	9,4
Masculino	4,4	4,2	2,2	3,5	7,9	5,5
Menos de 18 anos	0,4	0,4	-	0,1	0,3	0,4
Mais de 18 anos	4,0	3,8	2,2	3,4	7,6	5,2
Feminino	2,4	1,8	1,3	1,9	13,6	3,9
Menos de 18 anos	0,2	-	0,1	0,1	0,6	0,2
Mais de 18 anos	2,2	1,8	1,0	1,8	13,0	3,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>1983</b>						
Chefe	65,5	74,4	38,4	20,5	29,2	42,2
Cônjuge	30,1	20,3	16,3	9,3	-	13,6
Total de Filhos	-	0,3	42,1	65,8	51,1	36,4
Masculino	-	0,3	26,3	32,6	27,2	20,7
Menos de 18 anos	-	0,3	8,4	3,3	8,0	5,2
Mais de 18 anos	-	-	17,9	29,3	19,2	15,5
Feminino	-	-	15,8	33,2	23,9	15,7
Menos de 18 anos	-	-	5,2	2,8	2,7	3,2
Mais de 18 anos	-	-	10,6	30,4	21,2	12,5
Total de Parentes e Não-Parentes	4,4	5,0	3,2	4,4	19,7	7,8
Masculino	2,8	2,6	1,8	3,0	7,7	4,1
Menos de 18 anos	-	0,3	0,1	-	-	0,3
Mais de 18 anos	2,8	2,3	1,7	3,0	7,7	3,8
Feminino	1,6	2,4	1,4	1,5	12,0	3,7
Menos de 18 anos	-	0,5	-	-	2,5	0,4
Mais de 18 anos	1,6	2,0	1,4	1,5	9,6	3,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) OCUPADOS/TOTAL DE OCUPADOS

(2) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 13  
Distribuição de Pessoas com alguma Atividade Remunerada em Relação à PIA, por Tipo de Família, Segundo Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981

Em porcentagem

Posição na Família	Casal sem Filhos					Casal de até 34 anos com Filhos Residentes					Casal de 35-49 anos com Filhos Residentes							
	Regular	Precário			Total	PIA	Regular	Precário			Total	PIA	Regular	Precário			Total	PIA
		Subemp.	Ocas.	Total				Subemp.	Ocas.	Total				Subemp.	Ocas.	Total		
Chefe	60,4	6,2	2,2	8,4	68,9	100,0	92,4	1,7	0,6	2,3	94,8	100,0	83,3	3,9	1,5	5,4	88,7	100,0
Cônjuge	28,6	7,6	2,0	9,5	38,1	100,0	16,4	7,8	2,4	10,2	26,6	100,0	20,9	11,2	4,8	16,1	37,0	100,0
Filhos	-	-	-	-	-	-	7,7	0,4	2,0	2,4	10,2	100,0	31,4	6,6	2,1	8,7	40,0	100,0
Menos de 18 anos	-	-	-	-	-	-	5,3	0,4	2,1	2,5	7,8	100,0	13,4	6,6	2,8	9,4	22,8	100,0
18 anos e mais	-	-	-	-	-	-	100,0	-	-	-	100,0	100,0	64,6	6,5	0,8	7,3	71,9	100,0
Parentes e																		
Não-Parentes	30,6	3,9	1,0	4,9	35,5	100,0	38,8	4,6	4,4	9,0	47,8	100,0	28,9	4,5	2,5	7,0	35,9	100,0
Menos de 18 anos	11,4	-	-	-	11,4	100,0	15,2	-	-	-	15,2	100,0	7,7	3,2	6,6	9,8	17,5	100,0
18 anos e mais	37,8	5,4	1,3	6,7	44,6	100,0	43,6	5,6	5,3	10,8	54,4	100,0	32,2	4,7	1,8	6,5	38,7	100,0
TOTAL	43,2	6,6	2,0	8,6	51,8	100,0	46,6	4,1	1,8	5,9	52,5	100,0	40,4	6,9	2,6	9,5	49,9	100,0

Posição na Família	Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes					Chefe Feminino sem Cônjuge					TOTAL (1)							
	Regular	Precário			Total	PIA	Regular	Precário			Total	PIA	Regular	Precário			Total	PIA
		Subemp.	Ocas.	Total				Subemp.	Ocas.	Total				Subemp.	Ocas.	Total		
Chefe	46,9	5,6	4,4	10,0	56,8	100,0	47,2	7,7	5,7	13,4	60,6	100,0	72,4	4,3	2,3	6,6	79,0	100,0
Cônjuge	10,4	6,8	4,2	11,0	21,4	100,0	-	-	-	-	-	-	19,3	9,2	3,5	12,6	31,9	100,0
Filhos	59,9	6,9	1,8	8,7	68,6	100,0	42,6	4,4	2,3	6,7	49,3	100,0	37,2	6,0	2,1	8,1	45,3	100,0
Menos de 18 anos	18,5	11,3	1,0	12,3	30,8	100,0	17,6	5,6	3,7	9,3	26,9	100,0	13,3	6,1	2,8	8,8	22,2	100,0
18 anos e mais	70,9	5,7	2,1	7,7	78,6	100,0	61,4	3,5	1,2	4,7	66,1	100,0	65,1	5,8	1,4	7,2	72,4	100,0
Parentes e																		
Não-Parentes	38,5	6,5	2,3	8,8	47,3	100,0	39,8	8,8	3,9	12,7	52,5	100,0	38,7	6,3	3,1	9,4	48,1	100,0
Menos de 18 anos	9,8	-	3,9	3,9	13,7	100,0	11,5	18,4	4,8	23,2	34,7	100,0	12,3	7,1	2,6	9,7	22,0	100,0
18 anos e mais	45,0	7,9	2,0	9,9	54,9	100,0	41,8	8,1	3,8	12,0	53,8	100,0	42,9	6,1	3,2	9,3	52,2	100,0
TOTAL	44,5	6,5	3,0	9,5	54,0	100,0	43,6	6,5	3,8	10,4	53,9	100,0	43,4	6,3	2,6	8,9	52,3	100,0

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 14  
Distribuição de Pessoas com Alguma Atividade Remunerada em Relação à PIA, por Tipo de Família, Segundo Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1983

Em porcentagem

Posição na Família	Casal sem Filhos						Casal de até 34 anos com Filhos Residentes						Casal de 35-49 anos com Filhos Residentes					
	Regular	Precário			Total	PIA	Regular	Precário			Total	PIA	Regular	Precário			Total	PIA
		Subemp.	Ocas.	Total				Subemp.	Ocas.	Total				Subemp.	Ocas.	Total		
Chefe	53,3	4,3	1,7	6,0	59,2	100,0	91,9	1,0	-	1,0	92,9	100,0	77,3	7,4	0,6	8,0	85,4	100,0
Cônjuge	24,5	1,9	4,5	6,4	30,9	100,0	18,7	6,6	5,5	12,1	30,8	100,0	23,0	12,9	6,7	19,6	42,6	100,0
Filhos	-	-	-	-	-	-	1,9	-	-	-	1,9	100,0	29,0	9,1	1,7	10,8	39,8	100,0
Menos de 18 anos	-	-	-	-	-	-	1,9	-	-	-	1,9	100,0	12,4	6,7	2,0	8,7	21,1	100,0
18 anos e mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	59,0	13,4	1,2	14,6	73,6	100,0
Parentes e																		
Não-Parentes	12,7	8,5	-	8,5	21,3	100,0	20,3	9,3	-	9,3	29,6	100,0	28,2	15,4	2,1	17,5	45,7	100,0
Menos de 18 anos	-	-	-	-	0,0	100,0	12,8	9,6	-	9,6	22,4	100,0	10,2	-	-	-	10,2	100,0
18 anos e mais	16,2	10,9	-	10,9	27,1	100,0	22,1	9,2	-	9,2	31,3	100,0	30,6	17,5	2,3	19,9	50,4	100,0
TOTAL	36,7	3,5	2,8	6,4	43,1	100,0	47,3	3,9	2,3	6,2	53,5	100,0	38,2	9,8	2,6	12,3	50,5	100,0

Posição na Família	Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes						Chefe Feminino sem Cônjuge						TOTAL (1)					
	Regular	Precário			Total	PIA	Regular	Precário			Total	PIA	Regular	Precário			Total	PIA
		Subemp.	Ocas.	Total				Subemp.	Ocas.	Total				Subemp.	Ocas.	Total		
Chefe	36,3	9,8	7,7	17,4	53,7	100,0	33,5	9,0	4,5	13,6	47,0	100,0	66,2	5,9	2,1	8,1	74,2	100,0
Cônjuge	12,1	8,7	6,2	14,9	27,0	100,0	-	-	-	-	-	-	20,3	8,9	6,2	15,1	35,4	100,0
Filhos	54,0	8,6	1,9	10,5	64,5	100,0	44,2	12,4	1,4	13,9	58,0	100,0	35,9	9,4	1,7	11,1	47,0	100,0
Menos de 18 anos	16,1	9,2	0,6	9,8	25,9	100,0	13,3	22,6	4,4	27,0	40,2	100,0	12,2	8,3	1,8	10,1	22,4	100,0
18 anos e mais	65,4	8,4	2,3	10,7	76,2	100,0	59,5	7,4	-	7,4	66,9	100,0	60,3	10,5	1,5	12,0	72,4	100,0
Parentes e																		
Não-Parentes	28,1	13,0	-	13,0	41,1	100,0	36,8	8,2	0,4	8,6	45,4	100,0	31,0	10,4	1,0	11,4	42,4	100,0
Menos de 18 anos	-	-	-	-	-	100,0	32,7	-	-	-	32,7	100,0	18,3	6,3	-	6,3	24,6	100,0
18 anos e mais	34,0	15,7	-	15,7	49,7	100,0	37,6	9,8	0,5	10,3	48,0	100,0	33,4	11,2	1,2	12,3	45,7	100,0
TOTAL	39,7	9,1	4,0	13,1	52,8	100,0	38,9	10,3	2,3	12,6	51,6	100,0	40,6	8,4	2,8	11,2	51,8	100,0

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 15

Distribuição de Pessoas com Alguma Atividade Remunerada, por Tipo de Família e Inserção no Mercado de Trabalho, Segundo Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981

Em porcentagem

Posição na Família	Casal sem Filhos				Casal de até 34 anos com Filhos Residentes				Casal de 35-49 anos com Filhos Residentes						
	Regular	Precário			Total	Regular	Precário			Total	Regular	Precário			Total
		Subemp.	Ocas.	Total			Subemp.	Ocas.	Total			Subemp.	Ocas.	Total	
Chefe	87,8	9,0	3,3	12,2	100,0	97,6	1,8	0,6	2,4	100,0	93,9	4,4	1,7	6,1	100,0
Cônjuge	75,0	19,8	5,1	25,0	100,0	61,6	29,2	9,2	38,4	100,0	56,6	30,3	13,1	43,4	100,0
Filhos	-	-	-	-	-	76,2	3,7	20,1	23,8	100,0	78,3	16,4	5,3	21,7	100,0
Menos de 18 anos	-	-	-	-	-	68,0	4,9	27,0	32,0	100,0	58,7	29,0	12,3	41,3	100,0
18 anos e mais	-	-	-	-	-	100,0	-	-	-	100,0	89,8	9,0	1,2	10,2	100,0
Parentes e Não-Parentes	86,2	11,1	2,7	13,8	100,0	81,2	9,7	9,1	18,8	100,0	80,6	12,5	6,9	19,4	100,0
Menos de 18 anos	100,0	-	-	-	100,0	100,0	-	-	-	100,0	43,9	18,2	37,9	56,1	100,0
18 anos e mais	84,9	12,1	3,0	15,1	100,0	80,1	10,2	9,6	19,9	100,0	83,1	12,1	4,7	16,9	100,0
TOTAL	83,4	12,7	3,8	16,6	100,0	88,8	7,8	3,4	11,2	100,0	80,9	13,9	5,2	19,1	100,0

Posição na Família	Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes				Chefe Feminino sem Cônjuge				TOTAL (1)						
	Regular	Precário			Total	Regular	Precário			Total	Regular	Precário			Total
		Subemp.	Ocas.	Total			Subemp.	Ocas.	Total			Subemp.	Ocas.	Total	
Chefe	82,5	9,8	7,8	17,5	100,0	77,9	12,7	9,3	22,1	100,0	91,7	5,5	2,9	8,3	100,0
Cônjuge	48,8	31,6	19,6	51,2	100,0	-	-	-	-	-	60,4	28,7	10,9	39,6	100,0
Filhos	87,3	10,0	2,7	12,7	100,0	86,4	8,9	4,6	13,6	100,0	82,1	13,1	4,7	17,9	100,0
Menos de 18 anos	60,0	36,9	3,2	40,0	100,0	65,5	20,6	13,9	34,5	100,0	60,2	27,4	12,4	39,8	100,0
18 anos e mais	90,2	7,2	2,6	9,8	100,0	92,8	5,4	1,8	7,2	100,0	90,0	8,0	2,0	10,0	100,0
Parentes e Não-Parentes	81,4	13,6	4,9	18,6	100,0	75,7	16,8	7,4	24,3	100,0	80,5	13,0	6,5	19,5	100,0
Menos de 18 anos	71,4	-	28,6	28,6	100,0	33,2	53,1	13,7	66,8	100,0	55,9	32,1	12,0	44,1	100,0
18 anos e mais	82,0	14,4	3,6	18,0	100,0	77,7	15,1	7,1	22,3	100,0	82,2	11,7	6,1	17,8	100,0
TOTAL	82,4	12,1	5,5	17,6	100,0	80,8	12,1	7,1	19,2	100,0	83,1	12,0	5,0	16,9	100,0

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 16  
Distribuição de Pessoas com alguma Atividade Remunerada, por Tipo de Família e Inserção no Mercado de Trabalho, Segundo Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1983

Em porcentagem

Posição na Família	Casal sem Filhos					Casal de até 34 anos com Filhos Residentes					Casal de 35-49 anos com Filhos Residentes				
	Regular	Precário			Total	Regular	Precário			Total	Regular	Precário			Total
		Subemp.	Ocas.	Total			Subemp.	Ocas.	Total			Subemp.	Ocas.	Total	
Chefe	89,9	7,2	2,9	10,1	100,0	98,9	1,1	-	1,1	100,0	90,6	8,7	0,7	9,4	100,0
Cônjuge	79,4	6,2	14,4	20,6	100,0	60,8	21,3	17,9	39,2	100,0	54,0	30,3	15,7	46,0	100,0
Filhos	-	-	-	-	-	100,0	-	-	-	100,0	72,9	22,9	4,3	27,1	100,0
Menos de 18 anos	-	-	-	-	-	100,0	-	-	-	100,0	58,9	31,7	9,3	41,1	100,0
18 anos e mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80,1	18,2	1,6	19,9	100,0
Parentes e Não-Parentes	59,9	40,1	-	40,1	100,0	68,6	31,4	-	31,4	100,0	61,7	33,8	4,5	38,3	100,0
Menos de 18 anos	-	-	-	-	-	57,3	42,7	-	42,7	100,0	100,0	-	-	-	100,0
18 anos e mais	59,9	40,1	-	40,1	100,0	70,6	29,4	-	29,4	100,0	60,6	34,7	4,6	39,4	100,0
TOTAL	85,2	8,2	6,5	14,8	100,0	88,4	7,6	4,2	11,6	100,0	75,6	19,4	5,1	24,4	100,0

Posição na Família	Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes					Chefe Feminino sem Cônjuge					TOTAL (1)				
	Regular	Precário			Total	Regular	Precário			Total	Regular	Precário			Total
		Subemp.	Ocas.	Total			Subemp.	Ocas.	Total			Subemp.	Ocas.	Total	
Chefe	67,6	18,2	14,3	32,4	100,0	71,2	19,2	9,6	28,8	100,0	89,1	8,0	2,9	10,9	100,0
Cônjuge	44,8	32,2	23,0	55,2	100,0	-	-	-	-	-	57,4	25,3	17,4	42,6	100,0
Filhos	83,7	13,3	3,0	16,3	100,0	76,1	21,4	2,5	23,9	100,0	76,5	19,9	3,6	23,5	100,0
Menos de 18 anos	62,0	35,7	2,3	38,0	100,0	33,0	56,2	10,9	67,0	100,0	54,7	37,2	8,2	45,3	100,0
18 anos e mais	85,9	11,0	3,0	14,1	100,0	89,0	11,0	-	11,0	100,0	83,4	14,5	2,1	16,6	100,0
Parentes e Não-Parentes	68,5	31,5	-	31,5	100,0	81,1	18,0	0,9	18,9	100,0	73,2	24,5	2,3	26,8	100,0
Menos de 18 anos	-	-	-	-	-	100,0	-	-	-	100,0	74,4	25,6	-	25,6	100,0
18 anos e mais	68,5	31,5	-	31,5	100,0	78,5	20,5	1,0	21,5	100,0	73,1	24,4	2,5	26,9	100,0
TOTAL	75,2	17,2	7,6	24,8	100,0	75,5	20,1	4,4	24,5	100,0	78,5	16,2	5,3	21,5	100,0

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 17  
Distribuição de Pessoas em Idade Ativa, por Tipo de Família e Condição de Ocupação, Segundo Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981

Posição na Família	Em porcentagem																	
	Casal sem filhos						Casal de até 34 anos com Filhos Residentes						Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes					
	Ocupados			Desemprego	Inativo	PIA	Ocupados			Desemprego	Inativo	PIA	Ocupados			Desemprego	Inativo	PIA
	Total	Regular	Subemp.				Total	Regular	Subemp.				Total	Regular	Subemp.			
Chefe	66,6	60,4	6,2	4,2	29,2	100,0	94,2	92,4	1,7	4,2	1,6	100,0	87,2	83,3	3,9	3,7	9,1	100,0
Cônjuge	36,2	28,6	7,6	5,5	58,3	100,0	24,2	16,4	7,8	10,2	65,7	100,0	32,1	20,9	11,2	5,8	62,1	100,0
Filhos	-	-	-	-	-	-	8,1	7,7	0,4	17,1	74,8	100,0	37,9	31,4	6,6	13,3	48,8	100,0
Menos de 18 anos	-	-	-	-	-	-	5,7	5,3	0,4	17,6	76,8	100,0	20,0	13,4	6,6	11,2	68,8	100,0
18 anos e mais	-	-	-	-	-	-	100,0	100,0	-	-	-	100,0	71,1	64,6	6,5	17,0	11,9	100,0
Parentes e Não-Parentes	34,5	30,6	3,9	8,3	57,2	100,0	43,5	38,8	4,6	11,6	44,9	100,0	33,4	28,9	4,5	20,7	45,8	100,0
Menos de 18 anos	11,4	11,4	-	6,9	81,7	100,0	15,2	15,2	-	35,7	49,1	100,0	10,8	7,7	3,2	35,2	53,9	100,0
18 anos e mais	43,2	37,8	5,4	8,8	47,9	100,0	49,2	43,6	5,6	6,8	44,0	100,0	36,9	32,2	4,7	18,5	44,6	100,0
TOTAL	49,8	43,2	6,6	5,2	45,1	100,0	50,7	46,6	4,1	8,9	40,4	100,0	47,3	40,4	6,9	9,9	42,9	100,0

Posição na Família	Casal 50 anos e mais com Filhos Residentes						Chefe Feminino sem Cônjuge						TOTAL (1)					
	Ocupados			Desemprego	Inativo	PIA	Ocupados			Desemprego	Inativo	PIA	Ocupados			Desemprego	Inativo	PIA
	Total	Regular	Subemp.				Total	Regular	Subemp.				Total	Regular	Subemp.			
	Chefe	52,4	46,9	5,6	7,7	39,9	100,0	54,9	47,2	7,7	6,1	39,0	100,0	76,8	72,4	4,3	5,0	18,3
Cônjuge	17,2	10,4	6,8	2,5	80,3	100,0	-	-	-	-	-	-	28,4	19,3	9,2	6,5	65,0	100,0
Filhos	66,7	59,9	6,9	11,2	22,1	100,0	47,0	42,6	4,4	23,2	29,8	100,0	43,1	37,2	6,0	14,3	42,6	100,0
Menos de 18 anos	29,8	18,5	11,3	18,1	52,1	100,0	23,2	17,6	5,6	23,1	53,7	100,0	19,4	13,3	6,1	13,6	67,0	100,0
18 anos e mais	76,8	70,9	5,7	9,4	14,1	100,0	64,9	61,4	3,5	23,4	11,7	100,0	71,0	65,1	5,8	15,1	14,0	100,0
Parentes e Não-Parentes	45,0	38,5	6,5	5,0	50,0	100,0	48,6	39,8	8,8	13,8	37,6	100,0	44,9	38,7	6,3	12,3	42,8	100,0
Menos de 18 anos	9,8	9,8	-	-	90,2	100,0	29,9	11,5	18,4	15,0	55,1	100,0	19,3	12,3	7,1	20,5	60,1	100,0
18 anos e mais	52,9	45,0	7,9	6,1	40,9	100,0	50,0	41,8	8,1	13,7	36,3	100,0	49,0	42,9	6,1	11,0	40,0	100,0
TOTAL	51,0	44,5	6,5	8,0	40,9	100,0	50,1	43,6	6,5	15,2	34,7	100,0	49,7	43,4	6,3	9,5	40,8	100,0

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 18  
Distribuição de Pessoas em Idade Ativa, por Tipo de Família e Condição de Ocupação, Segundo Posição na Família  
Região Metropolitana de São Paulo  
1983

Em porcentagem

Posição na Família	Casal sem filhos					Casal de até 34 anos com Filhos Residentes					Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes							
	Ocupados			Desemprego	Inativo	PIA	Ocupados			Desemprego	Inativo	PIA	Ocupados			Desemprego	Inativo	PIA
	Total	Regular	Subemp.				Total	Regular	Subemp.				Total	Regular	Subemp.			
Chefe	57,5	53,3	4,3	6,7	35,7	100,0	92,9	91,9	1,0	5,3	1,4	100,0	84,7	77,3	7,4	6,6	8,5	100,0
Cônjuge	26,4	24,5	1,9	7,3	66,3	100,0	25,3	18,7	6,6	9,7	65,0	100,0	36,0	23,0	12,9	6,2	57,9	100,0
Filhos	-	-	-	-	-	-	1,9	1,9	-	6,7	91,4	100,0	38,1	29,0	9,1	13,7	48,2	100,0
Menos de 18 anos	-	-	-	-	-	-	1,9	1,9	-	6,7	91,4	100,0	19,1	12,4	6,7	11,3	69,5	100,0
18 anos e mais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	72,4	59,0	13,4	18,0	9,6	100,0
Parentes e Não-Parentes	21,3	12,7	8,5	-	78,7	100,0	29,6	20,3	9,3	14,7	55,7	100,0	43,6	28,2	15,4	7,8	48,6	100,0
Menos de 18 anos	-	-	-	-	100,0	100,0	22,4	12,8	9,6	5,5	72,1	100,0	10,2	10,2	-	19,2	70,6	100,0
18 anos e mais	27,1	16,2	10,9	-	72,9	100,0	31,3	22,1	9,2	17,0	51,6	100,0	48,1	30,6	17,5	6,3	45,6	100,0
TOTAL	40,2	36,7	3,5	6,4	53,3	100,0	51,3	47,3	3,9	8,0	40,5	100,0	48,0	38,2	9,8	10,3	41,7	100,0

Posição na Família	Casal 50 anos e mais com Filhos Residentes					Chefe Feminino sem Cônjuge					TOTAL (1)							
	Ocupados			Desemprego	Inativo	PIA	Ocupados			Desemprego	Inativo	PIA	Ocupados			Desemprego	Inativo	PIA
	Total	Regular	Subemp.				Total	Regular	Subemp.				Total	Regular	Subemp.			
Chefe	46,0	36,3	9,8	2,3	51,7	100,0	42,5	33,5	9,0	9,1	48,4	100,0	72,1	66,2	5,9	6,1	21,7	100,0
Cônjuge	20,8	12,1	8,7	-	77,9	100,0	-	-	-	-	-	-	29,2	20,3	8,9	6,5	64,1	100,0
Filhos	62,6	54,0	8,6	13,9	22,0	100,0	56,6	44,2	12,4	18,4	24,6	100,0	45,3	35,9	9,4	14,3	40,0	100,0
Menos de 18 anos	25,3	16,1	9,2	10,8	63,9	100,0	35,9	13,3	22,6	16,4	47,7	100,0	20,5	12,2	8,3	11,2	68,3	100,0
18 anos e mais	73,8	65,4	8,4	14,8	9,5	100,0	66,9	59,5	7,4	19,4	13,1	100,0	70,8	60,3	10,5	17,5	11,0	100,0
Parentes e Não-Parentes	41,1	26,1	13,0	6,2	52,7	100,0	45,0	36,8	8,2	8,4	46,1	100,0	41,4	31,0	10,4	9,0	49,1	100,0
Menos de 18 anos	-	-	-	7,7	92,3	100,0	32,7	32,7	-	-	67,3	100,0	24,6	18,3	6,3	5,9	69,5	100,0
18 anos e mais	49,7	34,0	15,7	5,8	44,5	100,0	47,5	37,6	9,8	10,1	41,7	100,0	44,5	33,4	11,2	9,2	45,3	100,0
TOTAL	48,8	39,7	9,1	8,0	42,2	100,0	49,3	38,9	10,4	13,1	37,6	100,0	49,0	40,6	8,4	9,7	41,1	100,0

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Inclui outras configurações familiares.

Tabela 19  
Formas de Inserção no Mercado de Trabalho em Relação à População em Idade Ativa (PIA),  
por Sexo, Segundo Formas de Inserção  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981-1983

Formas de de Inserção	Em porcentagem			
	Homens		Mulheres	
	1981	1983	1981	1983
Ocupado	65,6	63,9	34,1	35,0
Regular	60,5	55,3	26,7	26,8
Subemprego	5,2	8,6	7,3	8,2
Ocasional	2,1	1,6	3,0	3,8
TOTAL	67,8	65,5	37,1	38,9

Fonte: DIEESE, PPVE.

Tabela 20  
Distribuição da População Economicamente Ativa (PEA) e dos Ocupados, Segundo Sexo  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981-1983

Sexo	Em porcentagem			
	PEA		Ocupados	
	1981	1983	1981	1983
Homens	63,5	61,5	65,4	63,0
Mulheres	36,5	38,5	34,6	37,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE, PPVE.

Tabela 21  
Proporção da População Economicamente Ativa, Segundo Sexo  
Brasil, Região Sudeste e Estado de São Paulo  
1973-1983

Sexo	Em porcentagem								
	Brasil			Sudeste			São Paulo		
	1973	1981	1983	1973	1981	1983	1973	1981	1983
Homens	69,1	68,7	67,0	71,2	69,1	68,2	70,9	67,7	66,5
Mulheres	30,9	31,3	33,0	28,8	31,8	33,3	29,1	32,3	33,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PNAD - Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, v.2, 1984.

Tabela 22  
Distribuição dos Componentes da Família do Sexo Feminino em Idade Ativa, por Posição na Família, Segundo Setor e Ramo de Atividade dos Ocupados e Formas de Inserção da PIA  
Região Metropolitana de São Paulo  
1981-1983

Setor e Ramos de Atividade dos Ocupados	Componentes da Família do Sexo Feminino em Idade Ativa													
	1981							1983						
	Chefes	Cônjuges	Filhas		Parentes e Não-Parentes		Total	Chefes	Cônjuges	Filhas		Parentes e Não-Parentes		Total
			-18	+18	-18	+18				-18	+18			
Metalúrgica	11,0	10,1	10,2	16,9	-	12,5	12,4	7,7	6,6	8,0	10,4	-	2,5	7,7
Têxtil, Vestuário	6,6	7,2	19,6	10,1	18,0	7,0	8,9	8,1	9,1	14,8	7,9	-	8,9	9,2
Construção Civil	1,9	1,3	1,5	2,2	-	0,6	1,6	0,6	2,2	-	1,0	-	2,8	1,5
Outras do Setor Secundário	14,7	7,0	6,9	13,1	7,5	10,0	10,1	18,3	14,3	26,0	12,8	-	9,6	15,3
Serviços														
Governamentais e Urbanos	13,7	11,9	3,3	7,3	-	10,8	9,9	11,1	18,3	2,0	11,9	-	18,1	13,7
de Produção	13,1	20,3	18,8	25,7	10,6	20,2	20,9	15,4	13,9	26,3	29,0	-	17,5	20,4
Pessoais	19,2	25,5	18,2	5,5	55,9	15,9	17,3	15,7	15,3	10,4	7,6	-	15,3	12,1
Técnicos-Profissionais	11,8	10,9	14,9	12,2	-	18,3	12,4	8,3	13,2	10,4	13,9	-	12,7	12,5
Outras do Setor Terciário	6,7	4,1	3,0	5,7	8,0	4,8	4,9	8,7	3,7	-	1,1	-	2,7	2,9
Setor Prim. e Não-Declarados	1,4	1,6	3,6	1,3	-	-	1,4	6,1	3,3	2,0	4,4	-	9,8	4,6
TOTAL (em porcentagem)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0	100,0
TOTAL (nº absoluto)	207.372	655.911	118.518	507.385	9.763	179.313	1.678.262	111.512	715.008	166.443	660.933	22.535	173.302	1.949.733
Formas de Inserção/PIA														
Ocupados	54,9	28,4	13,0	69,0	11,4	35,4	34,1	42,5	29,2	15,8	69,3	25,2	33,4	35,0
Regular	47,2	19,3	8,5	63,2	5,8	28,9	26,7	33,5	20,3	9,6	59,6	21,8	26,8	26,8
Subemprego	7,7	9,2	4,5	5,8	5,6	6,5	7,3	9,0	8,9	6,0	9,6	3,4	6,6	8,2
Ocasional	5,7	3,5	1,8	1,6	1,7	3,5	3,0	4,5	6,1	1,7	1,6	-	1,5	3,8
TOTAL (em porcentagem)	60,5	31,9	14,8	70,6	13,1	38,9	37,1	47,0	35,4	17,4	70,9	25,2	34,9	38,9
TOTAL (nº absoluto)	377.951	2.307.311	914.848	735.594	85.705	506.817	4.928.226	497.553	2.446.878	1.056.651	954.409	89.393	519.060	5.563.944

Fonte: DIEESE, PPVE.

Tabela 23  
Distribuição dos Componentes da Família do Sexo Masculino em Idade Ativa, por Posição na Família, Segundo Setor e Ramo de Atividade dos Ocupados e Formas de Inserção da Região Metropolitana de São Paulo 1981-1983

Setor e Ramos de Atividade dos Ocupados	Componentes da Família do Sexo Masculino em Idade Ativa											
	1981						1983					
	Chefes	Filhos		Parentes e Não-Parentes		Total	Chefes	Filhos		Parentes e Não-Parentes		Total
		-18	+18	-18	+18			-18	+18			
Metalúrgica	22,3	21,6	22,4	25,1	20,8	22,2	19,0	16,6	17,3	-	14,6	18,0
Têxtil, Vestuário	2,9	3,6	5,4	-	3,3	3,5	3,4	4,4	6,6	-	0,7	4,1
Construção Civil	9,9	2,8	4,5	-	10,3	8,1	8,4	10,3	6,8	32,8	3,9	8,0
Outras do Setor Secundário	18,3	24,8	19,4	9,8	23,1	19,4	15,1	23,1	15,4	-	17,0	15,9
Serviços												
Governamentais e Urbanos	6,8	0,7	4,4	-	4,5	5,5	7,1	-	3,1	-	4,0	5,3
de Produção	26,0	33,1	28,9	44,9	22,7	27,0	26,1	27,6	27,0	26,3	36,7	27,1
Pessoais	2,7	3,3	1,4	-	2,8	2,5	7,5	8,1	8,6	21,4	12,7	8,2
Técnicos-Profissionais	7,0	4,8	9,5	9,7	6,3	7,3	7,7	4,6	7,7	8,1	6,3	7,4
Outras do Setor Terciário	2,8	2,3	2,4	4,6	3,4	2,7	3,6	3,1	3,9	11,4	-	3,4
Setor Prim. e Não-Declarados	1,3	3,0	1,8	5,9	2,8	1,7	2,2	2,2	3,5	-	4,2	2,6
TOTAL (em porcentagem)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (nº absoluto)	1.988.056	256.184	659.805	17.110	250.600	3.171.755	2.014.417	274.409	817.967	15.537	198.598	3.320.928
Formas de Inserção/PIA												
Ocupados	80,1	25,2	72,6	32,1	67,6	65,6	77,8	25,2	72,1	23,7	62,9	63,9
Regular	76,3	17,7	66,7	22,7	62,0	60,5	72,4	14,6	60,9	13,5	44,3	55,3
Subemprego	3,8	7,5	5,8	9,4	5,7	5,2	5,3	10,6	11,2	10,2	18,6	8,6
Ocasional	1,7	3,6	1,2	4,1	2,8	2,1	1,7	2,0	1,5	-	0,6	1,6
TOTAL (em porcentagem)	81,8	28,8	73,8	36,2	70,4	67,8	79,4	27,1	73,6	23,7	63,5	65,5
TOTAL (nº absoluto)	2.482.361	1.016.298	909.397	53.287	370.513	4.831.856	2.590.720	1.090.701	1.134.059	65.503	315.809	5.196.792

Fonte: DIEESE, PPVE.

Tabela 24  
 Distribuição dos Componentes de 10 anos e mais que Contribuem para a Renda Familiar (1),  
 por Tipo da Família, Segundo o Número de Contribuintes por Família  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981-1983

Em porcentagem

Número de Pessoas que Contribuem por Família	Tipo de Família					Total
	Casal sem Filhos	Casal de até 34 anos com Filhos Residentes	Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes	Casal de 50 anos e mais com Filhos Residentes	Chefe Feminino sem Cônjuge	
1 9 8 1						
1 pessoa	48,7	63,9	26,3	10,3	38,4	38,1
2 pessoas	43,6	30,0	30,6	32,6	29,4	32,3
3 pessoas	6,5	4,6	21,4	27,7	21,0	16,3
4 pessoas	0,9	1,3	13,1	19,1	5,4	8,1
5 pessoas e mais	0,3	0,2	8,6	10,4	5,8	5,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 9 8 3						
1 pessoa	58,1	63,4	25,0	12,2	33,5	38,4
2 pessoas	36,1	33,2	31,8	25,4	33,8	31,4
3 pessoas	5,8	2,0	24,7	28,9	20,0	16,6
4 pessoas	-	0,9	10,8	23,7	9,9	8,6
5 pessoas e mais	-	0,6	7,6	9,8	2,8	5,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE, PPVE.

(1) Excluídas as pessoas de 10 anos e mais com renda zero.

Tabela 25  
 Distribuição dos Componentes de 10 anos e mais que Contribuem para a Renda Familiar,  
 por Número de Contribuintes por Família, Segundo Posição na Família  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981-1983

Posição na Família	Em porcentagem	
	1 pessoa contribui	
	1981	1983
Chefe	97,4	93,7
Cônjuge	0,9	2,7
Filhos Maiores de 18 anos		
Masculino	0,4	0,7
Feminino	0,6	1,3
Parentes e Não-Parentes Maiores de 18 anos		
Masculino	0,1	0,4
Feminino	0,5	0,2
TOTAL	100,0	100,0
DISTRIBUIÇÃO PARA O TOTAL DAS FAMÍLIAS	38,1	38,4

Fonte: DIEESE, PPVE.

Tabela 26  
 Distribuição dos Componentes de 10 anos e mais que Contribuem para a Renda Familiar,  
 por Número de Contribuintes por Família, Segundo Posição na Família  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981-1983

Posição na Família	Em porcentagem	
	Duas Pessoas Contribuem	
	1981	1983
Chefe e Cônjuge	50,9	50,3
Chefe e Filhos	30,8	27,2
Filho Menor	8,3	5,4
Filho Maior	22,5	21,8
Chefe e Parentes e Não-Parentes	16,6	14,7
Chefe e Parentes Menores	0,3	0,8
Chefe e Parentes Maiores	16,3	13,9
Cônjuge e Filhos	0,4	1,9
Filhos Menores	-	0,9
Filhos Maiores	0,4	1,0
Cônjuge e Parentes	0,2	1,3
Filhos	0,6	3,9
Menores	-	0,8
Maiores	0,6	2,7
Menores e Maiores	-	0,4
Filhos e Parentes e Não-Parentes	0,3	0,5
Parentes e Não-Parentes	0,3	0,3
TOTAL	100,0	100,0
DISTRIBUIÇÃO PARA O TOTAL DAS FAMÍLIAS	32,3	31,4

Fonte: DIEESE, PPVE.

Tabela 27  
 Distribuição dos Componentes de 10 anos e mais que Contribuem para a Renda Familiar,  
 por Número de Contribuintes por Família, Segundo Posição na Família  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981-1983

Posição na Família	Em porcentagem	
	Três Pessoas Contribuem	
	1981	1983
Chefe, Cônjuge e Filhos	24,7	28,4
Filhos Menores	8,6	13,0
Filhos Maiores	16,1	15,4
Chefe e Filhos	37,1	41,9
Filhos Menores	3,6	3,2
Filhos Maiores	22,6	30,8
Filhos Menores e Maiores	-	7,9
Chefe, Cônjuge e Parentes	12,4	9,4
Chefe, Filhos e Parentes	11,0	9,2
Chefe e Parentes	13,7	9,1
Cônjuge e Filhos Maiores	0,6	0,3
Cônjuge e Parentes	0,2	0,3
Filhos	0,4	1,5
Filhos Maiores	0,4	1,2
Filhos e Parentes	-	0,3
TOTAL	100,0	100,0
DISTRIBUIÇÃO PARA O TOTAL DAS FAMÍLIAS	16,3	16,6

Fonte: DIEESE, PPVE.

Tabela 28  
 Contribuição Média dos Componentes da Família com 10 anos e mais para a Renda Familiar, por Tipo de Família,  
 Segundo Posição na Família  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981-1983

Em porcentagem

Posição na Família	Casal sem Filhos		Casal de até 34 anos com Filhos Residentes		Casal de 35 a 49 anos com Filhos Residentes		Casal com 50 anos e mais com Filhos Residentes		Chefe Feminino sem Cônjuge		Total	
	1981	1983	1981	1983	1981	1983	1981	1983	1981	1983	1981	1983
	Chefe	76,1	76,7	83,8	81,4	66,8	63,6	46,0	47,2	63,9	31,5	69,0
Cônjuge	16,4	18,3	8,2	10,2	8,8	10,6	5,3	6,2	-	-	9,3	10,7
Total de Filhos	-	-	2,7	0,4	8,4	8,9	20,9	18,8	18,8	25,5	12,1	13,6
Masculino	-	-	3,5	0,6	10,0	10,7	23,8	20,9	20,2	21,6	13,9	14,4
Menos de 18 anos	-	-	2,7	0,6	4,3	4,0	9,5	5,1	10,6	13,0	5,3	5,0
Mais de 18 anos	-	-	30,8	-	19,3	20,8	28,3	24,9	27,7	27,1	24,2	23,5
Feminino	-	-	1,6	-	6,8	6,8	17,7	16,9	17,2	31,0	10,1	12,6
Menos de 18 anos	-	-	0,8	-	1,9	2,6	2,2	3,3	3,1	17,2	1,9	4,1
Mais de 18 anos	-	-	32,0	-	17,9	16,3	21,7	21,6	26,9	35,7	20,7	22,2
Total de Parentes e Não-Parentes	14,0	9,4	19,3	14,0	9,0	8,7	10,5	6,3	17,1	17,1	14,6	12,9
Masculino	25,0	17,9	21,6	25,9	12,5	10,4	16,2	11,6	16,7	17,1	18,3	16,0
Feminino	6,6	11,0	17,4	7,8	5,9	7,4	4,6	2,3	17,4	17,1	11,8	10,6
TOTAL	42,5	43,8	37,7	38,3	21,3	20,9	21,9	20,9	33,7	31,5	28,2	27,1

Fonte: DIEESE, PPVE.

Nota: Inclui todos os componentes da família com 10 anos e mais.  
 Exclui as famílias sem informação sobre a renda do chefe.

Tabela 29  
 Distribuição dos Componentes da Família com 10 anos e mais que  
 Contribuem para a Renda Familiar, Segundo a Posição na Família  
 Região Metropolitana de São Paulo  
 1981-1983

Posição na Família	Em porcentagem		
	1981	1983	Crescimento
Chefe	46,1	43,6	-5,4
Cônjuge	13,7	14,1	2,9
Total de Filhos	28,8	32,5	12,8
Masculino	17,1	18,6	8,8
Menores de 18 anos	5,0	4,8	-4,0
Maiores de 18 anos	12,1	13,8	14,0
Feminino	11,7	13,9	18,8
Menores de 18 anos	2,3	2,9	26,1
Maiores de 18 anos	9,4	11,0	17,0
Total de Parentes e Não-Parentes	11,4	9,7	-14,9
Masculino	5,6	4,2	-25,0
Feminino	5,8	5,5	-5,2
TOTAL	100,0	100,0	-

Fonte: DIEESE, PPVE.

## CONCLUSÕES

Neste estudo nos propusemos a descrever e analisar, através da inserção diferenciada dos componentes da família no mercado de trabalho e da mobilização dos mesmos no momento da crise econômica de 1981-1983, de que maneiras se dá o enfrentamento das condições objetivas pelas famílias na conjuntura recessiva, procurando identificar os rearranjos inovadores na relação família-trabalho dominantes. Procuramos, através dos impactos da crise sobre a relação família-trabalho, indicações de aceleração de mudanças em curso na família, referentes à divisão sexual do trabalho.

Partindo do pressuposto de que os arranjos familiares de inserção no trabalho doméstico e no trabalho junto ao mercado, que se estabelecem através da divisão sexual do trabalho, assumem características distintas nos diferentes momentos do ciclo de vida familiar, procuramos identificá-los através de uma tipologia de famílias. Esta foi montada com base nas idades do casal ou do chefe sem cônjuge, cujos cortes tiveram por critérios básicos os padrões vigentes de comportamento reprodutivo da população e

os padrões de incorporação e expulsão da força de trabalho do mercado.

Assim, através das análises referentes a 1981 explicitaram-se sob a conjuntura recessiva as características da configuração familiar nos diferentes momentos do ciclo de vida das famílias e os arranjos específicos de inserção no mercado de trabalho. Através da comparação entre os anos de 1981 e 1983, foram apontadas as especificidades da mobilização dos componentes da família na conjuntura de crise, marcada pela hierarquização das relações familiares. Explicitaram-se também, segundo o momento do ciclo vital da família, os entraves e facilidades para o rompimento do padrão tradicional de família, mantida pelo chefe, revelados através de mudanças na relação família-trabalho, com a mobilização da cônica e de outros componentes da família, destacando-se as filhas.

Ao discutirmos mudanças no padrão do chefe como provedor da família, tendo por referência os dados empíricos que evidenciam a participação de outros componentes na manutenção desta, não estamos supondo rupturas mecânicas nesse processo. Em outras palavras, não estamos supondo que, rompida a possibilidade de manutenção da família pelo chefe, estaria rompido este modelo de família culturalmente estabelecido na sociedade brasileira. Sem dúvida, os padrões culturais demonstram sua força conservadora ao redefinirem de forma dominante na sociedade o trabalho da mulher e dos

filhos como complementares ao do chefe, reafirmando a autoridade deste como provedor. O que nos propomos a discutir, a partir dos dados, é que a permanência e a mudança na família passam pela ruptura da possibilidade objetiva de efetivação desse padrão culturalmente dominante. Esta provoca uma nova divisão do trabalho na família, levando a longo ou a médio prazo a uma nova divisão sexual do trabalho na família, com a redefinição dos papéis masculino e feminino.

No entanto, a impossibilidade concreta de efetivação do padrão de família mantida pelo chefe provedor se coloca como tal não apenas como decorrência da crise econômica. Além do progressivo empobrecimento da população - consequência de políticas que levaram à concentração da renda e ao achatamento salarial, implementadas desde os anos do "milagre econômico" -, deve-se acrescentar que esta impossibilidade advém da ampliação das necessidades de consumo geradas por políticas de crédito direto ao consumidor, também levadas a cabo desde os anos 70. A política de crédito direto ao consumidor teve e tem por objetivo incorporar ao mercado de consumo, de maneira crescente, contingentes de trabalhadores que estariam à sua margem (Faria, 1988). A contração dos rendimentos oriundos do trabalho e o estímulo ao consumo, possibilitado pelo seu acesso, no período que coincide inicialmente com o "milagre econômico" e que estendem-se, entretanto, até o presente,

fizeram com que as famílias, na busca de equilibrar seu orçamento doméstico, recorressem ao trabalho remunerado de maior número de componentes. As possibilidades de ampliação da incorporação pelo mercado de trabalho das mulheres e dos jovens completam o quadro no qual se inscreve a impossibilidade concreta de manutenção da família pelo chefe.

Visando trazer elementos para a discussão desta questão, mostramos neste trabalho como numa situação de crise econômica são abaladas as possibilidades concretas de permanência do chefe como provedor, abrindo novas alternativas de arranjos familiares de inserção no mercado, onde cônjuges, filhas e filhos assumem papel importante para manter o nível dos rendimentos familiares.

Estas situações foram evidenciadas mais especialmente na análise sobre a mobilização das famílias sob o recrudescimento da conjuntura recessiva, que mostrou, nos diferentes momentos do ciclo de vida familiar, como essa impossibilidade se expressa pela mobilização do conjunto dos seus componentes. Assim, nossas análises mostram, além dos constrangimentos provocados pela crise, como os padrões culturais atuam no sentido de fazer com que homens e mulheres respondam com especificidades à impossibilidade concreta de manutenção da família pelo chefe e de maneiras distintas nos diferentes momentos do ciclo de vida das famílias.

Dessa maneira, no momento da "constituição" da família (casais de até 34 anos com filhos) pode-se afirmar que se efetiva o padrão de família mantida pelo chefe. Em cerca de 63% das famílias, em 1983, apenas uma pessoa é responsável pelos rendimentos familiares, sendo que o rendimento do chefe representa 81% dos mesmos (Tabelas 24 e 28, Capítulo III). Neste momento do ciclo de vida da família são grandes as pressões efetivas para a não-incorporação da mulher-cônjuge ao mercado de trabalho. Mesmo assim, sua mobilização com o recrudescimento da crise se expressa tanto no pequeno aumento das ocupadas e daquelas em ocupações regulares, como nas elevadas taxas de desemprego (que indicam a procura por trabalho), e no crescimento de sua inserção em trabalhos ocasionais. Através destes, cuja proporção dobra entre 1981 e 1983 (de 9% das que tinham "alguma atividade" para 18%), as mulheres-cônjuges buscam conciliar uma atividade remunerada e o cuidado dos filhos pequenos, em sua maioria menores de 10 anos, frente à ausência de creches públicas ou nos locais de trabalho. Este último fato reforça, tanto no âmbito da família, como no âmbito do mercado de trabalho, as atribuições que são culturalmente conferidas à mulher com filhos pequenos, gerando pressões que dificultam seu acesso ao trabalho. No entanto, a impossibilidade concreta de manutenção da família apenas pelo chefe provedor se expressa através da mais elevada proporção de famílias em "condição de precariedade": cerca de 70%. Em 1981, é a proporção mais elevada (71%)

quando comparada às dos demais tipos de família, e em 1983 é a segunda mais elevada (67,7%). Esta proporção tende a ser um pouco mais baixa em 1983 muito possivelmente em decorrência da maior inserção da cónjuge em atividades junto ao mercado.

No momento intermediário do ciclo vital das famílias (casais de 35 a 49 anos com filhos), ocorrem, com o acirramento da crise, o aumento do desemprego e a precarização do emprego do chefe da família, evidenciada pelo aumento do subemprego. Ambos os movimentos afetam também os filhos jovens que, juntamente com o chefe compõem o arranjo familiar de inserção no mercado neste tipo de família. Esta situação leva a mulher-cónjuge, mais liberada das pressões inerentes ao cuidado dos filhos pequenos, a se inserir com maior intensidade no mercado de trabalho, principalmente em trabalhos regulares, embora cresça em quase a metade a proporção destas em atividades ocasionais. Os trabalhos ocasionais sinalizam as dificuldades e as possibilidades vislumbradas por estas mulheres de conciliar sua atribuição primordial do cuidado da casa e dos filhos com a atividade remunerada. Nesta etapa da vida familiar foi possível detectar uma redefinição da divisão sexual do trabalho, existindo indicações de que a liberação de parte destas mulheres-cónjuges para o mercado está condicionada à transferência do trabalho doméstico a outro componente mais jovem do sexo feminino, de preferencia a filha com 18 anos,

ou pouco mais que isso. Neste tipo de família se torna evidente a impossibilidade concreta da manutenção da família exclusivamente pelo chefe, na medida em que somente em um quarto das famílias a responsabilidade pelos rendimentos familiares recai sobre apenas uma pessoa, o que é reiterado pelo crescimento, em 1983, das proporções de famílias com dois e três componentes que contribuem para a composição da renda familiar (Tabela 24, Capítulo III). O chefe continua sendo seu principal provedor, respondendo em média por mais de 60% dos rendimentos familiares, mas sua participação reduziu-se neste segundo momento mais agudo da crise: de 66,8% em 1981, passou a 63,6% em 1983 (Tabela 28, Capítulo III). Nestas famílias, nem mesmo a maior inserção da mulher-cônjuge no mercado foi suficiente para compensar as perdas sofridas com o desemprego e o crescimento do subemprego dos chefes e dos filhos e filhas maiores de 18 anos, como evidencia a maior proporção de famílias em "condição de precariedade" em 1983 (67,6% em 1981 e 70,2% em 1983).

E na etapa final do ciclo de vida familiar, identificada através da família dos casais de 50 anos e mais com filhos, que se evidencia com maior clareza a impossibilidade de efetivação do padrão do chefe provedor. Em 1983, apenas 12% das famílias neste momento do ciclo de vida eram mantidas por uma só pessoa, sendo o chefe responsável por menos que a metade dos rendimentos familiares (Tabelas 24 e 28, Capítulo III). Este tipo de

família é mantido pelo conjunto dos componentes, num esforço realizado especialmente pelo chefe e pelos filhos e filhas maiores de 18 anos, com pequena participação da cônjuge idosa. Com o recrudescimento da crise crescem os empecilhos para que o chefe assuma a responsabilidade pela manutenção da família, uma vez que sofrem o aumento do desemprego e maior expulsão pelo mercado, crescendo assim a proporção de aposentados e de inativos. Frente ao crescimento do desemprego também dos filhos masculinos adultos, outro dos principais responsáveis pela manutenção do grupo familiar, cresce a mobilização da cônjuge idosa e da filha maior, quase que compensando, com sua mobilização, as ausências masculinas na manutenção dos rendimentos familiares, reveladas pela proporção mais elevada das famílias em "condição de precariedade" (56% em 1981 e 58,9% em 1983).

Situações semelhantes, de ruptura da efetivação do padrão de manutenção da família pelo chefe provedor, certamente ocorreram também no contexto de instabilidade econômica que se verificou entre os anos de 1983 e 1991, acelerando mudanças nas relações de autoridade e poder internamente à família. Considerando as situações estudadas associadas aos processos de modernização societária e de transformação das atividades produtivas, pode-se supor como tendências na Região Metropolitana de São Paulo no período focalizado, 1981-1991, a crescente mudança no padrão de divisão sexual do trabalho na família, hierarquizada a

partir do chefe provedor, e de se estabelecer a família com dois mantenedores, que se manifestará com especificidades nos distintos momentos do ciclo da vida familiar.

Reforçando esta afirmação em direção a mudanças, o movimento das mulheres (Movimento de Mulheres Trabalhadoras-CUT) ligado ao movimento sindical e inscrito no movimento mais amplo e heterogêneo de mulheres, além de colocar em discussão a divisão sexual do trabalho e a discriminação nos locais de trabalho, reivindica alterações na divisão sexual do trabalho na família, questionando a dupla jornada de trabalho e a tripla jornada daquelas que se dedicam às lutas sindicais (Cappellin, 1991; Neves, 1993). O centro do debate é a relação hierarquizada homem-mulher, mostrando, por um lado a presença do movimento organizado da mulher no mundo do trabalho e, por outro, evidenciando que nem mesmo as famílias operárias e dos "pobres urbanos" estão isentas de sofrer modificações mais profundas em suas relações internas, prenunciando uma nova divisão sexual do trabalho no interior desta. A nova divisão sexual do trabalho na família, que poderá se estabelecer no futuro, estará também refletindo e expressando mudanças que ocorrem no âmbito da sociedade com relação ao acesso da mulher ao trabalho, e se manifestará a médio ou a longo prazo num novo padrão de família, com divisão sexual do trabalho mais igualitária, no qual homens e mulheres, mantendo suas especificidades de gênero, se associem para assumir as responsabilidades da

manutenção e da reprodução da família; tendência que, além de já se iniciar em famílias de segmentos inovadores na sociedade brasileira, se anuncia em países desenvolvidos (Barrère-Maurisson, 1991).

Por outro lado, este estudo pode contribuir para a discussão sobre a divisão sexual do trabalho ao trazer para a reflexão sobre as mudanças e permanências da família uma problemática que é tratada principalmente no âmbito da Sociologia do Trabalho. Este estudo indica, através da categoria divisão sexual do trabalho, que possibilita articular mudanças na esfera produtiva e nas estruturas familiares - um dos aspectos pelos quais devem ser pesquisadas a mudança e a permanência nas relações internas da família. Os lugares de homens e mulheres na produção são interpretados pela vertente da Sociologia do Trabalho preocupada com as questões de gênero como redefinições, no mundo do trabalho, de relações de gênero histórica e culturalmente estabelecidas no âmbito da família. Como decorrência da divisão sexual do trabalho vigente no mercado, caberiam às mulheres funções e atividades hierarquicamente inferiorizadas e remunerações comparativamente mais baixas. Partindo da família, uma das preocupações deste estudo é indicar que, como consequência desta divisão sexual do trabalho no mercado, o papel transformador do trabalho da mulher sobre as relações internas da família é atenuado, se não neutralizado, pela

inserção destas em situações subordinadas e inferiorizadas no mercado.

Dessa maneira, através da categoria divisão sexual do trabalho se tornou possível construir teoricamente uma das explicações para a lentidão das mudanças na família, especialmente entre os "pobres urbanos". Os estudos que tratam desse segmento da classe trabalhadora registram a divisão sexual do trabalho na família como relações praticamente sem mudanças, através das tradicionais atribuições masculinas e femininas, que designam ao homem do casal o papel do provedor e à mulher o cuidado da casa e dos filhos; e quando esta tem atividade no mercado, cabe a ela a dupla jornada e seus rendimentos são redefinidos como complementares ao do homem, perpetuando a hierarquização a partir do chefe provedor. A outra face desta realidade - que parece ser a chave desta permanência - está na inferiorização da mulher na divisão sexual no mundo do trabalho, que é uma das características da inserção profissional das mulheres das famílias trabalhadoras de baixa renda. Dessa maneira, sua inserção em atividades inferiorizadas e mal-remuneradas atenuaria o papel transformador de seu trabalho profissional sobre as relações de poder vigentes na família, dificultando a negociação possível e reforçando-se, mutuamente, sua subordinação doméstica e sua inferiorização no mundo do trabalho. Em oposição, estudos sobre famílias de camadas médias

identificaram em alguns de seus segmentos, através da categoria divisão sexual do trabalho, que as relações mais igualitárias na família passam por vinculações da mulher-cônjuge ao mercado sob relações menos inferiorizadas, as quais, por sua vez, lhe possibilitam ter um papel decisivo para compor o orçamento familiar e estabelecer, através de negociações, uma nova divisão sexual do trabalho interna à família.

Queremos reafirmar nesta conclusão que, embora outras dimensões estejam inscritas neste processo de mudanças e permanências nas relações internas à família, a divisão sexual que se expressa ao mesmo tempo no mercado e na família emerge, assim, como uma importante dimensão a ser considerada.

**A N E X O S**

## Anexo I

### AMOSTRA

Para a definição da amostra da Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego de 1981, adotou-se o método de amostragem estratificada, levando-se em conta a disparidade existente entre os distritos e subdistritos que compõem o Município de São Paulo, e demais municípios da Região Metropolitana entre si, apontada pelos indicadores econômicos e sociais, assim como através da análise da organização do espaço urbano.

Para dar suporte à estratificação da Capital, lançou-se mão do estudo sobre a "Subdivisão do Município de São Paulo em Áreas Homogêneas", realizado pela Secretaria de Economia e Planejamento em 1977. Este estudo permitia agrupar os 55 distritos e subdistritos do Município de São Paulo em três, seis ou oito áreas homogêneas, segundo variáveis que estivessem relacionadas com a qualidade de vida da população.

No caso dos demais municípios da Região Metropolitana de São Paulo utilizou-se o trabalho "Tamanho Funcional, Perfil Ocupacional e Especialização Setorial dos Municípios da Grande São Paulo" (Emplasa, mimeo 1979).

Os municípios foram agrupados mediante a sua classificação na combinação de três categorias: tamanho funcional, perfil ocupacional e especialização setorial. Ao todo, foram definidas 13 áreas homogêneas, sendo 8 referentes a subdivisões da Capital e englobando os demais municípios.

A escolha deste método foi possível através do aproveitamento dos produtos finais (principalmente o Cadastro da Pesquisa Domiciliar e o material cartográfico) da "Pesquisa Origem Destino-77" executada pela Emplasa, cujos dados sócio-econômicos coletados encontram-se sistematizados por zona O-D (Zona Origem-Destino). Estas zonas constituíram as menores parcelas de desagregação da área da pesquisa O-D, cujos dados foram tratados estatisticamente em função das principais variáveis. É importante ressaltar que cada uma das unidades político-administrativas abrange uma ou mais zonas O-D inteiras, de forma a compatibilizar os dados resultantes daquela pesquisa com outras fontes secundárias de dados.

A estratificação adotada reduziu a variância dos estimadores. Testes empíricos realizados, para fins de dimensionamento de uma amostra para estimação da renda média da população, mostraram um ganho de 41% mediante o uso dessa estratificação, em relação a uma amostra aleatória simples. Embora para a estimação de porcentagens, o uso da estratificação não traga vantagens consideráveis, a menos

que os parâmetros se diferenciem muito entre estratos, os demais estimadores (salário médio, tempo de serviço etc.) serão beneficiados.

A amostra foi dimensionada para a obtenção da renda média na área de estudo servindo-se dos dados obtidos pela "Pesquisa Origem-Destino-77", a partir dos quais foram estimadas as variâncias dos estratos adotados. Para os 2.000 domicílios selecionados, calculou-se um erro amostral de 3,86% ao nível de confiança de 95%. A alocação das observações pelos estratos foi realizada de acordo com o critério de Neyman Pearson.

Para a elaboração do plano de amostragem da Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada entre 1982 e 1983 seguiu-se o mesmo procedimento acima e outra vez optou-se pela realização de 2.000 entrevistas domiciliares que também seriam selecionadas no Cadastro de Domicílios da Emplasa segundo o critério de alocação anterior. Entretanto, como a metodologia desta pesquisa impunha o levantamento das variações sazonais de consumo de bens pelas famílias, adotou-se a partição das entrevistas pelos quatro trimestres de estudo, planejando-se a realização de 500 entrevistas em cada um deles. Totalizando 1.000 entrevistas em 1982 e 1.000 entrevistas em 1983.

A existência de alguns resultados preliminares da Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego e a pormenorizada re-análise dos questionários aplicados em 1981 permitiram a

elaboração de instrumentos de coleta menos pormenorizados e, portanto, mais reduzidos mas que continham as variáveis mais fundamentais para o estudo do problema do emprego, para a aplicação nos quatro trimestres da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 82/83. (\*)

---

(\*) Extraído de DIEESE. "Emprego e Desemprego na Grande São Paulo - Conceitos, Metodologia e Principais Resultados - 1981-1983". **Pesquisa DIEESE**. Julho 1984: 40-41

**Anexo II****SALARIO MINIMO NECESSARIO**

O salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE e tomado por nós como marco nas interpretações das faixas de rendimento tanto individuais como familiares, é um indicador que leva em conta em sua construção por um lado, os parâmetros de mínimo necessário estabelecido pelos estudos que antecederam a instituição do salário mínimo e, por outro, as alterações no custo de vida ocorridas. Embora mais adequado que o salário mínimo como indicador da precariedade das condições de vida, as hipóteses que orientam seu cálculo podem levar a uma subestimação por tomarem como referência estudos de necessidade alimentar da década de 40 e estrutura de consumo de 1970.

O Decreto Lei nº 399 de 1938 que regulamentou o Salário Mínimo, enquadrou-se nos limites das necessidades individuais. Posteriormente, a Constituição Federal promulgada em 19 de setembro de 1946, em seu artigo 157, Inciso I, estendeu aqueles limites às necessidades familiares, ao assegurar "salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família". Dessa maneira, a lei do salário mínimo, que é anterior, foi

superada em seu alcance sem que se tenha feito a necessária adaptação. Além desse preceito constitucional o governo brasileiro promulgou em 1970 a Convenção nº 117 da OIT, que estabelece os objetivos e Normas Básicas da Política Salarial, determinando que na fixação do nível de vida mínimo, será necessário levar em conta as necessidades familiares essenciais dos trabalhadores, inclusive a alimentação e seu valor nutritivo, a habitação, o vestuário, os cuidados médicos e a educação (Parte II, Artigo V, Item 2).

Com base nessas disposições legais que estendem o salário mínimo à família do trabalhador, o DIEESE, calcula o salário mínimo necessário. A partir da quantidade mínima mensal de alimentos que um trabalhador adulto necessita consumir para sobreviver e trabalhar, "ração-tipo essencial mínima"(1), o DIEESE transforma-a para uma família composta de quatro pessoas (um casal e dois filhos menores, estes consumindo o equivalente a um adulto). O custo da ração essencial mínima é acompanhado mensalmente por essa instituição em várias capitais brasileiras, oferecendo a base empírica para o cálculo do salário mínimo necessário.

---

(1) A ração tipo essencial mínima para diferentes regiões brasileiras foi estabelecida pelo Decreto Lei 399 de 30 de abril de 1938, parágrafo 1º do artigo 6º. A ração essencial mínima estabelecida para o Estado de São Paulo é composta de 13 alimentos básicos, com substituições previstas enquanto grupos de alimentos. Tendo por base o consumo mensal de um adulto é a seguinte: carne (6Kg.), leite (7,5 l.), feijão (4,5Kg.), arroz (3Kg.), farinha de trigo (1,5Kg.), batata (6Kg.), tomate (9Kg.), pão (6Kg.), café (600g.), banana (7,5 dz.), açúcar (3Kg.), banha (750 grs.), manteiga (750g.).

Em março de 1981 o custo da ração essencial mínima individual foi calculada em Cr\$ 4.359,96; para uma família de dois adultos e dois filhos, os gastos com alimentação chegavam a Cr\$ 13.079,88. Considerando que estas despesas com alimentação perfazem 48.1% da despesa total de uma família, o conjunto dos demais itens do orçamento familiar: habitação, transporte, vestuário, saúde e outros, chega a Cr\$ 27.193,10. Este valor corresponde ao que deveria ser a remuneração mínima de um trabalhador, ou seja, 4,7 salário mínimos vigentes em março de 1981, período do levantamento dos dados desta pesquisa.

O salário mínimo DIEESE é nesta pesquisa a referência para o corte da condição de pauperismo. Como pode ser visto na Tabela I, o salário mínimo necessário de março de 1981, momento do levantamento dos dados é o divisor de águas da suficiência ou insuficiência dos rendimentos individuais do trabalho, da renda familiar e da renda familiar per capita. (2)

---

(2) Extraído de Kowarick, L. (Coord). **Projeto Modo e Condição de Vida: uma análise das desigualdades sociais na Região Metropolitana de São Paulo. Relatório de Pesquisa apresentado ao IDRC. CEDEC/DIEESE, 1986. Anexo I - Salário Mínimo Necessário.**

TABELA I

Identificação das Situações de Pauperismo e Não Pauperismo Tendo  
Por Referência o Salário Mínimo Necessário DIEESE

Renda do Trabalho		Renda Familiar Per Capita	
cr\$		cr\$	
1. até 13.597 (até 1/2 SMN*)	-situação potencial de pauperismo 42.8	1. até 6.798 (até 1/4 SMN)	- situação de pauperismo 35.2
2. 13.598 a 27.193 (1/2 a 1 SMN)	-sit. potencial de pauperismo 27.3	. até 3.339 (até 1/8 SMN)	- pobreza extrema 13.7
		. 3.340 a 6.798 (de 1/8 a 1/4 SMN)	- situação de pauperismo 21.5
3. 27.194 e mais (1 SMN e +)	-acima do mínimo de subsistência 29.9	2. 6.799 a 13.597 (1/4 a 1/2 SMN)	- acima do mínimo de subsistência 27.1
		3. 13.598 a 27.193 (1/2 a 1 SMN)	- acima da condição de pobreza 21.7
		4. 27.194 e mais (1 SMN e +)	- mais abastados 16.1
Total	100.0		100.0

(\*) Salário Mínimo Necessário DIEESE: SMN

Nota: Existem pequenas diferenças entre os percentuais desta tabela que faz parte do texto extraído de CEDEC/DIEESE, 1986 e os dados gerados para o presente estudo em decorrência de correções feitas nos dados referentes aos rendimentos individuais.

Para a atualização dos valores referentes aos dois trimestres de levantamento de campo de 1983, o Salário Mínimo Necessário DIEESE (SMN) foi mantido como indicador da situação das famílias em relação à pobreza e não pobreza, porém não como deflator. O deflator dos valores de 1983 adotado passou a ser o ICV-DIEESE.

Dessa maneira, o Salário Mínimo Necessário é mantido como indicador em relação à condição de pobreza, e são eliminadas oscilações conjunturais ou sazonais dos preços dos alimentos da cesta básica ao utilizarmos o ICV-DIEESE, que leva em conta toda a estrutura do orçamento familiar.

Como procedimento, tomamos o SMN de março de 1981 e as frações do mesmo já adotadas e deflacionamos os rendimentos de fevereiro de 1983 e de maio de 1983, através do Índice de Custo de Vida (ICV)-DIEESE para valores de março de 1981.

**Anexo III****PRINCIPAIS CONCEITOS OPERACIONAIS****Populaçã<sub>o</sub> em Idade Ativa (PIA):**

Inclui todas as pessoas aptas para o trabalho quanto à condição etária, fixando-se o limite inferior em 10 anos e sem delimitação do limite superior.

Quanto à condição de trabalho essas pessoas se subdividem em três grupos: ocupados, desempregados e inativos.

**População Economicamente Ativa (PEA):**

Compõe-se do conjunto de pessoas de 10 anos e mais classificadas como ocupados e desempregados, segundo os critérios explicitados abaixo.

**Ocupados:**

Pessoas de 10 anos e mais que declararam haver trabalhado na semana anterior à entrevista. É considerado como trabalho, o exercício de uma atividade de qualquer

natureza que gere algum rendimento, em termos monetários, de forma atual ou potencial.

A este grupo se agregou os que se declararam desempregados e que não procuraram trabalho na semana de referência, mas cujo tempo de procura de trabalho excedia um ano, tendo hoje um trabalho ocasional exercido de forma regular. Também são ocupados os que se declararam inativos e que fazem algum produto ou serviço remunerado de forma regular (bico), e que não procuraram trabalho nos últimos 3 meses ou não desejam trabalho permanente.

Em síntese são ocupados:

- a. os que se declaram ocupados;
- b. os que se declararam desempregados, posteriormente classificados como ocupados por exercerem trabalho ocasional de forma regular e estarem procurando trabalho há mais de um ano;
- c. os que se declararam inativos, posteriormente classificados como ocupados por exercerem atividade remunerada regular e não terem procurado trabalho nos últimos três meses.

**Desempregados:**

Refere-se à parcela da PIA que se acha involuntariamente desprovida de um trabalho remunerado

permanente, por falta de oportunidades atuais de emprego e que compete de forma real ou potencial no mercado de trabalho. Desta forma, pode ou não ter algum tipo de trabalho ocasional para viver. Entende-se por competição real no mercado de trabalho, aquela situação das pessoas que procuraram um trabalho ou negócio remunerado na semana de referência ou que não o fizeram por razões acidentais (enfermidade, espera de uma respostas etc.). A competição potencial se refere à situação daquelas pessoas que não procuraram trabalho ou negócio remunerado na semana de referência, mas já o fizeram em período anterior e disseram de procurar porque pensavam não encontrar.

No grupo de desempregados foram também incluídos os que se declararam inativos mas que desejariam um trabalho permanente ou que durasse grande parte do ano e que procuraram trabalho ou negócio remunerado nos últimos três meses.

#### **Inativos:**

Refere-se aos indivíduos não aptos para o trabalho e à parcela da PIA que não tem disponibilidade para um trabalho remunerado permanente ou ocasional exercido de forma regular. Estas pessoas, ao contrário dos desempregados, não competem no mercado de trabalho.

Concretamente são as pessoas de 10 anos e mais que se declararam inativas, excluindo-se aquelas que procuraram

trabalho nos três meses anteriores (classificadas como desempregados) e as que desenvolvem um trabalho ocasional de forma regular (classificadas como ocupados). Incluem-se também as pessoas que se declararam desempregadas, estando procurando trabalho ou negócio remunerado há mais de um ano e que não têm nenhum tipo de trabalho remunerado. Ao grupo de inativos agregam-se ainda os menores de 10 anos (1).

Na classificação da situação ocupacional básica os ocupados subdividem-se em dois grandes grupos: ocupados e ocupados subempregados.

O critério adotado pelo DIEESE para a cobertura de subemprego foi considerar a insuficiência de renda obtida, combinada à inserção do ocupado nas diferentes formas de organização produtiva.

Como uma aproximação deste último aspecto, adotou-se critérios diferenciados segundo a posição na ocupação. Assim, por exemplo, no interior do contingente caracterizado pela insuficiência de renda, adotou-se para os assalariados o fato de possuírem carteira de trabalho; para os autônomos, considerou-se o desejo de se tornarem assalariados e/ou a vinculação à Previdência Social. (...)

---

(1) Extraído de DIEESE. "Emprego e Desemprego na Grande São Paulo - Conceitos, Metodologia e Principais Resultados - 1981-1983." *Pesquisa DIEESE*. Julho 1984: 13.

*Contingente de ocupados sub-remunerados ou subempregados:*

*assalariado:* - recebe menos de dois salários mínimos e não tem carteira profissional assinada; - tem carteira assinada mas percebe salário abaixo de um salário mínimo e tem jornada de trabalho de 48 horas ou mais por semana; neste caso excluem-se os menores de 18 anos.

*autonomo:* - tem rendimento do trabalho menor que um salário mínimo; - tem rendimento do trabalho entre um e dois salários mínimos e está procurando trabalho assalariado; - tem rendimento do trabalho entre um e dois salários mínimos e não contribui para a Previdência Social; - declarou-se inativo e foi classificado como ocupado com um rendimento menor que um salário mínimo.

*trabalhador familiar:* tem rendimento menor que um salário mínimo e trabalha mais que 40 horas semanais (2).

---

(2) Idem: 17 e 18.

## BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Alice Rangel de P. "Mudança Tecnológica e Gênero no Brasil. Primeiras Reflexões". **Novos Estudos Cebrap**. São Paulo, n. 35, mar. 1993: 121-132.
- Abreu, Marcelo de P. **A Ordem do Progresso. Cem Anos de Política Econômica Republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro, Campus, 1992.
- Almeida, Angela M. (org.). **Pensando a Família no Brasil: Colônia à Modernidade**. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987.
- Almeida, Maria da Conceição L. **Em Busca da Igualdade: um estudo de casais de camadas médias urbanas no Recife**. Recife, Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, 1988.
- Almeida, S. K. et alii. **Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- Alvim, Maria Rosilene B. "Notas sobre a Família num Grupo de Operários Têxteis." In: Lopes, J. S. Leite (org.). **Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. "Família e proletarização industrial: a constituição de um "mercado de trabalho" específico a uma grande fábrica têxtil." IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Aguas de São Pedro, 1984.
- \_\_\_\_\_. "Família e Operários de Origem Camponesa: uma leitura da crise do Brasil arcaico." In: Lopes, J. S. Leite (org.). **Cultura e Identidade Operária - Aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1987.
- Alvim, Maria Rosilene e Lopes, J. S. Leite. "Famílias Operárias, Famílias de Operários." **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 14, ano 5, out. 1990: 8-17.
- Araujo, Maria de Fátima I. "Uma Nova Centralidade da Região Metropolitana de São Paulo." **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, Fundação SEADE, v. 6., n. 3, jul./set./1992: 55-59.

- Bacha, Edmar e Klein, Herbert. **A Transição Incompleta - Brasil desde 1945**. Rio de Janeiro. Faz e Terra, 1986 (2 vols.).
- Baltar, Paulo Eduardo e Guimarães Neto, Leonardo. "Mercado de Trabalho e Crise: Notas para uma abordagem." **Série Fac-Símile**. Rio de Janeiro. ANPEC/PNPE/UNICAMP, n. 29, 1988.
- Baltar, Paulo Eduardo et alii. "A Estrutura Ocupacional Brasileira nos Anos 80." XX Encontro Nacional de Economia. **Anais ... Campos do Jordão**, 1992.
- Barrère-Maurisson, M. A. et alii. **Le Sexe du Travail - Structures familiales et système productif**. Grenoble, Presses Universitaires, 1984.
- Barrère-Maurisson, Marie-Agnès. "Du Travail des Femmes au Partage du Travail. Une approche des regulations familiales face aux évolutions du travail: le cas de la France depuis 1945". **Sociologie du Travail**, n. 3, v. 26, juil.-août-sept./1984.
- \_\_\_\_\_. "Structures Economiques et Structures Familiales: émergences et construction d'une relation. La sociologie de la famille en question." **L'Année Sociologique**, 3ème série, v. 37, 1987.
- \_\_\_\_\_. **La Division Familiale du Travail-La Vie en Double**. Paris, Presses Universitaires, 1992.
- Barrère-Maurisson, Marie-Agnès, Batagliolla, Françoise, Daune-Richard, A. M. "Trajectoires Professionnelles des Femmes et Vie Familiale." **Consomation**, n. 23, 1983.
- Barroso, C. "Sozinhas ou Mal Acompanhadas - A Situação da Mulheres Chefes de Família." I Encontro Nacional ABEP. **Anais...** Campos do Jordão, 1978.
- Belluzo, Luiz G. M. e Coutinho, Renata (org.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil. Ensaio sobre a Crise**. São Paulo. Brasiliense, 1983, v.1. e v. 2.
- Berquó, Elza e Oliveira, M. C. "A Família no Brasil: Análise Demográfica e Tendências Recentes". XIII Encontro da ANPOCS. GT "Família e Sociedade". **Anais...** Caxambu, 1989.
- Bilac, Elisabete Dória. **Famílias de Trabalhadores: Estratégias de Sobrevivência - A organização da vida familiar em uma cidade paulista**. 1a. ed. São Paulo, Símbolo, 1978.

- \_\_\_\_\_. **Família e Trabalho Feminino: a ideologia e as práticas familiares de um grupo de "trabalhadores manuais" de uma cidade do interior paulista.** São Paulo, Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, FFLCH/USP, 1983.
- \_\_\_\_\_. "Convergências e Divergências nas Estruturas Familiares no Brasil". **Ciências Sociais Hoje.** São Paulo, ANPOCS, 1991.
- \_\_\_\_\_. "A Família e a Fragmentação do Social". **Cadernos de Sociologia** (Natureza, História e Cultura - número especial). Porto Alegre, Editora da Universidade/Sociedade Brasileira de Sociologia, v. 4, 1993.
- Bilac, Elisabete Dória e Montali, Lilia. "Família e Força de Trabalho". IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Aquas de São Pedro, 1984.
- Blass, Leila M. da Silva. "Gênero e Trabalho: trajetórias de uma problemática." III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Lisboa, Universidade de Lisboa, jul. 1994.
- Boqus, Lúcia M. M. e Montali, Lilia. "A Reestruturação Metropolitana de São Paulo." **Margem.** São Paulo, Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP/EDUC, n. 3., dez. 1994: 159-178.
- Bonduki, Nabil. "Habitação e Família. Por que a casa própria". In: CEDEC/DIEESE. **Projeto Modo e Condição de Vida: uma análise das desigualdades sociais na Região Metropolitana de São Paulo.** Relatório de pesquisa apresentado ao IDRC. São Paulo, 1986 (cap. VII).
- Bonelli, Maria da Glória. **A Classe Média do 'Milagre' à Recessão. Mobilidade social, expectativas e identidade coletiva.** São Paulo, IDESP, 1989 (Série Monografias).
- Bouillaquet-Bernard, P., Gauvin-Ayel, A. et Outin, J. L. **Femmes au Travail: Prosperité et Crise.** Paris, Economica, 1981.
- Bourdieu, Pierre. **Le Sens Pratique.** Paris, Ed. De Minuit, s/d.
- \_\_\_\_\_. **O Desencantamento do Mundo: Estruturas Econômicas e Estruturas Temporais.** São Paulo, Brasiliense, 1984.

- Brandt, Vinicius C. (coord.). **São Paulo - Trabalhar e Viver.** São Paulo, Brasiliense, 1989.
- Brumer, Anita. "O Sexo da Ocupação. Considerações Teóricas sobre a Inserção da Mão-de-Obra Feminina na Força de Trabalho". **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** ANPOCS, n. 8., v. 3., out. 1988: 20-38.
- Bruschini, Maria Cristina e Madeira, Felícia R. "A Família, a Estrutura Social e as Formas de Participação na Produção Social". **Cadernos CERU,** n. 18, maio 1983: 147-188.
- Bruschini, Maria Cristina. "Sexualização das Ocupações: O Caso Brasileiro." **Cadernos de Pesquisa.** Fundação Carlos Chagas, n. 28, mar. 1979.
- \_\_\_\_\_. "Mulher e Trabalho: uma avaliação da década da mulher (1975-1985)." **Revista da Fundação SEADE.** São Paulo, v. 2, n. 1, jan.-abr./1986: 41-48.
- \_\_\_\_\_. **Estrutura Familiar e Vida Cotidiana na Cidade de São Paulo.** São Paulo, Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Formas de Apreensão do Conceito de Família: A Abordagem Sociológica.** Campinas, NEPO-UNICAMP, GTs "Família e Sociedade" e "População e Sociedade", 1988.
- \_\_\_\_\_. "Tendências da Força de Trabalho Feminina Brasileira nos Anos Setenta e Oitenta: Algumas Comparações Regionais." **Textos Fundação Carlos Chagas,** n. 1, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Mulher, Casa e Família: cotidiano nas camadas médias paulistanas.** São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Vértice, 1990.
- \_\_\_\_\_. **O Trabalho da Mulher Brasileira nas Décadas Recentes.** II Seminário Nacional: Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho, IPEA, 1994 (Série Seminários, n. 7).
- Cacciamali, Maria Cristina. "O ajustamento do mercado de Trabalho Brasileiro na Década de 80." In: Lavinias, Lena; Carleial, M. da Frota; Nabuco, Maria Regina (orgs.). **Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil.** São Paulo, Hucitec/ANPUR, 1993.
- Caldeira, Tereza P. **A Política dos Outros. O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos.** São Paulo, Brasiliense, 1984.

- Cano, Wilson e Semeghini, Ulisses. "Setor Terciário no Brasil: algumas reflexões sobre o período 1970-1989". IV Encontro Nacional da ANPUR. **Anais...** Salvador, 1991.
- Cappelin, Paola. "Emprego, Família e Debate Sindical: a discussão sobre a divisão sexual do trabalho". II Encontro Nacional de Estudos do Trabalho - ABET. **Anais...** São Paulo, 1991.
- Carvalho, Marília Gomes de. "As Vicissitudes da Família na Sociedade Moderna: Estudo Sobre o Casamento e as Relações Familiares". São Paulo. Tese de Doutorado em Antropologia. FFLCH/USP, 1992.
- Carvalho, Marília Gomes de e Cravo, Veraluz. "Antes Mal Acompanhada do que Só: Estudo de Relações Familiares em Grupos Matrifocais". **Boletim de Antropologia**. Curitiba, UFPR, v. 1, n. 3, 1988: 23-43.
- Castello-Branco, Helena Alvim. **A Família Através dos Dados Estatísticos**. Campinas, NEPO-UNICAMP, Seminário "A Família nos Anos 80: Dimensões Sociais do Novo Regime Demográfico", GTs "Família e Sociedade" e "População e Sociedade", 1988.
- \_\_\_\_\_. **Família - Indicadores Sociais (1981/1987)**. Rio de Janeiro, IBGE, v. 1, 1989: 17.
- Castro, Mary G. "Mulher e Crise no Brasil - A mulher no mercado de trabalho urbano dos anos oitenta". II Encontro Nacional de Estudos do Trabalho - ABET. **Anais...** São Paulo, 1991.
- Castro, Mary G. e Lavinias, Lena. "Do Feminino ao Gênero: A Construção de Um Objeto." In: Costa, Albertina de Oliveira e Bruschini, Cristina. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- Chabaud, Danielle e Fougeyrollas-Scheweibel, Dominique. "Sobre a Autonomia Relativa de Produção e da Reprodução." In: Kartchevsky, André et alii. **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- CEDEC/DIEESE. **Projeto Modo e Condição de Vida: uma análise das desigualdades sociais na Região Metropolitana de São Paulo**. Relatório de pesquisa apresentado ao IDRC. São Paulo, 1986.
- Chabaud-Rychter, Danielle; Fougeyrollas-Scheweibel, Dominique; Sonthonnax, Françoise. **Espace et Temps du Travail Domestique**. Paris, Librairie des Méridiens, 1985.

- Chanad, José Paulo e Cervini, Ruben (orgs.). **Crise e Infância no Brasil - O impacto das políticas de ajustamento econômico.** São Paulo, UNICEF/IPE-USP, 1988.
- Chaudron, Martine. "Vie de Famille, Vie de Travail." In: Singly, François de. **La Famille - L'Etat des Savoirs.** Paris, La Découvert, 1991.
- CNRS. Réseau Modes de Vie: **Approches Sociologiques des Modes de Vie.** Paris, CNRS, 1984.
- Coelho, Magda P. e Valladares, Licia do P. "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho." In: **O Que se Deve Ler em Ciências Sociais no Brasil.** São Paulo, Cortez/ANPOCS, 1986/1987.
- Commaille, Jacques. **Les Strategies de Femmes-Travail, Famille et Politique.** Paris, La Découvert, 1993.
- Commaille, Jacques. "Avant-Propos." Numéro Spécial: Travail de Femmes et Famille. **Sociologie du Travail**, v. 26, n. 3, juil.-août-sept./1984.
- Corrêa, Mariza. "Mulher e Família: um debate sobre a literatura recente." In: **O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil.** São Paulo, Cortez/ANPOCS, 1986/1990: 274-300.
- \_\_\_\_\_. **Rural, Urbano, Tribal: Antropologia e Família.** Campinas, NEPO-UNICAMP, Seminario "A Família nos Anos 80: Dimensões Sociais do Novo Regime Demográfico". GTs "Família e Sociedade" e "População e Sociedade", 1988.
- Costa, Albertina de Oliveira e Bruschini, Maria Cristina. **Uma Questão de Gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- Da Matta, Roberto. "A Família Como Valor: Considerações não Familiares sobre a Família Brasileira." In: Almeida, Angela Mendes de. **Pensando a Família no Brasil.** Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/UFRJ, 1987.
- Dedecca, Claudio S. e Brandão, Sandra, M. **Crise, Transformações Estruturais e Mercado de Trabalho.** São Paulo, Projeto IRES/DESEP, 1992 (mimeo).
- Delphy, Christine "L'ennemi principal". **Partisans.** Numero Special "Liberation des femmes, année zéro". juillet-octobre/1970.
- DIEESE. Pesquisa Padrão de Vida e Emprego - Manual do Entrevistador. São Paulo, DIEESE, 1981 (mimeo).

- DIEESE. "Emprego e Desemprego na Grande São Paulo. Conceitos, Metodologia e Principais Resultados: 1981-1983". *Pesquisa DIEESE*. São Paulo, jul. 1984.
- Durham, Eunice. "Família e Reprodução Humana". *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, n. 3, 1983.
- \_\_\_\_\_. "A Família Operária: Consciência e Ideologia". *Dados*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 23(2), 1980.
- \_\_\_\_\_. "A Família e a Mulher". *Cadernos CERU*, n. 18, maio 1983.
- \_\_\_\_\_. "A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: Problemas e Perspectivas." In: Cardoso, Ruth. *A Aventura Antropológica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- \_\_\_\_\_. "A Sociedade Vista da Periferia." In: Kowarick, Lúcio (org.). *As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo passado e presente*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- Faria, Vilmar. *Políticas de Governo e Regulação da Fecundidade: consequências não antecipadas e efeitos perversos*. São Paulo, UNICAMP/CEBRAP, 1988 (mimeo).
- \_\_\_\_\_. "Mudanças na Composição do Emprego e na Estrutura das Ocupações." In: Bacha, Edmar e Klein, Herbert. *A Transição Incompleta - Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, v. 1.
- Fausto Neto, Ana Maria O. *Família Operária e Reprodução da Força de Trabalho*. Rio de Janeiro, Vozes, 1982.
- Fiola, Jan. *The impact of the 1981-1984 Brazilian recession on men and women in the metropolitan economies of Rio de Janeiro, Salvador and São Paulo*. Washington, XVI International Congress of the Latin American Studies Association, 1991.
- Fonseca, D. "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar". *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 27, 1989.
- \_\_\_\_\_. "Trabalho e Cotidiano: o que condiciona o que?" II Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, São Paulo, 1991 (mimeo).
- Fougeyrollas-Schewebeil, Dominique. "Si la famille m'était comptée." *Politis. La Revue*, n. 8, nov.-déc./1994 - jan. 1995: 37-42.

- Fukui, Lia F. G. "Estudos de Família no Brasil: bibliografia comentada." **Cadernos do CERU**, n. 3, 1970.
- \_\_\_\_\_. "Estudos e Pesquisas sobre Família no Brasil." **BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, n. 10, 1980: 237-253.
- GDR. **La Lettre du GDR Modes de Vie** (Boletins: série consultada - janeiro 1992 a julho 1993).
- Glick, Paul. "The Family Life Cycle." **American Journal of Sociology**, n. 12, 1947: 164-174.
- Goldani, A. M. "A 'Crise Familiar' no Brasil Hoje". **Travessia**, jan.-abr./1991: 14-21.
- \_\_\_\_\_. **A Família Brasileira em Transição: Evolução e Perspectivas Futuras**. Taller de Trabajo-Familia, Desarrollo y Dinámica de Población en América Latina y el Caribe, Santiago, Chile, 1991.
- Gouveia, A. J. "O Trabalho do Menor: necessidade transfigurada em virtude". **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 44, fev. 1983.
- Hareven, T. R. "Tempo de Família e Tempo Histórico". **História: Questões e Debates**, Curitiba, v. 5, n. 8, 1984: 3-26.
- Hartley, Robin "To work or not to work? Women, Work and Family Responsibilities". **Family Matters**, Australian Institute of Family Studies, n.28, abril 1991: 36-39, apud Commaille, 1993.
- Hirata, Helena e Humphrey, John. "Crise économique et emploi des femmes". **Sociologie du Travail**, mar. 1984.
- \_\_\_\_\_. "O Emprego Industrial Feminino e a Crise Econômica Brasileira". **Revista de Economia Política**, v. 4, n. 4, out.-dez./1984: 89-106.
- \_\_\_\_\_. "Stratégies Familiales et Politiques Patronales: le cas du Brésil." **Nouvelles Questions Féministes**, Paris, Hiver, n. 14/15, 1986: 181-194.
- \_\_\_\_\_. "Famílias Ouvrières Face à la Crise: une enquête dans les quartiers ouvriers de São Paulo." **Les Temps Modernes**, Paris, n. 491, juin 1987: 103-120.
- \_\_\_\_\_. "Trabalhadores Desempregados: trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, v. 4, n. 11, 1989: 71-84.

- \_\_\_\_\_. "Estruturas Familiares e Sistema Produtivo: famílias operárias na crise". **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, USP, v. 4, n. 1-2, 1994.
- Hirata, Helena. "Subjetividade e Produtividade. Indivíduo e coletivo no processo de trabalho". Seminário Internacional "Políticas de gestão, relações de trabalho e produção simbólica". São Paulo, 1989.
- \_\_\_\_\_. (org.) "Divisão Capitalista do Trabalho". **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, USP, v. 1, n. 2, 1989: 73-103.
- \_\_\_\_\_. "Processos de Modernização: a mulher na produção industrial". Reunião Intermediária do GT "Mulher na Força de Trabalho". ANPOCS, Rio de Janeiro, 1988 (mimeo).
- Hirata, Helena et Kercoat, Danièle. "La classe ouvrière a deux sexes." **Politis. La Revue**, n. 4, juil.-août-sept./1993.
- Hoffman, Helga. "Pobreza e Propriedade no Brasil: O que está Mudando." In: Bacha, Edmar e Klein, Herbert. **A Transição Incompleta - Brasil desde 1945**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, v. 2.
- Hoffmann, Rodolfo. "Distribuição de Renda e Pobreza no Brasil, 1980-1983." **Revista de Economia Política**. São Paulo, Brasiliense, v. 5, n. 3, 1985.
- Huet, M. "La Progression de l'Activité Féminine est-elle irreversible?". **Economie et Statistique**, n. 145, juin, 1982.
- Humphrey, John. "Trabalho feminino na grande indústria". **Cadernos CEDEC**. São Paulo, CEDEC, n. 3, 1984.
- \_\_\_\_\_. "Os Problemas do Emprego e do Desemprego em São Paulo". **Novos estudos Cebrap**. São Paulo, CEBRAP, n. 32, mar. 1992: 143-164.
- IBGE - Ribeiro da Silva, Rosa (coord.). **Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil - Sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes 1981-1983-1986**. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.
- Jatobá, Jorge. **Ciclo Econômico e Força de Trabalho no Brasil Urbano - 1979-1986**. Recife, Tese de Professor Titular, Departamento de Economia da Universidade Federal de Pernambuco, 1989.
- \_\_\_\_\_. "A Família na Força de Trabalho: Brasil Metropolitano - 1978-1986". VII Encontro Nacional ABEP. **Anais...** Caxambu, 1990, v. 2.

- Kartchevsky, André et alii. **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- Kellerhals, J. e Roussel, L. "Les Sociologues Face aux Mutations de la Famille: quelques tendances des recherches 1965-1985". In: Kellerhals, J. e Roussel, L. (orgs.). "Sociologie de La Famille (1965-1985)". **L'Anné Sociologique**, v. 37, 1987.
- Kergoat, Daniele. **Les Ouvrières**. Paris, Le Sycomore, 1982.
- \_\_\_\_\_. "Em Defesa de uma Sociologia das Relações Sociais. Da análise das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação." In: Kartchevsky, André et alii. **O Sexo do Trabalho**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- \_\_\_\_\_. "Luttes Ouvrières et rapports Sociaux de sexe: de la construction du sujet collectif dans l'univers de travail ouvrier". Seminário Internacional "Políticas de gestão, relações de trabalho e produção simbólica". São Paulo, 1988.
- \_\_\_\_\_. "Da Divisão Social do Trabalho entre os Sexos." In: Hirata, Helena (org.). "Divisão Capitalista do Trabalho". **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, USP, v. 1, n. 2, 1989: 88-96.
- \_\_\_\_\_. "A Propos des Rapports Sociaux de Sexe". **Revue M. Numéro Spécial: Le féminisme à l'heure des choix**, n. 53-54, avr.-mai./1992: 16-20.
- Kono, Shigemi. "The Concept of Family Life Cycle as a Bridge Between Demography and Sociology". International Population Conference, Mexico, 1977.
- Kowarick, Lúcio (coord.). **Projeto Modo e Condição de Vida: uma análise das desigualdades sociais na Região Metropolitana de São Paulo**. Relatório de pesquisa apresentado ao IDRC. São Paulo, CEDEC/DIEESE, 1986 (mimeo).
- Lautier, Bruno. "La Famille. Un Amortisseur à la Crise?" **Politis. La Revue**, n. 8, nov.-déc./1994 - jan. 1995: 25-30.
- Lima, Ricardo R. A. e Burger, Freda. "O menor e o mercado de trabalho no Brasil: da crise ao cruzado". In: Chahad, José Paulo e Cervini, Ruben (org.). **Crise e Infância no Brasil - O impacto das políticas de ajustamento econômico**. São Paulo, UNICEF/IPE-USP, 1988: 359-388.
- Lopes, Juarez Brandão e Gottschalk, Andrea. "Recessão, Pobreza e Família - A década pior que perdida". **São Paulo**

- em Perspectiva.** São Paulo, Fundação SEADE, v. 4, n. 1, jan.-mar./1990: 100-109.
- Lopes, Juarez Brandão. "Brasil, 1989: Um Estudo Sócio-Econômico da Indigências e da Pobreza Urbanas." São Paulo, CEBRAP, 1992 (mimeo).
- Lopes, José Sergio Leite e Machado da Silva, Luiz Antonio. "Estratégias de Trabalho. Formas de Dominação na Produção e Subordinação Doméstica de Trabalhadores Urbanos." In: Leite Lopes, José Sergio et alii. **Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- Lopes, José Sergio Leite. "Anotações em Torno do Tema "Condições de Vida" na Literatura sobre Classe Operária." In: Machado da Silva, Luiz Antonio (org.). **Condições de Vida das Camadas Populares.** Rio de Janeiro, Zahar, 1984.
- \_\_\_\_\_. (coord.). **Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora.** Rio de Janeiro, Marco Zero, 1987.
- \_\_\_\_\_. "Formas de Proletarização, História Incorporada e Cultura Operária." In: Lopes, José Sergio Leite (coord.). **Cultura e Identidade Operária: Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora.** Rio de Janeiro, UFRJ/Marco Zero/PROED, 1987.
- Macedo, Carmen C. **A Reprodução da Desigualdade: o projeto de Vida de um grupo operário.** 2a. edição. São Paulo, Vértice, 1985.
- Machado da Silva, L. A. (org.). **Condições de Vida das Camadas Populares.** Rio de Janeiro, Zahar, 1984 (Debates Urbanos, n. 6).
- \_\_\_\_\_. "Estratégias de vida e jornada de trabalho". In: Machado da Silva, L. A. (org.). **Condições de Vida das Camadas Populares.** Rio de Janeiro, Zahar, 1984.
- Martins-Rodrigues, Arakcy. "Lugar e Imagem da Mulher na Indústria." In: Costa, Albertina de Oliveira e Bruschini, Maria Cristina. **Uma Questão de Gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- Mason, Mary-Ann. "Equal Rights Fails American Mothers." **International Journal of Law and Family**, n.5, dec./1991: 211-240, apud Commaille, 1993.
- Michel, André. **Activité Professionnelle et La vie Conjugale.** CNRS, Paris, 1972.

- Montali, Lilia e Telles, Vera. "Familia e Modo de Vida nas Classes Trabalhadoras em São Paulo". V Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Aguas de São Pedro, 1986.
- Montali, Lilia. "Arranjos Familiares e Rendimentos." In: CEDEC/DIEESE. **Projeto Modo e Condição de Vida: uma análise das desigualdades sociais na Região Metropolitana de São Paulo.** Relatório de pesquisa apresentado ao IDRC. São Paulo, 1986 (cap. V).
- \_\_\_\_\_. "Arranjos Familiares: O Esforço Coletivo Para Viver na Grande São Paulo". **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 72, fev. 1990.
- \_\_\_\_\_. "Famílias Trabalhadoras na Grande São Paulo: Instabilidade e Pobreza". Congresso dos Sociólogos do Estado de São Paulo. São Paulo, ASESF, 1987 (mimeo).
- \_\_\_\_\_. "Familia e Trabalho na Conjuntura Recessiva." **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, Fundação SEADE, v. 5, n. 1, jan.-mar./1991: 72-85.
- Moraes, Maria Lygia Quartim de. "Vida Familiar: Modernização versus Conservação". XIII Encontro Nacional da ANPOCS. Grupo de trabalho Familia e Sociedade. **Anais...** Caxambu, 1989.
- Neves, Magda de Almeida. "Relações de Gênero nos Espaços Público e Privado: a experiência das trabalhadoras na CUT". **Revista Brasileira de Estudos de População.** São Paulo, ABEP, v.10, n. 1/2, jan./dez./1993.
- Oliveira, Francisco. "A Produção dos Homens: Notas sobre a Reprodução da População Sob o Capital". **Estudos CEBRAP.** São Paulo, CEBRAP, n. 16, 1976: 17-25.
- Oliveira, Maria Coleta F. A. **A Produção da Vida - A mulher nas estratégias de sobrevivência da família trabalhadora na agricultura.** São Paulo. Tese de Doutorado em Sociologia, FFLCH/USP, 1981.
- \_\_\_\_\_. "Condição Feminina e Alternativas de Organização Doméstica: as mulheres sem companheiro em São Paulo." VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Brasília, ABEP, 1992, v. 2.
- \_\_\_\_\_. "Algumas Notas sobre o Ciclo Vital como perspectiva de análise". II Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Aguas de São Pedro, ABEP, 1982.
- Oliveira, Zuleica L. Cavalcante de. "A Crise e os Arranjos Familiares de Trabalho Urbano". VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Olinda, ABEP, 1988, v. 4.

- Paoli, Maria Célia. "A Família Operária: Notas Sobre Sua Formação Histórica no Brasil". IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Aquas de São Pedro, ABEP, 1984, v. 1.
- \_\_\_\_\_. "Mulheres: o Lugar e a Imagem, o Movimento". **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro, Zahar, 1985, v. 4.
- \_\_\_\_\_. "Os Trabalhadores na Fala dos Outros. Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira." In: Lopes, José Sergio Leite (coord.). **Cultura e Identidade Operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1987.
- Pacheco, Carlos A. **Os Aglomerados Urbanos: As Novas Realidades Demográficas e Ocupacionais da Urbanização Paulista - Terciarização e Precarização da Estrutura Ocupacional nos anos 80**. Campinas, Convênio SPG/FECAMP, Relatório A. S., 1992.
- Parsons, T. e Bales, R. **Family, Socialization and the Interaction Process**. Londres, Routledge and Kegan Paul, 1959.
- Pastore, J. et alii. **Mudança Social e Pobreza no Brasil: 1970-1980 - o que ocorreu com a família brasileira**. São Paulo, Pioneira, 1983.
- Ferrot, Michelle. "O Nó e o Ninho". In: **Reflexões Para o Futuro**. São Paulo, Abril, 1992.
- Pierucci, Antonio Flavio de O. "As Ciladas da Diferença". **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, USP, v. 2, n. 2, 1990: 7-34.
- Pinto, Celi Regina Jardim. "Movimentos Sociais: Espaços Privilegiados da Mulher enquanto Sujeito Político." In: Costa, Albertina de Oliveira e Bruschini, Maria Cristina. **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- Revista **Veja**. Edição Especial. "Mulher - A Grande Mudança no Brasil". São Paulo, n. 27, 1994.
- Ribeiro, Ivete e Torres Ribeiro, Ana Clara. **Família e Desafios na Sociedade Brasileira. Valores como um ângulo de análise**. Rio de Janeiro, Loyola, 1994.
- Ribeiro, Ivete (org.). **Sociedade Brasileira Contemporânea. Família e valores**. São Paulo, Loyola, 1987.

- Rios-Neto, E. L. "Família: Uma Visão da Demografia (Econômica)." Campinas, NEPO-UNICAMP, GTs "Família e Sociedade" e "População e Sociedade", 1988.
- Romanelli, Geraldo. **Famílias de Camadas Médias: A trajetória da Modernidade.** São Paulo, Tese de Doutorado em Antropologia, FFLCH/USP, 1986.
- \_\_\_\_\_. "Mudança e Transição em Famílias de Camadas Médias." *Travessia*, jan.-abr./1991.
- Rubery, J. **Women and Recession: some problems of comparative analysis.** Cambridge, University of Cambridge, Department of Applied Economics, 1988 (mimeo).
- Sabóia, João L. M. **Considerações sobre as Transformações no Mercado de Trabalho no Brasil Durante a Recessão - 1980/1983.** Rio de Janeiro, UFRJ, Instituto de Economia Industrial, 1985 (Texto para Discussão, n. 69).
- \_\_\_\_\_. "Emprego nos Anos Oitenta - Uma Década Perdida". Seminário "Modelos de Organização Industrial e Política Industrial e Trabalho". São Paulo, ABET/IEA-USP, 1991 (mimeo).
- \_\_\_\_\_. "Transformações no Mercado de Trabalho no Brasil Durante a Crise: 1980-1983." *Revista de Economia Política*, v. 6, n. 3, jul.-set./1986: 82-106.
- Sabóia, J. e Tolipan, R. **A Estrutura do Emprego Industrial no Brasil durante a Recessão 1980-1983.** Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1986 (Série Estudos de Política Industrial e Comércio Exterior, n. 5).
- Salem, Tania. "Famílias em Camadas Médias: Uma perspectiva antropológica." *BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, ANPOCS, n. 21, 1986.
- \_\_\_\_\_. "O Casal Igualitário: Princípios e Impasses." *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 3, n. 9, fev. 1989: 24-37.
- Santa Cruz-Leite, Rosalinda. **A Operária Metalúrgica: estudo sobre as condições de vida e trabalho de operárias metalúrgicas na cidade de São Paulo.** São Paulo, Cortez Editora, 1984.
- Sarti, Cintia. "Família Patriarcal entre os Pobres Urbanos?" ANPOCS, 1989.
- \_\_\_\_\_. "O valor da Família para os Pobres." In: Ribeiro, Ivete e Torres, Ana Clara. **Família em Processos Contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira.** São Paulo, Loyola, 1994.

- Scott, Joan W. **Gender and the Politics of History**. New York, Columbia University Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul.-dez./1990: 5-22.
- \_\_\_\_\_. "História das Mulheres." In: Peter Burke (org.). **A Escrita da História - Novas Perspectivas**. São Paulo, Editora UNESP, 1992.
- Scott, Joan W. e Tilly, Louise A. **Women, Work, and Family**. New York and London, Methuen, 1987.
- SEADE. **Pesquisa de Emprego e Desemprego - Principais Resultados**. São Paulo, n. 77, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Principais Resultados - Pesquisa de Emprego e Desemprego**. São Paulo, n. 86, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Mercado de Trabalho na Grande São Paulo - Pesquisa de Emprego e Desemprego**. São Paulo, 1989.
- \_\_\_\_\_. **O Jovem na Grande São Paulo**. São Paulo, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa de Condições de Vida - Famílias Chefiadas por Mulheres**. São Paulo, 1993.
- \_\_\_\_\_. "Participação da Mulher no Mercado de Trabalho na Grande São Paulo." In: **Principais Resultados - Pesquisa de Emprego e Desemprego**. São Paulo, n. 36, 1987.
- Sedlacek, Luiz Guilherme e Santos, Eleora Cruz. "A Mulher-Cônjuge no Mercado de Trabalho como Estratégia de Geração de Renda Familiar." **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, dez. 1991: 449-470.
- Seliomann-Silva, Edith. **Psicopatologia da Recessão e do Desemprego**. **TRAVESSIA - Revista do Migrante**. São Paulo, CEM, n. 16, maio-ago./1993.
- Serra, José. "A Crise Econômica e o Flagelo do Desemprego". **Revista de Economia Política**. v. 4, n. 4, out./dez./1984: 5-25.
- Singer, Paul. **A Crise do Milagre. Interpretação Crítica da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- Singly, Francois de. **La Famille - L'Etat des Savoirs**. Paris, La Découverte, 1991.
- Souto de Oliveira, J. "Família Favelada: trabalho e rendimento." IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Aquas de São Pedro, 1984.

- \_\_\_\_\_. **A Reposição do Suor.** Rio de Janeiro. Tese de Mestrado. Museu Nacional. UFRJ, 1980.
- Souza-Lobo, E. **Trabalhadoras e Trabalhadores: o dia-a-dia das representações.** Seminário "Políticas de Gestão, Relações de Trabalho e Produção Simbólica". São Paulo, USP, 1989 (mimeo).
- \_\_\_\_\_. "Lutas Operárias e Lutas das Operárias em São Bernardo do Campo" (1982). In: \_\_\_\_\_. **A Classe Operária Tem Dois Sexos.** São Paulo, Brasiliense/SMC-PMSP, 1991.
- \_\_\_\_\_. "As Operárias, o Sindicato e o Discurso Sociológico" (1983) In: \_\_\_\_\_. **A Classe Operária Tem Dois Sexos.** São Paulo, Brasiliense/SMC-PMSP, 1991.
- \_\_\_\_\_. "Masculino e Feminino na Linha de Montagem: divisão sexual do trabalho e controle social" (1985) In: \_\_\_\_\_. **A Classe Operária Tem Dois Sexos.** São Paulo, Brasiliense/SMC-PMSP, 1991.
- \_\_\_\_\_. "Os Usos do Gênero" (1989) In: \_\_\_\_\_. **A Classe Operária Tem Dois Sexos.** São Paulo, Brasiliense/SMC-PMSP, 1991.
- \_\_\_\_\_. "Trabalho como Linguagem: o gênero do trabalho" (1990) In: \_\_\_\_\_. **A Classe Operária Tem Dois Sexos.** São Paulo, Brasiliense/SMC-PMSP, 1991.
- \_\_\_\_\_. **A Classe Operária Tem Dois Sexos.** São Paulo, Brasiliense/SMC-PMSP, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Modos de Vida: Usos e Abusos.** São Paulo, Departamento de Sociologia da USP, 1987 (mimeo) (editado como: "Caminhos da Sociologia no Brasil: modos de vida e experiência". **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP.** São Paulo, USP, v. 4, n. 1 e 2, 1994: 7-15.
- Spindel, Cheywa R. "A mulher frente à crise econômica nos anos 80 (Algumas reflexões com base em estatísticas oficiais)." **Cadernos IDESP.** São Paulo, IDESP, n. 18, 1987.
- Stroh, Paula Yone. **Vai Trabalhar Vagabundo - A Exclusão Social e o Protesto Político dos Desempregados em São Paulo.** São Paulo, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PUC-SP, 1989.
- Teles, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil.** Editora Brasiliense, São Paulo, 1993.

- Telles, Vera Silva. "A Família e Seus Personagens." In: CEDEC/DIEESE. **Projeto Modo e Condição de Vida: uma análise das desigualdades na Região Metropolitana de São Paulo: Relatório de Pesquisa apresentado ao IDRC.** São Paulo, 1986 (cap. VI).
- \_\_\_\_\_. **A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza - Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo.** São Paulo. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia. FFLCH/USP. 1992.
- Tendrih, L. e Pires, S. "A Evolução Recente do Mercado de Trabalho na Grande São Paulo." **Travessia - Revista do Migrante.** São Paulo. CEM. n. 16. maio-ago./1993.
- Tilly, L. A. and Scott, J. W. **Women, Work and Family.** New York/London, Methuen. 1987.
- Troyano, Annez Andraus. "Pesquisa de Emprego e Desemprego: metodologia, conceitos e aferições dos resultados." **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, Fundação SEADE, v. 6, n. 4, out.-dez./1992: 124-143.
- Troyano, Annez Andraus et alii. "O emprego: dimensões da crise". IV Encontro Nacional da ABEP. **Anais...** Aquas de São Pedro, 1984, v. 3.
- USP (Universidade de São Paulo). **Relações Sociais de Gênero x Relações de Sexo.** São Paulo, USP, Departamento de Sociologia, Área de Pós-Graduação, Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, 1989.
- Yanz, Linda e Smith, David. "Women as Reserve Army of Labour: A Critique". **Review of Radical Political Economics.** New York, URPE, v. XV, n. 1, Spring, 1983.
- Zaluar, Alba. "As Mulheres e a Direção do Consumo Doméstico". In: Almeida, S. K. et alii. **Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A Máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.** São Paulo, Brasiliense, 1985.